



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 156

DO RIO GRANDE DO SUL

ISSN 1678-3484

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL

156

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 99, n.156, 2019.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1921-.

Descrição baseada em: número 156 (2019)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

310p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/10/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto.

Ilustração: Praça de Belém Velho, Attilio Alberto Trebbi.
Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2018-2020

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Hilda Agnes Hubner Flores

Diretor Financeiro: Sérgio Alves Teixeira

Diretor Operacional: Euclides Pinto Torres

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Efetivos

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Ápio Cláudio Beltrão, Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Eduardo Cunha Müller, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Paulo Estivalet Flores Pinto, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira e Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre e Victorino Coutinho Chermont de Miranda.

Membros Pesquisadores

Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Anelda Pereira de Oliveira, Carla Renata A. de Souza Gomes, César Andre Luiz Beras, Djiovan Vinicius Carvalho, Éverton Quevedo, Gabriel Santos Berute, Gustavo Castagna Machado, Jefferson Teles Martins, Luciana Gransotto, Mário Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Nádia Maria Weber Santos, Pedro Câncio da Silva, Renata Soares Costa, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Colaboradores

Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos Roberto Winckler, João Batista Santafé Aguiar.

Membros Honorários

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Luis Alberto Cíbils,
Sérgio da Costa Franco.

Membro Licenciado

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (FURG)

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFRGS), Márcia Piva Radtke (UFRGS),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (UFRGS)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSC), Débora Costa Pires (UFSC),
Dúnia dos Santos Nunes (UFRGS), Erion Marcos do Prado (UFSC),
Felipe Rodrigo Caldas (UDESC), Fernanda Costa da Silva (UFRGS),
Greicy Pinto Bellin (UFPR), Gustavo Rogério De Lucca (UNESC),
Helder Santos Rocha (UFPR), Henrique Aniceto Kujawa (IMED),
Hugues Velleda Soares (UFRGS), Ivana Karine Aver (UFRGS),
Jose Miguel Rasia (UFPR), Karine Grassi (UFSC), Lislaine Sirsi Cansi (UFPEL),
Marcel Oliveira de Souza (UNIPAC), Maria Regina Weissheimer (UFSC),
Mirian Martins Finger (UFSC), Nathália Da Costa Amedi (EEFLC),
Pablo Rodrigues Dobke (UFSC), Renata Costa (UFMT), Sirlei Gedoz (UNISINOS),
Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

PREFÁCIO

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul chega ao seu número 156 em um ambiente de processos iniciados em 2015 que continuam dando frutos. A revista manteve, mais uma vez, sua regularidade e número de artigos. Todos foram publicados respeitando as normas do Qualis para a área de História, a partir de um edital público de submissão e uso da dupla avaliação cega.

Um avanço desse número foram os novos esforços no processo de divulgação do edital. Ele hoje é enviado para dezenas de cursos de graduação e programas de mestrado e doutorado, abrangendo todos os cursos conhecidos pelos editores. As mais diversas áreas das ciências produzem conhecimento sobre o Rio Grande do Sul, a revista procurou refletir essa realidade por meio de convites que abrangessem essas áreas e, portanto, democratizasse e ampliasse o acesso ao periódico. Também, em função disso, o edital foi enviado para instituições de toda a região sul do país, na expectativa de acolher obras que envolvessem o Rio Grande do Sul em estudos regionais.

Outra novidade importante foi a inclusão do periódico no indexador *Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* - uma conquista importante para o periódico. O diretório tem mais de 27 mil revistas indexadas e é um dos maiores que abrangem as áreas da revista, além de ser citado nominalmente pela área de História como um dos principais indexadores para uma revista científica da área.

Ao fim do processo de submissão, no final de 2018, haviam sido recebidos quase duas dezenas de trabalhos. Foi um número alto, superior aos editais anteriores. A maior parte desses trabalhos vieram de estudantes, pesquisadores e professores de instituições de ensino superior e institutos de pesquisa espalhados pelo Rio Grande do Sul, um sinal positivo no projeto de permitir que a revista esteja aberta às instituições e que, cada vez mais, esteja conectada à produção científica qualificada.

Desses, foram escolhidos, como em todos os números, nove trabalhos. Como ocorrera no número anterior, foi uma revista com grande variação de áreas e assuntos abordados. O primeiro é sobre a formação de redes na cidade de Viamão, abordando relações sociais no século XVIII, uma temática abordada com metodologia moderna e envolto a um longo processo de pesquisa. Outro, na área da história e da política, trata da insurreição tenentista de 1924 no Rio Grande do Sul. Depois, um artigo sobre os benziamentos, como era a interação e a compreensão sobre esse ritual importante

para compreender a história rio-grandense.

Os próximos dois artigos tratam de questões culturais mais recentes, tratando de literatura e cinema no final do século XX e início do XXI. Um é sobre o campo artístico em Porto Alegre nos anos 1980, o outro é sobre Samir Machado de Machado, tratando sobre seu papel no campo literário. O último grupo de artigos tratam de arquitetura, urbanismo e, depois, proteção de patrimônio cultural. Um sobre a criação do PROPUR da UFRGS, uma detalhada história que envolve o próprio desenvolvimento da área no estado e que a revista fica contente em acolher. Depois, um artigo sobre metodologia de movimentos socioterritoriais. Por fim, os últimos dois, sobre o conservatório municipal de música de Bagé e, encerrando o número, sobre o espaço aberto no interior do município de Flores da Cunha.

Esperamos, com todos esses artigos, estarmos abertos às mais diversas áreas, interesses e pesquisas, auxiliando na divulgação da produção científica do Rio Grande do Sul. Desejamos aos leitores e pesquisadores uma boa leitura, esperamos que os artigos tragam bons frutos e agradecemos pelas submissões.

Porto Alegre, 31 de julho de 2019.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Bel^a. Márcia Piva Radtke

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 11 **Parentesco ritual e formação de redes no continente do Rio Grande (Viamão, 1747-1773)**
Ritual kinship and formation of networks in the continent of Rio Grande (Viamão, 1747-1773)
Israel Aquino
- 37 **Movimento Sedicioso: a Insurreição Tenentista de 1924 no Rio Grande do Sul**
Seditious Movement: the Tenentist Insurrection of 1924 in Rio Grande do Sul
Amilcar Guidolim Vitor
- 63 **Percepções de vida e de morte na prática dos benzimentos: alteridade, significados e imaginários das relações de cura**
Life and death perceptions in the practice of blessings: alterity, meanings and imagination of healing relations
Juliani Borchardt Silva
Ronaldo Bernardino Colvero
Eduardo Jordão Knack
- 83 **Anos 1980: a gente não quer só dinheiro: a estruturação do campo artístico porto-alegrense**
1980s: we do not want money alone: the structuring of the porto-alegrense artistic field
Felipe Bernardes Caldas
- 105 **A Pulpfiction no Rio Grande do Sul: a posição Desamir Machado de Machado no campo literário**
Pulp Fiction in Rio Grande do Sul: Samir Machado de Machado's position in the literary field
Charles Dall'agnol
- 121 **Ensino de planejamento urbano e regional: a criação do PROPUR/UFRGS**
Teaching urban and regional planning: the creation of PROPUR/UFRGS
Bruno Cesar Euphrasio de Mello
Rodrigo Dalenogare Jaskowiak

- 145 Metodologia de classificação e análise dos movimentos socioterritoriais: os sujeitos, seus projetos e espaços de lutas no território**

Methodology of classification and analysis of socioterritorial movements: the subjects, its designs and spaces of struggles in the territory

Márcio Pereira Cabral

- 165 Conservatório municipal de música de Bagé (1904-1906): marco legal e condições de acesso do primeiro conservatório de música do Rio Grande do Sul**

Conservatório municipal de música de Bagé (1904-1906): legal framework and access conditions in the first music conservatoire in the Rio Grande do Sul state, brazil

Rafael Rodrigues da Silva

- 187 Paisagem Cultural: um estudo da estrutura visual do espaço aberto no interior do município de Flores da Cunha - RS**

Cultural Landscape: a study of the open space visual structure in the colonial area of Flores da Cunha - RS

Sandra Maria Favaro Barella

Aline Duarte

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 217 Poder Moderador: entre o pensamento de Benjamin Constant e o anteprojeto de Borges de Medeiros**

Wagner Feloniuk

DOCUMENTAÇÃO

- 241 Comentários à aplicação do art. 1.276 do Código Civil em âmbito municipal**

Wagner Feloniuk

- 261 De Andradina de Oliveira a Borges de Medeiros (Barretos, 1921)**

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

- 299 Acervo, história e memórias: o primeiro Livro Copiador da Câmara Municipal do Passo Fundo no acervo do IHPF**

Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo

ARTIGOS

PARENTESCO RITUAL E FORMAÇÃO DE REDES NO CONTINENTE DO RIO GRANDE (VIAMÃO, 1747-1773)

RITUAL KINSHIP AND FORMATION OF NETWORKS IN THE CONTINENT OF RIO GRANDE (VIAMÃO, 1747-1773)

Israel Aquino¹

RESUMO

O presente trabalho propõe o estudo da formação de redes de apadrinhamento, buscando investigar sua utilização como estratégia de atuação e reprodução social pela população de uma comunidade sul-rio-grandense em meados do século XVIII. Para tanto, faz uso de fontes eclesiásticas, registros de batismo, sobretudo, a fim de promover o mapeamento de tais redes. O recorte estabelecido abrange o período de 1747, data do primeiro registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, até 1773, momento em que ocorreu a transferência da Câmara de Vereadores para Porto Alegre, totalizando 1384 registros analisados. As análises foram realizadas a partir do recurso às ferramentas da Análise de Redes Sociais (SNA, na sigla em inglês), como ferramenta de ensaio e interpretação. Como resultado preliminar, identificamos que o compadrio era utilizado de forma consistente enquanto estratégia de atuação social por aquela comunidade, embora não fosse a única forma de interação social de que se dispunha, nem tampouco tenha tido um uso exclusivamente estratégico, do ponto de vista do ganho social. De modo geral, observou-se que as redes do compadrio estavam incorporadas às práticas costumeiras daquela sociedade, constituindo parte importante das sociabilidades locais.

Palavras-Chave: Hierarquias Sociais. Interdependência Social. Compadrio. Análise de Redes Sociais.

ABSTRACT

The present work proposes the study of the formation of sponsorship networks, seeking to investigate its use as a strategy for social action and reproduction by the population of Rio Grande do Sul and its community in the mid-18th century. To do so, it makes use of ecclesiastical sources, especially baptism records, in order to promote the mapping of such networks. The established cutout covers the period of 1747, the date of the first baptism registration of the parish Nossa Senhora da Conceição de Viamão, until 1773, at which time happened the relocation of the City Council to Porto Alegre totaled 1384 analyzed registrations. The analyzes were carried out using the tools of Social Network Analysis (SNA), as a instrument of tests and interpretation. As a preliminary result, we identified that cronyism was consistent-

1 Mestrando do PPG em História UFRGS

ly used as a strategy for social action by that community, although it was not the only form of social interaction that was available, nor did it have an exclusively strategic use, from the point of view of the community social gain. In general, it was observed that the networks of cronyism were incorporated to the usual practices of that society, being an important part of the local sociabilities.

Keywords: *Social Hierarchies. Social Interdependence. Compass. Social Network Analysis.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, se propõe a analisar algumas questões iniciais a respeito da formação de redes de apadrinhamento, buscando investigar sua utilização como estratégia de atuação e reprodução social em uma comunidade sul-rio-grandense em meados do século XVIII. Para tanto, fazemos uso de fontes eclesiásticas, principalmente registros de batismo, além de outros materiais auxiliares, como os róis de confessados, a fim de promover o mapeamento de tais redes. O recorte estabelecido abrange o período de 1747, data do primeiro registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, até 1773, momento em que ocorreu a transferência da Câmara de Vereadores para Porto Alegre, totalizando 1384 registros analisados. As análises a respeito dos usos do compadrio por essa comunidade foram realizadas a partir do recurso às ferramentas da Análise de Redes Sociais (SNA, na sigla em inglês).

A sociedade que se engendrava na estremadura dos domínios portugueses se estabelecia sobre uma noção de “bem comum”, baseada na distribuição de privilégios e na construção de alianças bem como num exercício constante de diferenciação social (AQUINO, 2018, p. 2). Nas palavras de João Fragoso, esta sociedade estava organizada por práticas costumeiras, construídas pela regularidade das sociabilidades locais, e vinculadas a uma concepção corporativa de mundo:

Estou me referindo à hierarquia social costumeira, construída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da coroa, clérigos, etc. Ou seja, sujeitos portadores de orientações valorativas próprias (conforme o grupo, vindos da escravidão africana e da sociedade rural do Velho Mundo) e presentes na Conquista. A materialidade dessas práticas adquiriu a forma das relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana. (FRAGOSO, 2010, p. 249)

Fragoso aponta, ainda, que a noção de bem comum implica em duas outras: a primeira diz respeito a um mercado regulado pela política; e a segunda se refere à organização de uma hierarquia social excludente. Como pano de fundo, havia a estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava pela prestação de serviços ao Rei e à *Res Publica* (FRAGOSO, 2001, p. 22).

Nesse contexto, a freguesia de Viamão foi criada por ordem do bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, e desmembrada de Laguna a 14 de setembro de 1747. Mas, antes disso, a região dos “Campos de Viamão” já vinha recebendo fluxos migratórios há alguns anos, especialmente por conta das incursões para captura do gado selvagem das vacarias do sul, tendo sua Capela original sido fundada em 1741. Assim, conforme aponta Fábio Kuhn (2006, p. 103), é necessário, primeiramente, fazer a distinção entre a denominação ‘Campos de Viamão’, uma extensa área que então englobava todo o nordeste do Continente de São Pedro, e a freguesia propriamente dita. Esta última, por ocasião de sua criação, abrangia a região limitada a oeste pelas margens do Guaíba e da Lagoa dos Patos e a leste pelo oceano Atlântico, se estendendo ao norte até os chamados ‘Campos de Cima da Serra’, incluídas aí as regiões dos vales dos rios Caí, Taquari e Sinos. Esse imenso território, contudo, começou a ser desmembrado já nas décadas seguintes, a partir da criação de novas freguesias na região, tais como Triunfo, Santo Antônio e Porto Alegre (Idem).

De acordo com Helen Osório, o termo freguesia “foi o mais utilizado em todas as capitânicas do Brasil para referir as paróquias, a circunscrição básica da administração eclesiástica”, tendo assumido, especialmente para a região do Continente do Rio Grande de São Pedro, “sinônimo de povoação e a referência mais frequente aos aglomerados urbanos” (OSÓRIO, 2015, p. 70). Viamão, no caso, foi a segunda freguesia em antiguidade na região, sendo precedida apenas pela freguesia de Rio Grande, situada na barra da Lagoa dos Patos, 60 léguas ao sul.

A extensa área da freguesia apresentava baixa densidade demográfica, configurando-se como uma localidade predominantemente rural. Conforme demonstra Osório (2007, p. 82) a formação do Rio Grande de São Pedro em meados do século XVIII foi marcada fortemente por uma atividade econômica voltada para a atividade agrária e pastoril, com domínio da agricultura, levada a cabo especialmente (mas não só) pelas populações açorianas que foram se fixando no Continente, e seguida de perto pela criação de gado. Os extensos campos devolutos da região foram aos

poucos sendo pontuados de sesmarias² e datas de terra, mas também pela ocupação pura e simples das terras, à medida que novos contingentes de diferentes origens iam chegando.

Ao analisar os róis do ano de 1751, Kuhn apresenta dados que nos permitem ter uma ideia de como estava distribuída a população local naquele momento:

Somente três localidades (...) abrigavam a metade dos fregueses: o Arraial, o Morro Santana e a Guarda de Viamão. No “núcleo urbano” [o Arraial] da freguesia havia um número reduzido de moradores efetivos: o livro de aforamentos de terrenos da Irmandade de N.S. da Conceição demonstra bem qual era a situação existente a essa altura, pois até 1750 foram aforados somente 27 terrenos pertencentes ao patrimônio da confraria, todos eles pequenos lotes variando entre duas e dezesseis braças de frente, que pagavam de foro a módica quantia de 20 réis por braça ao ano. Nesses terrenos, situados na “rua direita” ou na “travessa da fonte”, os primeiros estancieiros construíram suas moradas de casas, ocupadas por ocasião da assistência aos serviços religiosos ou por ocasião das festividades profanas. (KUHN, 2006, p. 112)

Conforme aponta Osório, o ‘Arraial’ de Viamão foi a única povoação a receber essa denominação no Continente, tendo a mesma sido utilizada, provavelmente, enquanto expressão de *“provisoriamente e [d]os momentos iniciais de ocupação do território”* (OSÓRIO, 2015, p. 69). Embora consistisse no núcleo ‘urbano’ desta freguesia, a localidade abrigava um número diminuído de casas, além da igreja consagrada a Nossa Senhora, principal construção do local.

A região que concentrava o maior contingente populacional então - cerca de 200 pessoas - era àquela conhecida como a ‘Guarda’, onde estava localizado o Registro, local onde ocorria a cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé, que era levado pelos condutores de tropas às capitâneas do Sudeste (KUHN, 2006, p. 113). Ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos, a Guarda foi instalada

2 Embora, conforme refere Osório (2015), a concessão de sesmarias nos anos iniciais de povoação tenha se dado de forma muito lenta, especialmente pelo fato da freguesia estar submetida hierarquicamente ao Rio de Janeiro. Assim, as longas distâncias tornaram demorada a emissão dos títulos, fazendo com que até 1749 apenas 13 cartas tenham sido emitidas para a região.

em 1739, tendo sido transformada em Registro em outubro de 1752 (OSÓRIO, 2015, p. 72). No momento da criação da Freguesia, a administração da Guarda já se encontrava sob o comando do tenente Francisco Pinto Bandeira, proeminente estancieiro da região, tropeiro, militar e líder de uma das famílias mais importantes da localidade. Já no ano de 1763, essa região seria desmembrada com a criação da Freguesia de Santo Antônio da Patrulha.

Com a invasão da vila de Rio Grande, também em 1763, Viamão transformou-se na segunda sede da Capitania. O ato foi oficializado em 16 de junho de 1764, sendo nomeado governador o coronel José Custódio de Sá e Faria. Devido às dificuldades causadas pela guerra, contudo, a primeira sessão da Câmara seria realizada somente em junho de 1766 (KUHN, 2006) – e, poucos anos depois, esta seria novamente transferida, desta vez para a localidade de Porto Alegre, em 1773. Assim, nesse contexto de guerra e conquista, deu-se o pano de fundo para a formação dessa sociedade situada nos confins do império ultramarino português.

1 Algumas considerações a respeito da Análise de Redes Sociais

Conforme Bertrand, (2012, p. 61), a ideia de rede social remete a uma estrutura construída com base nas relações existentes entre indivíduos. Destarte, o estudo dessas redes busca demonstrar a capacidade de cada ator em utilizar o conjunto de suas relações com o intuito de satisfazer seus interesses e necessidades (AQUINO & KUHN, 2018, p. 58).

Uma rede social é representada graficamente como um conjunto de pontos, que simbolizam os atores participantes, sendo estes ligados por uma série de relações, que são representadas por arcos ou linhas que conectam os diferentes pontos. Assim, a primeira etapa da análise será a criação do que chamamos matriz de adjacência, em que linhas e colunas representam os atores sociais envolvidos em determinada relação e contexto históricos (Idem). Ainda, para além da elaboração de matrizes e gráficos, cumprem papel fundamental nesta metodologia a produção das métricas de análise, que permitem uma melhor compreensão do papel desempenhado por cada participante no interior da rede.

Assim, para auxiliar na compreensão das informações apresentadas neste trabalho, apresentamos um resumo das principais métricas que serão utilizadas nas próximas seções. Existem dois tipos de métricas a ser consideradas na SNA: as métricas de rede e as métricas dos nós. As métricas de rede são aquelas que indicam características da rede como um todo. Assim, são usadas para extrair características gerais da estrutura observada, tais como sua densidade, tamanho e componentes conectados. Já

as métricas dos nós são aquelas relacionadas aos agentes da rede, que vão caracterizar os nós de modo individual. Elas calculam a posição de cada nó ou agente a partir de vários aspectos, tais como sua posição, suas relações e sua importância frente aos demais participantes.

Dentre as métricas gerais de uma rede, uma das mais simples e mais frequentemente utilizadas é a densidade da rede (*Density*, também representada pela letra grega Δ). A densidade de um grafo indica a intensidade das relações estabelecidas em uma rede, estando relacionada ao número de conexões presentes no grafo em relação ao número total de conexões possíveis. Assim, calcula-se a densidade de um grafo através da proporção das relações existentes sobre o total de relações possíveis, podendo o resultado variar entre zero e um (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Essa métrica é particularmente útil para refletir sobre a intensidade das relações existentes no interior de um determinado grupo. Assim, um grafo denso indica a representação de uma rede de relações intensas, com agentes bem conectados e com uma alta circulação de valores (tais como bens, favores, informações). Por outro lado, uma rede mais dispersa pode indicar um conjunto de relações mais esparsas ou ocasionais, sugerindo uma circulação menor de informações e valores, ou uma ligação mais frágil entre seus pares.

Outra questão a ser avaliada ao analisar uma rede é sua distribuição estrutural. Nesse sentido, uma rede também pode ser analisada pelo número de componentes que a compõe. Um componente é um conjunto de nós dentro de uma rede no qual existe um caminho possível entre todos os nós, ou seja, onde não existem nós ou grupos de nós «soltos». Assim, uma rede pode ser formada por um ou vários componentes: cada conjunto de nós conectados em um grafo representa um componente da rede, que no limite pode ser formado por um único nó, se este não estiver relacionado a nenhum outro nó dentro da rede.

Temos ainda o conceito de distância geodésica (*geodesic distance*), um conceito proveniente da teoria dos grafos. Em um grafo, a distância entre dois vértices é o número de arestas a serem percorridas para chegar de um vértice a outro. Considerando que podem existir vários caminhos entre dois pontos do grafo, dizemos que a distância geodésica entre esses nós é o menor caminho possível entre eles (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 110).

Finalmente, quando consideramos todos os caminhos possíveis de se percorrer em um grafo, dizemos que a distância geodésica máxima do mesmo (também chamada diâmetro do grafo) é o maior caminho que pode ser percorrido entre dois nós quaisquer em seu interior. Essa métrica nos permite ter uma ideia do tamanho da rede analisada, mas também nos fala da densidade dos relacionamentos em seu interior. Isso porque uma rede pode ter um diâmetro baixo, mesmo quando composta por um grande nú-

mero de nós, desde que as relações entre estes sejam densas. Assim, um grafo com um diâmetro alto indica uma rede de relações ampla e dispersa, enquanto um grafo com um valor de diâmetro baixo pode indicar uma rede pequena, ou uma rede grande, mas densamente conectada (Idem, p. 112).

Já as métricas locais de um grafo, também chamadas métricas individuais ou métricas dos nós, são estatísticas produzidas para cada um dos vértices que compõe uma rede e informam sobre seu posicionamento, atuação e importância frente aos demais. Dentre estas, tem importância central as métricas de centralidade, que servem para caracterizar os nós individualmente quanto ao posicionamento ocupado no interior do grafo.

O grau de um vértice (*Degree*) é uma métrica direta, que corresponde ao número de relações em que o ator está envolvido. Em um grafo direcionado, essa métrica assume duas formas, que chamamos centralidade ou grau de entrada (*InDegree*) e centralidade ou grau de saída (*OutDegree*), e que estão relacionadas ao papel cumprido pelo nó em cada uma de suas relações. Assim, o *InDegree* de um nó corresponde ao número de relações em que este é o polo ativo ou receptor na relação, ou seja, o número de relações que são direcionadas para este nó (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 125).

Talvez seja melhor explicar esse conceito com um exemplo da nossa pesquisa. Em uma relação de compadrio, dizemos que o vínculo entre os atores não se dá entre iguais, ou não se dá num plano horizontal. Isso porque as atribuições e expectativas existentes de parte a parte colocam os envolvidos em um plano desigual, onde as relações de dom e contradom imbricam as partes envolvidas em uma série de obrigações sociais e, mais que isso, diferenciam os envolvidos tanto no plano social como espiritual, de acordo com o que entendemos pelo conceito de 'economia do dom'. Em função disso, a análise destas relações através do método da SNA ocorrerá através do uso de um grafo direcionado, onde utilizamos setas para indicar a direção das relações que estão sendo representadas. Assim, as setas do grafo representam o polo ativo dessas relações, no caso os atores que atuaram como padrinhos ou madrinhas, enquanto o ponto de onde parte essa relação será o pai ou mãe da criança. Assim, um nó com *InDegree* alto nessa rede corresponderá a um agente que atuou como padrinho muitas vezes.

Por oposição, o *OutDegree* de um nó correspondente ao número de vezes em que a relação partiu dele. Em nosso caso, esse seria o número de vezes em que um pai ou uma mãe ofereceu seu filho ou filha para ser apadrinhado, mas essa métrica também pode ser usada, em outros casos, para identificar o quanto um nó é atuante em uma rede, ou pode indicar atores que tentam se aproximar mais de outros na rede, buscando constituir um maior número de relações (que não necessariamente serão correspondidas). Essa métrica é utilizada, ainda, para identificar nós mais ativos em

uma rede de citações, como quando trabalhamos com redes de autoria ou análise de relações em *social media*, por exemplo.

Outra métrica de centralidade que tem grande importância na Análise de Redes Sociais é o chamado Coeficiente de Intermediação (*Betweenness Centrality*). Basicamente, esta métrica indica o potencial de intermediação de um nó entre diferentes setores da rede, ao considerar quantos ‘caminhos’ da rede passam por ele, indicando, assim, quais atores conectam diferentes *clusters* na rede.

Wasserman e Faust buscam explicar a importância dos intermediadores em uma rede nos seguintes termos:

As interações entre dois atores não-adjacentes podem depender de outros atores (...), especialmente atores que se encontram no caminho entre os dois. Esses outros atores, potencialmente, podem ter algum controle sobre as interações entre os dois atores não-adjacentes. (...) Esse ator “central” (...) pode ter algum controle sobre alguns dos caminhos [do gráfico], enquanto os que estão na borda podem não ter. Ou, pode-se afirmar que os atores “centrais” têm mais “influência interpessoal” sobre os outros. (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 188-189)

Supondo que, para que um ator A entre em contato com um ator B, o ator X precise ser usado como intermediário. Podemos dizer que esse ator X tem certa “responsabilidade” para com os atores A e B, considerando que essa relação poderia ser ‘quebrada’ caso ele se retirasse da rede. Se considerarmos, assim, todos os percursos mais curtos que passam por X, onde ele atua como intermediário entre outros atores ou grupos diferentes, temos então o Coeficiente de Intermediação desse nó (Idem).

Assim, um ator que possui um alto *betweenness* não necessariamente é aquele com maior grau de entrada (*InDegree*) ou saída (*OutDegree*). O grau de intermediação calcula outro tipo de centralidade, buscando identificar quais atores são capazes de manter a estrutura da rede, ou seja, cujo papel conectivo é mais central. Dessa forma, esses atores são identificados na bibliografia como intermediários, conectores ou pontes³, cumprindo uma função importante e assumindo um posicionamento fundamental para a circulação de informações e valores na rede.

Agora que apresentamos um resumo das principais métricas utilizadas pela análise de redes sociais, voltemos às relações sociais e espirituais formadas pela população de Viamão.

³ Também citados como *goznez*, *bridges* ou *brokers*.

2 Quem batizava e quem era batizado

Os dois primeiros párocos designados para a freguesia de Viamão permaneceram pouco tempo aí. Antônio Sampaio, natural de Paranaguá, tomou posse em 1748 e, já no ano seguinte, partiu. Seu substituto foi o paulista Manoel Luís de Vergueiro, que também permaneceu por um ano, apenas. No ínterim de vacância do padre titular, Viamão chegou a ser atendida pelo pároco de Laguna, Mateus Pereira da Silva, que chega a ser mencionado nos róis da freguesia como proprietário de um fogo no Morro de Santa Ana, dentro ou nas proximidades da fazenda de João Antunes, onde assistiam, ainda, um sobrinho e dois escravos (RUBERT, 1994, p. 72), e aparece eventualmente ministrando os sacramentos para a comunidade local durante os próximos anos. O padre é ainda mencionado por Fábio Kuhn como partidário do bando dos Brito Peixoto em Laguna, motivo pelo qual teria sofrido perseguições do governo local, além de acusações sofridas junto ao governo do Rio de Janeiro (KUHN, 2006, p.73). Mais tarde, o padre Mateus foi transferido para a localidade de Rio Pardo.

Apenas na década seguinte Viamão recebeu um padre que aí permaneceu por um período maior de tempo. O padre José Carlos da Silva era natural da localidade de Itu, capitania de São Paulo, e antes de ser designado vigário da nascente freguesia de Viamão já havia desempenhado a função de pároco e capelão militar na vila de Rio Grande, desde os idos de 1738. Em Viamão, o padre permaneceu no período de 1750 a 1763. Segundo Arlindo Rubert, o padre possuía terras na parte setentrional do Continente, povoadas com animais e lavouras⁴, das quais parecia se ocupar frequentemente, o que é indicado por sua ausência corriqueira na capela, que pode ser notada no lançamento dos registros. Rupert cita, inclusive, que o padre José Carlos teria ‘dado mau exemplo’ no pagamento de tributos sobre a passagem de gados de sua fazenda pelo Registro de Viamão, tendo sido *“procurado para que os satisfizesse, mas com pouco resultado porque se escondia”* (RUBERT, 1994, p. 61).

Quando o pároco titular se ausentava da freguesia, ou quando não estava presente no local de uma cerimônia, era comum que atribuisse suas funções a outro representante da Igreja. Nos registros de Viamão – especialmente para a década de 1750 – essas atribuições foram desempenhadas

4 Nos róis da década de 1750 não encontramos menção ao fogo do Padre José Carlos da Silva, de modo que não nos foi possível identificar se este possuía escravaria. Acreditamos que isto se deva à corrosão dos primeiros registros dos róis, pois era comum que o pároco responsável pelo levantamento das almas da freguesia comesse os lançamentos pelo próprio fogo. Todavia, é certo que o padre possuía, ao menos, duas índias administradas, que são mencionadas no Livro I de Casamentos da Freguesia. Ainda, considerando o padrão encontrado para os outros padres residentes na região, é provável que o pároco possuísse ao menos um pequeno plantel.

especialmente pelo padre Thomas Clarke, escrivão da Vara eclesiástica e também proprietário de um fogo com escravos na região (o número de cativos do padre variou de 7 a 10 entre o início e o fim da década). Nascido em Portugal por volta de 1700, o padre Clarke seria designado nos anos seguintes para a freguesia de Triunfo, onde permaneceu até sua morte, em 1779. Note-se, ainda, que por ocupar o cargo de escrivão no início da década de 1750, o padre Clarke também foi o responsável pela lavratura de diversos documentos eclesiásticos na freguesia – inclusive por parte dos lançamentos nos róis da década de 1750, conforme nota a historiadora Vanessa Campos, responsável pelo traslado dos róis que utilizamos para este trabalho.

Em finais da década de 1760 o padre José Carlos da Silva seria substituído pelo pároco Baltazar dos Reis Custódio, nascido na capitania do Rio de Janeiro e, presumivelmente, bem mais jovem, tendo em vista ter sido ordenado há poucos anos (RUBERT, 1994, p. 73). O padre Baltazar chegou a enfrentar diferenças com alguns franciscanos que atuavam na freguesia em seus primeiros anos, retornando em 1771. Na sua gestão, foi ainda erigida à capela de São Francisco do Porto dos Casais, que daria origem à cidade de Porto Alegre, e foi desmembrada de Viamão em 1772. O padre Baltazar foi transferido para outra localidade em 1773, coincidindo com o fim do recorte temporal adotado para este trabalho.

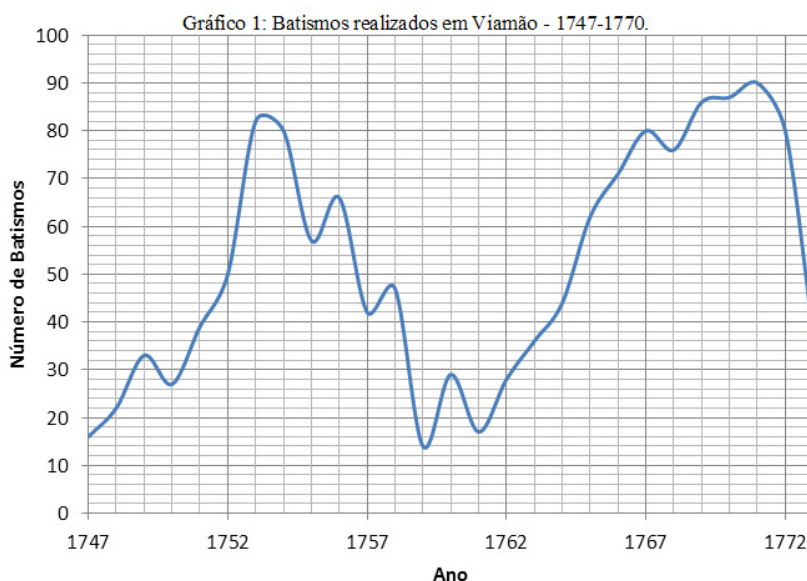
Outro aspecto interessante a se notar é a presença desses párocos junto a pia batismal na qualidade de padrinhos, mesmo considerando a proibição que as Constituições Primeiras impunham a esse tipo de relação. O mais discreto dos párocos de Viamão foi o padre Baltazar Custódio, que no início da década de 1770 batizou duas crianças, filhos dos potentados Domingos Gomes Ribeiro e Pedro Lopes Soares. O escrivão da freguesia, padre Clarke, chegou a batizar sete crianças em Viamão, também filhos de potentados locais, além da filha natural de uma escrava. Mas nenhum deles superou o padre José Carlos da Silva, que durante sua permanência em Viamão batizou 17 crianças, filhas de diversos proprietários de terras na região, especialmente de famílias provenientes da região de Laguna, precursoras do povoamento local, tais como os Pinto Bandeira, tornando um dos padrinhos preferenciais da freguesia.

Em relação aos batizados ministrados por esses religiosos, analisamos o total 1384 registros, realizados entre meados de 1747, momento da instalação da freguesia, até a transferência da Câmara para Porto Alegre, no ano de 1773⁵. Neste período, conforme podemos depreender dos róis de

5 Acontecimento que tomamos aqui como marco temporal para nossa pesquisa, por entender que demarca uma transição importante para a sociedade local. Importante notar que o terceiro livro de registros de Viamão possui outros 397 registros, que avançam até o ano

confessados ainda disponíveis, das fontes paroquiais e de outros trabalhos consultados, a população da freguesia passou por oscilações bastante sensíveis, devido às sucessivas levas migratórias que ali chegaram, partindo de um contingente de cerca de 800 pessoas adultas no final dos anos de 1740 (KUHN, 2006), inicialmente distribuídas em cerca de 135 fogos, atingindo um número que deve ter ultrapassado 2000 almas nas décadas seguintes (AQUINO, 2018, p. 170).

Como foi dito, esses números foram incrementado pela chegada de contingentes sucessivos nas décadas seguintes. Esses fluxos migratórios podem ser percebidos nos registros de batismo, que apresentam maiores picos nos anos imediatamente posteriores à chegada destes grupos, conforme mostrado no gráfico a seguir.



Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

Os registros apresentaram uma média de 52 batismos ao ano. Os anos iniciais de formação da freguesia apresentam um número de nascimentos mais baixo, assim como os o período final da década de 1750, quando ocorreu o desmembramento da freguesia de Triunfo (AQUINO, 2018, p. 171). Por outro lado, a chegada de novos contingentes é refletida, como pode ser percebido nos anos de 1753 e 1754, bem como nos anos de 1765 em diante, culminando com o maior pico de registros no final dos anos 1760. Para os anos de 1750, essa curva ascendente coincide com o aumento do

de 1782, os quais não serão incluídos em nossa análise, devido ao recorte escolhido.

registro de casamentos, que atinge seu maior número em 1753, quando foram realizadas 30 cerimônias na freguesia, o que corresponde a quase o dobro da média naquela década, que foi de 15,9.

Para o início da década de 1760, momento de declínio no número de cerimônias realizadas, temos uma soma de fatores que pode contribuir para explicar essa queda. Além do desmembramento das freguesias de Triunfo (1756), Anjos (1757) e Santo Antônio (1763), pesaram outros fatores que indicam antes um sub-registro dos batismos, do que uma redução dos nascimentos propriamente. Um desses fatores é a ausência de parcelas da população do segundo livro da freguesia, notadamente índios e negros. Prática comum nos registros eclesiásticos do período, é provável que a localidade possuísse um livro específico para os cativos, que não sobreviveu ao tempo. Além disso, as tentativas da Coroa em disciplinar as relações entre colonos e indígenas, através do Diretório dos Índios de 1758⁶, pode ter contribuído para que a figura do índio ‘administrado’ desaparecesse dos registros.

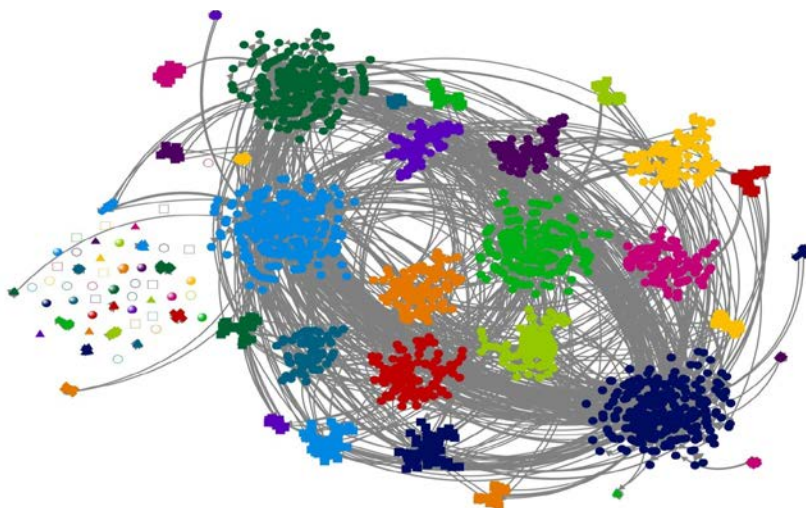
A partir de 1762, pode-se notar uma retomada no crescimento do número de cerimônias, que é incrementado pela chegada dos grupos oriundos de Rio Grande, por ocasião da invasão dos espanhóis. O crescimento se mantém ao longo da década, atingindo um pico nos registros entre os anos de 1767 e 1771. Porém, o número de cerimônias realizadas sofrerá nova queda a partir de 1772, quando o desmembramento da freguesia de Porto Alegre, onde seria instalada a Câmara, é refletido por uma nova queda no número de batismos, com apenas 38 registros no ano seguinte. A oscilação no número de batismos sugere, ainda, que Viamão poderia ser um local de trânsito para parte das famílias que chegavam ao Continente, e que devem ter se estabelecido em outros destinos após uma breve estadia nesta freguesia.

Finalmente, acreditamos que a emancipação da freguesia de Porto Alegre tenha sido o principal motivo para a queda dos batismos o início da década de 1770, pois o número de registros nos anos seguintes se estabiliza em torno de 40 por ano. Nota-se, portanto, que esse acontecimento constituiu-se em marco importante para as dinâmicas sociais da região, sendo uma das razões que nos levou a delimitar o marco temporal de nosso trabalho.

6 O Diretório dos Índios foi uma lei publicada durante o governo do Marquês de Pombal, caracterizada por uma série de diretrizes que regulamentavam a criação de aldeamentos indígenas e a inserção dessas populações na sociedade. Propunha a normatização de diversas práticas, estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e a relações entre indígenas e colonos. Ao mesmo tempo em que regulava a liberdade das populações indígenas, o Diretório institucionalizava seu modo de trabalho. O objetivo era levar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civil e integrá-las à sociedade colonial (COELHO, 2016).

3 As redes de parentesco espiritual das gentes de Viamão

A partir do mapeamento e sistematização dos registros de batismos da freguesia, foi possível identificar como se configurava a rede de relações de compadrio dessa população, permitindo-nos avançar algumas características a respeito desses relacionamentos. A rede de compadrios das famílias viamonenses em meados do século XVIII era composta por 2263 agentes (nós), que estabeleceram entre si um total de 4489 laços distribuídos em 51 componentes. Cada um dos nós desta rede representa um indivíduo (um dos pais ou padrinhos) mencionado nos registros de batismos, enquanto os laços são uma representação das relações que essas pessoas estabeleciam entre si. No caso, estamos falando de relações de compadrio, ou seja, em uma relação desigual, que envolvia distintas práticas sociais (dom, fidelidade, reciprocidade). Tratava-se, portanto, do que a teoria das redes chama de uma relação assimétrica, ou seja, uma relação que unia indivíduos em posições desiguais, que são representadas pelas setas presentes no grafo (AQUINO, 2018, p. 172).



Grafo⁷ 1: Redes de Compadrio - 1747-1773⁸.

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

7 Grafo é o termo utilizado na SNA para designar a representação gráfica das redes.

8 Grafo gerado com o auxílio do software NodeXL, que funciona como complemento do programa Microsoft Office Excel. Para os grafos utilizados neste trabalho foi aplicada a seguinte configuração: algoritmo Harel-Koren Fast Multiscale, com a configuração de agrupamento por Clusters, utilizando o sub-algoritmo Clauset-Newman-Moore direcionado por força. Essa configuração foi escolhida por privilegiar a visualização dos agrupamentos mais densos no interior do grafo, permitindo identificar a aproximação entre agentes que têm suas relações reiteradas ao longo do tempo.

A partir da representação gráfica da rede formada pelas relações de compadrio das famílias viamonenses podemos perceber a existência de um componente principal, relacionado mais densamente, que reúne cerca de 91,2% dos agentes participantes e agrega 96,1% do total de relações de compadrio estabelecidas. Esse número demonstra que, embora nem sempre estivessem ligadas diretamente, a maioria das famílias da região estava ritualmente relacionada, o que reforça a ideia de uma sociedade interdependente, onde diferentes estratos sociais se interligavam através das práticas religiosas (AQUINO, 2018, p. 173). Além do componente principal, identificamos outros 50 componentes menores e isolados, pequenos grupos que não estavam ligados através do compadrio à comunidade da freguesia, sendo estes formados majoritariamente por famílias de migrantes açorianos que estavam chegando à região no período, e também por indígenas e escravos.

As métricas produzidas para esta rede indicaram que a mesma possuía densidade baixa, de apenas 0,001. A densidade D de uma rede é calculada a partir da fórmula $D = l/[n(n-1)]$, onde l indica o número de laços presentes no grafo e n o número de vértices. Essa métrica produz uma relação entre o número de relações possíveis dentro de uma rede e o número de relações efetivas, permitindo identificar quão aglutinados são os vínculos do grupo analisado (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Assim, conforme aponta Aquino (2018, p. 173) os dados dessa rede coadunam com as informações disponíveis a respeito da demografia local, indicando a existência de uma comunidade pequena e dispersa (o que é indicado pela baixa densidade geral), mas que apresentava, todavia, grupos em seu interior que eram mais densamente relacionados.

A existência desses grupos mais densos foi favorecida pela atuação de agentes que se destacaram dentro da comunidade, sendo recorrentemente procurados para apadrinhar as crianças que nasciam no local, constituindo assim o grupo dos padrinhos “preferenciais”, também chamados por Brugger (2007) e outros autores de “campeões de batismo”. Se considerarmos apenas os 10 indivíduos que mais apadrinharam no período, identificamos que estes colecionaram 340 ‘compadres’ e ‘comadres’, o que corresponde a 7,6% das relações da freguesia. Esses padrinhos e madrinhas preferenciais faziam parte do estrato econômico mais abastado da região, em sua maioria proprietários de terras, funcionários régios e comerciantes, ou suas esposas e filhos (além do já mencionado padre José Carlos da Silva).

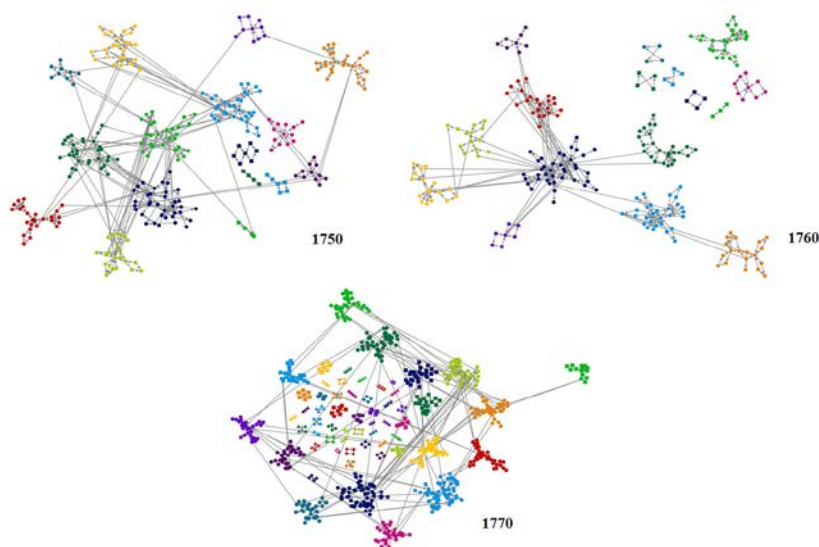
A imagem que visualizamos no Grafo 1, portanto, dá conta de mostrar as conexões estabelecidas ao longo de 26 anos pela comunidade da freguesia de Viamão através das relações de compadrio. Ela nos traz pistas,

também, da importância do sacramento do batismo para aquela comunidade católica, e de como tal instituição atravessava e aproximava o cotidiano daquelas pessoas. Por outro lado, a utilização deste grafo traz uma limitação, que é de certa forma inerente a utilização da própria análise de redes, e que diz respeito à certa imobilização das relações, que aparecem representadas no Grafo como algo ‘perene’, constante, distante de uma realidade que deveria ser bem mais dinâmica e fluída. Afinal, ao longo de 26 anos muitas coisas poderiam acontecer: amigos se distanciam, novas relações são formadas, pessoas se mudam pra outro lugar, enfim. Não podemos tomar a rede em si como um “instantâneo” da realidade. Trata-se, antes, de uma representação que possui suas próprias limitações, assim como qualquer outra.

Uma forma de tentar contornar essa limitação, mesmo que de maneira parcial, é tentar visualizar como essas relações se definiam e se transformavam ao longo do tempo, a fim de visualizar as mudanças que ocorriam – se ocorriam – na utilização do compadrio por esta comunidade. Para fazer isso, optamos por proceder de duas formas: a partir da comparação visual dos subgrafos gerados a partir de um recorte temporal dos relacionamentos firmados entre pais e padrinhos; e, por outro lado, a partir da comparação das métricas e índices gerados para cada uma dessas redes. Assim, tentaremos realizar uma breve comparação entre três recortes temporais tomados a partir do recorte inicial, buscando identificar as flutuações nas relações de compadrio daquela comunidade ocasionadas nas pela passagem dos anos. Para isso, apresentamos abaixo as redes e métricas geradas para cada período, tomando como base as décadas de 1750, 1760 e início da década de 1770, avançando até o ano de 1773⁹.

Na década de 1750, identificamos a realização de 501 cerimônias de batismo, considerando livres e cativos. Estas cerimônias foram registradas no primeiro livro de batismos da freguesia e nas primeiras páginas do segundo. Para a década de 1760, foram identificadas 530 cerimônias, enquanto que para os anos iniciais da década de 1770 identificamos 280 batismos, conforme pode ser verificado nos livros de número 2 e 3. Conforme já comentamos, diferente do primeiro livro de batismos da comunidade, os livros seguintes se caracterizam por um predomínio de batismos de crianças livres. No grafo e nas tabelas apresentadas abaixo, pode ser visualizada a comparação entre esses três períodos. Retomamos a seguir:

9 Os anos finais da década de 1740 não foram considerados para fins dessa comparação por apresentarem número reduzido de registros.



Grafo 2: Redes de compadrio separadas por década.

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

É possível perceber que a visualização dos grafos segmentada por décadas não apresenta diferença visual significativa, exceto por uma maior dispersão das relações que pode ser percebida para os anos iniciais da década de 1770. Para as duas primeiras décadas do período analisado, as representações gráficas guardam entre si semelhanças visíveis, com a formação de *clusters*¹⁰ relacionais no interior das redes relativamente bem conectados. Essa percepção é confirmada quando segmentamos as métricas tomando em consideração cada período, sendo possível compreender melhor algumas características assumidas por estas redes, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela1: Comparação das métricas das redes de compadrio por década

	1750	1760	1770
Vértices	287	233	678
Laços individuais	491	364	983
Laços (total)	531	414	1011

¹⁰ Um cluster é um conjunto de nós mais densamente relacionados dentro da rede, sendo também chamados de comunidades.

Índice de reciprocidade	0,01957	0,03108	0,0080
Componentes	5	8	45
Distância Geodésica Máxima	13	16	20
Densidade	0,00622	0,00714	0,00217
InDegree Máximo	14	14	18
Agentes com maior InDegree	Beatriz B. Rangel Gertrudes Menezes Dionísio R. Mendes	José S. Peixoto Ana Maria Silveira	Manuel B. da Rocha
Betweenness Máximo	14754,372	12680,630	47637,597
Agentes com maior Betweenness	Pedro Lopes Soares	José Carlos da Silva	Domingos G. Ribeiro

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

Em linhas gerais, as métricas encontradas para as décadas de 1750 e 1760 apresentam maior proximidade, inclusive quando comparamos os agentes com índices de InDegree e Betweenness mais altos para os dois períodos (o InDegree máximo para essas duas décadas foi de 14, enquanto a Betweenness teve variação de cerca de 14% - mesmo assim, bem distante do valor apresentado para o último período). Outras características que guardam semelhança nos dois períodos são uma densidade e uma distância geodésica baixas, próximas do encontrado para a rede principal, bem como a formação de grupos mais densos no interior da rede, o que demonstra a manutenção das características identificadas para esta comunidade nos anos iniciais de sua formação (comunidade rural e geograficamente dispersa), conforme mencionado acima.

Por outro lado, podemos notar uma elevação no número total de laços na rede que representa o início da década de 1770, sendo acompanhado de uma queda sensível no índice de densidade da mesma, de quase qua-

tro vezes. Essas transformações em relação às redes dos anos anteriores indicam uma maior dispersão das relações de compadrio no interior da mesma rede, correspondendo a um período de crescimento populacional da freguesia. O número de componentes presentes nesta rede também é bem maior do que nas décadas anteriores, reforçando a percepção de que as relações estavam se tornando mais diluídas, a partir da formação de um número maior de grupos e *clusters*, o que pode estar relacionado a uma nova etapa da organização social local. O deslocamento de grupos oriundos da vila de Rio Grande nos anos anteriores (por ocasião da invasão espanhola de 1763) também pode ter contribuído pra isso, ao contribuir para a formação de novos grupos de sociabilidade na comunidade local.

Outra característica marcante, nos três períodos analisados, é a presença de agentes pertencentes aos mais altos estratos socioeconômicos daquela comunidade nas posições mais destacadas desta rede, ocupando os maiores índices de centralidade e intermediação. Como podemos ver na Tabela 1, o capitão Pedro Lopes Soares apresentou o maior índice de intermediação (Betweenness Degree) para a década de 1750. Neste período, ele foi seguido de perto pelo padre José Carlos da Silva, vigário da freguesia. Já na década seguinte, eles invertem suas posições, mas se mantêm em destaque nas redes locais. Já na década de 1770 desponta a figura do capitão Domingos Gomes Ribeiro, proeminente militar e latifundiário da região, oriundo das “melhores famílias” da vila de Rio Grande e proprietário da Estância do Itapuã (KUHNS, 2006, p. 135). Essa ascensão protagonizada pelas famílias rio-grandinas no “mercado” do compadrio local também pode ser notada nas outras métricas dessas redes.

A presença contumaz de agentes dos estratos econômicos superiores da região nas posições mais destacadas das redes também pode ser percebida quando observamos os índices de centralidade para cada período. Para a década de 1750, podemos observar nas primeiras colocações, como padrinhos preferenciais da freguesia, integrantes da parentela do sesmeiro Jerônimo de Ornellas e de seu concunhado, Dionísio Rodrigues Mendes. Já para as décadas seguintes, é possível observar uma crescente participação da parentela ligada ao grupo dos Silveira, também oriundos de Rio Grande. A participação destacada destes agentes nas redes desses três períodos pode ser mais bem observada nas Tabelas 2 e 3, apresentadas abaixo:

Tabela2: Agentes com maiores Betweenness, por década.

1750		1760		1770	
Pedro Lopes Soares	14754,4	Jose Carlos da Silva	12680,6	Domingos Gomes Ribeiro	47637,6
Jose Carlos da Silva	12818,4	Pedro Lopes Soares	12425,7	Ana Rodrigues de Jesus	32299,2
Antônio Jose Viegas	12510,4	Teresa Maria de Jesus	11626,7	Inácio Osorio Vieira	25170,9
Ludovina Monteiro Barbosa	9978,7	Felícia Maria de Oliveira	8650,2	Manoel Bento da Rocha	22499,7
Rita de Menezes	8747,2	Maria Teresa de Jesus	8142,9	Antônio Jose de Alencastro	22143,5
Gaspar Fernandes	8272,6	Clara Maria de Oliveira	7558,6	Manoel dos Santos Robalo	15489,3
Maria de Brito	8272,6	Domingos Jose Pereira	6119,5	Antônio Jose da Silva Braga	13323,9
Francisco Xavier de Azambuja	8098,9	Manoel Soares Pinto	5610,2	Baltazar dos Reis Custódio	12943,2
Manoel Gonçalves Meireles	7246,2	Francisco Pinto Bandeira	5135,8	João Pereira Chaves	12910,7
Maria Jacinta de Oliveira	7097,9	Teresa de Jesus	4275,4	Francisco Pires Casado	12717,6

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

Tabela3: Agentes com InDegree igual ou maior que 10, por década.

1750		1760		1770	
Gertrudes Barbosa de Menezes	14	Ana Maria da Silveira	14	Manoel Bento da Rocha	18
Beatriz Barbosa Rangel	14	Jose da Silveira Peixoto	14	Inácio Osorio Vieira	14

Dionísio Rodrigues Mendes	14	Pedro Lopes Soares	12	Isabel Francisca da Silveira	12
Maria Jacinta de Oliveira	13	Dionísio Rodrigues Mendes	11	Ana Rodrigues de Jesus	10
Francisco Xavier de Azambuja	12	Antônio Jose Pinto	10		
Clara Maria de Oliveira	12	Felícia Maria de Oliveira	10		
Rita de Menezes	12				
Jose Raimundo de Ornelas	11				
Pedro Lopes Soares	10				
Rafael Pinto Bandeira	10				
Manoel Gonçalves Meireles	10				
Lucrecia Leme Barbosa	10				
Jose Carlos da Silva	10				

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão.

Nessas duas tabelas, é possível perceber uma tendência que se mantém, grosso modo, para as três décadas analisadas, e que diz respeito justamente à presença desses agentes oriundos dos estratos socioeconômicos superiores daquela sociedade nas posições mais destacadas daquelas redes. Para a década de 1750, por exemplo, é possível perceber a frequência desses agentes comparecendo como padrinhos preferenciais nos registros da freguesia. Para além do grupo vinculado a Jerônimo de Ornellas, já mencionado, podemos notar também a presença da família Pinto Bandeira, família igualmente destacada daquela comunidade. Embora as posições apresentem variações, é possível perceber os nomes das mesmas famílias

aparecendo com destaque na tabela que lista os agentes com maior índice de intermediação na freguesia.

Situação bastante semelhante pode ser observada para a década seguinte, com alguns agentes se revezando nas primeiras posições. Para os anos iniciais da década de 1770, porém, podemos notar duas diferenças principais: a primeira diz respeito à importância crescente assumida pelo grupo de famílias provenientes da vila de Rio Grande, que conforme aponta Kuhn (2006) assumiriam paulatinamente a posição de liderança política e econômica regional deste momento em diante. A outra diferença que pode ser notada é o número cada vez menor de padrinhos preferenciais, ou seja, daqueles agentes que apresentam índice de InDegree igual ou maior que 10, que cai de 13 indivíduos na década de 1750 para apenas 3 no início dos anos de 1770 (embora aí estejam sendo considerados apenas os três primeiros anos, conforme recorte originalmente proposto). Tal mudança é um indicativo de que esses agentes poderiam estar acumulando prestígio crescente para si e para suas famílias, alcançando maior destaque em um cenário onde as relações firmadas à beira da pia batismal se tornavam cada vez mais dispersas e diversificadas. Por outro lado, reforça o papel destas pessoas junto aos estratos menos favorecidos daquela comunidade, à medida que se destacavam como os “campeões de batismo” daquela freguesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício teórico realizado acima traz algumas considerações iniciais a respeito de uma pesquisa de mestrado em andamento. Os dados analisados sugerem que ao estabelecer relações verticais e horizontais através do compadrio, as famílias principais da freguesia de Viamão não apenas se legitimavam socialmente, mas contribuíam para a legitimação de outros, em um exercício de diferenciação e hierarquização social permanente. Isso é refletido nas métricas que apresentamos e nos índices alcançados por aqueles agentes.

Utilizamos o instrumental da Análise de Redes Sociais para examinar algumas das características dos relacionamentos construídos por famílias viamonenses no século XVIII através do compadrio, com o objetivo de tecer algumas considerações iniciais a respeito da forma como essa instituição era utilizada. As relações identificadas sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia social. Elas permitiram-nos distinguir um conjunto de alianças verticais e horizontais, onde temos, por um lado, ligações construídas entre famílias abastadas através do parentesco ritual, ao batizar os filhos uns dos outros, enquanto a associação com outras camadas sociais indica a utilização do compadrio também para o fortalecimento

de relações verticais com estratos subalternos, que lhe serviam de base social, econômica e política.

A inclusão desses estratos nas redes das famílias de elite respondia, portanto, a uma lógica de legitimação de uma estratificação costumeira, conforme descrito por João Frágoso, que formatava uma sociedade hierarquizada a partir de uma concepção de equidade social, ou seja, uma concepção que previa que a cada indivíduo nessa sociedade cumpria um lugar natural. Dessa forma, a construção de relações verticais respondia a uma necessidade de ordenamento social que permitia ao senhor criar uma base clientelar que lhe serviria de sustentação social e econômica, mas ao mesmo tempo também o obrigava a fornecer proteção ao seu cliente. Lembrando o que nos diz Hespanha, a prática do dom implicava também na expectativa de retribuição. Desta forma, se evidencia que o interesse dessas camadas subalternas em procurar padrinhos abastados poderia estar ligado às be-nesses que disso poderiam auferir.

Evidentemente, o compadrio era apenas uma das estratégias mobilizadas por aquelas gentes no desenvolver de suas práticas cotidianas. Não era a única, e talvez nem a mais importante. Afim a se manter à tona nas hierarquias sociais do seu tempo, as gentes da elite colonial engendravam diferentes estratégias, desde casamentos à formação de bandos, desde o arremate de contratos e a compra de cargos ao desenvolvimento de carreiras militares. E, claro, havia a *conquista*, expediente importante para a constituição de um *status* de fidalguia, mesmo que esse fosse baseado apenas no uso e no costume. Mas, dentre aquele universo de práticas ditas costumeiras, pudemos verificar que o compadrio também teve seu lugar, sendo mobilizado de formas variadas pelas gentes que compunham àquela sociedade.

Tais ilações iniciais sugerem, portanto, que os usos da instituição do compadrio naquela comunidade seguiam uma lógica situada no âmbito de uma sociedade de Antigo Regime, permeada por normas de equidade e diferenciação social. Contudo, podemos perceber que estas eram influenciadas pelas mudanças da própria dinâmica social da freguesia, à medida que novos agentes sociais se incorporavam e novas relações eram construídas. Esperamos, com o desenrolar desta pesquisa, contribuir para o aprofundamento desta discussão e o esclarecimento dos expedientes utilizados pelos diferentes segmentos sociais nos usos que faziam do compadrio e outras práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro 1º de Batismos de Viamão*. 1747-1759.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro 2º de Batismos de Viamão*. 1759-1769.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro 3º de Batismos de Viamão*. 1769-1782.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Translado dos Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão*. Anos de 1751, 1756, 1757 e 17588.
- DAVIDE, Sebastião M. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 1719. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. *Resgate de fontes paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII*. 1º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. *Resgate de fontes paroquiais - Porto Alegre e Viamão, século XVIII*. 2º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- AQUINO, Israel. Índias, pretas e donas na mesma trama: interdependência e hierarquia social no Brasil colonial (Viamão, 1747-1759). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, UFGD, v. 12, n. 23, p. 84-100, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7882>>. Acesso em: 04 fev. 2019.
- AQUINO, Israel. *O infante protetor: redes sociais e estratégias familiares na construção da imagem de um jovem senhor (Viamão, 1747-1759)*. Disponível em: <http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1529331815_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf>. Acesso em 04 fev. 2019.
- AQUINO, Israel da Silva; KÜHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 19, 2018. p. 91-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/revmar.2018.33118>>. Acesso em: 04 fev. 2019.
- BERTRAND, Michel. De la familia a lared de sociabilidad. *Escuela de Historia*, Rosário, n. 6, p. 47-80, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3541231?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 09 jan. 2019.

- BLANCO, Márcio M. *A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758)*. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/blanco%20marcio%20munhoz.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2019.
- BRUGGER, Silvia M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade*, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.
- FRAGOSO, João. A Economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XVI e XVII). *Dimensões*, Vitória: UFES, v. 13, 2001. p. 14-27. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2373/1869>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, parado: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPAÑA, Antônio M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.16, n.21, p. 121-143, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09>>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.
- OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. *Claves Revista de Historia*, Montevideo, v. 1, n. 1, 2015. p. 67-90. Disponível em: <<http://revistaclaves.fhuce.edu.uy/index.php/Claves-FHCE/article/view/16>>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder em la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de

análisis. *Revista Complutense de Historia da America*, Madrid, v. 34, p. 15-42. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHAO808110015A/28432>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1994.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MOVIMENTO SEDICIOSO: A INSURREIÇÃO TENENTISTA DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL

SEDITIONOUS MOVEMENT: THE TENENTIST INSURRECTION OF 1924 IN RIO GRANDE DO SUL

Amilcar Guidolim Vitor¹

RESUMO

O surgimento do movimento tenentista na década de 1920 fez com que oficiais de baixa patente do Exército brasileiro passassem a contestar a estrutura política da Primeira República (1889-1930). Nos anos de 1922 e 1924, insurreições armadas lideradas por esses militares fizeram oposição à presidência da República e tiveram influência sobre o desgaste do sistema implantado em 1889. Neste contexto, o artigo trata sobre os desdobramentos destas insurreições detendo-se especialmente nos acontecimentos que se desenvolveram no Rio Grande do Sul, a partir de outubro de 1924. Para tanto, recorremos a fontes escritas, como jornais e relatórios de inquéritos policiais, no sentido, de expor e analisar como o movimento rebelde foi desencadeado no estado, como se deu a participação de militares e civis, assim como a insurreição foi representada, seja pelos veículos de comunicação ou pelas autoridades ligadas aos governos federal e estadual.

Palavras-chave: Tenentismo. Insurreição. Militares. Civis.

ABSTRACT

The emergence of the tenentista movement in the decade of 1920 caused that low rank officers of the Brazilian Army began to contest the political structure of the First Republic (1889-1930). In 1922 and 1924 armed insurrections led by these soldiers opposed the presidency of the Republic and had an influence on deterioration of the system implanted in 1889. In this context, the article deals with the unfolding of these insurrections, focusing especially on the events that developed in Rio Grande do Sul from October 1924. For this we use written sources, such as newspapers and reports of police inquiries, in order to expose and analyze how the rebel movement was unleashed in the state, as did the participation of the military and civilians, just as the insurrection was represented, either by the media or by the authorities linked to the federal and state governments.

Keywords: Tenentismo. Insurrection. Military. Civilians.

1 Licenciado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus Santo Ângelo; Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria; Doutorando em História na linha de pesquisa de Memória e Patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria; Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI - Campus Santo Ângelo.

INTRODUÇÃO

O início da década de 1920 no Brasil foi marcado pelo surgimento do movimento tenentista², no corpo institucional das Forças Armadas, a qual se tornou protagonista dos desdobramentos políticos do país desde a Proclamação da República em 1889. Durante a campanha das eleições presidenciais de 1922, parte da oficialidade do Exército, principalmente, oficiais de baixa patente como tenentes e capitães, se articularam em oposição à candidatura de Artur Bernardes a presidência da República.

Desta forma, o episódio das cartas falsas³ em outubro de 1921 mexeu com os brios desses oficiais que acreditavam em um poder regenerador dos militares frente ao poder civil, reivindicando a moralização da política brasileira. Entretanto, essa oposição não impediu a vitória de Bernardes no pleito realizado em março de 1922, dando continuidade a política dos governadores⁴.

Em julho do mesmo ano, o levante no Forte de Copacabana no Rio De Janeiro, deu início a uma série de rebeliões tenentistas em oposição à

2 O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria, tenentes e capitães do Exército (PRESTES, 1997, 69). Para Borges (1992, p. 20), a designação de ‘tenentes’ surge em 1931, quando o termo ‘tenentismo’ se generaliza, referindo-se a uma “corrente”, um “partido dos tenentes”, que é visto como muito forte na cena política.

3 Esse episódio é amplamente tratado por Hélio Silva (1964). Em outubro de 1921 o jornal *O Correio da Manhã* divulgou duas cartas atribuídas ao candidato à presidência Artur Bernardes endereçadas ao senador Raul Soares. A primeira carta datada de 3 de junho de 1921 era a mais ofensiva em relação aos membros das Forças Armadas, especialmente ao marechal Hermes da Fonseca, demonstrando irritação com o jantar oferecido pelo marechal em ocasião do lançamento de sua candidatura a presidência da República. O jantar era classificado por Bernardes como uma orgia. Também se referia ao marechal como “sargento sem compostura” e que o militar precisava de uma reprimenda. Em um dos trechos lia-se: “[...] Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. [...] A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões” (SILVA, 1964, p. 61).

4 “Arranjo político organizado a partir da presidência de Campos Sales (1898-1902), o qual buscava reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado prestigiando os grupos mais fortes, estabelecendo um acordo entre a União e os Estados, buscando por fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República” (FAUSTO, 1999, p. 259).

estrutura governamental do país, especialmente, a presidência da República, passando por outras duas insurreições, uma em julho de 1924, em São Paulo, outra em outubro do mesmo ano, no Rio Grande do Sul. Tais movimentos deram origem em 1925 à marcha da Coluna Prestes que percorreu mais de vinte mil quilômetros pelo interior do Brasil na tentativa de depor o presidente Bernardes.

Após o segundo levante tenentista, iniciado em 5 de julho de 1924 em São Paulo, o Rio Grande do Sul também se articulou em torno de uma rebelião armada contra o governo federal. Lideranças tenentistas como Luiz Carlos Prestes, Antônio de Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto Lins de Barros sublevaram quartéis do estado dando início a uma movimentação rebelde que contou com a adesão de civis ligados a Aliança Libertadora⁵.

Essa tal adesão está intimamente ligada aos conflitos políticos internos que o estado vivia desde o resultado das eleições estaduais de 1922 que reelegeram o presidente do Estado Borges de Medeiros para um quinto mandato, o terceiro consecutivo, culminando com os conflitos armados, que se desenrolaram durante o ano de 1923.

Nossa proposta é expor e analisar a atuação dos militares oriundos do movimento tenentista, assim como a participação de civis ligados a Aliança Libertadora na insurreição iniciada no Rio Grande do Sul a partir de 28 de outubro de 1924, tendo como fonte as notícias veiculadas pela imprensa a partir dos jornais *Correio do Povo*⁶, de Porto Alegre e *Correio da Serra*⁷, de Santa Maria, assim como um relatório do inquérito policial da Chefatura de Polícia do Estado⁸, tendo em vista verificar como o movimento foi representado pelas autoridades.

Essa análise faz parte da pesquisa de doutorado intitulada “A Coluna Prestes 60 anos depois: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural na região das missões do Rio Grande do Sul”, desenvolvida na linha de pesquisa de memória e patrimônio no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

5 Grupo político de oposição ao governo do presidente do Estado Borges de Medeiros. Reunia federalistas, democratas e republicanos dissidentes, como João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla. A liderança do grupo era representada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato a presidente do Estado nas eleições de 1922 e derrotado por Borges de Medeiros (MAESTRI, 2010, p. 302).

6 Disponíveis no acervo do arquivo do jornal *Correio do Povo* em Porto Alegre/RS.

7 Disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/RS.

8 Disponíveis no acervo do Arquivo da Justiça Federal – Seção Rio Grande do Sul em Porto Alegre/RS.

1 As rebeliões tenentistas de 1922 no Rio de Janeiro e 1924 em São Paulo

O fim da monarquia e a Proclamação da República em 1889 significou para o Exército uma nova perspectiva em relação ao papel desempenhado pela instituição e seus membros na sociedade que se organizava a partir da década de 1890. A oposição construída contra a autoridade monárquica fortaleceu o espírito militar de que a nova ordem política significaria o protagonismo que ansiavam desde a Guerra do Paraguai.

Apesar de a condução dos destinos políticos do país ter sido retomada pelos civis a partir de 1894, a presença do Exército em eventos marcantes da Primeira República seria uma constante, algo que estava também relacionado à reorganização da formação intelectual e profissional desses militares, primeiro na Escola Militar da Praia Vermelha, depois na Escola Militar do Realengo.

A historiografia do tenentismo produziu algumas linhas interpretativas sobre o que teria sido predominante para a sublevação dos jovens oficiais a partir de 1922, se sua origem social, oriunda das camadas médias urbanas, que necessitavam de representatividade frente às oligarquias dominantes da República⁹; se sua condição na estrutura estatal enquanto membros das Forças Armadas, produzindo uma espécie de identidade militar habilitada a intervir politicamente frente aos desmandos dos condutores dos destinos republicanos¹⁰; ou se ambas as linhas interpretativas, visavam evitar a construção de uma concepção totalizadora acerca do que motivou os tenentes a intervirem a partir de 1922¹¹.

9 Essa linha interpretativa ganhou força a partir da obra *O sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, publicada em 1933. Para o autor, os tenentes eram oriundos das camadas médias urbanas e encarnavam os anseios e o mal-estar da pequena burguesia frente ao sistema centralizador e oligárquico republicano que alijava estes grupos do processo político e da incipiente modernização econômica pela qual passava o país com o processo de industrialização. Daí, os militares da baixa oficialidade representarem a força capaz de fazer frente a este sistema, o que se configuraria a partir de 1922 e resultaria no colapso do regime em 1930.

10 Nesta perspectiva analítica, enquadram-se os trabalhos precursores de Boris Fausto (1970), Paula Beiguelman (1973), Décio Saes (1975) e, posteriormente, José Augusto Drummond (1986), os quais vão entender que os tenentes não representaram um projeto político ou social das camadas médias urbanas, mas, sobretudo, assumiram um compromisso institucional que revelou um movimento tipicamente militar em sua forma, a partir de 1922.

11 Visando construir uma posição não absolutizadora que reduza as motivações dos tenentes como membros das camadas médias urbanas ou do aparato institucional do Exército para interferir no curso dos acontecimentos republicanos na década de 1920, Anita Leocádia

Para Forjaz (1977, p. 34), as Forças Armadas exerceram quase a função de partido político, constituindo o único grupo nacional organizado, com elevada expectativa sobre seu próprio papel enquanto “*estrato protetor da República*” e contando com a possibilidade do recurso à violência. Desse ponto de vista, os membros do Exército dispunham dos mecanismos para empreender não apenas a oposição, mas a insurreição contra o sistema.

Corroborando, Anita Prestes (1991, p. 87), entende que os tenentes reuniram uma série de condições específicas que permitiram transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Além de disporem das armas estavam organizados em uma instituição de caráter nacional estabelecendo contatos por todo o país.

A campanha para as eleições presidenciais de 1922 representou o momento em que as forças políticas e econômicas beneficiadas pela estrutura da distribuição do poder na Primeira República foram contestadas. A formação da Reação Republicana¹² em 1921 significou a tentativa de quebrar o sistema de monopólio e controle político fundamentado na política dos governadores. A situação, representada pela indicação do mineiro Artur Bernardes, pretendia a continuidade de um sistema considerado ultrapassado para as transformações que o país atravessava.

Desse modo, para Anita Prestes (1993, p. 38-39), a formação da Reação Republicana revelava a cisão ocorrida na classe dominante ao mesmo tempo em que novos grupos sociais irrompiam no cenário nacional, reivindicando a moralização dos costumes políticos e mudanças no sistema eleitoral, que permitissem as oposições ingressarem no fechado circuito político das elites que governavam o país.

O grande estopim para o desenvolvimento de uma forte oposição militar a candidatura de Artur Bernardes veio com o episódio das cartas falsas divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, que mesmo depois de sendo comprovadas como inverossímeis¹³, demonstravam toda a animosidade

Prestes (1991) defende que o movimento deve ser entendido levando-se em consideração as duas dimensões, além de evitar generalizações e posições subjetivistas e teleológicas.

12 “Articulação formada em 1921 pelas forças políticas vinculadas aos Partidos Republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa” (PRESTES, 1993, p. 17).

13 Artur Bernardes negou com veemência a autoria das cartas, as quais passaram por perícias. Em maio de 1922, Oldemar Lacerda e Jacinto Cardoso de Oliveira foram identificados como os falsificadores das cartas. Lacerda confessou que havia confeccionado as cartas com

entre membros do Exército e o governo que pleiteava a continuidade de seu projeto oligárquico em um momento de instabilidade política no país.

Mesmo com o episódio das cartas e a oposição de parte dos militares, a eleição de Artur Bernardes se concretizou em março de 1922, o que não evitou que conspirações, principalmente, entre a baixa oficialidade, se desenvolvessem, dessa vez, para impedir a posse do presidente eleito. Em 2 de julho do mesmo, o presidente Epitácio Pessoa determinou a prisão do ex-presidente e marechal Hermes da Fonseca como uma retaliação a sua atuação frente ao conflitos que se desenvolviam nas eleições estaduais de Pernambuco. Também determinou o fechamento do Clube Militar por seis meses. Mesmo com o relaxamento da prisão do marechal no dia seguinte, a situação impulsionou a deflagração do primeiro grande levante liderado pelos jovens tenentes. Em 5 de julho, os jovens oficiais recorreram às armas.

Devido à falta de organização e vacilações na estrutura do movimento, o levante projetado para eclodir em âmbito nacional ficou limitado ao Rio de Janeiro, mais especificamente no Forte de Copacabana liderado por Euclides da Fonseca, filho do marechal Hermes, juntamente com Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Após mais de 24 horas de resistência e a prisão de Euclides, a maior parte de soldados que faziam parte do grupo capitularam, permanecendo apenas 28 deles no Forte,¹⁴ realizando a divisão e distribuição da bandeira do Brasil em 28 pedaços. Depois saíram em caminhada em direção às tropas governistas.¹⁵

Desarticulado o movimento, restaram as representações que acabaram por transformar o fato em um grande símbolo da insurreição dos jovens tenentes contra o autoritarismo do governo de Epitácio Pessoa. Tanto os jornais *Correio da Manhã* quanto a *Gazeta de Notícias* se encarregaram de representar os acontecimentos de maneira heroica. “Os ‘Dezoito do Forte’ que passaram à história foram criados pela Gazeta de Notícias que, no dia

intuitos meramente políticos, visando elevar à presidência da República o marechal Hermes da Fonseca, destruindo a candidatura Bernardes (SILVA, 1964, p. 93).

14 Os números de quantos permaneceram no Forte ou saíram em caminhada pela praia de Copacabana não são precisos. As descrições e análises pormenorizadas do que aconteceu recorrendo aos posteriores depoimentos dos tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes são realizadas por Hélio Silva (1964).

15 Conforme Daniel Aarão Reis (2014, p. 37) depois de iniciada a troca de tiros mais intensa sobram apenas nove. Houve oito mortos, dois oficiais (Newton Prado e Mário Carpenter), um graduado (José Pinto de Oliveira, mecânico-eletricista), um civil (Otávio Costa), e quatro soldados (Manuel Antônio dos Reis, Hildebrando da Silva Nunes e dois de nomes desconhecidos). Dois oficiais ficaram gravemente feridos, mas sobreviveram, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

seguinte, em manchete divulgou o número. Por ter caído no gosto do público, a preguiça intelectual encarregou-se de repeti-lo à exaustão. O resultado, como quase sempre, foi que a lenda se converteu em história” (REIS, 2014, p. 37).

Os processos e prisões dos envolvidos nos levantes de 1922 acabaram por manter e ampliar um clima de descontentamento com o governo. Artur Bernardes assumiu a presidência da República em novembro de 1922, e impôs punições aos revoltosos baseado no Código Penal ao invés do Código de Justiça Militar. Algumas lideranças da revolta, como Siqueira Campos e Eduardo Gomes, beneficiados por habeas corpus, decidiram partir para o exílio, enquanto outros foram presos. As prisões acabaram por concentrar muitos dos envolvidos na sublevação, bem como atrair novos simpatizantes a causa, garantido assim, a continuidade das conspirações (ARAGÃO, 2012, p. 125).

Dois anos depois, em um novo dia 5 de julho, agora em São Paulo, uma nova etapa das rebeliões tenentistas teve início, dessa vez, contando com a liderança do general Isidoro Dias Lopes e também com a adesão de parte dos militares da Força Pública¹⁶ representados pelo major Miguel Costa. O objetivo do movimento era a deposição de Artur Bernardes, além das mesmas bandeiras levantadas em 1922 relacionadas à estrutura e condições das Forças Armadas. Também se continuava a oposição ao sistema republicano baseado no controle das oligarquias, reivindicava-se o voto secreto e a moralização do sistema político.

O descontentamento dos militares rebelados em julho de 1924 estava diretamente ligado à estrutura de poder organizada com a República, inclusive fazendo alusão ao papel que os próprios militares tiveram na proclamação em 1889. Utilizava-se a ideia de que eles representavam uma força regeneradora que haveria de retomar a moralidade das instituições, algo que era recorrente em outros manifestos e cartas trocadas entre os rebeldes. “Sentiam, então a necessidade de restaurar a República, nos moldes de 89, livrando-a dos vícios criados pelos civis. Para isso se apegavam à Constituição que deveria, a todo custo, ser respeitada” (CORRÊA, 1976, p. 2).

Aos poucos o governo foi impondo rigoroso bombardeio sobre as posições rebeldes, o que influiu não apenas na condição de resistência dos próprios soldados insurgentes, mas no cotidiano da cidade com sua rotina de trabalho, seu comércio, sua vida de maneira geral. O conflito acabou por

16 Denominação das polícias militares na época. Conforme Corrêa (1976, p. 27), as Forças Públicas estaduais tinham por objetivo a defesa do poder instituído no nível estadual, a preservação das relações existentes e a defesa dos interesses regionais.

transformar a cidade em um campo de batalha com as tropas federais, alvejando os insurgentes com canhões de grosso calibre e até ataques aéreos. “Os rebeldes, perplexos e indignados, ouviam Carlos de Campos, o presidente fujão, dizer com calma que estava certo ‘de que São Paulo prefere ver destruída sua capital antes que destruída a legalidade do Brasil’” (REIS, 2014, p. 46).

Noticiando os acontecimentos em São Paulo o jornal *Correio do Povo* divulgava em 13 de julho de 1924 que o presidente do Estado Borges de Medeiros havia recebido comunicado do governo federal alertando que o movimento dos militares rebeldes não passava de um motim provocado por uma parte da polícia militar do Estado, destacando que havia ficado limitado a capital paulista sem se alastrar pelo país. Também reforçava que os revoltosos estavam sendo dominados pelas forças legais¹⁷. Dessa forma, o governo federal visava minimizar a ação e os efeitos do conflito desqualificando os rebeldes e reforçando o papel e a força das tropas governistas na repressão ao movimento.

Nesse período havia também preocupação por parte do governo federal de que fosse reprimido aquilo que chamava-se de “atos de boataria”, acerca dos acontecimentos em São Paulo. Alegava o governo que se estava espalhando “*boletim sedicioso*” entre os soldados do Exército¹⁸. O fato demonstra a preocupação do governo federal em reprimir manifestações em favor do movimento rebelde ou que pudessem servir como instrumentos de mobilização de forças civis ou militares no sentido de haver novas sublevações.

Cinco dias depois deste comunicado, em 18 de julho de 1924 o *Correio do Povo* divulgava a prisão de um jornalista de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. Arnaldo Mello, diretor do jornal *Correio da Serra* havia sido detido por Miranda Netto, subchefe de polícia, sendo recolhido a capital do estado. Octávio Lemos, delegado de polícia foi nomeado censor para o jornal *Correio da Serra*.¹⁹

A prisão do jornalista Arnaldo Mello evidencia o rigor na fiscalização por parte das autoridades legais sobre quaisquer manifestações, especialmente, em jornais ou outros impressos, sobre os acontecimentos relacionados ao movimento rebelde em São Paulo, expondo também a censura, prática comum àquela época como forma de exercer o controle sobre a opinião pública.

O jornalista Arnaldo Mello era redator-chefe do jornal *Correio da Ser-*

17 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 168, 13 jul. 1924, p. 6.

18 Idem, p. 6.

19 Movimento sedicioso em São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 172, 18 jul. 1924, p. 1.

ra, do município de Santa Maria. Ligado a Aliança Libertadora, grupo político liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil²⁰, o jornal fazia oposição ao governo do presidente do Estado Borges de Medeiros²¹, reeleito para um quinto mandato nas eleições de 1922, tendo derrotado o próprio Assis Brasil. Quando da eclosão do movimento rebelde em São Paulo, o jornal passou a noticiar os acontecimentos. Em 19 de julho, o *Correio da Serra* passou não apenas a ter parte de suas notícias censuradas, como também comunicava a prisão de seu membro e sua chegada a Porto Alegre na estação dos Navegantes sendo aguardado por uma comissão da Aliança Libertadora, mas não se sabendo para onde havia sido recolhido²². No dia 20 de julho, o jornal *Correio do Povo* noticiava a transferência para o Rio de Janeiro dos jornalistas Arnaldo Mello e Julio Ruas, do jornal *O Bandoleiro*, de Alegrete. Ambos deveriam ficar a disposição do governo federal por determinação do presidente do Estado Borges de Medeiros²³.

Mesmo depois da prisão do seu redator-chefe, o *Correio da Serra* continuou divulgando os fatos relacionados ao movimento rebelde na capital paulista, intitulado suas reportagens como “O movimento subversivo em São Paulo”. Assim como o *Correio do Povo*, divulgava os informes institucionais do governo federal, os desdobramentos dos conflitos, porém não emitia juízos de valor sobre o movimento, pelo menos não em relação a elogiá-lo ou estimulá-lo.

Apesar disso, enfrentava a censura em trechos de suas reportagens e não entrava em detalhes sobre o destino de Arnaldo Mello. Somente na edição do dia 15 de agosto de 1924²⁴, o jornal de Santa Maria voltou a escrever sobre o jornalista noticiando que este se achava em Porto Alegre. Des-

20 Advogado e republicano histórico do Rio Grande do Sul. Foi deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891. Também foi embaixador e figura de destaque nos desdobramentos políticos da Primeira República (1889-1930), tanto a nível regional quanto nacional. Com as eleições para a presidência do Estado em 1922 foi candidato em oposição política a Borges de Medeiros, que desde 1913 ocupava o cargo (MAESTRI, 2010).

21 Advogado e liderança do Partido Republicano Rio-grandense durante a Primeira República (1889-1930). Foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. Reeito em 1922 enfrentou a oposição da Aliança Libertadora liderada por seu principal adversário político Joaquim Francisco de Assis Brasil, a qual resultou nos conflitos de 1923. (PESAVENTO, 1990).

22 A prisão do nosso redactor-chefe [sic] e de Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1865, 19 jul. 1924, p. 1.

23 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 174, 20 de jul. 1924, p. 6.

24 A prisão do nosso redactor-chefe [sic]. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1886, 15 de ago. 1924, p. 1.

tacava que ele era uma das figuras de maior relevância na oposição política a Borges de Medeiros, sendo por este perseguido. Também ressaltava que Mello foi o primeiro escritor a pregar a Revolução de 1923²⁵ e que usou seu jornal para estimular seus correligionários a pegar em armas para a reconquista da liberdade usurpada.

Na realidade a prisão de Mello era um resquício dos conflitos de 1923 que opuseram partidários de Borges de Medeiros e Assis Brasil na disputa pelo poder no Rio Grande do Sul. Na edição de 23 de agosto o *Correio da Serra* divulgava:

Arnaldo Mello e Julio Ruas

Já são sobejamente conhecidos os motivos que determinaram a prisão e deportação dos denodados jornalistas gaúchos Arnaldo Mello e Julio Ruas, uma torpe vingança do usurpador Borges de Medeiros contra aqueles que sempre, desassombradamente, hostilizaram a sua política bastarda e de campanário. Com a sua atitude, porém, o déspota demonstrou claramente o seu desprestígio, sua nenhuma cotação com o presidente dr. Artur Bernardes, de quem procura conseguir as boas graças na mais [ilegível] das bajulações. O ilustre dr. João Baptista Luzardo, deputado federal oposicionista, de chegada a sua terra natal, em uma palestra na redação da intemerata folha A Nação, referindo-se a prisão dos dois valentes jornalistas disse ser ela feita por uma vingança torpe de Borges de Medeiros, tanto assim que o dr. Bernardes mostrou-se surpreso ao ter conhecimento de tal medida, mandando imediatamente cassar aqueles poderes ao usurpador e pondo em liberdade na manhã seguinte ao dia da chegada aqueles valorosos confrades²⁶.

Mesmo com a assinatura do Pacto de Pedras Altas que pôs fim ao conflito de 1923, em 1924 ainda havia muitos resquícios das disputas políticas do ano anterior. Após a eclosão do segundo levante tenentista, em julho de 1924, em São Paulo, membros da Aliança Libertadora no Rio Grande do

25 Após o resultado das eleições estaduais de 1922 que deram a vitória a Borges de Medeiros, os oposicionistas ligados a Assis Brasil alegaram fraude e tomaram em armas contra o governo estadual, dando início a Revolução de 1923. Os rebeldes exigiam a derrubada de Borges do poder e também a revisão da Constituição estadual, de inspiração positivista e que permitia as reeleições consecutivas do governante. O movimento se estendeu por todo o ano de 1923 e acabou no mês de dezembro num acordo, o Pacto de Pedras Altas, entre os detentores do poder e os de fora dele (PESAVENTO, 1984, p. 86).

26 Arnaldo Mello e Julio Ruas. *Correio da Serra, Santa Maria*, n. 1893, 23 de ago. 1924, p. 1.

Sul tentaram se desvincular dos militares rebeldes reforçando sua lealdade ao governo constituído de Artur Bernardes.

Dez dias após o início do movimento em São Paulo, em 15 de julho, o *Correio do Povo* divulgava uma carta atribuída a Assis Brasil onde ele se manifestava sobre os eventos na capital paulista. Na carta o líder aliancista dizia ignorar a origem e os fins do levante militar, negando qualquer participação da Aliança Libertadora ou de qualquer outro grupo político. Encerrava dizendo: “[...] empenho-me em tranquilisar [sic] os espíritos, patenteando a minha convicção de que não estamos em presença de uma nova guerra civil e de que devemos fazer todos os esforços para manter a paz no Rio Grande do Sul, em bem da qual depuzemos [sic] sinceramente as armas, há6mezes [sic] [...]”²⁷.

Apesar das negativas em relação à participação da Aliança Libertadora no levante liderado pelos militares em São Paulo, pouco tempo depois, em outubro de 1924, a participação de civis ligados a Assis Brasil foi fundamental para a sublevação do movimento no Rio Grande do Sul.

A partir do dia 12 de julho os bombardeios das tropas federais foram intensificados sobre São Paulo, assim como foi mantida a resistência por parte do efetivo rebelde. Juarez Távora (1973, p. 144), relata em suas memórias que a situação ficou ainda mais difícil a partir do dia 20 de julho, tanto pela dificuldade em estabelecer acordo para que cessassem os bombardeios quanto para reorganizar as forças espalhadas nas trincheiras de defesa das posições rebeldes. Nesse período, novos bombardeios aéreos foram efetivados, além de serem distribuídos, também através dos aviões, boletins direcionados aos revoltosos para que entregassem as armas.

Corrêa (1976), Carone (1975) e Silva (1964) destacam que a gravidade da situação levou Isidoro Dias Lopes a uma nova tentativa de armistício entre os dias 26 e 27 de julho. Conforme Juarez Távora (1973, p. 144), fracassados os esforços das autoridades locais e do comando revolucionário para limitar os bombardeios decidiram o general Isidoro Dias Lopes e o major Miguel Costa empreender na noite de 27 para 28 de julho a retirada das forças pelo eixo ferroviário São Paulo – Campinas – Bauru.

Com o fim do conflito em São Paulo e a concentração das forças revolucionárias paulistas na região de Foz do Iguaçu, o direcionamento das ações rebeldes ganhou novos contornos, tanto em relação à resistência que deveria ser empreendida pelos paulistas quanto à possibilidade de adesão em outras regiões do país. Conforme Prestes (1995, p. 27) houve tentativas de sublevação em Manaus (AM), Óbidos (PA), Aracaju (SE) e Bela

27 Os graves sucessos [sic] de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 169, 15 jul. 1924, p. 3.
RIHGRGS, Porto Alegre, n. 156, p. 37-61, julho de 2019.

Vista (MT). Entretanto, nestes locais as forças rebeldes foram reprimidas e os movimentos não prosperaram. Viria do Rio Grande do Sul a força responsável por dar continuidade ao movimento.

2 Maragatos e tenentes em armas no Rio Grande do Sul

As conspirações tenentistas prosseguiram no Rio Grande do Sul durante todo o ano de 1924, apesar de as notícias sobre o levante em São Paulo terem chegado apenas pelos jornais (REIS, 2014, p. 50). Luiz Carlos Prestes, que viria a se constituir na maior liderança dos rebeldes gaúchos, havia sido transferido para o estado em outubro de 1922 como forma de punição a sua participação nas conspirações de julho do mesmo ano, que resultaram nas ações do primeiro levante tenentista no Rio de Janeiro (PRESTES, 2015, p. 37). No estado a missão do capitão engenheiro era exercer a chefia da Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis na região noroeste, mais especificamente nas cidades de Santo Ângelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau.

Anita Prestes (2015, p. 38-40), destaca que nesse período Prestes pôde viajar pelo estado buscando identificar novos focos revolucionários para as ações que se estavam articulando desde 1922. Passou por Cruz Alta, Santa Maria, Montenegro, Porto Alegre, Pelotas, Bagé e São Gabriel. Em carta a Eduardo Gomes, sobrevivente do levante no Forte de Copacabana, Prestes relatava que naquele estado ninguém estava interessado no governo Bernardes, sendo a principal preocupação as disputas entre assisistas e borgistas (PRESTES, 2015, p. 41).

Durante todo o ano de 1923, o Rio Grande do Sul esteve envolvido em acirradas disputas políticas, que levaram o estado a uma guerra civil entre os partidários da Aliança Libertadora liderados por Assis Brasil em oposição ao governo Borges de Medeiros. Os oposicionistas contestavam a ordem política vigente e, especialmente, o sistema eleitoral, conhecida-mente fraudulento no período. A partir de janeiro de 1923, os partidários de Assis Brasil empreenderam resistência armada contra o governo estadual. As lutas se desenrolaram até dezembro daquele ano, quando foi assinado o Pacto de Pedras Altas pondo fim ao conflito.

Tudo isso dificultava as articulações de uma nova insurreição conforme observava Prestes. Entretanto, em 1924, o cenário passou a ser outro. Com a rebelião em São Paulo e as articulações para um levante no Rio Grande do Sul, os partidários de Assis Brasil passaram a ver nos tenentes uma nova possibilidade de força oposicionista a nível regional contra Borges de Medeiros, mesmo que após a eclosão do movimento em São Paulo negas-

sem qualquer participação no levante.

Juarez Távora (1973, p. 157) destaca que em outubro de 1924 chegaram a Foz do Iguaçu vários agentes de ligação de elementos civis e militares do Rio Grande do Sul, entre eles Alfredo Canabarro, representando Honório Lemes, e Anacleto Firpo, amigo particular e representante de Assis Brasil. Távora destaca que em reunião a 5 de outubro se expôs a situação político-militar existente no Rio Grande do Sul capaz de promover um levante naquele estado em apoio às forças paulistas concentradas no Paraná.

Designado para ser o articulador das ações rebeldes no Rio Grande do Sul, Juarez Távora partiu para o estado, passando também por território argentino. Távora (1973, p. 158), relata que em 10 de outubro dirigiu-se para Monte Caseros na Argentina, onde dois dias depois se encontrou com Honório Lemes na fazenda Catalã, visando acordar detalhes do movimento no Rio Grande do Sul. Também no Uruguai relata ter tido um encontro com Assis Brasil combinando a natureza da cooperação que elementos civis teriam no levante que se estava articulando.

Todavia, novamente noticiando os acontecimentos relacionados aos movimentos rebeldes, o jornal *Correio do Povo* de 23 de outubro divulgou acerca da participação de Honório Lemes em um possível levante no Rio Grande do Sul:

Movimento Sedicioso

O general Honório Lemes não cogita de reunir gente Telegramma [sic] da Aliança [sic] Libertadora de Quarahy [sic] ao chefe de polícia do Estado

Quarahy [sic], 22 – A Aliança [sic] Libertadora, desta cidade, dirigiu, hoje, o seguinte telegrama [sic] ao chefe de polícia do Estado:

“Desde três dias, circulam, aqui, boatos, tendentes a fazer crer que o general Honório Lemes e emissários do coronel João Francisco estão na estância Catalan [sic], na república do Uruguay [sic], distante oito léguas desta cidade, reunindo gente, comprando cavalhada e recebendo armamento, munições e metralhadoras com o intuito de invadir o Estado. Esses boatos chegaram até o governo do Estado confirmados pelas altas autoridade de Quarahy [sic] e chefes políticos, que garantiram a sua veracidade, conforme nos declarou o sub-chefe [sic] da polícia. O sub-chefe [sic] de polícia palestrou longamente com o general Honório Lemes, o qual declarou pedindo que se tornasse publico, sobre palavra de honra, que não reunia gente actualmente [sic], para invadir o Estado, e estava passando alguns dias com o seu intimo amigo Emilio Silva, o qual administra a estancia Ca-

talán [sic], como também breve visitará os seus amigos de Quarahy [sic]. Tão catégoricas [sic] foram as declarações do general Honório Lemes ao sub-chefe [sic], que este deveria tê-la transmitir [sic] a v. ex. Devemos agora ponderar a v. ex., que não temos motivos para romper o compromisso espontâneo que fizemos, em palestra com v. ex., nessa capital, da não convivência [sic] da oposição [sic] de Quarahy [sic] com o movimento subversivo”.²⁸

Como já havia acontecido anteriormente, mais uma vez membros da Aliança Libertadora negavam participação nas ações dos militares. Obviamente, a fala atribuída a Honório Lemes visava despirar as autoridades. Na medida em que se efetivou o levante dias depois, a partir de 28 de outubro, elementos civis ligados a ele e a Assis Brasil aderiram à causa rebelde dos tenentes no Rio Grande do Sul constituindo-se em uma força fundamental para que o movimento logre-se êxito no estado.

Em Santo Ângelo Luiz Carlos Prestes demonstrava apreensão com a indefinição das ações rebeldes. Conforme Anita Prestes (2015, p. 50), Luiz Carlos Prestes havia enviado um bilhete ao tenente Aníbal Benévolo, importante organizador das ações rebeldes no Rio Grande do Sul, e que sublevou o regimento de São Borja, avisando de que se até o dia 31 de outubro não recebesse nenhuma informação marcando a data do levante, iria rebelar sozinho o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo.

A chegada ao estado de Juarez Távara e Siqueira Campos, este vindo da Argentina onde estava exilado, acelerou a organização das ações, que afinal foram marcadas para a madrugada de 28 para 29 de outubro, “[...] dando-se disso ciência, por telegramas em linguagem convencionada, aos oficiais compromissados em Alegrete, São Borja, São Luís, Santo Ângelo, e aos chefes civis, em Melo e Artigas” (TÁVORA, 1973, p. 159).

De acordo com Prestes (1991, p. 119), na noite de 28 de outubro rebelou-se o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes e do tenente Mário Portela Fagundes. Na madrugada de 29, sublevou-se o 3º Regimento de Cavalaria Independente de São Luiz Gonzaga, sob o comando do tenente João Pedro Gay; o 2º Regimento de Cavalaria Independente de São Borja, sob o comando do tenente Aníbal Benévolo, contando com o auxílio do tenente Siqueira Campos; e o 5º Regimento de Cavalaria Independente de Uruguaiana, obedecendo às instruções de Juarez Távara e também do civil Honório Lemes.

Dois dias depois ainda se insurgiu uma bateria do 2º Regimento de

28 Movimento sedicioso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 255, 23 out. 1924, p. 1.

Artilharia a Cavalo de Alegrete, sob o comando do tenente João Alberto Lins de Barros. Ainda conforme Anita Prestes (1991, p. 119), além de Honório Lemes, outros civis ligados a Assis Brasil também aderiram ao levante, como Felipe Portinho, Leonel Rocha, Pedro Aarão, Zeca Neto, Inocêncio e João Silva, João Portinho, Juca Raimundo, Júlio Barrios, Márcio Garcia, Sezefredo Aquino, Nestor Veríssimo e outros.

No dia 30 de outubro, o *Correio do Povo* noticiava sobre a insurreição militar dando destaque aos quartéis rebelados pelo estado, especialmente, na região das missões²⁹, e informando que o batalhão ferroviário de Santo Ângelo tentou tomar a cidade vizinha de Ijuí, sofrendo resistência por parte da guarda municipal.³⁰

As notícias ainda davam conta da reação do governo ao levante com o deslocamento de tropas, como do 7º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre, para a região das missões³¹. No dia seguinte, o jornal continuava noticiando sobre os desdobramentos das ações rebeldes dando atenção especial a adesão de Honório Lemes ao movimento, destacando que este, vindo do Uruguai, rumava em direção a Uruguaiana para fazer causa comum aos rebeldes³².

De acordo com Juarez Távora (1973, p. 161-163), Honório Lemes desempenhou papel importante no levante. Chegando a Uruguaiana em 30 de outubro, Távora descreve que passou o comando do movimento para Honório e rumou para Alegrete. Como testemunha do que aconteceu, o tenente Távora destaca o senso tático daquele a quem chama em suas memórias de “*velho caudilho gaúcho*”. Sua única discordância foi em relação a ter visto adversários do conflito tendo sido degolados pelas tropas de Lemes, prática comum de conflitos em terras gaúchas, especialmente, na Revolução Federalista de 1893. O tenente salienta ter explicitado sua repulsa ao comandante civil.

Outra importante fonte de informação sobre o levante de outubro de 1924, no Rio Grande do Sul, é o inquérito policial que foi efetivado pela justiça do Estado a partir de 1925, onde constam os relatórios da Chefatura de Polícia encaminhados para análise do judiciário. Na documentação existe um relatório do chefe de Polícia do Estado Armando Azambuja encaminhado ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul em

29 Região noroeste do Rio Grande do Sul, assim chamada em função do seu passado jesuítico-indígena dos séculos XVII e XIII.

30 Levante militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 261, 30 de outubro de 1924, p. 3.

31 Idem, p. 3.

32 Levante militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 262, 31 de outubro de 1924, p. 3.

setembro de 1925, quase um ano após o início do levante. No documento, Azambuja faz um relato sobre os acontecimentos do ano anterior, ressaltando especialmente a participação de civis gaúchos, tanto nas conspirações quanto na efetivação do levante no Rio Grande do Sul. Assim descreve o início do movimento rebelde:

É notório que em 5 de julho do anno [sic] passado vários corpos do exército nacional, destacados em São Paulo, levantaram-se em armas, com o intuito confessado de depor o presidente da Republica e de reformar a Constituição de 24 de fevereiro. Desde logo, como é sabido, esses conspiradores, a que se juntaram grandes contingentes da policia paulista e muitos civis, nacionaes [sic] e estrangeiros [sic], apoderaram-se da capital daquelle [sic] estado, apossaram-se das repartições públicas e praticaram innumeros [sic] crimes contra a vida, a liberdade e a propriedade pública e particular. Essas rebeliões, todas com eguaes [sic] propósitos, foram o desfecho de pertinaz propaganda no seio do exército, trabalhado por agitadores civis e militares, por dyscolos [sic]³³ de toda sorte. Aqui no Rio Grande do Sul eram insistentes os boatos sobre a solidariedade de muitos officiaes [sic] das nossas guarnições com os seus camaradas revoltosos de São Paulo. Quando estallou [sic] a revolução naquelle [sic] Estado, os mashorqueiros [sic]³⁴ que, em 1923, convulsionaram o Rio Grande, assanharam-se, rejubilaram-se. O chefe principal desses perturbadores da ordem, o dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, em 13 de julho, 8 dias, portanto, depois do levante sedicioso de S. Paulo, deixou sua herdade de Pedras Altas, passando para o território uruguayo [sic]. Alguns dias depois emigrou também Honorio Lemes, general da revolução assisista de 1923, raboleva [sic] de Assis Brasil. Nem Honorio, nem Assis fugiram ao temor de algum perigo pessoal. A elles [sic] as autoridades [sic] estaduaes [sic] offereceram [sic] todas as garantias para que tornassem a seus lares. A despeito disso, teimaram em ficar em terra estrangeira [sic], pretextando receios de violências, vinganças de luctas [sic] passadas. Zéca Netto, outro general da revolução de 1923, assisista apaixonado, estava na capital da República, quando irrompeu a revolução em São Paulo. Embarcou logo para Montevidéo [sic], onde de chegada, em entrevista a imprensa, manifestou-se a favor dos rebeldes. Honorio Lemes, Assis Brasil, e Zéca Netto ti-

33 Desordeiros, insubordinados.

34 Agitadores.

veram varias conferencias no Uruguay [sic] e na Argentina, antes de propagar-se ao Estado o movimento sedicioso iniciado em São Paulo.³⁵

O chefe de polícia, além de desqualificar e representar o movimento como baderneiro, agitador e subversivo, dá ampla atenção em seu relatório à participação dos elementos civis ligados a Assis Brasil nas ações revolucionárias de 1924, especialmente, Honório Lemes e Zeca Netto. Assim como, o jornal *Correio do Povo* também evidenciou, havia grande preocupação das autoridades ligadas ao governo com a adesão dos membros da Aliança Libertadora às ações revolucionárias, revivendo os conflitos que em 1923 abalaram permanentemente o Rio Grande do Sul. Completando suas observações, Azambuja responsabiliza Assis Brasil e a Aliança Libertadora sobre o desencadeamento dos acontecimentos revolucionários no estado:

Quando, em 29 de outubro de 1924, revoltaram-se alguns corpos do exército aqui do Sul, Honorio Lemes regressou apressadamente ao Rio Grande e assumiu, em Uruguayana [sic], o comando [sic] em chefe das forças revolucionarias daquela [sic] cidade. A gente da chamada “Alliança [sic] Libertadora”, corporação fundada por Assis Brasil, para defesa de seus planos políticos, com poucas excepções [sic], alçou o collo [sic], fez causa comum [sic] com os revolucionários, pegando em armas, amparando-os com o seu concurso moral e econômico. Da attitude [sic] da “Alliança [sic] Libertadora”, das manobras de Assis Brasil, desde que estallou [sic] o levante militar de S. Paulo; das suas confabulações com Honorio Lemes, Zéca Netto e emissários de João Francisco e Izidoro Dias Lopes; da conducta [sic] dos deputados Plinio Casado, Baptista Luzardo e Arthur Caetano, agentes do sr. Assis Brasil, na representação nacional, negando solidariedade politica ao presidente da República contra os revolucionários de S. Paulo e confessando suas sympathias [sic] pelo movimento sedicioso, quando atingiu o Rio Grande; do manifesto do dr. Assis Brasil, lido na Câmara dos Deputados e no Senado; força é concluir que o mesmo dr. Assis Brasil é um dos maiores responsáveis pela última revolução no Rio Grande do Sul, como foi em 1923 o

35 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Amando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 17-18. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

seu principal fator [sic]³⁶.

No mesmo documento ainda consta o relato sobre os acontecimentos em Uruguaiana quando da sublevação do 5º Regimento de Cavalaria Independente sob as ordens de Juarez Távora. Aponta como colaboradores de Távora os tenentes Edgar Dutra, Ambire Cavalcanti, Valério Lacerda e Aristides Correia Leal, destacando também a adesão de Honório Lemes, o qual foi aclamado comandante geral. “[...] Esses revoltosos apoderaram-se imediatamente [sic] de todos os edificios públicos, instituíram governo militar e civil no município, fizeram extorções [sic] ao commercio [sic], aos bancos, saquearam os cofres municipaes [sic] e a alfandega”³⁷.

Quando da efetivação do levante em 29 de outubro os revolucionários de Uruguaiana redigiram e divulgaram a população um manifesto onde explicavam sobre a importância e a necessidade do movimento e, principalmente, tranquilizavam sobre a garantia dos direitos do povo, chamando também a atenção quanto ao acatamento das ordens que vinham do comando revolucionário. Um manifesto semelhante também foi redigido em Santo Ângelo. O manifesto de Uruguaiana consta no relatório do chefe de polícia e foi assim redigido:

A Revolução ao povo

Pegando em armas contra o Governo que tem expoliado [sic] os bens do povo e sacrificado os interesses superiores do Paiz [sic], não queremos, de forma alguma, causar inúteis [sic] danos [sic] a população rio-grandense. A todos os cidadãos que se abstiverem de participar directa [sic] ou indirectamente [sic] na luta [sic] – qualquer que seja o seu credo político – serão garantidos os direitos que lhes confere a nossa Constituição. Offerecendo [sic], assim, amplas garantias ao povo, exigimos, em troca, inteiro acatamento às nossas ordens. Qualquer tentativa de perturbação da ordem promovida dentro da nossa zona de jurisdição será summaria [sic] e severamente [sic] castigada. O governo da cidade passa a ser exercido por dois governadores, um civil outro militar. Ao governador civil cabem todas as atribuições [sic] pertencentes antes ao prefeito municipal. Ao governador militar compete a organização do serviço de policiamento e de segurança da cidade, a convocação dos reservistas, organização de unidades e contingentes superintendência do serviço de requisições, organização de

36 Idem, p. 19.

37 Ibidem, p. 20.

tribunaes [sic]marciaes [sic] e todas as medidas de caracter [sic] militar exigidas pelas circunstancias do momento. São nesta data considerados affastados[sic] de seus cargos as seguintes autoridades: intendente, vice-intendente [sic], conselheiros municipaes [sic], delegado de policia, sub-intendentes [sic]districtaes [sic], administrador do mercado público, do matadouro, sub delegados de policia. O policiamento da cidade passa a ser feito por voluntários armados sob a fiscalização de um official [sic] de forma a garantir a todos absoluta tranquillidade. A justiça civil poderá continuar a exercer livremente as suas funções [sic] no julgamento dos crimes [sic] comuns. A Revolução lhe garante, nesse tocante, uma autonomia integral e absoluta.

Uruguayana [sic], 29 de outubro de 1924.

Juarez Távora – Governador militar

Lucio de Magalhães – Governador civil³⁸

Após a tentativa fracassada de tomar Alegrete o efetivo revolucionário retornou a Uruguaiana decidindo logo depois tomar rumo em direção a Quaraí e Santana do Livramento, de onde Honório Lemes recebera informações de que o 7º Regimento de Cavalaria Independente pudesse aderir à revolução (TÁVORA, 1973, p. 163). Durante esse trajeto aconteceu uma das batalhas mais decisivas no Rio Grande do Sul e que alterou os destinos do movimento no estado. Ao amanhecer do dia 8 de novembro as tropas rebeldes foram duramente atacadas na localidade de Guaçu-Boi, interior de Alegrete, por efetivos legalistas que estavam na região.

Para tanto, João Alberto Lins de Barros (1997, p. 43), atribui a emboscada às decisões de Honório Lemes de realizar marcha durante a noite anterior ao combate. “A concepção de marcha noturna do General Honório era simplória. Ao invés de marcha coberta, evitando demonstrações que pudessem revelar-nos ao inimigo, o general agia despreocupadamente, sem pensar nas forças contrárias que se supunham distantes” (BARROS, 1997, p. 43).

Em Guaçu-Boi as tropas rebeldes foram duramente reprimidas pelas forças do general legalista Flores da Cunha, levando o efetivo a se dispersar e Honório Lemes bater em retirada. “[...] Batalha perdida. O General Honório retirava-se com o grosso das tropas revolucionárias em direção

38 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Armando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 133. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

a Quaraí, enquanto nós, cortados da coluna, só podíamos retroceder para Ibirocaí” (BARROS, 1997, p. 46). Sobre esse fato consta no relatório do chefe de polícia Armando Azambuja detalhes sobre o destino tomado por Honório Lemes desde o fracasso em Guaçu-Boi até o seu internamento no Uruguaí. O relato é extenso, mas dá uma significativa dimensão da importância desse caudilho veterano de 1923 para as autoridades do Rio Grande do Sul:

Honorio Lemes, fugindo de Guassú-Boi [sic], foi ter ao município de Quarahy [sic], onde reuniu um grupo de seus companheiros de derrota e onde a elle [sic] se juntaram os contingentes sediciosos de Theodoro de Menezes, Catinho Pinto, Joaquim Buenos Ayres, Alfredo Lemes e de Raphael Bandeira Teixeira. Com essa nova columna [sic] seguiu Honório em direcção [sic] do município do Rosário, onde assaltou a coudelaria nacional, apprehendeu [sic] armas e apoderou-se de animaes [sic] de raça dessa coudelaria, tendo ahi [sic] dado ligeiro combate com um esquadrão do 15º corpo auxiliar da Brigada Militar. Alguns dias depois, em 22 de novembro, Honório atacou de surpresa [sic], no lugar [sic] denominado Cerro da Conceição, município de Livramento, a columna [sic] legal, que por ali passava, e que se compunha do 15º corpo auxiliar e do 2º corpo effectivo [sic] da milícia estadual [sic], e que era comandada [sic] pelo coronel Januario Corrêa. Em 26 de novembro, Honorio Lemes acampou com sua gente nas vizinhanças da villa [sic] do Rosario e mandou um contingente as ordens de Julio Ruas e dos tenentes Ary Freire Salgado e Pedro Palma a povoação. Esse contingente começou por arrombar a Intendência Municipal, destruir seu archivo [sic] e apoderar-se de vários objectos [sic]. Em seguida Ary, Ruas e Palma invadiram diversas casas commerciaes [sic] e afrontosamente [sic] exigiram mercadorias e dinheiro, que lhes foi entregue, e sob ameaça de incêndio extorquiram dos agentes do Banco Nacional do Commercio [sic], Do Banco da Província e do Banco Pelotense, de cada um 25 contos. Depois dirigiram-se ao estabelecimento da Companhia Swift e arrancaram do seu gerente, com ameaças de incêndio, um cheque em favor do dr. Assis Brasil, no valor de 150 contos de réis. Honorio, após varias correrias nesse município, no de S. Vicente e de São Gabriel, foi alcançado pelas forças legaes [sic] do comando [sic] do tenente-coronel Julio Raphael Bozano, que lhe deu três combates e lhe infligiu três derrotas sucessivas [sic], no Passo do Velhaco, no Passo das Carretas e no Passo do Camaquam [sic], sendo que, neste último ponto, Honorio

fizera junção [sic] com Zéca Netto e foram ambos destruídos e tiveram que se refugiar em seguida na república do Uruguay [sic].³⁹

Depois do internamento de Honório Lemes e Zeca Netto no Uruguai, Juarez Távora se direcionou para Rivera, retornando posteriormente o contato com os rebeldes em São Borja, para onde João Alberto Lins de Barros também se deslocou encontrando o restante do grupamento rebelado naquela cidade.

Em relação ao levante em São Borja o relato do chefe de polícia afirma que na noite de 28 para 29 de outubro foram presos pelos rebeldes o capitão Leopoldo Almada e o coronel Eulálio Franco. Destaca que o levante foi liderado pelo tenente Siqueira Campos e o capitão do regimento Ruy Zubaran, auxiliados pelo capitão Luiz Delmont e pelos tenentes Aníbal Benévolo, Oscar Waldetaro, Sandoval Cavalcanti, Carlos Abreu dos Santos Paiva, João Evangelista Pinto da Costa e Álvaro Pinto, todos pertencentes ao regimento local. Além deles, também tomou parte o civil Dinarte Rey Dornelles. Destaca que o capitão Zubaran assumiu o comando militar e Dinarte Dornelles o comando civil, assim como aconteceu em Uruguaiana. Também alega a existência de saques, incêndios e depredações provocados pelos rebeldes⁴⁰.

Armando Azambuja também relatou sobre a tentativa do efetivo revolucionário de tomar Itaqui no início de novembro, salientando a resistência legal empreendida pelo 1º Grupo de Artilharia a Cavalos. Afirma que tanto o efetivo de Uruguaiana comandado por Juarez Távora quanto de São Borja auxiliado pelo 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, deslocado para a região e comandado pelo tenente Mário Portela Fagundes, tentaram tomar Itaqui. Azambuja enaltece a participação de Osvaldo Aranha e de grupos civis auxiliando as forças legais no combate aos revolucionários de São Borja, Uruguaiana e Santo Ângelo.

Após as tentativas frustradas de tomar e estabelecer bases em Alegrete e Itaqui, as tropas rebeldes tiveram de se rearticular em São Borja. Luiz Carlos Prestes e Mário Portela Fagundes, líderes do movimento em Santo Ângelo, que haviam se deslocado da região das missões para dar suporte aos comandados de Siqueira Campos e Aníbal Benévolo, participaram das decisões de reagrupar os soldados que restavam dos quartéis rebelados.

39 Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Armando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924. v. 1, p. 22. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.

40 Idem, p. 26.

João Alberto Lins de Barros (1997, p. 47), afirma que no encontro que teve com Prestes em São Borja se expôs a situação de vários oficiais demonstrarem interesse em encerrar a resistência e emigrar para a Argentina, o que acabou por se confirmar. Porém, também destaca a determinação do jovem oficial em continuar o movimento, desta vez concentrando forças em São Luiz Gonzaga na região das missões.

Conforme Anita Prestes (1991, p 131), em meados de novembro o único bastião revolucionário organizado no Rio Grande do Sul concentrava-se em São Luiz Gonzaga sob o comando de Luiz Carlos Prestes. Sendo pressionados por efetivos legais do governo do Estado, os rebeldes passaram a empreender marcha em direção ao Paraná onde estava o efetivo paulista do movimento resistindo desde a retirada de São Paulo no final de julho. Na passagem do Rio Grande do Sul para Santa Catarina em janeiro de 1925 o efetivo rebelde que havia se levantado em outubro contava com militares e civis em seu corpo revolucionário. Entretanto, já não dispunha da participação de lideranças da Aliança Libertadora que haviam aderido ao movimento meses antes.

Os destacamentos da coluna gaúcha estavam sob o comando direto dos militares. Luiz Carlos Prestes era o comandante geral das forças, enquanto Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Aristides Correa Leal e Ary Salgado Freire comandavam os destacamentos e regimentos que compunham as tropas.

Em janeiro de 1925, os revoltosos deixavam o Rio Grande do Sul com o governo vangloriando-se de ter expulsado os rebeldes, fabricando uma imagem de permanente fuga e derrota dos insurgentes. Para Anita Prestes (1991, p. 154), ao apresentar essa imagem deturpada da situação real dos rebeldes, o governo pretendia desencorajar novas tentativas de levante, bem como representar o movimento perante a opinião pública como sedicioso e subversivo.

CONCLUSÃO

O movimento tenentista da década de 1920 foi o responsável não apenas por promover movimentos insurgentes no seio das Forças Armadas e expor as contradições do sistema político e eleitoral do Brasil republicano, mas também teve uma influência significativa sobre os destinos políticos do país, colaborando com o colapso da Primeira República em 1930, especialmente porque muitos militares que estiveram presentes nas revoltas de 1922 e 1924 participaram do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder.

Buscamos nesse texto expor como se desenvolveram as revoltas te-

mentistas de 1922 e 1924, principalmente, no que se refere ao desencadeamento do movimento insurrecional em outubro de 1924, no Rio Grande do Sul. Militares e civis ligados a Aliança Libertadora foram os responsáveis diretos por protagonizar as ações em oposição aos governos estadual e federal.

Dessa forma, é possível concluir que, enquanto os interesses dos militares estavam mais direcionados a contestação da estrutura de forças e o sistema político organizado a nível nacional, as atenções dos civis da Aliança Libertadora eram direcionadas a oposição ao governo de Borges de Medeiros, resquícios das disputas eleitorais locais de 1922 e dos combates armados de 1923. Não seria precipitado afirmar que a adesão dos civis gaúchos a insurreição dos militares teve mais a ver com seus interesses locais do que com os interesses a nível nacional do movimento tenentista.

Como podemos demonstrar ao longo do texto através da exposição e análise das notícias veiculadas pelos jornais *Correio do Povo* e *Correio da Serra*, além do relatório do delegado Chefe de Polícia do Estado Armando Azambuja, a atenção da imprensa e das autoridades gaúchas estavam significativamente voltadas para a participação dos civis da Aliança Libertadora nas ações rebeldes desencadeadas pelos militares. Neste contexto, preocupar-se com a participação de Assis Brasil, Honório Lemes, Zeca Netto e outras aliancistas, assim como representar o movimento como sedicioso, subversivo e atentatório contra a ordem constitucional foi uma estratégia das autoridades legais, supervisionado e valendo-se do estado de sítio e da censura à imprensa como forma de exercer seu controle.

O resultado direto das insurreições de julho e outubro de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul foi a unificação dos efetivos rio-grandenses e paulistas, a partir de março de 1925 na região de Foz do Iguaçu no Paraná. A partir desta união, o efetivo rebelde passou a empreender marcha pelo Brasil chegando a adentrar o território do Paraguai.

Quase dois anos depois, em fevereiro de 1927, após mais de vinte mil quilômetros de marchas e combates com tropas governistas, os líderes da Coluna resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís e o comando da Coluna percebeu que os problemas brasileiros eram bem mais complexos. Terminava em Santa Cruz de La Sierra a marcha da Coluna Prestes, movimento que teve em seu processo de formação a participação de jovens oficiais do Exército insatisfeitos com os destinos políticos do país e civis gaúchos insatisfeitos com os destinos políticos do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- ARNALDO Mello e Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1893, 23 ago.1924.
- BARROS, João Alberto Lins de. *A marcha da Coluna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos em ciência política*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.
- CARONE, Edgar. *O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. São Paulo: Difel, 1975.
- CHEFATURA de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de setembro de 1925. *Relatório encaminhado pelo Chefe de Polícia Amando Azambuja ao Procurador Seccional da República no Rio Grande do Sul acerca do movimento revolucionário de 1924*. v. 1, p. 17-18. Arquivo da Justiça Federal, Seção judiciária do Rio Grande do Sul.
- CORRÊA, Anna. Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LEVANTE militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 262, 31 out.1924.
- LEVANTE militar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 261, 30 out.1924.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. *O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo*. Santo Ângelo: Ediuri, 2002.
- MOVIMENTO sedicioso em São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 172, 18 jul. 1924.
- MOVIMENTO Sedicioso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 255, 23 out. 1924.

- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 168, 13 jul. 1924.
- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 169, 15 jul. 1924.
- OS GRAVES sucessos de São Paulo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, n. 174, 20 jul. 1924.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL/DIVERGS, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, 1993.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopéia brasileira: a coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- A PRISÃO do nosso redactor-chefe e de Julio Ruas. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1865, 19 jul. 1924.
- A PRISÃO do nosso redactor-chefe. *Correio da Serra*, Santa Maria, n. 1886, 15 ago. 1924.
- REIS, Daniel. Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTAROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.
- SILVA, Hélio. 1922: sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- TÁVORA, Juarez. *Juarez Távora: uma vida e muitas lutas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

PERCEPÇÕES DE VIDA E DE MORTE NA PRÁTICA DOS BENZIMENTOS: ALTERIDADE, SIGNIFICADOS E IMAGINÁRIOS DAS RELAÇÕES DE CURA

LIFE AND DEATH PERCEPTIONS IN THE PRACTICE OF BLESSINGS: ALTERITY, MEANINGS AND IMAGINATION OF HEALING RELATIONS

Juliani Borchardt Silva¹

Ronaldo Bernardino Colvero²

Eduardo Jordão Knack³

RESUMO

Os benzimentos possuem distintas significações diante dos grupos sociais onde estão inseridos, em especial para aqueles que os praticam lhe atribuindo significados. Estes, por exemplo, vão além de uma simples tentativa de cura física, pois de forma cultural produzem elementos que são compartilhados e apropriados em vários campos, sendo os sentidos atribuídos à cura e conseqüentemente suas percepções à vida e morte elementos cotidianos e mercantes no ofício do benzedor. Através da oralidade, tais ideias são compartilhadas no grupo social do qual estes sujeitos fazem parte, sendo esta, uma das maneiras pelas quais ocorre a legitimação e a difusão da prática do benzedor, que nas narrativas se constitui como indivíduo portador de uma identidade peculiar perante a comunidade que o acolhe, bem como, o reconhece como referência de poder diante da cura, da vida e da morte, haja vista que neles depositam confiança e fé, constituindo e fortalecendo as relações e significados destes sujeitos num contexto transmitido e recriado permanentemente na cultura e na memória. As narrativas produzidas por estes agentes foram essenciais no estudo e entendimento desta prática, sendo o único subsídio para sua análise e compreensão nos dias atuais.

Palavras-chave: Benzimentos. Imaginários. Oralidade. Vida. Morte. São Miguel das Missões - RS.

1 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui graduação em Administração- Projetos e Empreendimentos Turísticos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2009) onde também cursou especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio (2012). É Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014) e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Graduada em História-Licenciatura pelo Centro Universitário Internacional (2018). Possui experiência em organizações civis e públicas que tratam da temática do Patrimônio Arqueológico, histórico, cultural e de memória. Atualmente atua na assessoria acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo-RS.

2 Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Professor do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL

3 Doutor em História. Professor do PPG em Memória Social e Patrimônio

ABSTRACT

The blessings have different meanings before the social groups where they are inserted in, especially for those who practice them, assigning meanings to them. These, for example, go beyond a simple attempt at physical healing, because in a cultural way they produce elements that are shared and appropriated in various fields, the senses being attributed to healing and consequently their perceptions of life and death daily and merchant elements in the craft of the blesser. Through orality, these ideas are shared in the social group of which these subjects are part of, and this is one of the ways in which legitimation and diffusion of the practice of the blesser occurs, which in the narratives constitutes as an individual with a peculiar identity before the community that accept it, as well as recognizes it as a reference for power before the healing, life and death, given that in them they place trust and faith, constituting and strengthening the relations and meanings of these subjects in a context transmitted and recreated permanently in the culture and memory. The narratives produced by these agents were essential in the study and understanding of this practice being the only subsidy for its analysis and understanding today.

Keywords: Blessings. Imaginary. Orality. Life. Death. São Miguel das Missões - RS.

INTRODUÇÃO

Ao se falar da prática dos benzimentos, torna-se inevitável relacioná-la com a necessidade de cura de algum problema de saúde daqueles indivíduos que vislumbram na figura do benzedor o canal para a solução das mais variadas moléstias, de simples resfriados até doenças complexas e graves, sendo as motivações para esta procura plurais e determinadas pelas características culturais, simbólicas, de saúde, de fé e religiosas dos sujeitos que constituem significados e discursos diante destas situações.

É importante ressaltarmos que apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido pelo homem, especialmente nos últimos dois séculos, paira ainda sobre a humanidade o desconhecimento total sobre as origens e os sentidos da vida bem como o controle sobre a morte, pensamento e prática que, provavelmente, permeia cotidianamente as relações e o imaginário de todos os indivíduos existentes no mundo: Quem sou? De onde vim? Para onde vou?

Perguntas estas que não são fáceis de serem respondidas tecnicamente, são por outro lado fonte de discurso, de alteridade e cultura para sujeitos que acreditam e atribuem sentidos e justificativas diferentes para situações que envolvem a respectiva temática.

Buscou-se ao longo do presente artigo, através de pesquisa bibliográfica e entrevistas junto a benzedores, percepções que direcionem seus aspectos de imaginário e significações nas relações de cura em seu ofício de benzer, onde os mesmos constroem marcas de alteridade em sua prática, seja pelos sentidos atribuídos, seja pela manutenção de uma tradição em si

que se mantém pela consolidação destas diferenças, criadas e compartilhadas através da oralidade.

1 Vida, morte e cura como vivências humanas

A tentativa de justificar as origens e os destinos dos homens não é recente, tampouco pode ser considerada única em suas possibilidades de discursos e interpretações, podendo estas ser tanto de ordem biológica quanto religiosa. Esta última provavelmente oferece as mais variadas possibilidades de interpretações, justamente pela quantidade de produção simbólica e (porque não cultural) produzida neste campo. Desta maneira, as distintas igrejas e suas variadas denominações abarcam segmentos e públicos que contemplam discursos e teorias sobre o sentido da vida e da morte, sendo provavelmente impossível atualmente uma única instituição que contemple todas as percepções e mentalidades sobre este tema, dando margens assim para uma pluralidade de interpretações, discursos e entidades que buscam se alçarem como os conhecedores e transmissores da verdade neste quesito, o que gera conflitos de territórios e principalmente entre estes discursos que almejam se legitimarem como verdadeiros em meio a esta multiplicidade ideológica.

Em relação às instituições religiosas, Camargo ressalta que:

Por isso toda religião deve ser vista como um instrumento para o homem explicitar o seu encontro interior com Deus, manifestando a experiência desta realidade e a fortificando; a fé brota de dentro para fora, de uma convicção de valores espirituais; ela não pode uma imposição exterior de atos que não signifiquem nada para quem os pratica. Mesmo o aspecto social das religiões não representa um mero aglomerado de pessoas ignorantes e inconscientes, mas deve ser a reunião de quem participa em atos que sua inteligência considera razoáveis, que sua vontade decidiu praticar e que foram impulsionados [...]. (1991, p. 59)

Para o autor, a união destes sujeitos representa uma sinergia de ideias e pensamentos que não surgem aleatoriamente, porém são reflexo de uma experiência e realidade vivida e compartilhada, que de forma social dá sentido às manifestações por eles produzidas, reproduzidas e consolidadas como importantes em suas vidas. Não se trata de algo ingênuo ou inconsciente, mas sim reflexo de uma vontade impulsionada e fortificada por valores de fé e pelo desejo manifestado de fazer parte daquele grupo. É preciso, porém, vislumbrar estes espaços como um ambiente de discursos e

ideias compartilhadas por determinado coletivo, que vislumbram das mesmas percepções que foram produzidas socialmente de forma intencional e, dentro de um contexto social, reproduzidas, onde estes mesmos sujeitos ora se adaptam e aderem à estas instituições e suas regras, ora se afastam, dependendo de seus interesses identitários naquele momento.

Dastur (1942, p. 09-10) afirma que o homem por si só já é um ser destinado para a morte desde o seu nascimento e que, por mais que possua a consciência deste fato, não o controla, apesar das enormes tentativas de fazê-lo, este ato foge de sua capacidade de gerência e de controle. Lembra ainda o aspecto ambíguo da temática, onde não se poderia falar em vida sem também falar em morte, pois ambos estão diretamente relacionados, onde só através da consciência da morte que os indivíduos possuem consciência plena de suas vidas. Essa associação pode estar condicionada igualmente ao fato de onde alguns visualizam o fim com a morte, outros enxergam vida e recomeço, sendo estas concepções culturais que também permeiam as mentalidades de cada sujeito, que dentro do seu grupo vai produzindo simbolicamente as respostas que se enquadram às suas necessidades naquele momento. Neste sentido Torres leciona ainda que:

[...] O conhecimento da morte é reflexivo e conceitual e, enquanto outros animais são poupados dele, o homem convive a vida inteira com o destino da morte. Ele tem consciência de sua própria originalidade por sobressair na natureza com imponente majestade; e ao mesmo tempo tem consciência de que um dia estará sob alguns palmos de terra para apodrecer e desaparecer. Este é o apavorante dilema com o qual tem que conviver. (1983, p. 04)

Seria possível supor que, possuindo a consciência de sua morte, o homem tomasse a iniciativa de algumas ações a fim de conviver com tal realidade: 1) tentar compreender sua vida e conviver com a ideia que é um ser finito; 2) tentar criar elementos que marcassem sua existência; 3) tentar retardar ao máximo a sua morte através de formas de prevenção e de cura que variam desde a medicina científica até formas alternativas e de religião, por exemplo. Tais considerações fazem supor que o homem desenvolva elementos com os quais possa conviver com a consciência de que é um ser que possui sua existência marcada por uma brevidade temporal a qual, por ser considerada curta, também pode ser completamente ignorada pelos sujeitos, que a desconsideram, deixando a vida simplesmente “acontecer”, bem como seus fluxos e desfechos, como a morte.

Já para aqueles que buscam respostas ou simplesmente ajuda neste sentido, a figura do benzedor aparece como alternativa acessível aos in-

divíduos que precisam de apoio. Essa necessidade pode estar relacionada também a um desengano médico ou a falta de acesso aos serviços de saúde; às crenças e percepções espirituais ou como uma alternativa para a cura através de elementos simbólicos de fé, tendo em vista que os sujeitos podem acessar tanto recursos médicos quando simbólicos e religiosos para a mesma doença. Esta procura dupla é reflexo de uma realidade social, que se transforma em cultura popular, que atribui muitos elementos imaginários nas justificativas, causas e soluções dos problemas, principalmente das comunidades tradicionalmente menos favorecidas e sem acesso a médicos, as quais resolviam historicamente tais demandas através de sujeitos que se colocavam diante do restante da comunidade justamente com esta finalidade. Silva (2014) complementa esta ideia afirmando que:

Os benzimentos manifestados, ritualizados e encenados pelos seus praticantes não são apenas representações de pessoas que se colocam de forma ingênua e indefesa perante o seu público. Expressam justamente um contexto de significados e ligações do meio onde vivem, de suas influências e percepções numa tradição inventada e constituída como meio de vida e poder perante outros grupos da sociedade. Constituem ao mesmo tempo uma resistência cultural a concepções de religião e medicina impostas na sociedade ao longo dos séculos como verdadeiras e melhores, as quais não consideravam as peculiaridades, saberes e pensamentos da população. (2014, p. 21)

Reflexo do local onde estão inseridos, os benzedores trazem em sua prática as percepções desta comunidade em sua liturgia criada, sendo uma resposta às imposições de um sistema religioso oficial e de uma medicina que exclui sentidos atribuídos às doenças e seus aspectos culturais e de prática, fazendo com que estes sujeitos não se identifiquem inteiramente com este sistema, vislumbrando na figura do benzedor o reconhecimento de sua própria identidade através do vocabulário e do contexto manifestados na prática religiosa e de cura simbólica. Alves (apud VALLE; QUEIRÓZ, 1984) reafirma isso ao dizer ainda que:

Fenômenos culturais, entretanto, não crescem no vazio. Eles são tentativas de interpretar e resolver problemas concretamente vividos. Por detrás da opção popular pela “cura divina” se encontra o desespero quanto à cura humana: a inacessibilidade dos agentes de saúde, o alto custo dos serviços médicos e dos medicamentos, as barreiras burocráticas que se interpõem entre o doente e a cura. (1984, p. 116)

As motivações que levam a estas práticas religiosas e de cura são ambíguas e também exercitadas conforme a vontade dos indivíduos, algo característico dos benzimentos, onde a liberdade de procura e possível retorno não é algo aparentemente cobrado e vigiado conforme praticam igrejas tradicionais, onde a vigia da fé é algo mais frequente tanto por parte do representante da igreja quanto dos demais membros da comunidade religiosa. Esta situação parece ser diferente na relação junto ao benzedor, que se torna mais caseira e informal no momento em que o sujeito procura o benzedor quando precisa, não tendo exatamente hora, dia e liturgia pré-determinada, dando sim autonomia de atuação tanto ao benzedor quanto ao sujeito benzido, que irão compartilhar das mesmas concepções de fé e de cura naquele momento. Como bem lembrou o autor, tais fenômenos não crescem no vazio e são resultado de inúmeros processos culturais produzidos e influenciados pelos sujeitos que motivados por diversos fatores criam e desenvolvem práticas, discursos, alternativas e mecanismos de viver e sobreviver a determinadas realidades, sendo estas, acrescentaria eu, compartilhadas socialmente ao longo do tempo, sofrendo igualmente influências e transformações conforme novas demandas e necessidades surjam à realidade destes indivíduos.

Podemos supor ainda, que a busca pela figura do benzedor também esteja relacionada a respostas e opções que a igreja e a medicina não ofereçam no sentido de vida (saúde) e morte. Neste aspecto, as narrativas compartilhadas pelos benzedores podem auxiliar no entendimento que estes possuem sobre a temática da cura, da vida e da morte em casos que para eles pareciam difíceis ou incuráveis e que através das histórias contadas se tornam o mecanismo mais plausível e legitimador da prática numa sociedade que acredita e compartilha destes significados. É importante ressaltar que a oralidade, num ofício popular e imaterial, é o seu território de existência, atuação e compartilhamento, sendo no caso dos benzimentos, acompanhada de acessórios que variam conforme a crença de cada benzedor: ramos verdes, copo de água, tesoura, imagens de santos, fotografias, brasa, machado e demais objetos geralmente relacionados ao meio doméstico, familiar ou de um catolicismo popular. Quando isso ocorre, há um suporte dos saberes na materialidade, como se a fé se corporificasse em determinados objetos, os quais ganham sentidos diferentes de seu uso original, servindo como suporte e canal para a fé e conseqüentemente para a cura almejada.

2 Imaginários de cura e fé junto aos benzedores da localidade Miguelina

Esta oralidade, nos dias atuais, reflete não o passado destes sujeitos,

mas sim a tentativa de construção de uma identidade através de suas memórias, organizada e construída através da seleção dos fatos e discursos selecionados como marcadores e legitimadores de seu ofício como benzedor. As entrevistas foram realizadas junto a benzedores no município de São Miguel das Missões - RS⁴, e tentou-se coletar distintas percepções de vida, de morte, de cura e de relacionamentos entre estes sujeitos nesta localidade, bem como analisar ao longo das narrativas onde esta temática aparece de forma subliminar ou indireta, suas intenções, relações e possíveis significados a partir do local de fala e dos interesses destes sujeitos.

Entrevistando Alzira, selecionaram-se os seguintes fragmentos sobre esta temática:

Juliani: A senhora poderia me contar algum caso de alguém que tenha se curado?

*Alzira*⁵: Tenho e apresento a pessoa que posso te trazer aqui a próxima vez que tu vier pra fazer uma entrevista com ele. Tem bastante gente, não é só um. Tem um senhor, o nome dele é Valdomiro, lá da Colônia Vitória, estava no hospital acamado e o doutor apartou ele dizendo que estava com meningite e tinha uma vala na cabeça dele. A esposa dele veio aqui e eu curei ele em 2 dias. Meningite não é qualquer um que cura, só benzedor mesmo, doutor não cura. Tinha outra senhora com um filho doente que era mãe daquele rapaz que tem aquele turismo ali, o Valter, daí ela veio aqui pra eu benzer uma roupa, ele era doente. Eu benzi a roupa, ela botou nele e quando foi de tarde ele vomitou tipo um papo de galinha. Ela botou a camisa no tanque com sal, no outro dia não amanheceu nada, só a camiseta, e ele sarrou. Muitas outras histórias, de ferida, cobreiro, dor de cabeça, pasmo que entorta a boca. O Pilau foi um que eu curei ele. O Pilau da casa das tintas. Criança em quantia também. Picada de cobra e aranha, cobreiro em quantia tem gente que se cura. Todas essas crianças que estão aqui já foram

4 São Miguel das Missões possui suas origens no antigo povoado de São Miguel Arcanjo, datado de 1687, tendo como possível fundador o Padre Jesuíta Cristóvão de Mendonza. Compôs um dos sete povoados construídos no que hoje é Brasil durante o segundo ciclo missionário. É sabido que a religião foi um dos principais meios para o desenvolvimento das Missões durante este período e a fusão cultural entre europeu e nativo resulta na experiência das Missões, origem da formação do que hoje é território do Rio Grande do Sul. Localizada no noroeste do Estado, possui atualmente 7.742 habitantes (segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Senso 2010), é detentora do único Patrimônio Cultural da Humanidade no sul do Brasil declarado pela UNESCO em 1983, o Sítio Arqueológico da Redução de São Miguel Arcanjo.

5 Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 na cidade de São Miguel das Missões-RS.

curadas. Eles vem sempre, se benzem, curam, dormem bem, não choram mais e no outro dia a mãe traz de novo, sempre, sempre. Eles dizem ‘nós vamos lá na Dona Alzira e ficamos bom’. (2013)

A narrativa de Alzira é marcante em vários aspectos. Como prática de uma cultura popular alicerçada na imaterialidade, as histórias são fundamentais na manutenção do saber-fazer do benzedor. É na palavra que esse sujeito se constrói e se reconstrói conforme as necessidades de sua realidade bem como de seu “ouvinte” no momento da escuta. Neste sentido, é fundamental que através da narrativa se delimite o espaço de atuação e o território do benzedor, afim de que se compreenda o universo e intenções do discurso e dos fatos relatados. É sabido que quando uma narrativa é compartilhada em forma de depoimento, a possibilidade de apresentar o sujeito que participou do fato como prova do que se está falando é a garantia da verdade daquilo que se conta. Alzira inicia sua fala afirmando que é capaz de chamar presencialmente o indivíduo que curou, bem como apresenta os nomes dos mesmos, sendo esta uma afirmação que visa à comprovação e legitimação de tudo que ela virá a falar ao longo de sua entrevista, conforme afirma Ricoeur ao citar que:

A auto designação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialoal. É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como autor ou como vítima, mas, no momento do testemunho, na posição de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação. Essa estrutura dialoal do testemunho ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe dêem crédito. Ela não se limita em dizer: “Eu estava lá”, ela acrescenta “Acreditem em mim”. (2007, p. 173)

Neste sentido, o pedido de crédito é sempre o elemento que baseia os fatos contatos pelos benzedores, os quais geralmente já são carregados de sobrenaturalidade, numa mescla de fatos e elementos factuais com fantasia, formando histórias e narrativas que darão sentido a existência deste ofício no cotidiano destes sujeitos. O crédito dado aos fatos contatos é tão valorizado que necessita ser compartilhado e reproduzido junto à outras pessoas, formando assim um clima destas narrativas que também passam a ser reelaboradas e reinventadas por cada sujeito que a compartilha, podendo acrescentar ou retirar elementos conforme sua memória no momento do compartilhamento. O que de fato marca é que a identidade da figura do benzedor, quando estas narrativas são positivas, vai sendo constituída e

forjada de forma coletiva por toda essa transmissão oral produzida socialmente e marcada assim no imaginário dos sujeitos que nela vivem.

Analizando ainda a fala da entrevistada, quando a mesma diz que meningite não é “qualquer um que cura, só benzedor”, ela está delimitando o espaço de atuação de cada sujeito, onde exercem o trabalho do médico, dos bons e dos benzedores considerados mais “fracos” e incapazes de curar casos mais complexos. Essas marcações são fundamentais para que a imagem do benzedor se constitua diante da comunidade e desse “outro” que a escuta. Neste aspecto, escutar apenas não basta, é preciso compartilhar deste pensamento, acreditando assim que apenas um benzedor é capaz de curar determinadas doenças. Cabe ressaltar também que todo campo memorial e simbólico é um espaço de litígio e disputa, claramente o que transpõe nesta narrativa, sendo da entrevistada perante outros benzedores, seja dela para com a classe médica.

Outro aspecto que comumente surge são os casos extraordinários que justificam a cura de determinados sujeitos através do benzimento. Quando Alzira narra que benzeu através das roupas de um terceiro indivíduo, traduz assim uma espécie de força e poder em suas técnicas de cura e que através delas o benzido teria vomitado algo estranho, tendo na sequência obtido a cura. Percebe-se que neste caso o diagnóstico não é preciso, tampouco o que o jovem teria vomitado, sendo a narrativa confusa na precisão dos motivos que levaram à doença do sujeito. Isso na realidade pouco interessa neste tipo de caso, sendo a mística do suspense e do desconhecido o que define parte da relação entre sujeito benzido e benzedor, devendo assim o discurso criado estar lógico e “explicável” apenas para ambos. A própria fé e a mística de qualquer religião é algo que para seu praticante se torna inexplicável a uma lógica racional, cabendo apenas a algo “superior” a solução do problema, sendo neste caso o benzedor apenas o intermediário entre os homens comuns e Deus.

Uma analogia, neste sentido, seria o próprio conhecimento e saberes que um médico de formação acadêmica possui. Toda sua bagagem de saberes não é compartilhada ao paciente no momento de uma consulta ou de uma cirurgia. O que interessa é o resultado, ou seja: a cura. Neste sentido, o benzedor também cria o seu universo de significados, códigos, expressões e vocabulários, os quais lhe são próprios e peculiares, manifestando apenas a quem lhe convém. Outro elemento interessante que aparece na narrativa de Alzira é a relação coletiva e familiar que se estabelece com o benzimento, sendo geralmente o “outro” quem leva o sujeito necessitado a se benzer: seja o amigo, mãe ou alguém do meio familiar. Este impulso faz com que a prática se reproduza coletivamente num processo de comparti-

lhamento das percepções, códigos e memórias dos sujeitos que são referências deste ofício na comunidade, criando assim relações de alteridade que irão marcar as diferenças de espaço, saberes e memórias dos indivíduos envolvidos na prática de benzer, seja ele benzedor, benzido ou restante da comunidade a qual também marcará e será marcada neste processo. A alteridade é aqui entendida como o processo de reforço das identidades construídas através das relações entre os sujeitos e suas respectivas diferenças. Já em sua narrativa, o benzedor Aureliano José Jardim expõe as seguintes situações por ele vividas e rememoradas durante entrevista:

*Aureliano*⁶: [...] Deixa eu te contar, eu com 35 anos fiquei mau, fui pra Santa Maria, Porto Alegre e os doutor examinava e dizia que não tinha nada e eu dizia que estava mau, pra morrer, que o mundo e os pensamento vão me terminar, eu tô mal e os médico dizia que não tinha nada. Daí eu saí, cheguei lá no mercadinho e um homem me disse “pega essa homem e mede sete palmo, o lugar dele é sete palmo”, daí eu pensei comigo “é a sepultura”. Daí logo que eu saí assim, encontrei uma mulher morena, de olhos tristes e veio caminhando no meu costado e numa altura olhou e disse “meu filho que está no céu e na terra, eu te peço de coração, dê vida longa a esse filho aqui na terra” e daí no outro dia eu comecei a melhorar, desapareceu tudo e é por isso que sou devoto dela. Esse problema aconteceu dentro de mim vizinha. (2013)

Na narrativa, Aureliano expõe um episódio em que se encontrava entre a vida e a morte e, já desenganado pelos médicos foi salvo através de uma intervenção divina de uma mulher que para ele seria Nossa Senhora Aparecida, a qual é devoto até os dias atuais em virtude deste episódio. Elementos de morte como “sete palmo” e “sepultura” são superados através de uma força vinda do céu que traria vida e saúde para ele, o qual consequentemente passou a ser seu seguidor devoto após transpor a quase morte. É evidente na narrativa que não fica exposto a época em que os fatos ocorreram, nem em que local exato ele se encontrava no momento da aparição de Nossa Senhora, tampouco a doença que quase o fez padecer. Como dito anteriormente, tais fatos neste contexto são irrelevantes para o narrador, onde sua fé, a superação da morte, o marco de vida em sua história, são os elementos mais significativos de sua memória transmitidos através destes trechos narrados, sendo estes a serem “captados” pelo ouvinte, e não dados como datas. Esta é a mensagem que seu Aureliano, indiretamente,

6 Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.

tenta repassar quando conta e exalta este episódio. É importante ressaltar que, caso o mesmo oferecesse em sua narrativa mais informações, poderia relatar elementos que causassem contradição dos fatos narrados, desqualificando assim sua prática e consequentemente a imagem que tenta constituir de si através destes relatos. Como a memória são escolhas e estas foram a do entrevistado, são compreensíveis neste contexto onde o mesmo buscava apenas narrar episódios onde seu ofício tivesse tido efeito prático, respeitando-se isso se optou por não explorar demais informações sobre esse episódio em si, deixando assim para futuras pesquisas e entrevistas a análise de novos elementos sobre esse fato, caso seja pertinente.

Outro elemento que aparece, assim como na narrativa de Alzira, é um descrédito do diagnóstico realizado pelos médicos de formação, dando a entender, indiretamente, que há doenças em que estes profissionais não possuem condições de atuar, que dizem respeito a um campo espiritual, no qual eles se colocam como representantes, e que somente neste podem ser resolvidos. Esta seria uma das lógicas do processo de cura do benzimento, onde o atendimento não se dá na esfera física do corpo, mas sim na fé, distinguindo do atendimento que os sujeitos possuem na rede de saúde em suas localidades. Sobre os sentidos atribuídos ao sagrado, Durkheim nos diz que:

O que define o sagrado é o fato de ser acrescentado ao real. (...) Neste espaço as 'energias vitais estão superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes; existem mesmo algumas que só se produzem neste momento. O homem não se reconhece: sente-se como que transformado e, por conseguinte, transforma o meio que o rodeia. Para explicar-se as impressões muito particulares que experimenta, ele atribui às coisas com as quais está em relação, poderes excepcionais, virtudes que não possuem os objetos da experiência vulgar. (DURKHEIM, 1978, p. 226 *apud* MINAYO, p. 60)

Para o autor, no campo espiritual e sagrado as coisas podem possuir proporções e dimensões diferentes daquelas que a realidade e a lógica apresentam como verdade, podendo os sujeitos atribuir sentidos e interpretações que variam conforme seus níveis de envolvimento, relação, fé e sentidos percebidos às práticas, aos objetos e aos espaços a eles relacionados, justificando assim as lógicas e discursos por eles criados. Daí reside uma das críticas às concepções médicas oficiais na atualidade, que desconsidera os contextos sociais, simbólicos e culturais produzidos pelas comunidades, numa dificuldade de unir e agregar as distintas formas de conceber as do-

enças (e porque não a vida e a morte), sendo esta uma das motivações prováveis da procura, existência e legitimação de sujeitos como os benzedores que se colocam diante das comunidades muitas vezes de forma mais próxima e humana. Neste sentido, Silva lembra ainda que:

Em alguns casos, o universo sobrenatural e fantástico, contradizendo muitas vezes a ciência, é justamente o elemento que o projeta como benzedor e figura representativa de todo um grupo que compartilha dos mesmos códigos. Justificar como os cientistas, os pesquisadores já o fazem. É a expectativa e a busca por ser diferente (e até mesmo incompreensível perante os demais) que faz com que o benzedor molde sua prática [...] (2014, p. 101-102)

A busca por novos entendimentos, percepções e visões de mundo podem ser fatores determinantes na constituição da prática dos benziamentos bem como na procura destes. São novos olhares e percepções dos quais estes sujeitos necessitam para conceberem suas vidas e o entendimento do mundo em que habitam. Como se os homens buscassem para além do óbvio explicações para os sentidos de sua existência, assim como para aquelas perguntas: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Para além disso, a sensibilidade e o sentimento de pertença pode também ser fator de motivação à práticas como a do benzimento, por exemplo.

No campo da medicina, Lepargneur menciona que:

Na medida em que a medicina se faz respeitosa da pessoa do doente e não apenas preocupada com sintomas biológicos, seus profissionais prestam atenção à voz que exprime a pessoa através de vibrações físicas. O corpo humano se faz sentido através da palavra (é pena que a clínica médica negligencie cada vez mais o instrumental que a distingue da arte veterinária). Cresceu a tradição médica na perspectiva de curar o outro, mas este outro elevou ultimamente a voz, uma voz capaz de limitar o absolutismo salvador do facultativo. O corpo se faz objeto de propriedade, de direitos, médicos ou estéticos, prazerosos ou de domínio. O encontro tradicional entre esculápio e doente não se limita à palpação corporal, é instrumentado essencialmente por troca de palavras: palavras informativas, palavras emocionais, palavras reivindicativas de poder ou de direito, palavras a serem decifradas e interpretadas, sem falar nos silêncios que exceedem as palavras de toda parte. (p. 100-101)

Para o autor, uma medicina comprometida com o paciente é aquela

que o vislumbra em sua totalidade e, não apenas em seus aspectos biológicos. O homem, enquanto ser que produz sentimentos, sensações, manifestando-as através da oralidade, torna-se fundamental uma escuta que seja sensível ao que se diz e ao que se manifesta através das intenções e também dos silêncios. Esse encontro, além de uma palpação física, já poderia ser um divisor de águas nas relações médicas e nos processos de atendimento e cura dos sujeitos. É importante ressaltar que, no ofício do benzedor, um dos processos que mais se destaca é o da escuta, onde os indivíduos vislumbram um ouvinte, talvez uma necessidade deste naquele momento.

Ainda sobre as visões de cura, Minayo lembra que:

Trata-se de uma visão cosmológica, onde o mundo aparece regido por um ser supremo que domina o bem e o mal e que controla individualmente as pessoas, premiando o bem e castigando o mal. O que se passa na Terra é sua vontade, cabendo aos seres humanos descobri-la, pois ela rege o destino de cada um. Há expressões reveladoras com referência ao problema das doenças e dos sofrimentos em geral: “vontade de Deus”; “provação de Deus”, “destino de cada um”, “a sociedade é que se volta contra o que é de Deus, pelas facilidades que dá aos homens”; “as doenças são provocações de Deus para a gente se voltar para ele”. (1994, p. 62)

Obviamente que as justificativas atribuídas a Deus perante a morte diante de doentes e problemas de saúde se justificam também pela falta de respostas eficazes dos meios médicos e científicos em responder satisfatoriamente à necessidade de cura (e consequentemente vida) dos sujeitos. Em outro ponto de análise, os discursos de castigos, pragas e provocações são comuns também em instituições religiosas a fim de que seus fiéis sigam rigorosamente ao que for determinado pelos seus líderes, criando assim um status, provavelmente, mais de medo do que de fé propriamente dito.

Esse espírito do “Deus punitivo”, daquele capaz de dar e tirar a vida, é compartilhado socialmente e mesmo involuntariamente praticado até mesmo pelos sujeitos que não frequentam efetivamente uma determinada religião, pois o medo, principalmente da morte, cedo ou tarde bate às mentes de qualquer indivíduo. Há também um sentido atribuído pessoalmente à figura do benzedor, como se o fato deste possuir o poder de curar as pessoas fosse uma atribuição dada por um “ser divino”, também como um “fardo” ou “missão” a ser realizada por toda a vida, que deve ser de abdicação em prol do próximo, confirme afirmam Sant’Ana e Seggiaro:

[...] consideram portadores de um especial poder de curar,

algo como se fosse um fardo, tendo de ser carregado para o resto da vida, mas esse fardo é encarado com resignificação, sendo uma missão a cumprir pelo amor ao próximo (2007, p. 13)

Obviamente que este discurso de submissão e ingenuidade não pode ser considerado em sua totalidade numa avaliação cultural do ofício do benzedor, onde há sim um status positivo em carregar esta identidade, pois o mesmo acarreta uma posição de prestígio e poder naquele grupo de praticantes, sendo a imagem de submissão análoga à do próprio Jesus sofredor, que abdica de sua vida em prol do coletivo e da vida do próximo, sendo este discurso subliminar quando o benzedor se coloca na posição de “obrigado a ser e fazer” sua prática. Cabe ressaltar que este Jesus é o mesmo que triunfa sobre a morte, mesma ação pretendida pelos benzedores quando buscam a cura de seus benzidos.

É importante ressaltar ainda que dificilmente ocorre um discurso de medo e de pressão por parte do benzedor, sendo o diálogo mais tranquilo e plausível dentro das expectativas dos sujeitos, extirpando assim o sentimento de punição, comum nas religiões, motivando um processo de empatia, afinidade e troca de códigos mais acessíveis entre benzedor e benzido, sujeitos vindos geralmente do mesmo local.

Seguindo nas entrevistas, Aureliano narra ainda outro episódio:

Aureliano: [...] Depois chegou um homem mal aqui e eu comecei a interrogar ele “têm ânsia de vômito? Te dói o fígado?”. Ele me disse que tinha uma dor atravessada na barriga e em uma perna. Eu vi que ele estava com febre e eu disse pra ele que ia botar a mão bem onde doía e assim eu botei a mão na apendicite e ele deu um grito. Eu disse: “tu está com a apendicite estourada, tu vai agora pro hospital senão tu morre”. Ele me disse “quero só ver, eu gastar e não ser isso mesmo”. Eu disse que garantia e quando chegou no hospital o médico examinou, disse que era a apendicite estourada e mandou na hora pra mesa de cirurgia. Daí ficaram muito contente de salvar o homem, acho que ele é vivo ainda, mora aqui em São Miguel no mesmo lugar. A coisa aconteceu assim vizinha. (2013)

A situação narrada de desengano e de quase morte do “benzido” é finalizada diante de um diagnóstico preciso da doença. Diferentemente do outro caso, onde o benzedor foi a figura responsável pela cura, neste Aureliano foi apenas o mediador, dando o encaminhamento necessário para que a cura fosse realizada junto a um médico especializado. De qualquer

maneira, seu reconhecimento ocorre no discurso pelo fato de ter sido ele a dar o diagnóstico preciso da doença e, diante da dúvida do indivíduo benzi-do em acreditar que portava determinada moléstia, Aureliano o pressiona a procurar um médico bem como um serviço especializado evitando que o mesmo morresse. A recompensa, geralmente manifestada nestas narrati-vas, é o contentamento das pessoas em terem se curado, transgredido as-sim a morte e solucionado seus problemas, o que diretamente transporta um status de (auto) reconhecimento à figura do benzedor e de alteridade diante dos demais, tendo em vista que o poder de realizar tais ações está em suas mãos.

Outro fato narrado vem da benzedeira Noema, a qual conta que:

Noema⁷: Agente não pode contar vantagem, mas esse na-morado da minha neta tinha as mãos pura berruga e caiu tudo! O benzimento da mulher é muito mais do que pras próprias mulher, e eu tenho benzido e tem caído as berruga. Tinha um senhor ali do interior que a vaca foi mordida de cobra e nada de sarar, e eu disse “mas isso só com benzi-mento”, ele me deu o nome da vaca, eu benzi daí um dia encontrei com ele deus o livre ficou faceiro com a vaca dele que sarou. Até os doutor de São Miguel mandam se benzer sabe, eles dão o remédio e dizem (cochichando) “vai lá na dona Noema que ela benze, pra rendidura e tudo”. (2013)

O depoimento de Noema também expõe elementos do cotidiano que envolve nas relações dos benzedores em seus aspectos de cura, sendo um deles o fato da entrevistada indicar que a atuação de uma benzedeira (mulher) é mais eficiente que as demais (do sexo masculino), numa clara tentativa de legitimar sua prática em relação aos outros, demonstrando as-sim uma reserva de mercado onde estas narrativas compartilhadas criam status de poder de benzedores que seriam mais eficazes que outros, mo-tivando assim a procura mais ou menos por parte da população. Essa fala também aparece no momento em que a entrevistada narra que o próprio médico indica os serviços dela à população em geral (diferentemente da narrativa dos demais entrevistados), sendo sabido e notório que há uma grande resistência por parte da classe médica em relação às formas de tra-tamento paliativas em relação à saúde pública, numa clara disputa por ter-ritório por estes dois grupos, independente da entrevistada tentar transpa-recer o contrário.

Na prática social, nada impede que os indivíduos de uma comuni-

7 Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.

dade procurem distintas formas de cura, podendo assim buscar apoio médico especializado bem como consultar a figura do benzedor do seu bairro. Esta ação é comum e não podemos achar que os sujeitos podem se valer de apenas um destes nos momentos de precisão. É justamente a pluralidade de opções que enriquece o processo cultural entre estes indivíduos, pois distintas noções de fé, de cura, de vida e morte se entrelaçam e dialogam no mesmo território, criando as diferenças, os imaginários, as identidades e alteridades destas comunidades.

Em sua entrevista, Nelcinda narra ainda que:

*Nelcinda*⁸: É, senão eu ainda estava benzendo mais as crianças, uma necessidade. Esses dias tinha um gurizinho aqui em São Miguel daí virem pedir pra eu benzer porque o guri passava a noite inteira caminhando e não dormia com a mãe nem com o pai e não sabiam mais o que fazer, ele tinha 9 anos, daí minha filha disse “mãe, benze o fulano assim, assim que esse guri ninguém aguenta mais” daí peguei e benzi com copo de água, uma brasinha e colher e aquelas brasa se foram para o fundo, benzi pra bicha, pra vermes, pra quebrante, pra ar, olha foi a primeira noite e o guri dormiu que foi uma beleza e não deu mais aquelas bobeiras de novo de sair caminhar e outra lá em Santo Ângelo também diz que sofre do coração aí diz que o gurizinho bem doentinho, chorava dia e noite e mandaram pedir pra eu benzer. Diz que está bom que nem parece aquele, graças a Deus eu benzi e foi mesmo que tirar com a mão. (2013)

A entrevistada, assim como os demais benzedores, apresenta elementos característicos do ofício cotidiano do benzedor: objetos utilizados no processo de benzimento, os quais se aliam às orações também criadas conforme a doença e o sujeito que se benze. A narrativa, assim como as demais, é apresentada de maneira como se a pessoa curada estivesse contando a situação, numa tentativa de consagrar o fato como verídico e consequentemente a sua atuação como benéfica nos casos de doenças narrada, os quais (assim como os demais) foram solucionados.

Laídes Dutra compartilha as seguintes situações:

*Laídes*⁹: Eles me apóiam porque todos eles são pessoas espíritistas. Esse meu irmão, o Miro, tem o conjunto dele, tem o outro, o Valdemir, também tem um conjunto de música,

8 Entrevista concedida em 31 de agosto de 2013 em São Miguel das Missões - RS.

9 Entrevista concedida em 21 de julho de 2013 em São Miguel das Missões-RS.

eles acreditam, mas a mulher deles não acreditavam e a minha cunhada tinha uma dor de cabeça horrível e vivia no médico e um dia eu disse pra ela “Vilma, tu tem um ar muito sério na tua cabeça e eu vou te benzer a cabeça e tu nunca mais vai ter essa dor”, e ela não acreditava em benzimento daí eu benzi a cabeça dela e ela nunca mais teve dor. Eu acho que ela tinha medo que quando eu botasse as mãos baixasse um espírito (*risos*). A partir deste dia ela passou a acreditar em benzimento e qualquer coisa ela me liga. (2013)

O fato narrado por Laídes apresenta uma situação clara onde a entrevistada busca comprovar junto a uma pessoa que desacredita no ato de benzimento como forma de cura, segundo ela, ser algo “espírita”, supondo assim que a mesma desconhecesse as formas como se procediam o benzimento bem como o próprio espiritismo, doutrina praticada pela entrevistada. Este aspecto demonstra o fato dos benzedores não serem exclusivamente provenientes da religião católica, reforçando a ideia da liberdade de significados e trocas existentes nestas práticas populares. Diante da cura, a benzida teria assim acreditado nos efeitos práticos dos benzimentos passando a procurar Laídes sempre que necessita. Esta procura está presente nos discursos de praticamente todos os entrevistados, sendo o público, assim, que procura e precisa, de forma automática dos benzedores, como se não houvesse nenhum tipo de estímulo ou discurso que formasse uma memória social na comunidade de que os benzimentos efetivamente tivessem efeitos positivos. Obviamente que boa parte destes discursos é realizada pela comunidade, porém outro tanto é proveniente da imagem que os próprios benzedores buscam constituir de si e transmitir socialmente ao grupo ao qual pertencem, criando assim e legitimando este status, imagem e identidade.

No campo memorial, fato que parece ser comum nas narrativas dos entrevistados é o elemento que diante de situações tensas e problemáticas o desfecho aparece de forma positiva, sendo desta maneira a narrativa rememorada com uma roupagem de comemoração, num claro uso da memória no sentido de colocar a serviço destes sujeitos a constituição de suas próprias identidades. Como afirma Ricoeur:

[...] É mais precisamente a função seleção da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. (2007, p. 98)

Neste sentido, a narrativa de rememoração não aparece tanto como fato do passado, mas sim como elemento orientador fundamental para o

futuro, a qual provavelmente norteará todas as demais ações desenvolvidas pelos sujeitos entrevistados, que apesar de não terem sido entrevistados juntos, possuem elementos em suas narrativas muito semelhantes que ligam pontos em seus discursos fundamentais ao ofício de benzedor.

Nota-se igualmente que as memórias são desordenadas e sem detalhes cronológicos precisos em sua narrativa, o que indica memórias mais construídas do que factuais propriamente ditas. Contornos, elementos, fatos e até mesmo personagens podem ser acrescidos a fim de dar sentido às narrações, deixando-a plausível aos seus ouvintes e possíveis (re)transmissores destas mesmas memórias que serão compartilhadas socialmente nesta comunidade ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte, assunto que na maioria das vezes costuma assustar as pessoas é temática latente desde que o homem se compreende como sujeito no universo. Fato que parece certo é que vida e morte são elementos indissociáveis num campo cada vez mais aberto às discussões e interpretações que buscam respostas principalmente no que se refere aquilo que a ciência ainda não conseguiu responder. Nesta tentativa de dar respostas às inquietações humanas bem como de resolver problemas cotidianos é que distintos sujeitos surgem nas comunidades numa tentativa de suprir lacunas deixadas tanto pelas instituições médicas científicas quanto pelas entidades religiosas. O desenvolvimento destes sujeitos são reflexo de suas concepções de vida, de saúde, de morte, de fé, onde o ambiente no qual estão inseridos é fundamental para que estes aspectos se constituam como balizadores culturais na figura do benzedor: sujeito que intermedeia as relações mundanas com o sagrado em busca de cura e alívio para os problemas que afligem os sujeitos que habitam nesta comunidade.

Como demais instituições e pessoas que se colocam como representantes de Deus, a busca por um campo de legitimação passa pelas narrativas compartilhadas socialmente, as quais auxiliam na constituição da identidade do benzedor perante os demais, que precisam compartilhar destas memórias a fim de manter sua crença no benzimento como forma eficaz de cura. O território de disputas pela consagração e pelo espaço de cada benzedor na comunidade é marcado em cada narrativa, onde estes se colocam como únicos capazes de solucionar determinadas doenças bem como o interesse da comunidade em procurá-los, demonstrando assim uma (auto)valorização que objetiva a marcação de sua prática como legítima e eficaz perante o grupo.

A atuação do benzedor não se limita apenas a um campo de saúde, sendo ele também um ouvinte e aconselhador dos mais diversos problemas e angústias que os sujeitos da comunidade para ele relatam e buscam alento em palavras que a experiência da idade lhes atribuiu. A mescla corpo-alma é indissociável da prática do benzedor, onde o mesmo não a separa no momento da resolução dos problemas trazidos pelos sujeitos. Esta concepção de doenças é distinta daquela ofertada pela classe médica, que desconsidera, na maioria das vezes, aspectos psicológicos, sociais e culturais na formulação e concepção do processo de cura quando estes sujeitos adentram o sistema de saúde convencional, sendo comum que os indivíduos procurem ambos nos momentos de precisão, o que demonstra um hibridismo de práticas de cura.

É inevitável que as alternativas para transpor a morte ou compreender os aspectos da vida sejam tema cada vez mais presente no cotidiano dos homens e, neste campo, surjam instituições e sujeitos que busquem dar respostas através de rituais ou discursos que serão aceitos por determinados indivíduos, que identificados, farão destes elementos a sua identidade, ritualizada e reproduzida, dando sentido às suas concepções de vida como sujeito pertencente a um grupo.

Relações construídas, de alteridade, que formam imaginários que identitariamente são elementos fundamentais na comunidade detentora de benzedores, figuras que marcam espaços de memória onde os indivíduos passam a se identificar como pertencentes aquele lugar, praticando, vivendo e reproduzindo ideias, pensamentos, lógicas de mundo e memórias que constituem a história do local onde estão inseridos, sendo vida e morte elementos apenas norteadores de toda uma prática muito mais profunda e necessária para estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- CAMARGO, Marculino. *Valores e Experiência humana: ideais e desafios da vida e da morte*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- DASTUR, Françoise. *A Morte: ensaio sobre a finitude*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- LEPARGNEUR, Hubert. *O doente, a doença e a morte: implicações sócio-culturais da enfermidade*. Campinas: Papirus, 1987.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP,

2007.

SANT'ANA, Elma; SEGGIARO, Delizabete. *Benzedeiras e Benzeduras*. Porto Alegre: Alcance, 2007.

SILVA, Juliani Borchardt. *Benzimentos: Estudo sobre a prática em São Miguel das Missões*. Santo Ângelo: FuRi, 2014.

TORRES, Wilma da Costa; GUEDES, Wanda Gurgel; TORRES, Ruth da Costa (Orgs.). *A Psicologia e a Morte*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas. 1983.

VALLE, Ednio; QUEIRÓZ, José J. *A cultura do Povo*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1984.

Entrevistas:

Alzira de Oliveira Leite

Aureliano José Jardim

Laídes de Oliveira Dutra

Nelcinda Galvão

Noema Dutra da Rosa

ANOS 1980: A GENTE NÃO QUER SÓ DINHEIRO: A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ARTÍSTICO PORTO-ALEGRENSE

1980s: WE DO NOT WANT MONEY ALONE: THE STRUCTURING OF THE PORTO-ALEGRENSE ARTISTIC FIELD

Felipe Bernardes Caldas¹

RESUMO

O presente artigo versa a respeito da estrutura do campo artístico porto-alegrense e sua constituição nos anos de 1980. Nesta década Porto Alegre ficou conhecida como o terceiro maior mercado de artes visuais do Brasil, assim como, é o período de consolidação da arte contemporânea entre nós, e a emergência de uma nova geração de artistas chamada de Geração 80. Este trabalho reconstrói esta estrutura, sua configuração e a problematiza. Volta-se especificamente a pensar o papel desempenhado pelo mercado de compra e venda de arte na promoção das artes visuais e de seus agentes neste território.

Palavras-chave: Campo artístico. Porto Alegre. Mercado de artes visuais. Geração 80.

ABSTRACT

This article deals with the structure of the Porto-Alegrense artistic field and its constitution in the 1980s. In this decade, Porto Alegre became known as the third largest visual arts market in Brazil, it is the period of consolidation of contemporary art among us and the emergence of a new generation of artists called Generation 80. This work reconstructs this structure, its configuration and problematizes it. Specifically, it focuses the role played by the art market in the promotion of the visual arts and its agents in this area is specifically considered.

Keywords: Artistic field. Porto Alegre. Visual arts market. Generation 80.

INTRODUÇÃO

Alguém na atualidade que conhece minimamente o campo artístico porto-alegrense sabe que sua estrutura mercadológica de compra e venda de objetos artísticos é extremamente acanhada apesar do grande número de instituições públicas e privadas respeitáveis, como o MARGS, o MA-

1 Doutor em Artes Visuais com ênfase em História, Teoria e Crítica da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Artes Visuais (2013) pelo mesmo programa de pós-graduação; Bacharel em Artes Visuais (2011); e Licenciado em Educação Artística (2009) pela mesma universidade.

C-RS, Fundação Iberê Camargo, o Instituto de Artes da UFRGS, os espaços da prefeitura municipal, Museu do Trabalho, Santander Cultural, entre outros. Todavia, a realidade dos anos de 1980 era completamente diversa, e o mercado de compra e venda através das galerias ocupava um papel central no fomento, promoção, divulgação da produção artística sulina, além de serem as principais pontes entre os agentes locais e o circuito nacional de arte. Este foi um momento ímpar na história municipal e merece um olhar com maior acuidade, principalmente o papel do mercado de artes visuais, este que é tradicionalmente o vilão da cena artística desde a modernidade, acusado de corromper os valores artísticos, de transformar a arte em mercadoria, e estar a serviço da alienação capitalista. No entanto, foi justamente este mercado nos anos de 1980 um dos principais responsáveis pela promoção das artes visuais e das tendências contemporâneas em nosso território.

Na primeira parte textual apresento um panorama da geração artística local e seu diálogo com as tendências nacionais e internacionais vinculadas as discussões sobre o retorno da pintura e a chamada pós-modernidade. Na continuidade demonstro a estrutura do mercado de compra e venda nos anos 1980 e discuto o imaginário projetado sobre este. Na terceira parte textual, depois de problematizar a estrutura local e inclusive apresentar uma visão discordante da afirmação “terceiro maior mercado de arte do país” divulgada por diversos autores, reflito sobre a relevância cultural deste mercado na promoção, divulgação e incentivo as artes visuais. Este artigo é uma continuidade reflexiva de minha dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013); e do livro publicado em 2014 a respeito da história da Galeria Arte & Fato, projeto financiado pelo FUMPROARTE. Deste modo, boa parte da base de dados é oriunda destas pesquisas, no entanto, apresento uma interpretação inédita em relação aos trabalhos anteriores.

1 A Narrativa do Mercado de Compra e Venda: entre dados e impressões

Nesta busca de trazer à tona a década de 1980 no caso local, importantes pesquisas foram realizadas, mas que de modo algum esgotam a necessidade de uma reflexão crítica sobre a produção desenvolvida em Porto Alegre, assim como, sobre os sistemas de circulação, legitimação e consumo. Gaudêncio Fidelis², ao falar sobre a obra de Heloisa Schneiders

2 FIDELIS, Gaudêncio. Elementos para Análise de uma Outra Tradição Pictórica, Um Outro Cânone: A Obra de Heloisa Schneiders da Silva no Contexto dos Anos de 1980. In: ZIELINSKY,

da Silva no livro organizado por Mônica Zielinsky, contribui com importantes reflexões sobre o contexto local; também a dissertação de mestrado de Ana Lúcia Araújo (1997), realizada na PUC-RS, e a dissertação de Flávio Krawczyk sobre os Salões de Arte no Rio Grande do Sul, em minha opinião, são documentos indispensáveis para analisarmos o caso regional. Ainda sobre mercado de arte porto-alegrense, as pesquisas de Nilza Dezordi³, Patrícia Silva Dias⁴ e Andréa Bracher nos fornecem um importante material da época, entrevistas e levantamentos de dados. Outras pesquisas, considerações, artigos e reflexões que cooperam para estes entendimentos são as de Blanca Brites, Icleia Borsa Cattani, Maria Amélia Bulhões, Maria Lúcia Bastos Kern, Evelyn Berg, Ana Zavadil e Mônica Zielinsky.

Os anos 1980 são marcados pela abertura política, o fim da ditadura militar, o regresso dos exilados, das Diretas Já, do Rock Roll nacional, a avalanche de HIV, as discussões sobre modernidade e pós-modernidade, no campo das artes visuais é o momento do chamado retorno da pintura, de um crescimento vertiginoso do mercado internacional de compra e venda de arte e de uma geração de jovens artistas no Brasil chamada de Geração 80. Na historiografia da arte brasileira, a exposição marco desta geração foi: *Como vai você, geração 80?* Em 1984, no Parque Lage no Rio de Janeiro. Participam desta exposição apenas dois gaúchos, Mauro Fuke (1961) e Karin Lambrecht (1957).

No cenário internacional, instalou-se uma grande discussão com duas vertentes que, de certo modo, se complementam, sendo duas faces de uma mesma moeda. De um lado, o processo de globalização, de um mundo cada vez mais próximo, via transporte e telecomunicações. No campo da arte e da cultura, ele gerou ações que Bueno (2001) denomina de “desterritorialização do mundo da arte”: processos de desterritorialização e internacionalização de uma determinada parcela da produção artística. Do outro lado, um discurso cultural sobre a pós-modernidade, que teve como principal ponto de partida as reflexões de Jean-François Lyotard, com seu texto *O Pós-moderno*, publicado em 1979. Assim, no plano cultural, são propagadas discussões sobre a modernidade *versus* pós-modernidade. Segundo Bueno (2001), este debate estava centrado em uma disputa de poder e de posições dentro do campo:

Mônica (Org.) *Obra e Escritos Heloisa Schneiders da Silva*. Porto Alegre: MARGS, 2010.

3 DEZORDI, Nilza Maria. *O Processo de Profissionalização do Artista Plástico em Porto Alegre*. Porto Alegre: 1987. Monografia. (Curso de Especialização em Artes Plásticas Suportes Científicos e Práxis), PUC-RS.

4 DIAS, Patrícia Silva. *O Mercado de Arte em Porto Alegre: As Galerias Particulares*. Porto Alegre: 1986. Monografia (Curso de Especialização em Artes Plásticas - Suportes Científicos e Práxis), PUC-RS.

[...] todos envolvendo uma disputa pelo controle da ideologia da vanguarda dominante e das posições-chave no interior do campo. Os representantes do poder estabelecido defendiam o modernismo, e as facções emergentes, a pós-modernidade. (BUENO, 2001, p.253).

Uma das primeiras reflexões de Achille Bonito Oliva sobre a pintura e seu retorno não estava voltada necessariamente na oposição entre moderno e pós-moderno, e sim em uma negação da ideia de vanguarda. Contrapunha esta noção (vanguarda) a partir do que chamou de Transvanguarda. Mas é interessante percebermos que a concepção da Transvanguarda estava alinhada aos discursos que caracterizavam a pós-modernidade. Em 1982, na ocasião de um texto para uma exposição⁵ que reunia artistas italianos e estadunidenses ligados à pintura, afirmou o seguinte:

La transvanguardia es ahora mismo la única vanguardia posible, en la medida en que permite mantener el patrimonio histórico dentro del abanico de opciones preventivas del artista, junto con otras tradiciones culturales que puedan dar vida nueva al tejido. El discurso crítico sobre el darwinismo lingüístico de las vanguardias sirve no para destruir su glorioso pasado, sino más bien para demostrar su improcedencia en la presente condición histórica como metáfora de resistencia y compromiso político. (OLIVA, 2000, p. 34).

Para Achille Bonito Oliva, a ideia de progresso, de linearidade histórica, de movimentos artísticos que se opunham gradativamente ao longo da história da arte, encabeçados pela concepção de vanguarda, não se aplicaria mais a partir daquele momento, ou seja, final dos anos 1970 e início dos 1980. Passa a defender a ideia de uma arte eclética; a história e os estilos artísticos estariam a serviço e à disposição deste artista. Em outras palavras, não haveria a negação do passado, em um sentido de contraposição, em uma espécie de nova vanguarda. A vanguarda não existiria. Por isso, relata que a única vanguarda possível seria a Transvanguarda. Por outro lado, tal posição será acusada de fomentar a alienação histórica, de ser um desdobramento da ideologia capitalista e promover uma cultura de supermercado, retirando da arte a possibilidade de ser um meio revolucionário, um meio de transformação social, geradora de pensamento crítico e cons-

5 Exposição: *Transvanguardia: Italia/America*. (Galleria Civica Del Comune di Modena). De 21 de março a 2 de maio de 1982. Artistas: Sandro Chia, Francesco Clemente, Enzo Cucchi, Nicola de Maria, Mimmo Paladino, Jean Michel Basquiat, David Deutsch, David Salle, Julian Schnabel, Robert S. Zakanitch.

ciência. Esta crítica pode ser muito bem observada nos textos de Fredric Jameson.

No Rio Grande do Sul, especificamente a partir de Porto Alegre Evelyn Berg Ioschpe⁶ redige um artigo, em 1991, no qual comenta a chamada “Geração 80” local. Embora o faça de forma resumida e pontual, serve enquanto referência para localizarmos alguns nomes importantes naquele período: Karin Lambrecht (1957), Renato Hauser (1953), Milton Kurtz (1951 - 1996), Mário Rothnelt (1950), Alfredo Nicolaiewsky (1952), Maria Lídia Magliani (1946– 2012), Maria Tomaselli (1941), Romanita Disconzi (1940), Frantz (1963), Lia Menna Barreto (1959) e Ruth Schneider (1943 – 2003).

A partir dos anos 1980 a formação universitária passou a ser um ponto de referência entre os que iniciavam – os jovens artistas – e, gradativamente, foi ganhando um lugar de destaque na formação artística sulina, algo que nos Estados Unidos segundo Bueno (2001) passou a ocorrer a partir dos anos de 1960. Na década de 1980 em Porto Alegre surgiram o curso de especialização em Artes Plásticas: Suportes Científicos e Práxis na PUC-RS (1982-1988), e posteriormente em 1991 é fundado o Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, com a implantação em 1998 do curso de doutorado. Aliado a isto, diversos artistas e artistas-professores realizaram parte de sua formação no exterior, como Karin Lambrecht e Renato Hauser (que passam uma temporada na *Hochschule der Kunst*, em Berlim), Fernando Baril (na Espanha e *New York*), Carlos Pasquetti (que completa seu mestrado no *Art Institute of Chicago*) e Luiz Gonzaga (na *Facultad de Bellas Artes Complutense de Madrid*), entre outros. Isto, segundo Brites (2007), gerou um novo arejamento para a arte desenvolvida em Porto Alegre. Por sua vez, o MARGS realizou importantes exposições e eventos com artistas nacionais e internacionais, nos quais é perceptível uma abertura para a arte desenvolvida na Alemanha de caráter expressionista e para as discussões contemporâneas destas manifestações⁷. O *Instituto Goethe* de Porto Alegre, por sua vez, desempenhou significativo papel na formação de vários artistas, na medida em que promovia palestras, cursos e mantinha sua biblioteca atualizada a respeito do que acontecia no mundo das artes visuais. Ainda é necessário ressaltar o papel do Atelier Livre da Prefeitura Municipal de Porto Alegre como espaço de formação e divulgação, além das galerias comerciais que ocupavam um papel central na promoção das artes visuais.

6 BERG, Evelyn. A Pintura no Rio Grande do Sul – Anos 80. In: *BR 80 Pintura Brasil Década de 80* (Idealização e organização Instituto Cultural Itaú; apresentador Ernest Robert de Carvalho Mange, textos de Frederico de Moraes ... et al.). São Paulo: O Instituto, 1991, p. 23 – 24.

7 Mais informações encontram-se no livro de comemorações dos 50 anos do MARGS, 3 volumes, publicado em 2005. Disponível em: <http://www.MARGS.rs.gov.br/ndpa_MARGS50anos_memoria.php>.

Para Brites (2007), três gerações atuavam no circuito local na década de 1980. A primeira, de artistas já reconhecidos, como Iberê Camargo (1914 – 1994), Vasco Prado (1914 – 1998), Danúbio Gonçalves (1925), Xico Stokinger (1919 – 2009) e Carlos Tenius (1939). O segundo grupo de artistas estava entre os 30 e 40 anos, realizaram sua inserção no campo desde o final da década de 1970, mas passaram a ter reconhecimento posteriormente: Ana Alegria (1947), Wilson Cavalcante (Cava) (1950), Anico Herskovits (1948), Heloisa Crocco (1949), Eleonora Fabre (1951), Carlos de Brito Velho (1946), Liana Timm (1947). O terceiro grupo, de jovens artistas como Maria Lúcia Cattani (1958), Gaudêncio Fidelis (1965), Rochelle Costi (1961), Elida Tessler (1959), Nico Rocha (1954), entre tantos outros.

A pintura que se desenvolveu com esta nova geração de artistas não foi uma negação do passado pictórico local, mas uma renovação desta linguagem entre nós. Esta geração explorou suportes, dimensões, ações, procedimentos, que em minha opinião não são possíveis de enquadramento em uma única base de critérios. Ana Lúcia Araujo (1997) discorre em sua dissertação sobre como existia uma convivência de concepções diferentes sobre a pintura, gravura, escultura, e mesmo sobre a arte e suas funções. A diversidade passou a ser melhor aceita que em épocas anteriores. E quando levantamos os dados, por exemplo, das exposições da Galeria Arte & Fato, fundada em 1985⁸, ficam evidentes esta diversidade e a impossibilidade de uma única concepção do que era a pintura, ou a arte, ou seja, um entendimento dominante. Se um critério deve ser eleito, este critério deveria ser a diversidade que passou gradativamente a existir. Assim se colocando em diálogo com as tendências internacionais, e com as discussões daquela época.

Isto não significa que a pintura não fosse privilegiada naquele momento, mas não com uma única base de compreensão, ou seja, não existe uma vanguarda local com uma única concepção a respeito da arte. Devido aos fatores apontados e por não possuímos uma tradição estética arraigada, abriu-se um campo de experimentações que não havia até então. Deste modo, não houve um “sepultamento” da pintura em Porto Alegre durante as décadas de 1960-1970 como talvez em outras regiões do país ou internacionalmente. Isto ocorreu devido às características do campo. Ou seja, tirando alguns grupos, não houve em Porto Alegre uma “morte da pintura” para, posteriormente (anos 1980), haver um “renascimento” ou um “retorno”. O que ocorreu, em parte, com um grupo de artistas que naquele momento em sua maioria eram chamados de “jovens”, foi o

8 A respeito destes dados, ver: CALDAS, Felipe Bernardes. Galeria Arte & Fato: 30 anos. Porto Alegre: Gastal & Gastal, 2014. Financiado pelo FUMPROARTE.

fato de serem responsáveis por introduzir uma renovação da linguagem pictórica e artística em Porto Alegre, que já havia sido renunciada pelo grupo Nervo Óptica e pelo Espaço N.O. Assim sendo, fomentaram uma discussão sobre os próprios limites da arte e um rompimento com possíveis concepções puristas sobre as linguagens específicas (pintura, escultura, gravura, etc..) vigentes entre nós. Aí está um ponto chave em minha argumentação: a introdução de novas concepções artísticas não eliminou as anteriores; elas passaram a conviver e mesmo a dialogar. A negação de uma geração de pintores/artistas em oposição a uma postura conceitual – tal como é descrita por alguns autores quando estudamos sobre “retorno da pintura” em âmbito internacional e mesmo nacional – talvez não faça sentido entre nós, pois, reitera-se, não houve uma dominação conceitual ou de tendências conceituais em Porto Alegre, para posteriormente uma geração de artistas a repudiar. Elas passam a conviver, discutir e dialogar.

Estas relações descritas criam características particulares à arte desenvolvida neste município, e por sua vez, definem a impossibilidade de uma única base de critérios para avaliações.

2 ANOS 80

Nos anos 1980 se propagou a ideia que Porto Alegre era o terceiro maior mercado de arte do país e isto passou a ser reproduzido por diversos autores e artistas, gerando uma imaginário inclusive para as gerações posteriores, o problema é que nenhum autor apresenta uma base de dados para confirmar tal afirmação. Terceiro maior mercado em que sentido? Em número de galerias? Em movimentação financeira? Em número de artistas atuantes? Existem dados sobre a movimentação nacional para inferirmos a dimensão local? Sabemos que não existe nenhum estudo a respeito da movimentação financeira do mercado de compra e venda brasileiro nos anos 1980 que possa servir de referência. Então, de onde saiu esta informação a respeito da dimensão local que passou a ser reproduzida em trabalhos acadêmicos e no imaginário dos agentes das artes até hoje? Esta afirmação foi reproduzida/produzida a partir da publicação de Wilson Coutinho no Jornal do Brasil em 1985, ao falar da principal galeria de arte porto alegrense da época, Tina Presser:

Porto Alegre, descobriu-se de repente, que era o terceiro mercado de arte e uma galeria, a Tina Presser, sentiu-se mobilizada por isto. (...) A sua proprietária Tina tem 30 anos e é também jovens de ideias. Introduziu a sua galeria – que é maior do que qualquer uma que temos no Rio – no circuito Rio/São Paulo, que foi uma maneira de os próprios artistas

gaúchos sentirem-se capazes de ter uma referência mais aguda com uma produção dita cosmopolita. (COUTINHO, Wilson. *Jornal do Brasil*, 1985)⁹

O problema de tal reportagem é que o jornalista não apresenta nenhum dado concreto, a não ser, seu empirismo e enaltecimento a respeito de uma galeria privada porto-alegrense. Se considerarmos o número de galerias comerciais, a partir da Revista *Galeria*¹⁰, (a mais importante do setor naquela época), em 1989, Porto Alegre detinha um número inferior de espaços comerciais que Belo Horizonte e Curitiba, além de Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, estes números já são do final da década.

O trabalho de Nilza Dezordi (1987) sobre a profissionalização do artista plástico em Porto Alegre é um importante documento na medida em que faz um retrato em números da situação local no ano de 1986. Não apresenta grandes reflexões, ou análises de caráter qualitativo, mas fornece um material indispensável para compreendermos aquela época, além de constituir a possibilidade da desconstrução de uma espécie de “mito” sobre o mercado nos anos 1980. Por que falo de uma espécie de “mito”? Por um lado, porque diversos autores locais falam deste período enquanto o auge do mercado de compra e venda, e isto sem explicitar os levantamentos (pesquisa de campo); por outro, existe um grande desconhecimento de uma parte significativa do campo artístico atual sobre a nossa própria história. Desta forma, projeta-se a imagem de um mercado pulsante, grandioso, o “terceiro maior mercado do país”, sem entender muito bem o que isto significa, e sem ter ideia das proporções. Maria Amélia Bulhões, em suas pesquisas, já apontou o aspecto crítico destas projeções.

Segundo Dezordi (1987), em 1986, Porto Alegre detinha uma população ativa de 395 artistas plásticos, sendo 57% mulheres e 43% homens. Se compararmos com a pesquisa de Patrícia Silva Dias de 1986, que visou retratar as galerias comerciais desta cidade, a pesquisadora apresenta 28 espaços comerciais¹¹, sendo que destes a autora considera apenas 12 galerias enquanto “espaços significativos” (DIAS, 1986, p. 5): *Arte & Fato*, *Bolsa de Arte*,

9 COUTINHO, Wilson. No Sul, Os Ventos da Renovação. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 3 de jul. 1985.

10 GALERIA, Revista de Arte, n. 17, 1989.

11 Os espaços comerciais levantados por Dias em 1986 residentes em Porto Alegre são Agência de Arte, Alencastro Guimarães, *Arte & Fato*, Bolsa de Arte, Cambalache, Boreau de Cultura, Cambona Centro de Arte, Clube do Comércio, Contemporânea, Da Vera – Espaço de Arte, Delphus, Edelweiss, Emoldurarte, Expressão, Espaço Livro e Artes, Kraft Escritório de Arte, Masson, Quadro Escritório de Arte, Sala de Arte, Singular, Tina Presser, Willig Decorações. Outros seis espaços não foi possível identificar na pesquisa devido à conservação da documentação pertencente à biblioteca da PUC-RS.

Singular, Tina Presser, Da Vera – Espaço de Arte, Agência de Arte, Delphus, Alencastro Guimarães, Kraft, Masson, Cambalache e Clube do Comércio. Dias (1986) não explicita porque não considera “significativo” a galeria *Cambona Centro de Arte*, sendo este espaço reconhecido por outros pesquisadores enquanto importante no meio local. Se fizermos uma média entre a população ativa de artistas (395) com o número de galerias relevantes no ano de 1986, e aqui irei considerar, 13 galerias, acrescentado à lista de Dias (1986) a galeria *Cambona*, nós teremos uma média de 30,3 artistas por galeria. Se considerarmos todos os espaços comerciais apontados por Dias, a média fica em 14,1 artistas por espaço comercial. Estas médias demonstram um equilíbrio entre a população de artistas e os espaços de comercialização possíveis. Porém, nestes números não estão considerados os seguintes fatores: 1) diversos artistas trabalhavam com mais de uma galeria; são poucas as galerias que trabalhavam com exclusividade. 2) Algumas destas galerias, as maiores, trabalhavam com artistas de outras localidades do país, como a *Tina Presser* e a *Arte & Fato*. 3) Trinta artistas por galeria nos padrões tradicionais é um número elevado. 4) A maioria dos artistas trabalhavam visando a atuarem nas galerias ditas “significativas”, que contabilizamos treze. Ainda assim, não temos dados para avaliar este termo “significativo”, o que seria uma galeria “significativa” naquele momento histórico em Porto Alegre. Que características ela deveria possuir para deste modo receber esta alcunha? Não tendo amplos dados sobre o funcionamento destes espaços comerciais, resta concordarmos e cremos na idoneidade da autora. Segundo Dias (1986), “a escolha não foi arbitrária. Selecionamos espaços de significativa atuação no mercado e entrevistamos pessoas cujas experiências funcionam como aval de sua representatividade.” (DIAS, 1986 p. 5).

Dezordi (1987) aponta que apenas 21%¹² dos artistas que colaboraram com a pesquisa mantinham-se economicamente da atividade artística, sendo deste (21%), 67% somente da atividade artística e os demais possuíam outras atividades. Destes 21% que afirmaram ter um retorno econômico suficiente para manter-se, mais de 80% eram homens. Ou seja, a cada 10 artistas, apenas 2,1 sobreviviam de sua produção plástica, visual, e a grande maioria era de artistas homens, apesar de a população ativa de artistas mulheres em Porto Alegre ser superior à dos homens. Em compensação, 79% dos artistas pesquisados por Dezordi (1987) deixavam seus trabalhos em galerias. É possível concluir que o fato de um artista trabalhar com uma ou

12 Dos 395 artistas levantados foi realizada uma amostragem com 56 artistas mantendo segundo Dezordi as proporções e parâmetros da população ativa de artistas. Assim, as médias aqui disponibilizadas foram calculadas a partir da amostragem de 56 artistas que colaboraram diretamente com a pesquisa, respondendo o questionário proposto pela pesquisadora.

mais galerias não significava que sobreviveria da venda de sua produção, ou que vendesse de forma sistemática. Outro dado relevante a considerar é que Dezordi (1987) em seu levantamento aponta que em torno de 50% dos artistas tinham mais de 20 anos de carreira, ou seja, não são jovens, e que apesar de apenas 21% do total sobreviver da produção artística, 43% relataram que se dedicam exclusivamente à atividade. Assim, existia um déficit de 22%, que apesar de se dedicarem somente à prática artística, não conseguiam manter-se economicamente com esta atividade. A pergunta que fica é: qual a fonte de renda destes artistas que se dedicam exclusivamente ao fazer artístico, mas não obtém renda? Provavelmente a família, mas não temos dados para comprovar tal afirmação, é uma suposição embasada em conversas informais com outros pesquisadores e agentes atuantes na época. Os demais, 52% exerciam outras atividades que lhes forneciam renda e 5% não responderam na ocasião. A média de idade dos artistas é de 47 anos; 32% deles na faixa de 22 a 40 anos e os 68% restantes acima dos 40 anos.

A partir dos dados apontados e de algumas considerações, este mercado não era extenso, ou capaz de absorver toda a produção e artistas naquele período, a ponto de um grande número de artistas poderem dedicar-se exclusivamente à realização de sua atividade.

Analizando estas informações: como manter um discurso de um mercado aquecido em Porto Alegre nos anos 1980, tão comentado por diversos agentes? E talvez propenso à adesão de artistas emergentes? Como é possível erguer o argumento sobre o *boom* do mercado de arte brasileiro e em Porto Alegre a partir destes dados? O que representaria este “aquecimento”? Estariam os variados pesquisadores equivocados? Para tentar responder às questões apontadas, irei compartilhar trechos de entrevistas e depoimentos da época sobre o mercado. Xico Stockinger em 1985 cedeu um depoimento para Patrícia Silva Dias, sobre o mercado de arte:

Quando lá no Uruguai a coisa endureceu, todo artista vinha para o Rio Grande do Sul, batia aqui, via meu padrão de vida e achava que aqui era uma maravilha, depois não dava certo. As pessoas esquecem que eu tenho isso tudo, mas faz 40 anos que eu faço escultura e pelo menos 20 anos eu passei privação. (...) Hoje em dia nós temos cinco ou seis galerias, em Porto Alegre, que afinal pode ser o terceiro centro de arte do país, e todas vendem mais ou menos. Os artistas nunca passaram tão bem como estão agora, os mais velhos. Mas tem novo de talento que vai e vai indo muito bem. (STOCKINGER, 1985)

O primeiro aspecto que gostaria de chamar a atenção a partir do de-

poimento é que Stockinger reduz o número de galerias a cinco ou seis e não a 13 que consideramos anteriormente, devido provavelmente ao fato de ele acreditar que somente estas eram “significativas” ou com alguma expressão, deste modo diminuindo quantitativamente os espaços comerciais de “vulto”. O segundo ponto é sua afirmação “vendem mais ou menos”, ou seja, não é uma venda generalizada. O terceiro é a relação com o tempo, quem vende “bem” são os mais “velhos”, com tempo de carreira e reconhecidos no meio local. Não que alguns “jovens” não estivessem com reconhecimento comercial, mas estes são minoria. Por fim, diz o seguinte: “(...) Porto Alegre que afinal pode ser o terceiro centro de arte do país”. Assim sendo, Stockinger não tem certeza se realmente Porto Alegre é de fato o terceiro mercado de arte brasileiro. Outro ponto é que existe uma diferença entre ser o “terceiro maior mercado” e ser o “terceiro centro de arte do país”: um envolve volume de compras e vendas; o outro depende da articulação de um circuito institucional de exibição, formação e comercial.

Vera Santos, da galeria *Da Vera - Espaço de Arte*, em 1986 diz o seguinte a respeito do mercado local:

Considero um mercado bom, a nível da cidade. Não dá para comparar com Rio e São Paulo. Acho que vem apresentando um crescimento muito tímido nos últimos anos. (SANTOS, 1986).

Em seguida os comentários no mesmo ano de Decio Presser, da *Arte & Fato*. Tina Presser da galeria *Tina Presser*, Egon Kroeff da *Bolsa de Arte* e Renato Rosa da *Agência de Arte*¹³:

Acho que é um mercado em crescimento e em aquecimento. (PRESSER, Tina. 1986)

Um mercado em desenvolvimento, que, a partir dos anos 80 começou a se estruturar melhor, ficar mais profissional. Antes tinha muitos altos e baixos, (PRESSER, Decio. 1986)

O mercado está bastante mais definido e partindo para um profissionalismo melhor a partir do Plano Cruzado. (KROEFF, 1986)

Bom. É considerado o terceiro do país. (ROSA, 1986)

Como podemos perceber nas declarações, a maioria dos galeristas considera este mercado em um processo de desenvolvimento e profissiona-

13 As entrevistas compartilhadas neste trecho textual (Decio Presser, Egon Kroeff, Renato Rosa, Tina Presser, Vera Santos e Xico Stockinger) estão disponíveis na íntegra nos anexos da monografia de Patrícia Silva Dias, 1986, PUC-RS.

lização, e não plenamente desenvolvido e profissionalizado. Ou seja, em relação à década anterior (1970), este apresentava nos anos 1980 uma situação muito mais favorável, com perspectivas de crescimento. Podemos inferir que este mercado possuía uma relação entre oferta via galerias e demanda equilibrada, pois caso contrário elas não sobreviveriam. É claro que esta oferta e procura se mantém via um equilíbrio artificial, ou seja, as galerias é que regulam a oferta conforme a demanda, gerando uma relação de equilíbrio artificial, pois se considerarmos toda a população ativa de artistas na época, não há demanda para toda a produção, visto que apenas 21% dos artistas, segundo Dezordi (1987), possuía um retorno financeiro suficiente. Mas isto é uma característica do mercado artístico, pois ele está embasado no conceito de raridade.

Assim em 1986 o mercado local é considerado pelos agentes citados como estando em “desenvolvimento”, inclusive com alguns colecionadores ativos, como Rubem Knijnik, Lauro Sturn, Ivoncyloschpe, Ruth Milmann, Clarita Galbinski e Sócrates Lubianca¹⁴, juntamente com uma gama de profissionais liberais compondo um público comprador. Para se ter uma ideia deste mercado, em 1986 o *Diário do Sul* apresenta um relatório sobre o setor. Este relatório publicado em novembro daquele ano discorre que houve uma grande valorização das obras:

De janeiro para cá, as obras de arte tiveram uma valorização média de quase 200%. Livre das amarras do Plano Cruzado, o mercado de artes plásticas tornou-se uma opção de investimento, com rentabilidade que supera os níveis do ouro, dólar no paralelo e do mercado acionário. (*Diário do Sul*, 1986)¹⁵

O mesmo relatório aponta a valorização das obras de Maria Lídia Magliani e Henrique Fuhro de até 600% naquele ano; Ado Malagoli e Iberê Camargo tiveram uma valorização superior a 300%, artistas mais jovens e com menor representatividade de mercado naquele período como Maria Tomaselli (243%), Milton Kurtz (120%), Ana Alegria (147%). Assim naquele momento, nós podemos falar de uma determinada “euforia” do mercado, com grande valorização financeira das obras de determinados artistas. Além disso, houve também a propagação da ideia da arte enquanto investimento, e mais que meramente investimento, um investimento com rentabilidade.

14 Estes nomes são indicações dos galeristas entrevistados por Patrícia Silva Dias.

15 ENGEL, Doraci; DUARTE, Rosina; SILVA, Marô; BARBOSA, Luiz Carlos. Relatório de Investimentos em Arte. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 17 nov. 1986.

bilidade superior ao do ouro. Porém, uma questão que não foi colocada por este relatório: os fatores de risco, assim como, um questionamento relativo a esta “supervalorização” e à possibilidade real de sustentar estes preços e gerar um crescimento estável. O fato é que isto não se mantém, e houve em seguida uma queda deste mercado e consequentemente dos preços praticados.

Em 1987, inicia-se a crise do mercado, um ano após o relatório eufórico, que resultará gradativamente até o início dos anos 1990 em um desmantelamento do mercado de compra e venda em Porto Alegre. Esta afirmação está embasada a partir da reportagem de Maria Lúcia Frões, publicada em 1987 na revista *Galeria*, em que é possível perceber um retrato da crise que começa a assolar o setor:

O pintor Iberê Camargo compara o Brasil a um imenso navio parado no meio do oceano, prestes a afundar. A galerista Luisa Strina garante que nunca viveu um período de tanta indefinição em termos políticos e econômicos e que só em 1963 ouviu tanta gente falar em sair do Brasil. O leiloeiro Roberto Castelli diz que nesta época, marcada por um absoluto pessimismo, não há clima para se comprar obras de arte mesmo que se tenha dinheiro. (FRÕES, 1987, p. 36)¹⁶.

Desta forma, este mercado em momento algum em nossos prados conseguiu se estabelecer de modo consistente e de forma estável durante um longo período de tempo. Mas esta incapacidade está conectada à própria situação econômica e cultural brasileira. Não devemos esquecer uma coisa básica: a crise é inerente ao capitalismo.

Não creio que os pesquisadores estivessem enganados, mas existe um processo de “superestimar” uma situação mercadológica em suas dimensões. E esta “superestimativa” é corroborada pelos depoimentos de galeristas, artistas e reportagens da época. Creio que, através de ações de marketing, tenha havido, em certo sentido, uma construção de uma imagem de mercado por parte dos agentes nem sempre conscientes dessa imagem que representava um mercado de grande rentabilidade, alicerçado na concepção da arte enquanto investimento. Não estou afirmando que é uma mentira o *boom* do mercado; ele apenas não é provável na dimensão proclamada. Se promoveu um imaginário sobre o setor que não dura mais que cinco anos. Entretanto este imaginário era real, apenas não provável quando avaliamos os dados friamente com o distanciamento do tempo. Os critérios de crescimento e valorização econômica das obras naquele momento

16 FRÕES, Maria Lúcia. Mercado: Momento de Reflexão. *Revista Galeria*, n.5, p. 36, 1987.

não eram sustentáveis, pois estavam embasados em parte em “sensações” e na ideia de especulação. Este mercado, mesmo em seu auge durante os anos 1980, ainda era frágil. Cabe salientar que esta visão da fragilidade do mercado local e de minhas afirmações não é compartilhada por todos os agentes atuantes do campo naquele período e por pesquisadores posteriores, no entanto, eles não apresentam dados.

Em 1988 foi fundada a Associação de Galerias do Rio Grande do Sul – AGARGS¹⁷, e em março de 1989 foi realizado um evento no MARGS financiado via Lei Sarney¹⁸, o embrião da Lei Rouanet. Este evento foi denominado de *Projeção 89*¹⁹; contou com a participação de 26 espaços comerciais de diversas cidades do Rio Grande do Sul, tendo sido publicado um catálogo com cerca de 30 páginas. Este evento era uma prévia do que iria acontecer durante o ano de 1989 nas sedes das galerias participantes. Porém, nem todos os espaços caracterizavam-se como galerias; algumas apenas revendiam trabalhos de arte, entre outras atividades. Na ocasião saiu uma matéria no *Correio do Povo* que gostaria de compartilhar:

Segundo Renato Rosa, diretor de eventos da AGARGS e dono da Agência de Arte, a “Projeção 89” avaliza a atuação dos galeristas gaúchos, na medida em que o MARGS como “órgão máximo do setor” apoia a iniciativa. Mais ainda, mostra que mesmo com a crise o setor está unido, num reflexo da atual posição da sociedade civil brasileira, caracterizando “vitalidade” das artes no Estado, conclui o *marchand*.²⁰

Mesmo a união das galerias de arte do Rio Grande do Sul em torno de um objetivo comum, não foi capaz de manter e articular o mercado de

17 Associação das Galerias de Arte do Rio Grande do Sul; sua primeira diretoria foi composta por Paulo Capelari, Maria Helena Webster, Leon Dziekaniak, Renato Rosa e Sidney Alencastro Guimarães.

18 Apoio Cultural ao evento “Projeção 89” via lei Sarney foi realizado por Panambra, Pierre Alexander, Construtora Dockhorn.

19 Participam deste evento os seguintes espaços comerciais: Agência de Arte, Alencastro Guimarães, Atelier de arte Cristina Gonzales, *Arte & Fato*, Bolsa de Arte, Bublitz – Decaedro Galeria de arte, Cambona, Contemporânea, Da Vera – Espaço de Arte, Delphus, Escritório Alto da Bronze, Espaço oficina, Galeria de arte Badesul, Galeria Artemages, Galeria de Arte Mosaico, Galeria de Artes Edelweiss, Galeria Gestual, L’ Atelier D’Art, Ponto a Ponto, Ponto d’ Arte (Promoções), Ponto de Arte Alberto, Sala de Arte de Porto Alegre, Sobrado Galeria de Arte, Van Gogh Art, Velhos Tempos e Willg Decorações. Dentre as galerias citadas, há espaços dos municípios de São Leopoldo, Caxias do Sul, Pelotas, Sant’Ana do Livramento, Bento Gonçalves, Rio Grande, Novo Hamburgo e Porto Alegre. Maiores informações ver catálogo de “Projeção 89”.

20 “Projeção 89” nas Artes. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 mar. 1989. (autor não informado)

arte regional e mesmo a própria continuidade da entidade, que em meados dos anos 1990 se desarticula.

Comparativamente este mercado (1980) de compra e venda de obras era maior que o dos anos 1970 e maior que o atual (2019) em Porto Alegre. Porém, está longe das atuais projeções que variados artistas e mesmo de pesquisadores que afirmam. Que fique claro que só me refiro ao segmento compra e venda, uma vez que mercado da arte não se restringe à comercialização de obras de arte, isto é um nicho mercadológico. Este segmento de mercado (compra e venda) naquele momento tomou um vulto que não vimos mais acontecer entre nós, mas ele estava distante de ser “um grande mercado”, com solidez e sustentabilidade. Construiu uma série de articulações inéditas em nossa história e exerceu um papel que extrapolou o plano comercial, principalmente devido à fragilidade institucional do período.

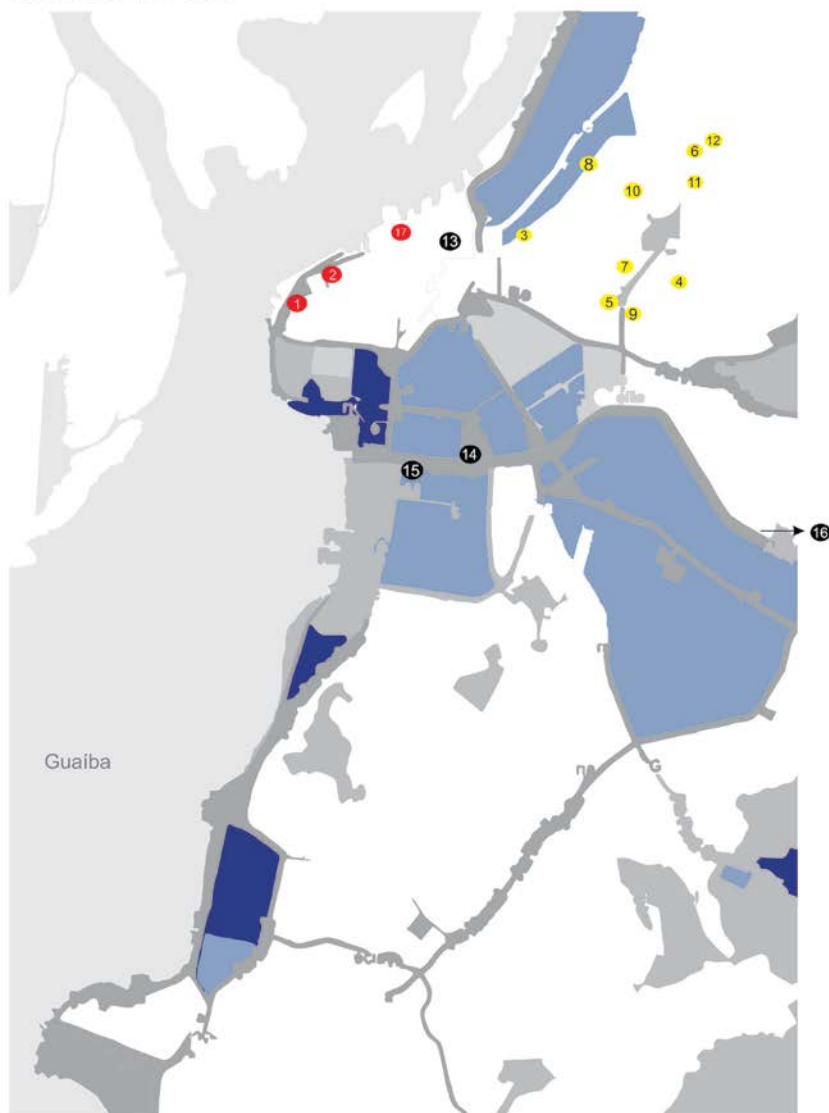
CONCLUSÃO

Se o mercado de compra e venda de arte estava distante do imaginário projetado pelos agentes e a afirmação “terceiro maior mercado” está desacreditada. Qual seria a relevância deste mercado de compra e venda e seus agentes para a cidade? A primeira coisa é lembrarmos que uma galeria de arte não é somente um espaço comercial, ela é um espaço igualmente cultural. Suas exposições são abertas para o público sem taxas de ingresso, elas promovem inclusive cursos de formação, financiam iniciativas, produzem catálogos, livros e assim por diante. O comércio da arte é o comércio das coisas que não se faz comércio, celebre afirmação de Pierre Bourdieu. Uma galeria de arte equilibra a dimensão cultural e comercial, o que dá sentido ao comércio de arte é justamente que as leis comerciais não se sobrepõem às culturais. É o único comércio que não basta você querer comprar, ter dinheiro para pagar, pois o galerista e o artista podem se negar a vender. O consumo de arte é complexo e requer formação educacional e cultural ampla. E uma galeria não vende somente obras de arte, a venda material é resultado de uma série de articulações, uma galeria vende a si mesma e sua credibilidade, assim como o artista não vende um objeto, ele vende seu percurso de trabalho, vida e reflexão, vende sua imagem. Uma galeria não é somente um espaço comercial, ela é um espaço de convívio, de entretenimento, de pesquisa no qual todas estas dimensões convivem. Uma galeria vende um estilo de vida ligado ao consumo de objetos artísticos. E é isto que caracteriza uma galeria de arte em relação a um espaço de revenda de objetos artísticos, e justamente este entendimento que embasa a concepção de espaços “significativos” trazida por pesquisadores anteriores.

A Revista Galeria em suas edições apresentava os principais espaços

comerciais de arte do Brasil conforme as respectivas cidades, abaixo segue um mapeamento dos espaços presentes na época em Porto Alegre através desta fonte, no qual, aparecerão apenas as galerias de maior “vulto”, e entendidas enquanto: galerias de arte.

Localização das instituições de formação, exibição, promoção, espaços de comercialização e galerias de arte - 1987



● Espaços institucionais públicos e privados de exibição, guarda e promoção.

● Espaços institucionais de formação (privado, municipal, estadual e federal).

● Espaços de comercialização e galerias de arte.

Legenda do Mapa – 1987

Nº	Nome	Endereço
1	Museu do Trabalho	R. dos Andradas, 230 - Centro
2	Museu de Arte do Rio Grande do Sul	Praça da Alfândega, S/Nº - Centro
3	Galeria Arte&Fato	R. Santo Antônio, 226
4	Galeria Agência de Arte	R. Casemiro de Abreu, 144
5	Galeria Alencastro Guimarães	R. Mariante, 426
6	Galeria Bolsa de Arte	R. Quintino Bocaiúva, 1115
7	Galeria Cambona	R. Dona Laura, 204
8	Galeria Delphus	Av. Cristovão Colombo, 1093
9	Galeria Tina Presser	R. Paulino Teixeira, 35
10	Galeria Yara Kraft	R. Barão Ângelo, 165
11	Singular Galeria de Arte	R. Quintino Bocaiúva, 940
12	Galeria Sala de Arte	R. Cel. Bordini, 501
13	Instituto de Artes e Escolinha de Artes da UFRGS	Rua Senhor dos Passos, 248, Centro.
14	Atelier Livre da PMPA	AV. Érico Veríssimo, 307 – Menino Deus
15	Centro de Desenvolvimento e Expressão	AV. Ipiranga, 389 – Praia de Belas
16	PUC-RS -Especialização em Arte: Práxis e Teoria.	AV. Ipiranga, 6681 - Partenon
17	Pinacoteca APLUB	AV. Julio de Castilhos (Nº não encontrado), Centro.

Fonte: *Galeria Revista de Arte*, 1987, n. 4 e n. 7; 1988, n. 9. *Jornais Correio do Povo e Zero Hora*.

A partir do mapa é possível perceber claramente a preponderância quantitativa das galerias comerciais em relação às instituições de exibição. Aliado a isto, estas instituições como ainda hoje, sofrem por não possuírem uma política pública de continuidade, variando de governo para governo, assim impedindo um desenvolvimento pleno de suas atividades. Boa parte dos anos 1980 o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) esteve sem condições de promover adequadamente as artes visuais em nosso território apesar de ter realizado algumas exposições de relevância naquela década

e ter sido protagonista de algumas iniciativas; possuía uma estrutura precária e dependia da empatia da classe política dominante. A Pinacoteca da APLUB se voltava basicamente a exibir seu acervo e praticamente não promovia exposições de arte contemporânea, o Museu do Trabalho por sua vez angariou com o passar do tempo uma considerável respeitabilidade pela classe artística e o meio local, todavia, com poucos recursos que o incapacitava de uma promoção sistemática. Assim, a efervescência da cena artística cultural voltada às artes visuais dependia das galerias privadas, e estas desempenharam um papel muito além do econômico. Foram nelas que uma jovem geração de artistas encontrou espaço para comercializar, mas igualmente para experimentar, e ter suas primeiras experiências profissionais, ainda que fosse impossível atender toda a demanda de jovens artistas. Também foram elas que continuamente ajudaram a trazer artistas do centro do país para Porto Alegre, tornando possível o contato com a produção nacional e mesmo a construção de um diálogo, para tal basta observar a programação da Galeria Arte & Fato e Tina Presser naquela década que trouxeram ao Rio Grande do Sul importantes nomes do cenário nacional, entre outras galerias. Elas ocuparam e realizaram parte do papel estatal, entretanto, eram empresas privadas e dependiam do retorno econômico de suas atividades, coisa que com a instabilidade econômica do país no fim dos anos 1980 tornou inviável a manutenção destes espaços.

Talvez devido ao capital promocional destes espaços, as reportagens nos jornais e nas colunas sociais, aliado ao mercado da arte internacional aquecido que impulsionou inclusive o nacional, favoreceu a criação de uma atmosfera positiva em relação a dimensão mercadológica local, e a afirmação “terceiro maior mercado”, encontrou reverberações mesmo sem nenhum tipo de base de dados minimamente confiáveis. No entanto, é inegável o importante papel destas galerias na promoção, e divulgação da arte em Porto Alegre naquela década.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Mara; et al. Manifesto, Grupo N.O. In: FERREIRA, Glória (Org.). *Crítica de Arte no Brasil: temáticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fumarte, 2006.
- ARAUJO, Ana Lúcia. *Pintura e Transgressão: O Caso da Geração 80 em Porto Alegre*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- BARBOSA, Luiz Carlos. Em Busca do Cliente Jovem. *Gazeta Mercantil Sul*, Porto Alegre, 17 jul. 1985. Caderno Cultura e Lazer.

- BARBOSA, Luiz Carlos. *Jogo Poético Satiriza o Pós-Moderno*. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 05 nov. 1986.
- BARBOSA, Luiz Carlos. Não Mais Apenas Matéria, Mas Cor com Significado. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 03 dez. 1986.
- BARBOSA, Luiz Carlos. Pincel com Fluidez do Gesto Leve. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 05 nov. 1986.
- BOHNS, Neiva Maria Fonseca. Década de 50: sopram os novos ares. In: GOMES, Paulo (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia de bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRAUNER, Andréa. *Os Leilões de obras de Arte em Porto Alegre (1960 – 1989): valorização e legitimidade*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Instituto de Artes, 2000.
- BRITES, Blanca. Breve olhar sobre os anos oitenta. In: GOMES, Paulo (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.
- BUENO, Maria Lúcia. *Artes Plásticas no século XX: Modernidade e Globalização*. São Paulo: IMESP, 2001.
- BULHÕES, Maria Amélia (Org.). *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: pesquisas recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, 1995.
- BULHÕES, Maria Amélia. *Artes Plásticas: Participação e Distinção Brasil anos 60/70*. 1990. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BULHÕES, Maria Amélia. Mercado de Arte: uma crise que pode gerar crescimento. *Aplauso*, Porto Alegre, n. 28, p. 39-41, 2001.
- CALDAS, Felipe Bernardes. *Galeria Arte & Fato: 30 anos*. Porto Alegre: Gestal & Gestal, 2014.
- CALDAS, Felipe Bernardes. *O Campo Enquanto Mercado: um estudo sobre o cenário mercadológico de Porto Alegre (1990 – 2012)*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CARVALHO, Ana Maria Albani de. *Artes Visuais em Porto Alegre como “ci-*

- dade criativa” – pensando o cenário contemporâneo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PORTO ALEGRE CIDADE CRIATIVA, [Porto Alegre], 2009.
- CARVALHO, Ana Maria Albani de. Nervo Óptico e Espaço N.O.: artes visuais em Porto Alegre durante os anos 70. In: BULHÕES, Maria Amélia (Org.). *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul: pesquisas recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, 1995.
- CARVALHO, Ana Maria Albani de. *Nervo Óptico e Espaço NO: a diversidade no campo artístico porto alegreense durante os anos 70*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- CAUQUELIN, Anne. *Arte Contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CEPEDA, Fernanda Paz Fontecilla. *De Arte e de Empresários (ou de como entra a lógica empresarial na produção cultural)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. BR/80: O Cenário Social da Década. In: *BR 80 Pintura Brasil Década de 80*. São Paulo: O Instituto, 1991.
- COUTINHO, Wilson. No Sul, Os Ventos da Renovação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1985.
- DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- DEZORDI, Nilza Maria. *O Processo de Profissionalização do Artista Plástico em Porto Alegre*. 1987. Monografia (Curso de Especialização em Artes Plásticas Suportes Científicos e Práxis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.
- DIAS, Patrícia Silva. *O Mercado de Arte em Porto Alegre: As Galerias Particulares*. 1986. Monografia (Curso de Especialização em Artes Plásticas Suportes Científicos e Práxis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.
- DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1989.
- ENCONTRO da “Oi Tenta”. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 25 jul. 1985.
- ENGEL, Doraci; DUARTE, Rosina; SILVA, Marô; BARBOSA, Luiz Carlos. Relatório de Investimentos em Arte. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 17 nov. 1986.

- FERREIRA, Glória (Org.). *Crítica de Arte no Brasil: temáticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Funarte, 2006.
- FERREIRA, Kennedy Piau. *Políticas públicas e sistema das artes: limites e possibilidades de uma ação institucional orientada para o desenvolvimento das artes visuais como crítica da cultura*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- FETTER, Bruna Wulf. *Mapas dentro de mapas: estratégias de articulação entre o local, o regional, e o global na Bienal do Mercosul*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FIDELIS, Gaudêncio. Elementos para Análise de uma Outra Tradição Pictórica, Um Outro Cânone: A Obra de Heloisa Schneiders da Silva no Contexto dos Anos de 1980. In: ZIELINSKY, Mônica (Org.) *Obra e Escritos Heloisa Schneiders da Silva*. Porto Alegre: MARGS, 2010.
- FRÖES, Maria Lúcia. *Ambivalência: A Marca de Leonardo*. Zero Hora, Porto Alegre, 31 jul. 1985. Segundo Caderno.
- FRÖES, Maria Lúcia. Arte Despojada. Zero Hora, Porto Alegre, 17 jul. 1985. Segundo Caderno.
- FRÖES, Maria Lúcia. Arte: O que pode ser visto no fim de semana. Zero Hora, Porto Alegre, 03 ago. 1985. Segundo Caderno.
- FRÖES, Maria Lúcia. Mercado: Momento de Reflexão. *Revista Galeria*, n.5, p. 36, 1987.
- FRÖES, Maria Lúcia. Presença Gaúcha na Bienal. Zero Hora, Porto Alegre, 10 jul. 1985. Segundo Caderno.
- GARCIA, Zélia. Leilão de Arte: Em Jogo, as Obras dos Grandes Mestres. Zero Hora, Porto Alegre, 13 abr. 1989. Segundo Caderno.
- GASPAROTTO. As Preferências no Mercado de Arte. Zero Hora, Porto Alegre, 14 abr. 1989.
- GASPAROTTO. (Sem título). Zero Hora, Porto Alegre, 14 jul. 1985 (Informe sobre a Abertura da Galeria Arte & Fato).
- GASPAROTTO. Noite Concorrida no Museu. Zero Hora, Porto Alegre, 31 mar. 1989.
- GASPAROTTO. Um Espaço de Boa Vanguarda. Zero Hora, Porto Alegre, 23 jul. 1985.
- GOMES, Paulo (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Lahtu Sensu, 2007.
- KERN, Maria Lúcia Bastos; ZIELINSKY, Mônica; CATTANI, Icleia. *Espaços*

- do Corpo – Aspectos das Artes Visuais no Rio Grande do Sul (1977/1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Artes, 1995.
- KNAAK, Bianca. *As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias & protagonismo em Porto Alegre 1997 – 2003*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- KRAWCZYK, Flávio. *O espetáculo da legitimidade: os salões de artes plásticas em Porto Alegre-1875/1995*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- MACHADO, Ana Méri Zavadil. *Reatando os Nós: Arte & Fato Galeria, Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul – MAC/RS e Torreão – Espaços de Legitimação em Porto Alegre (1985 – 1997)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- “OI TENTA” Inaugura Arte & Fato no dia 17. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 28 jun. 1985.
- OLIVA, Achille Bonito. Transvanguardia: Italia/América. In: GUASCH, Anna Maria (Org.). *Los Manifestos Pos Modernos*. Madrid: Akal, 2000.
- PETERSEN, Márcia. (Sem Título). *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 24 jun. 1985 (Reportagem em coluna social sobre abertura da Galeria Arte & Fato)
- PETERSEN, Márcia. *Novo Espaço de Arte*. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 25 jul. 1985.
- PIETA, Marilene Burtet. *A Modernidade da Pintura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra DC Luzzato, 1995.
- PRESSER, Decio. *Arte & Fato, a galeria dos “Oi Tenta”*. *Kronika & Informe Cultural*, Porto Alegre. (Data desconhecida devido ao estado de conservação da documentação).
- PRESSER, Decio; ROSA, Renato. *Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- ROSA, Nei Vargas da. *Estruturas emergentes do sistema da arte : instituições culturais bancárias, produtores e curadores*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SCARINCI, Carlos. *A Gravura no Rio Grande do Sul 1900 – 1980*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- ZIELINSKY, Mônica. (Org.). *Heloisa Schneiders da Silva: obra e escritos*. Porto Alegre: MARGS, 2010.

A PULPFICTION NO RIO GRANDE DO SUL: A POSIÇÃO DESAMIR MACHADO DE MACHADO NO CAMPO LITERÁRIO

PULP FICTION IN RIO GRANDE DO SUL: SAMIR MACHADO DE MACHADO'S POSITION IN THE LITERARY FIELD

Charles Dall'agnol¹

RESUMO

O trabalho propõe uma leitura do fenômeno da *pulp fiction* gaúcha fundamentada na sociologia da literatura. Analisa-se a série Ficção de polpa, da Não Editora de Porto Alegre, sob o aspecto do campo literário bourdiano e das especificidades da série em relação à *pulp fiction* originária estadunidense. A série Ficção de polpa é uma coletânea de contos de ficção de entretenimento idealizada por Samir Machado de Machado e lançada no mercado em 2008. Consiste em cinco volumes de contos voltados para os gêneros característicos do *pulp*, como ficção científica, fantasia, terror, aventura e crime. Busca-se entender o que está em jogo na aposta editorial representada pela Ficção de polpa, o posicionamento crítico e as reverberações do agente literário Samir Machado de Machado no campo literário gaúcho e no *habitus* acadêmico.

Palavras-chave: Literatura Pulp. Campo Literário. Agente Literário. Editora Gaúcha. Nobrow.

ABSTRACT

This paper puts forward an interpretation of the pulp fiction phenomenon in Rio Grande do Sul. The series Ficção de polpa, of the Porto Alegre-based Publishing House Não Editora, is analyzed under the aspect of Bourdieu's literary field, and the specifics of pulp fiction in Rio Grande do Sul in relation to the original American pulpis also taken into consideration. The Ficção de polpa series is an anthology thought and organized by Samir Machado de Machado and consists of five volumes focused on the main pulp genres: science fiction, fantasy, horror, adventure and crime. Our objective is to understand what is at play in Samir Machado de Machado's editorial move, his repercussion on the literary field and on the academic habitus.

Keywords: Pulp Literature. Literary Field. Literary Agent. Rio Grande do Sul's. Publisher. Nobrow.

¹ Licenciatura em Letras Português-Inglês; Mestrado em Teoria Literária; Doutorado em Teoria Literária.

INTRODUÇÃO

Em um fragmento de *Rua de mão única*, “Romances de detetive, nas viagens”, Walter Benjamin examina o significado de ler no trem livros comprados em bancas de jornal, isto é, ficção de entretenimento no formato de edições superbarateadas, tal como a *pulp fiction*. Benjamin mostra a importância do prazer na leitura de ficções populares e pondera que o ato de lê-las nas viagens é como um ritual, “algo que agrada aos deuses da ferrovia” e que ao viajante garante o que Benjamin chama de “anestesia de um medo por outro”, um paliativo contra as “as angústias arcaicas da viagem” e contra as tensões do mundo moderno representado pela ferrovia, que “enreda [o viajante] numa megalomania”; ler, durante a experiência desestabilizante da viagem, uma história de detetive ou um romance sentimental, faz o viajante mergulhar na leitura e, apesar da “frivolidade” desse gesto, “sentir a existência de seu herói tão seguramente mesclada à sua própria vida” (BENJAMIN, 1987, p. 220).

1. A *pulp fiction* e o academicismo

A *pulp fiction* representa, via de regra, as produções literárias e as práticas de leitura fora dos círculos academicistas, ou seja, livros com os quais se entreterem em aeroportos, lavanderias, banheiros, filas de restaurante universitário e elevadores quebrados. Todavia, não é tão incomum encontrar acadêmicos entusiastas dessa faceta da literatura, mas que apesar de, secretamente, na privacidade de seus gabinetes, abstraírem-se nos prazeres indulgentes que lhe são próprios, não a estudam profissionalmente por preconceito ou desconhecimento de aporte teórico adequado. A respeito dessa omissão, cite-se Ray Brown, autor e professor estadunidense, em *Against academia*, livro sobre a história do primeiro Departamento de Cultura Popular implantado por ele na Universidade Bowling Green em 1972, quando afirma que “a mente acadêmica começa com capacidade quase ilimitada, mas nunca utiliza todo seu potencial. [...] O desenvolvimento da Cultura Popular como disciplina acadêmica tem representado a quebra da tradição acadêmica” (BROWNE, 1989, p. 1). Dessarte depreende-se que o academicismo, segundo esse pondo de vista, pode resultar em uma instituição semelhante aos salões de arte conforme descritos por Pierre Bourdieu, que “se definem mais pelo que excluem que pelo que aglutinam” (BOURDIEU, 2010, p. 69).

As posições exclusivistas assumidas pelos agentes literários dentro do campo delineiam uma prática cognitiva fundadora de uma realidade

2 As traduções do inglês e do francês, quando necessárias, foram feitas pelo autor do artigo.

acadêmica maniqueísta. De um lado, o beletrismo, com os cânones e a “ficção literária”, “séria”, que, na tentativa de absorver a sensibilidade moderna, às vezes se distancia do público; do outro lado, a literatura *pulp*, de entretenimento, de banca de jornal, a ficção especulativa, toda literatura que irrestritamente tem por objetivo isso que Felipe Pena, professor da UFF, caracterizou como “um conceito demonizado pela crítica: o entretenimento” (PENA, 2012, p. 11).

1.2 A perspectiva bourdiana

O livro *Regras da arte*, de Pierre Bourdieu, (2010), dificilmente pode ser visto como uma defesa da estética *pulp* – contudo, é possível ver nele um excelente manual crítico sobre as pressões e os condicionamentos extra textuais que explicam a pretensão daestética da “alta” literatura, supostamente autotética. Na obra do pensador francês, o conceito de “campo” é chave para entender esses condicionamentos/pressões.

O campo literário é engendrado pelos agentes literários: professores, críticos, escritores, editores, o empresariado do livro, os formadores de opinião, e pelos discursos advindos deles. Para entender como o campo literário é estruturado através das práticas de seus agentes é importante entender em qual tipo de relação de poder eles tomam posição. No livro citado, Bourdieu provê muitas definições de campo, entre as quais esta:

O campo literário é um campo de forças a agir sobre todos aqueles que entram nele, e de maneira diferencial segundo a posição que aí ocupam (seja, para tomar pontos muito afastados, a do autor de peças de sucesso ou a do poeta de vanguarda), ao mesmo tempo em que um campo de lutas de concorrência que tendem a conservar ou transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2010, p. 262).

O campo é um espaço de disputas, com agentes dotados do *habitus*³ que carrega o conjunto de conhecimentos acerca das leis desse campo, dotados de estratégias de conservação (“ortodoxia”) e de subversão (“heterodoxia”) do campo, em torno dos objetos de disputa. As posições que os agentes ocupam no campo literário e as formas de jogar o seu jogo são

3 O *habitus* “configura um universo de classificações e possibilidades que o agente que o internalizou assume como apriorismos mentais e práticos que se fazem perceber, mas não são necessariamente percebidos, muito menos explicitados num cálculo racional. O *habitus*, entretanto, ultrapassa a noção de indivíduo, e diz respeito às estruturas relacionais em que ele está inserido”. (ABC de Bourdieu, *Cultn.* 166).

determinadas por uma *doxa*⁴, e o campo será mais ou menos autônomo dependendo de como seus agentes se posicionarem.

Os agentes literários são o que Bourdieu chama de “o criador do criador”, isto é, os responsáveis por fazer os produtores culturais entrarem no “ciclo de consagração”, pois:

[...] entra-se na literatura não como entra-se na religião, mas como entra-se em um clube secreto: o editor é um desses patrocinadores de prestígio (juntamente com prefaciadores, críticos, etc.) que garantem testemunhos lisonjeiros de reconhecimento (BOURDIEU, 1977, p. 6).

2. Histórico da *pulp fiction* originária estadunidense

Antes de entrarmos na análise da série criada por Samir Machado de Machado, convém traçar um breve resumo da história do surgimento da *pulp fiction*. Em 1896, o ex-operador de telégrafo da cidade de Augusta, no Maine, Frank Munsey, entra para a história literária como o “pai” da *pulp fiction*. Quatorze anos antes, ele chegara em Nova York determinado a ser editor. Naquele ano, ele inicia a primeira revista *pulp*, a *The argosy*: 192 páginas, cerca de 135.000 palavras, uma revista com editoração barateada, irregular, bordas mal-ajambradas, e sem ilustrações, nem mesmo na capa. Munsey estava ciente de que outras publicações populares da época, como a *Harper*, *Scribner*, e *The Century*, eram impressas em papel caro, brilhoso, chamado de *slick* [liso]; ou seja, o *pulp* é o irmão pobre dos “livros-de-brilho”. Mas Munsey decidiu que usaria um papel fabricado à base de polpa de madeira, muito mais barato, utilizado na impressão de jornal, sendo capaz, assim, de oferecer um produto mais acessível, que cativou uma clientela que não tinha o hábito de comprar material ficcional. Com o passar do tempo, a materialidade desses livros deu nome à ficção que continham: *pulp wood magazine* – *pulp magazine* – *pulp fiction*.

É com facilidade que se presume a polarização entre ficção de entretenimento e ficção séria. “Os *pulps* tornaram-se como que rivais dos *slicks*, que atendiam aos mais abastados dos EUA, e rapidamente ganharam a reputação de apelativo, sem sofisticação, violento e sexista”, afirma o his-

4 *Doxa* são os pressupostos que organizam a ação dentro de um campo. “Existem pressupostos, uma *doxa*, correspondentes a cada posição; [...] a homologia das posições ocupadas pelos produtores e por seus clientes é a condição de cumplicidade que será tanto mais fortemente exigida quanto [...] aquilo que está em jogo for mais essencial e estiver mais próximo dos derradeiros investimentos” (BOURDIEU, apud DANTAS, em <http://www.gelbc.com.br/pdf_teses/Larissa_Dantas.pdf> dissertação da UnB). Acesso em: 11 jan. 2018.

toriador *pulp* Peter Haining, embora ressalte:

Isso era verdade só até certo ponto, pois eles também estavam provendo a base para alguns grandes escritores deixarem a sua marca – homens como Edgar Rice Burroughs, Max Brand, Zane Grey, Dashiell Hammett, Raymond Chandler, Earle Stanley Gardner, Howard Phillips Lovecraft, Clark Ashton Smith, Abraham Merritt, Robert E. Howard, Robert E. Heinlein, John D. MacDonald, Isaac Asimov, Ray Bradbury, e muitos outros (HAINING, 2014, *on-line*).

Em que mais consiste a polarização? As *pulp magazines* possuíam a significativa característica de serem vendidas em bancas e não em livrarias. É difícil conceber quão influentes eram os periódicos de banca, assim como é impossível avaliar o quão vitais eles foram para a história literária. As bancas (*news stands*) foram, durante gerações, o mercado literário da maioria dos leitores modernos. Entretanto, em comparação com histórias de livrarias e bibliotecas, são muito escassos os registros desta importante instituição pública de leitura.

2.1 A *pulp fiction* brasileira de Samir Machado de Machado

O *pulp* não é um fenômeno exclusivo dos Estados Unidos, embora tenha origem e maior importância nesse país. A série *Ficção de polpa* (doravante referida como FP), da Não Editora, é uma apropriação contemporânea da *pulp fiction* do começo do século, assumindo orientações que modelam o *pulp* como o conhecemos tradicionalmente a partir de uma pauta pós-moderna, conforme a idealização de Samir Machado de Machado (doravante referido como SMM), escritor e co-fundador da Não Editora.

SMM é formado em Publicidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) cursou a Oficina de Criação Literária ministrada pelo escritor Luiz Antonio de Assis Brasil. A ideia para o projeto *Ficção de polpa* foi, segundo o que disse o autor em entrevista a Roberto de Sousa Causo, “uma lenta gestação – que começou nas aulas da Oficina⁵”. Antes da concretização deste projeto, em 2007, SMM era conhecido no mercado editorial como escritor do romance *O professor de Botânica* e como editor nas editoras Não e Dublinense. Os anos que sucederam a publicação de *Ficção de polpa* foram de muito sucesso para a recém-criada Não Editora.

Devido à participação na Oficina de Assis Brasil, SMM desenvolveu não só a arte da escrita como a arte do “capital social”, o capital constituído

5 Disponível em: <<http://archive.is/ZOfK>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

das relações pessoais. Estabeleceu relações vantajosas com competentes escritores novos no mercado. Deliberou atuar no campo editorial brasileiro a partir daí, do “capital social” que manteve através da Oficina.

Como era o costume da Oficina, os alunos publicavam uma coletânea de contos ao final do curso. Isso permitiu ao futuro fundador da Não Editora conhecer o processo de produção de um livro, da organização dos textos à impressão. Entretanto, ele percebeu que apesar de excelentes escritores estarem saindo daquela e de outras oficinas, era difícil para novos autores terem visibilidade junto ao público, e certamente que todo aluno de escrita criativa está desejoso de ver seus textos lidos por um público mais amplo do que aquele pequeno grupo leitor de iniciantes. Foi quando lhe ocorreu “que ficção científica, horror e fantasia eram gêneros populares, e que uma coletânea de contos originais nesse tema ajudaria a driblar um possível preconceito do leitor em ler um autor desconhecido”⁶. Os *pulps* surgiram como uma solução para esse problema:

[Eu] estava folheando um livro – creio que era *Superman: The Complete History*, de Les Daniels – que ressaltava a importância das pulps para o surgimento de toda a indústria de quadrinhos americana como a conhecemos hoje. E me ocorreu que eu nunca soube de algo semelhante no Brasil, de publicações abertas a receber textos de ficção por parte de autores desconhecidos, que para o bem ou para o mal seriam lidos e comentados por um público que consumia as histórias pelo conteúdo, mais do que pelo nome do autor. Ou melhor, pela promessa de conteúdo que o nome do autor significava. Enfim: o quanto de indústria cultural, dos quadrinhos ao cinema e a toda uma cultura de pensar a tecnologia, deixamos de ter no Brasil por essa ausência? (MACHADO apud CAUSO, 2008, on-line).

De ótima qualidade gráfica, a série, versão brasileira e contemporânea dos *pulps* da metade do século passado, é editada e organizada pelo próprio SMM, que também supervisiona o design editorial. Samir afirma em seu *blog*:

O projeto gráfico emula o estilo das antigas revistas pulp norte-americanas publicadas na primeira metade do século XX, com diagramação em duas colunas, ilustrações de abertura em cada conto, e intercalado por anúncios publicitários originais da época – e que, de certa forma, se rela-

6 Idem.

cionam com o conteúdo do conto em que estão inseridos (MACHADO, 2012, *on-line*).

2.2 Análise da série Ficção de Polpa

Cada volume possui em média cento e sessenta páginas e pode conter cinco narrativas, como no volume quatro, ou vinte e três, como no volume três. SMM, comentando a série *Ficção de polpa*, afirma que a edição tem prerrogativas pós-modernas e não pretende simplesmente transladar para o presente o que se fazia no passado:

Não é, nem nunca foi, a intenção da coleção Ficção de Polpa reproduzir a linguagem ou necessariamente a estética dos pulps dos anos trinta, a não ser como, no máximo, uma inspiração para uma releitura pós-moderna, e mesmo assim sem grande ênfase. Visualmente, o projeto gráfico reforça esse link com a estética dos pulps, as capas coloridas e exageradas, a diagramação em duas colunas, as ilustrações e os anúncios antigos, mas é só. Primeiro, porque boa parte dos contos pulps dos vinte-trinta-quarenta são, infelizmente, de qualidade literária duvidosa, muitos hoje são praticamente ilegíveis tanto nos problemas de linguagem que tornam o texto uma tortura de leitura, quanto na ingenuidade ou previsibilidade do plot. Entretanto, há aqueles que se eternizaram, e há as pequenas pérolas a serem redescobertas sempre (e para isso que eu coloco a faixa bônus no final de cada livro). De todo modo, o objetivo é tomar emprestada a estética pulp como que em reconhecimento ao ponto de origem, e disso partir para uma leitura mais contemporânea e, preferencialmente, criada dentro do nosso contexto cultural, pra evitar também que tudo se torne um pastiche (MACHADO, por e-mail para o autor deste artigo).

O tratamento gráfico da Não Editora é feito de modo a remeter às publicações da “literatura barata”: edições de bolso com efeitos de desgaste forjados (como se pertencessem a uma banca de rodoviária ou a uma parte esquecida das estantes de literatura) nas capas ilustradas com o melhor do sensacionalismo.

A posição crítica de SMM relativamente à falta de figuras essenciais da literatura de entretenimento no Brasil e seus elogios à indústria cultural revela-se ainda nos prefácios de cada edição da série que conta, atualmente, com cinco volumes. “Onde está a ficção especulativa [termo com que o escritor globalmente denomina a ficção científica, a aventura, a fantasia e o horror] na literatura brasileira?”, pergunta ele, no prefácio de FP volume 1:

Sempre houve um público leitor disposto a ler ficção especulativa produzida no estrangeiro. Será que falta na nossa história uma Idade Média que sustente uma literatura de fantasia, mesmo com nosso folclore rico? Será que a falta de investimento em pesquisa científica nos acostumou a pensar a tecnologia de forma passiva, nunca ativa, e nos fez desacreditar uma produção nacional de ficção científica? Será que o horror cotidiano nos impede de aceitar o horror fictício como uma forma válida de escapismo? (MACHADO, 2008, p. 9).

Aquilo que está em disputa na aposta editorial delineada nestas linhas é o antagonismo, presente em qualquer campo literário, entre a literatura hermética (de vários níveis de hermetismo), que a crítica especializada aprecia e transforma em paradigma de boa literatura, e entre a literatura condenada pela crítica especializada porque se dispõe à leitura escapista. No prefácio, afirma o editor: “O que você tem em mão é um esforço coletivo cuja intenção é, justamente, promover e estimular a produção de uma literatura especulativa que tenha como único compromisso entreter o leitor” (MACHADO, 2008, p. 10).

O que o editor e escritor SMM parece sugerir com a afirmação acima é que ele não está pretendendo publicar a próxima Grande Obra da Literatura Brasileira ou o novíssimo autor de vanguarda. O cerne da proposta é o escapismo, uma maneira de ler e escrever por três vezes referenciada nas epígrafes. No volume quatro, a epígrafe do escritor de ficção de detetive americano Rex Stout diz: “Se estou em casa sem nenhum trabalho para fazer e chegar um pacote de livros, a televisão, o xadrez e a correspondência terão de se virar sem mim, caso algum livro seja uma história de detetive” (STOUT apud MACHADO, 2011, p. 5).

No terceiro volume, a epígrafe do notável escritor de fantasia J. R. R. Tolkien, fala sobre escrever e ler no âmbito de um gênero frequentemente depreciado, e faz uma brilhante defesa do termo “escapismo”:

É claro que não aceito o tom de desdém ou pena com que “escapismo” é agora tão usado. Por que deveria um homem ser desdenhado por, encontrando-se na prisão, querer sair e voltar pra casa? Ou, se ele não pode fazer isso, pensar e falar sobre outros assuntos que não sejam carcereiros e muros? (TOLKIEN apud MACHADO, 2009, p. 5).

Ainda tratando da leitura por prazer, a epígrafe do quinto volume, do escritor *best-seller* criador de James Bond, diz: “Meu ramo de trabalho

é o de fazer com que adolescentes inteligentes e desinibidos, de todas as idades, em trens, aviões ou em suas camas, continuem a virar a página” (FLEMING apud MACHADO, 2012, p. 5).

O preço mais acessível a consumidores (R\$ 15,00 custava o primeiro volume à época do seu lançamento) também é característica que remete ao *pulp* originário estadunidense e à literatura de banca de jornal. De maneira idêntica aos *pulps* do século XX, os *pulps* da Não Editora trazem diversos contos que se inserem num mesmo tema/gênero. A cada volume, um gênero prevalece; no volume 1, o gênero Horror; no volume 2, a Ficção Científica; no volume 3, uma mistura de Fantasia e Horror; no volume 4, Crime; e no volume 5, Aventura. Além disso, cada volume possui uma faixa bônus com um conto de algum mestre da era dourada da *pulp fiction*, 1920-1950 (no volume 1, encontramos “O cão de caça”, de H. P. Lovecraft; no volume 2, “Uma odisseia marciana”, de Stanley G. Weinbaum; no volume 3, “O portal do monstro”, de William H. Hodgson; no volume 4, “A moeda de Dionísio”, de Ernest Bramah; e no volume 5, “O Aranha: uma aventura amazônica”, de Arthur O. Friel).

As práticas do agente literário SMM e as repercussões da série *Ficção de polpa* significaram um afastamento de certa mesmice por parte das editoras brasileiras, ao aplicar no negócio editorial uma revitalização de um gênero historicamente preterido pela crítica e ao arriscar-se investindo em novos autores, uma aposta sem garantias de retorno que muitas editoras não fazem. A Não Editora é uma das poucas editoras brasileiras que aposta em uma releitura da estética *pulp*, buscando abertamente uma leitura pós-moderna do fenômeno *pulp* e participando do mercado brasileiro com literatura de entretenimento de qualidade. O caráter inovador é a tomada de posição de SMM no âmbito literário e funciona como moeda de troca para participar do *enjeux* editorial.

Relativamente ao grupo de 41 autores que colaboraram na série, é possível observar escritores muito distintos entre si, seja em suas formações (Letras, Publicidade, Jornalismo, Dança, Informática, Medicina, Psicologia, Física, Engenharia, e outras), seja em relação a sua experiência com *pulp fiction*. Observam-se escritores profissionalizados e tarimbados no *pulp*, como Simone Saueressig ou Roberto de Sousa Causo, e escritores em nada vinculados a ele, como Carol Bensimon ou Rafael Bán Jacobsen, passando por aqueles casionais, de pouca coisa publicada, como Clarice Kowacs ou Renato Arfelli. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, SMM afirma que a escolha de escritores com perfis diferentes “conferiu uma variação saudável ao gênero, não deixando as histórias focadas numa única direção” (BRIGATTI, 2011, *on-line*). Relacionando esses fatores

com as leis de funcionamento do campo literário conforme descritas por Bourdieu, essa conglomeração de escritores de capitais culturais diferentes pode ser vista como a casa de Arnoux:

Arnoux estava predisposto, de certa maneira, a cumprir a função de comerciante de arte por um permanente jogo duplo entre a arte e o dinheiro [...] [A casa de Arnoux] acumula as vantagens dos dois mundos opostos, conservando a liberdade de um e o luxo de outro, sem lhes acumular as privações, já que ali uns abandonam seu ascetismo forçado e outros sua máscara de virtude (BOURDIEU, 2010, p. 22-23).

Acrescente-se que a editora de SMM publica autores nacionais que ou escrevem profissionalmente literatura *pulp* ou são escritores dedicados a outra área convidados a escreverem às voltas com as convenções do *pulp*. Tal particularidade é importante para o caráter de inovação da editora, pois, como já se viu no supracitado excerto do prefácio do primeiro volume, existe um público brasileiro interessado em literatura de entretenimento que vem de fora; só há bem pouco tempo vêm sendo valorizados os autores nacionais e o cenário de publicações nacionais. E, ainda, é interessante – *literariamente* interessante – ler a *pulp* fiction de um escritor homologado como escritor de literatura séria e lhe apreciar a leitura contemporânea da estética *pulp*, apreciar até onde vai a ressensibilização dessa estética via apropriação de técnicas narrativas vanguardistas.

Como exemplo, observe-se como, no conto “Corredor infinito”, Fábio Fernandes mistura o foco narrativo de segunda pessoa do singular à técnica do fluxo de consciência – características textuais nada comuns na literatura *pulp* – ao gênero essencialmente *pulp* da ficção científica:

E quando sua nave é o mundo, o mapa é o território, pois cada passo se torna uma cidade, cada corredor uma rodovia, cada passeio uma circunavegação, você anda pelo corredor metálico fosco que tanto mais o leva ao fim de sua jornada quanto mais você o percorre, cada olhada uma mirada telescópica, quando o mundo é a sua nave, não há limite para sua viagem, porque você já está lá e cá, nunca saiu de onde não está, é difícil entender mesmo para quem estudou décadas, que dirá para quem nunca estudou e nada sabe, você só sabe que nada sabe, estuda, desgraçado, estuda que quando crescer você vai pra sum paulo, viu, meu filho? Sum paulo é apenas um holograma num nicho no corredor da nave, mas como dói, porque minas não há mais, ai que saudade da minha infância querida [...] e de repente você está

do outro lado da luz, na beira de um abismo que ao mesmo tempo é uma encruzilhada dividida em quatro (masque você desconfia que existem mais se olhar com o canto do olho, por isso não tenta, que você não é besta), você vê você
você

você

você

você (FERNANDES, 2009, p.71-75) [grifos do autor].

2.3 O efeito sobre o leitor

Nos Estados Unidos, o debate sobre o que é uma boa obra literária gerou o binômio *highbrow-lowbrow*, sendo *highbrow* uma obra de superioridade supostamente estética e *lowbrow*, supostamente uma obra sem refino estético. Ao examinar os fundamentos dessa dicotomia, Peter Swirski, em seu livro *From lowbrow to nobrow*, lança um inovador olhar sobre a divisão, estudando obras de gênero popular que, conforme demonstra ele, conseguem fundir *highbrow* e *lowbrow* em um mesmo plano textual. Swirski propõe chamarmos de “*nobrow*” a esta categoria cultural que descreveria um tipo de obra literária com padrões estéticos híbridos, nomeados por ele de “*artertainment*” (arte + entretenimento), uma *cross-fertilization* entre formas populares e estéticas da “alta” literatura, “um híbrido de alto modernismo e arte popular” (SWIRSKI, 2005, p. 11). Literatura “séria”, mas divertida de ler: é dessa categoria que a série *Ficção de Polpa* parece participar.

É interessante notar a preocupação de Swirski em começar seu livro com uma crônica que explica o longo processo da recepção e tratamento da literatura popular. Usando dados estatísticos da UNESCO, do Grupo de Estudos American Book Industry e obras de Roger Escarpit, entre outros, o autor traça o desenvolvimento sócio-histórico da indústria editorial responsável por crenças que minam muitos currículos institucionais. Ele sustenta que, sob as pressões do mercado, muitos escritores se voltam para os nichos estabelecidos de leitores fieis aos gêneros (leitor do gênero fantasia, aventura, detetive, etc.) a fim de obter um maior número de consumidores. Assim como fazem, de dentro de suas posições, outros agentes literários como SMM, um editor que procurou nos nichos estabelecidos uma forma de driblar o desinteresse por novos escritores brasileiros e entrar no campo literário disfarçado de literatura barata – quando, na verdade, da editoração a qualidade dos contos, a *Ficção de polpa* não é literatura barata.

Pode o projeto *Ficção de Polpa* ser considerado *lowbrow*, sinônimo de má qualidade, simplesmente porque repensa um gênero popular ou porque as vendas estão populares? Então o público leitor é simplesmente uma horda ignorante que nada sabe sobre literatura? Por outro viés, o que há

de errado em um escritor de singular talento e de prestígio entre grandes editoras aventurar-se nas convenções da literatura de gênero de vez em quando? Não foi o que conferiu renome a Graham Greene? Afirma Swirski:

Graham Greene, um clássico moderno, começou sua carreira tentando distinguir seus romances daqueles que ele pensava ser mero entretenimento de espionagem; Graham Greene queria escrever arte. [...] No momento em que percebeu que eles [entretenimento e arte] poderiam ser um e o mesmo [*one and the same*], foi momento em que começou a escrever seus melhores textos na linha popular [*in the popular vein*] e nunca mais olhou para trás (SWIRSKI, 2005, p. 7).

Da mesma forma Umberto Eco, que, em *Pós-escrito a O Nome da Rosa* (1985) declara: “Eu queria que o leitor se divertisse. Este é um ponto muito importante, que parece contrastar com as ideias mais ponderadas que acreditamos ter sobre o romance” (ECO, 1985, p. 48). Eco entende a diversão como presente em todas as leituras literárias, e quando afirma que “o leitor ideal de *Finnegans wake* deve afinal divertir-se tanto quanto o leitor de Carolina Invernizio [escritora de folhetim]. Tanto quanto. Mas de maneira diversa” (ECO, 1985, p. 48), ele está sugerindo que uma leitura complementa a outra, num interessante diálogo. Ao apostar em uma releitura contemporânea da literatura *pulp*, o editor SMM apostou nesse diálogo que se aproxima do *nobrow*, ou seja, um diálogo entre uma literatura de qualidade e uma literatura historicamente preterida pela crítica por ser considerada demasiado popular.

SMM faz uma leitura singular da literatura contemporânea ao refutar a criação literária como algo transcendente e refutar também a posição do escritor como aquele que deve estar sempre na vanguarda e tentando criar “o próximo grande romance brasileiro; meu objetivo não é esse, meu objetivo é proporcionar entretenimento de qualidade”.

Ao fazer isso, o editor gaúcho realiza uma aposta no campo literário que absorve dois nichos de mercado: os aficionados por literatura de gênero e os leitores interessados no que novos escritores estão fazendo na literatura “séria”. A novidade está em como o editor encarou o *pulp*: como um trabalho passível de artesanato verbal própria da boa literatura; entretenimento como literatura. SMM subverteu o modo de ler o *pulp* para transformá-lo em um trabalho para artistas e em elemento estruturante da poé-

7 Samir Machado de Machado, em debate no dia 14/09/2013, na Livraria Cultura de Porto Alegre, à ocasião do lançamento de *Brasil fantástico: lendas de um país sobrenatural*, livro de contos organizado por Clinton Davisson.

tica da série.

Na mentalidade *pulp*, uma obra bem escrita é bem escrita para o subjetividade que dela goza; uma obra bem escrita transcende seu gênero para entrar no gênero das obras bem escritas, ou seja, que ao leitor dá gozo, *jouissance pulp* cuja legitimidade é proporcional à sua ilegitimidade como *jouissance* canônica. Isso não é dizer que exista um oposto de literatura popular; não deveríamos colocar adjetivos após “literatura”, sendo ela produto de encontro da subjetividade leitora com o texto, como já expunha Roland Barthes, o legitimador da *jouissance* como critério de leitura, em seu livro *O prazer do texto*:

Se aceito julgar um texto segundo o prazer, posso ser levado a dizer: este é bom, este é mau. Não há quadro de honra, não há crítica, pois esta implica sempre um objetivo tático, um uso social e muitas vezes uma cobertura imaginária. Não posso dosar, imaginar que o texto seja perfectível, que está pronto a entrar num jogo de predicados normativos: é demasiado *isto*, não é bastante *aquilo*; um texto (o mesmo sucede com a voz que canta) só pode me arrancar este juízo, de modo algum adjetivo: é *isso*! E mais ainda: *é isso para mim*! Este “para mim” não é nem subjetivo, nem existencial, mas nietzschiano (“no fundo, é sempre a mesma questão: o que é que é *para mim*?...”) (BARTHES, 2013, p. 19-20).

SMM, ao colocar o *pulp* sob uma luz mais favorável nesta empreitada da série, ao unir as prerrogativas comumente irreconciliáveis da intelectualidade literária e da literatura comercial, está realizando aquilo que o pesquisador Peter Swirski chama de “*artertainment*”: “um híbrido de alto modernismo e arte popular”. As duas estéticas interpenetram-se no projeto *Ficção de polpa*, seja no plano geral da diversidade de escritores colaboradores (que vão de escritores com prática no mercado da literatura de gênero a escritores que nunca se identificaram com a literatura de gênero e estão, na série, fazendo uma expedição estilística ao *pulp*), seja na estética de alguns contos. Vale notar que o conto “Corredor infinito”, mencionado acima, traz a dedicatória “para J. G. Ballard e Paulo Leminski”, o que ressalta o diálogo da ficção científica com a prosa experimental, o *artertainment*, e consequentemente a posição de SMM em favor do *nobrow*, em que o muro entre literatura séria e literatura de entretenimento é anulado.

Com relação à intenção de se fazer uma *ressensibilização* da estética da *pulp fiction*, é conveniente transcrever o que afirma Samir Machado de Machado na introdução ao volume 2 de *Ficção de polpa*:

A melhor forma de intimidar um escritor, aparentemente, é pedir-lhe que escreva uma história de ficção científica [...]. Ao ser desafiado a criar um conto de ficção científica, fantasia ou horror, que é a proposta da Ficção de Polpa, os escritores parecem se sentir obrigados a abraçar suas pretensões autorais por inteiro, ou descartá-las por completo em nome do escapismo – e não há necessidade nem de um, nem do outro. O objetivo, aqui, sempre foi reunir pequenas histórias autorais, em um gênero específico – a ficção especulativa – que, acima de tudo, se oferecessem como entretenimento de qualidade (MACHADO, 2008b, p. 9).

CONCLUSÃO

Gostaríamos de concluir direcionando essa “intimidação do *pulp*”, ou melhor, provocação, para os pesquisadores literários. Parece haver um consenso de que “o pesquisador sério” deve manter distância de toda literatura que gente demais lê. Chamaremos esse modo de ver a pesquisa literária, apoiados nas palavras de João Cezar de Castro Rocha, de “melancolia chique”. Escreve Castro Rocha:

A tarefa do crítico exige a renovação constante do repertório, estimulando o questionamento de seus pressupostos. Os críticos que são professores universitários, contudo, resistem ao processo, pois muito rapidamente *nos encastelamos em nossos pequenos nichos de poder institucional e hermenêutico*. (ROCHA, 2013, *on-line*) [grifo do autor].

Estudar academicamente obras literárias de entretenimento no Brasil é, ao que nos parece, um movimento de saída do encastelamento do *habitus* crítico. Quando o pesquisador traz à luz objetos ainda não disciplinados pela academia, faz-se necessário buscar práticas epistêmicas e *loci* enunciativos novos. O lugar de SMM no campo literário é semelhante ao lugar de todo acadêmico autônomo o suficiente para enxergar a noção de valor como um construto sócio-teórico que, se limitar à verdade de um só discurso, é danoso aos estudos literários. Na tentativa de exercer o “rompimento das barreiras disciplinares, dos valores estabelecidos, das leituras consagradas do literário” de que fala Eneida Maria de Souza em *Crítica cult*, a palavra “recusa” precisa ser a palavra de ordem do pesquisador: “uma recusa aos estereótipos teóricos e ao espaço tranquilo reservado às verdades e ao caráter finito da interpretação” (SOUZA, 2007, p. 13). Assim, este trabalho foi feito com o objetivo de uma reflexão crítica centralizada na valorização da literatura de entretenimento no campo literário. Pretende-se contri-

buir para o entendimento de que ela é um fenômeno muito mais complexo do que quer a melancolia chique.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *O Prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*: obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *La production de la croyance*. 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1977_num_13_1_3493>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BRIGATTI, Gustavo. *Novíssimas ficções de polpa*. 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/mundolivro/2011/03/23/1598/?topo=13%2c1%2c1%-2c%2c%2c13>>. Acesso em: 7 jan. 2018.
- BROWN, Ray. *Against academia*: the history of popular culture association/american culture association and popular culture movement (1966-1988). Ohio: Bowling Green University Press, 2006.
- CAUSO, Roberto de Sousa. *Entrevista com Samir Machado de Machado*. 2008. Disponível em <<http://archive.is/ZOfK>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- DANTAS, Larissa de Araújo Dantas. *Espaços de visibilidade*. 2009. 111f. Dissertação (Teoria da Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- HAINING, Peter. *The classic era of american pulp magazines*. 2014. Disponível em:<<http://www.crimetime.co.uk/features/peterhaining.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa volume 1*. Porto Alegre: Não Editora, 2008.
- MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa volume 2*. Porto Alegre: Não Editora, 2008.
- MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa volume 3*. Porto Alegre: Não Editora, 2009.
- MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa volume 4*. Porto Alegre: Não Editora, 2011.
- MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa volume 5*. Porto Alegre: Não

Editora, 2012.

MACHADO, Samir Machado de. *Ficção de polpa aventura*. 2012. Disponível em: <<http://sobrecapas.blogspot.com.br/2012/12/ficcao-de-polpa-aventura.html>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PENA, Felipe (Org.). *Geração subzero: 20 autores congelados pela crítica, mas adorados pelos leitores*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Et in Arcadia ego – por uma crítica da melancolia chique*. 2013. Disponível em: <<http://rascunho.gazetadopovo.com.br/et-in-arcadia-ego-por-uma-critica-da-melancolia-chique/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SOUZA, Eneida Maria. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

SWIRSKI, Peter. *From Lowbrow to Nobrow*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.

ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: A CRIAÇÃO DO PROPUR/UFRGS

TEACHING URBAN AND REGIONAL PLANNING : THE CREATION OF PROPUR/UFRGS

Bruno Cesar Euphrasio de Mello¹

Rodrigo Dalenogare Jaskowiak²

RESUMO

Este artigo realiza uma historiografia da criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no início da década de 1970. O curso, pioneiro no campo do Planejamento Urbano e Regional no país, foi criado em um momento de rearranjo da estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura: período de extinção do seu curso de Urbanismo, continuador da experiência de formação em Urbanismo ocorrida no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (1947-1948); e de incorporação de disciplinas do curso extinto ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Para elaboração deste trabalho foi realizada pesquisa documental nos arquivos da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O *corpus* da investigação contempla registros institucionais contendo o processo de criação do PROPUR e sua estrutura de ensino. Foram consultados: Atas departamentais e de reuniões colegiadas; Relatórios de atividades anuais e semestrais do Departamento de Urbanismo; Cartas, ofícios e/ou circulares com comunicações sobre o programa; O Projeto do curso de mestrado. Estes documentos tornaram possível reconstruir, a partir de um olhar do presente, a realidade passada. O artigo apresenta o contexto de criação do PROPUR; o início do funcionamento do programa; seu processo de reconhecimento legal; o projeto pedagógico do curso.

Palavras-chave: Ensino. Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

ABSTRACT

This article presents a historiography of the creation of the Postgraduate Program in Urban and Regional Planning (PROPUR) of the Faculty of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), in the early 1970s. The course, pioneer in Urban and Regional Planning field in the country, was created at a moment of educational structure rearrangement in Faculty of Architecture: period of extinction of its Urbanism course, continuator of the experience of formation in Urbanism occurred in the Institute of Fine Arts of Rio Grande

1 Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor de Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

2 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS.

do Sul (1947-1948); and incorporation of courses subjects from the extinct course to the undergraduate course in Architecture and Urbanism. For the preparation of this work, a documentary research was carried out in the Archives of the Faculty of Architecture of UFRGS. The corpus of the research contemplates institutional records containing the process of creation of PROPUR and its teaching structure. Were consulted: Departmental and collegiate meetings; Reports of annual and semi-annual activities of the Department of Urbanism; Letters, letters and/or circulars with communications about the program; The Project of the master's course. These documents made it possible to reconstruct, from a look of the present, the past reality. The article presents the context of creation of PROPUR; the start of program operation; its legal recognition process; the pedagogical project of the course.

Keywords: Teaching. Urban and Regional Planning. Graduate Program in Urban and Regional Planning. Federal University of Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

O ensino de Planejamento Urbano e Regional (PUR) é tema de investigação “marginal” (Gonçalves; Lenzi, 2012)³. Poucos autores colocaram-no em pauta. Nos encontros e publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), importante espaço de debates do campo, os exemplos são escassos: Ribeiro (2002), Piquet e Ribeiro (2008), Randolph (2009). Para além dos limites da ANPUR a lista também é pequena. Podemos citar os trabalhos de Birkholz (1967), Ferrari (1977), Birkholz, Ronca e Zahn (1993), Maraschin, Campos e Piccinini (2013).

Este artigo busca contribuir com a superação desta lacuna. Realiza, para isso, uma historiografia da criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu curso de mestrado é pioneiro⁴ no país e em 2020 completará 50 anos.

O interesse em recuperar o passado deste programa surge também

3 Para chegarem a esta conclusão Gonçalves e Lenzi (2012) revisaram quatorze anais de Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e outras publicações da associação.

4 Conforme Pereira (2003, p. 79-80), o primeiro curso de Urbanismo do país, em nível de pós-graduação, foi o da Universidade do Distrito Federal – UDF (à época, o Rio de Janeiro), organizado em 1935. A UDF foi fechada por Getúlio Vargas em 1939. O Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul ofereceu curso de Urbanismo entre os anos de 1947-1948 e diplomou poucos profissionais (MELLO, 2016). Mas estes dois cursos foram de Urbanismo. Os cursos de mestrado em Planejamento Urbano e Regional começaram a ser oferecidos na década de 1970. Conforme Piquet e Vilani (2013, p. 99), os primeiros cursos de mestrado sobre Planejamento Urbano e Regional no Brasil foram: da UFRGS (1970), da UFRJ (1972) e da UFPE (1975). Estes autores referem ainda que a UFMG já havia criado, em 1967, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento e Regional (Cedeplar).

da necessidade de reconstruir a memória das instituições responsáveis pela reprodução dos profissionais do campo. Pelo ensino é possível acessar discursos, ideias e práticas através de fontes documentais pouco usuais, que extrapolam os recorrentes planos para cidades, biografias, etc.

Para elaboração desse trabalho foi realizada pesquisa documental nos arquivos da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O *corpus* da investigação contempla registros institucionais contendo o processo de criação do PROPUR e sua estrutura de ensino. Foram consultados: (i) Atas departamentais e de reuniões colegiadas; (ii) Relatórios de atividades anuais e semestrais do Departamento de Urbanismo; (iii) Cartas, ofícios e/ou circulares com comunicações sobre a programa; (iv) O Projeto do curso de mestrado. Estes documentos tornaram possível reconstruir a realidade passada.

É necessário ainda mencionar, mesmo que brevemente, o significado do termo Planejamento Urbano e Regional, já que, como refere Rovati (2013), seu emprego é frequentemente ambíguo e sempre demanda, no Brasil, algum esclarecimento. Para este artigo, o planejamento indica uma tentativa de antever, simular e dirigir processos sociais complexos. Tem como objetivo se precaver de problemas ou tirar partido de benefícios futuros. Planejar é, por isso, o contrário de deixar acontecer (SOUZA, 2008). O PUR remete a cenários futuros da coletividade – de cidades e regiões. Tem, por isso, relevante dimensão política. A condução (ou o acompanhamento) dos processos sócio-espaciais, dada sua complexidade, jamais é plenamente previsível, razão pela qual o inesperado deve ser reconhecido como um dado dos processos de planejamento.

Mas, como veremos aqui, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, outros sentidos foram outorgados à PUR. Esta indefinição também interessa a este trabalho. Situá-los em seu contexto é imperioso, já que “os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (BLOCH, 2001, p. 59). Este trabalho, portanto, toma o Planejamento Urbano e Regional como conceito⁵ cujos significados só podem ser descortinados no tempo de sua formulação (KOSSELLECK, 2006).

A seguir, o artigo apresenta: (i) o contexto de criação do PROPUR;

5 Um conceito é, segundo Japiassu (1996, p. 48), uma “noção abstrata ou ideia geral, designando seja um objeto suposto único (...), seja uma classe de objetos”. Um conceito, como resume Bunge (2012, p. 65), é uma “unidade de significado”. Ele se caracteriza por sua compreensão (os atributos que o constituem) e por sua extensão (o número de elementos aos quais se estende). Compreensão e extensão, “se encontram numa relação inversa: quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (JAPIASSU, 1996, p. 49).

(ii) o início do funcionamento do programa; (iii) seu processo de reconhecimento legal; (iv) o projeto pedagógico do curso.

1 Contexto de criação

Os primeiros cursos de planejamento urbano/territorial da América Latina foram criados nas décadas de 1950 e 1960 (PIQUET e RIBEIRO, 2008). Iniciativas similares começaram no Brasil a partir da década seguinte, 1970. Sob os governos militares/ditatoriais – centralizados, autoritários, tecnocráticos – foram valorizadas as estruturas de planejamento e organização do território nacional. Dada a necessidade de dotar o país de pessoal especializado para ocupar estas estruturas, foram criados os primeiros programas de mestrado em PURbrasileiros. O pioneiro foi o PROPUR.

O início da década de 1970 foi também período particularmente importante para a Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Neste momento, três fatos marcaram a estrutura de seu ensino: i) a extinção do curso de Urbanismo, ii) a criação do PROPUR e, iii) a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em Arquitetura (MELLO, 2016).

O curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, que vinha sendo oferecido desde 1954, foi extinto em 1972 (MELLO, 2016)⁶. Ele era reconhecido como continuador da experiência de formação em Urbanismo ocorrida no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, entre 1947 e 1948⁷ (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1972])⁸. Assim, seu fim encerrou uma experiência de quase duas décadas de ensino. Seu término também esteve vinculado à criação do PROPUR que, na percepção da instituição, o substituiu (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1972]).

Este fato – o reconhecimento de que o PROPUR substituiu o curso de Urbanismo – é significativo. Para os integrantes da Faculdade de Arquitetura o PUR era apenas uma nova forma de nomear o Urbanismo (compreendido, em parte, como o campo preocupado com o desenho/projeto da cidade).

6 O número de titulados pelo curso de Urbanismo ao longo de seus 18 anos de funcionamento não foi grande. Ele “diplomou de 1954 a 1972, 79 urbanistas” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1973], p. 9).

7 Etapa decisiva na afirmação do Urbanismo como campo profissional no Rio Grande do Sul foi a visita do arquiteto uruguaio Mauricio Cravotto à Porto Alegre, em 1948, para ministrar curso de Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Belas Artes (MELLO; ROVATI, 2018).

8 O “Curso de Urbanismo encerra suas atividades com bom acervo de serviços prestados ao planejamento urbano no Rio Grande do Sul, de quem se constituiu apoio de 1954, quando substituiu o Curso de 1947 e 1948 do extinto Instituto de Belas Artes (hoje Escola de Artes)” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1972], p. 4).

2 Início do funcionamento

Apesar do contexto anteriormente descrito, a ideia de criação do PROPUR se deveu oficialmente (EXPOSIÇÃO, [1970], p. 9) à necessidade de adaptar o curso de Urbanismo à sanção da lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior. O artigo 17º desta lei definia as seguintes modalidades de ensino: graduação, pós-graduação, especialização e extensão. O curso de Urbanismo, em extinção, tinha formato impreciso. A Faculdade de Arquitetura substituiu-o pelo PROPUR incorporando novo direcionamento administrativo-institucional e realizando alterações curriculares.

Algo que chama a atenção no início da instalação do PROPUR é a diversidade de nomes a ele outorgados. Ele foi referido como: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (HEKMAN, 1970b); Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (EXPOSIÇÃO, [1970?], p. 1); ou ainda, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Integrado (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1970b, p. 2). Essa pluralidade de designações denota hesitação que transcende o debate sobre o simples emprego desta ou daquela palavra. Há ali colocado um problema de definição conceitual, de delimitação de um campo⁹ que estava se constituindo no Brasil. O emprego da palavra Urbanismo já não era suficiente para essa nova abordagem sobre a cidade que começava a se afirmar no país. Não pretendemos, neste momento, avançar no exame das diferenças conceituais entre Planejamento Urbano e Urbanismo, algo que já foi realizado, por exemplo, por Souza e Rodrigues (2004) e por Rovati (2013), mas apenas indicar que esta era uma discussão presente naquele tempo histórico.

Retomando o processo de instalação do PROPUR, o programa começou a funcionar em janeiro de 1970 (EXPOSIÇÃO, [1970], p. 7). O Departamento de Urbanismo escolheu o professor Jorge Guilherme Francisconi e a monitora Waldilea da Rosa como os responsáveis pelos “estudos necessários para sua possível efetivação” (HEKMAN, 1970a). Os primeiros docentes convidados a integrá-lo foram: Jorge Guilherme Francisconi, Dóris Maria Muller, Osmar Lengler (titulares), Lineu Castello (assistente) (HEKMAN, 1970b). Previa-se o início das atividades no segundo semestre daquele ano. Mas, para que o Departamento abrigasse um programa de pós-graduação, teria que “ampliar suas dependências e seus quadros” (HEKMAN, 1970b, p.

9 Usamos aqui a noção de campo de Bourdieu (2004). Um mundo social relativamente autônomo onde estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem princípios de verificação sobre o “real”, métodos comuns de validação de teses e hipóteses; espaço de reconhecimento de temas e problemas que fazem parte de seu universo de preocupação.

9). Eram necessárias, ao menos, a constituição de uma biblioteca e a contratação de um bibliotecário (HEKMAN, 1970b, p. 9).

A implantação do PROPUR foi aprovada em 18 de março de 1970, na 85ª reunião do Conselho Departamental (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1970b). Marcos David Heckmann, presidente do Departamento de Urbanismo, defendeu sua instalação. Na reunião seguinte, em 01 de abril de 1970, o Conselho aprovou a documentação completa da proposta e a remeteu à Congregação (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1970a, p. 2). Em 4 de maio do mesmo ano o Departamento indicou Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR (HEKMAN, 1970c). No início de julho, o Departamento de Urbanismo informou à CAPES que contava “com o atual curso de Urbanismo [em extinção e], com o ‘PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo’” (FACULDADE, 1970).

O programa entrou em vigor gradualmente, sem seus cursos de mestrado e doutorado, mas experimentalmente, com um curso de especialização¹⁰. As atividades iniciaram em 3 de agosto de 1970, com a realização de um Seminário de Planejamento Local Integrado (LUNARDI, 1970a). Outro seminário o sucedeu, o de Estatística (LUNARDI, 1970b). A expectativa era de que o mestrado começasse no ano seguinte, 1971.

O PROPUR foi pensado, desde o início, como um programa de pós-graduação aberto a qualquer diplomado. Para a primeira seleção se candidataram 30 profissionais – arquitetos, engenheiros, economistas, geógrafos, sociólogos (PROJETO, [1971], p. 48). O número de vagas fixado foi de quatorze (FACULDADE, 1970).

O curso transcorreria em 18 meses, se cursado em tempo integral. Se a dedicação do aluno fosse em tempo parcial, o curso poderia ser concluído em até 4 anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [1971], p. 1).

3 O processo de reconhecimento

Apesar de funcionar desde 1971, “em caráter definitivo e integral” (FACULDADE DE ARQUITETURA, [1971], p. 1), o PROPUR tardou a ser reconhecido. Isto demandou grande esforço por parte dos integrantes do programa. Jorge Guilherme Francisconi esteve no Rio de Janeiro entre os dias 24 e 26 de maio daquele ano, por determinação da direção da Faculdade,

¹⁰ Há referências ao curso de especialização, que dá início ao funcionamento do PROPUR, como de “aperfeiçoamento”. O projeto de criação do PROPUR, encaminhado ao Conselho Federal de Educação, refere que, em 1971, havia um “Curso de Aperfeiçoamento ora em realização com 14 alunos” (PROJETO [1971], p. 48).

para “tratar de assuntos relativos ao reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional” (FRANCISCONI, 1971, p. 1). Lá fez contatos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com o Conselho Federal de Educação (CFE).

O relatório desta viagem, encaminhado por Francisconi ao Departamento de Urbanismo, revela detalhes sobre o tortuoso caminho percorrido até a aprovação do programa junto àqueles órgãos federais. Afirma ele que, “durante o segundo semestre de 1970 foram encaminhadas ao CNPq duas cópias do Projeto do PROPUR visando obter o seu reconhecimento como Centro de Ensino de Pós-Graduação” (FRANCISCONI, 1971, p. 1). A primeira delas, entregue pelo próprio reitor. Tempos depois, Ivan Gonçalves de Freitas, Diretor Técnico do CNPq, solicitou a reformulação do Projeto (FRANCISCONI, 1971). Sua reelaboração foi concluída em 16 de abril de 1971. Francisconi levou-o pessoalmente ao CNPq e entregou-o em mãos a Ivan Gonçalves.

Sobre a tramitação no CFE, o relatório cita que o projeto foi encaminhado, como já referido, pela reitoria no final do ano de 1970. Pouco depois, foi buscado o número com que foi protocolado e seu andamento, mas nenhuma informação foi encontrada.

No Conselho Federal Francisconi descobriu que o projeto do PROPUR havia sido protocolado junto a outros documentos da UFRGS. Por esta razão não haviam encontrado referência específica a ele. No Rio de Janeiro descobriu também que o professor Lauro Bastos Birkholz, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), era o relator do processo; e que o reitor da UFRGS havia solicitado envio de passagem aérea para que ele visitasse as instalações do PROPUR, passo necessário à sua aprovação.

Francisconi achava prematura a visita do professor da FAU-USP, “tendo em vista a situação atual do Programa, que ainda deve melhorar suas condições de atuação antes de receber a honrosa visita” (FRANCISCONI, 1971, p. 2-3). Mesmo assim, o relator do processo de criação do PROPUR visitou a Faculdade de Arquitetura em julho de 1971. Birkholz comunicou que aprovaria condicionalmente o projeto. Achava necessário “melhores condições materiais para trabalho dos alunos”, bem como “uma biblioteca adequada, estrutural e funcionalmente, à um programa em nível de pós-graduação e de manter um número maior de professores em tempo integral” (LENGLER, FRANCISCONI, 1971, p. 1).

Pouco tempo depois, em 11 de agosto, outro representante chegou a Porto Alegre para verificar as condições do programa, desta vez o diretor técnico do CNPq. Como descrevem Lengler e Francisconi (1971, p. 2) “as ob-

servações e restrições feitas pelo Professor Ivan [CNPq] foram, em tudo, semelhantes às aquelas manifestadas pelo Professor Birkholz [CFE]”.

Um novo projeto do PROPUR foi encaminhado a Birkholz em 19 dezembro de 1971, “revisto agora de acordo com as recomendações de Vossa Senhoria, por ocasião de sua estada em Porto Alegre” (MACEDO, MULLER, 1971). Mas os obstáculos ao funcionamento do PROPUR permaneceram inalterados em 1972, principalmente no que tange à contratação de professores, compra de materiais e equipamentos, adequação do espaço físico (LENGLER, FRANCISCONI, MULLER, VERONESE, 1972, p. 3). Por todas as dificuldades encontradas, “o entusiasmo inicial de criação do PROPUR não mais persiste entre os alunos, e entre muitos professores”, referiam Lenger, Francisconi, Muller e Veronese (1972, p. 4).

Entretanto, este quadro logo se alterou, quando em junho de 1972, Jorge Guilherme Francisconi encaminhou ao chefe do Departamento de Urbanismo, Francisco Riopardense de Macedo, a seguinte notícia: a “comissão de Pós-Graduação do PROPUR tem o prazer de comunicar a Vossa Senhoria que o reconhecimento deste Programa junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) recebeu parecer favorável do Relator Lauro Bastos Birkholz” (FRANCISCONI, 1972).

4 O projeto do curso

O “projeto do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS” foi o documento avaliado pelo relator do processo de criação do PROPUR. Encaminhado em dezembro de 1971 a Lauro Bastos Birkholz, estabelecia a importância da criação do programa a partir de três critérios: (i) para a educação, (ii) para o desenvolvimento nacional e (iii) para a formação profissional.

O primeiro deles se referia à inexistência de cursos de mestrado e doutorado em PUR no país. Mesmo na América Latina não havia tradição de ensino de Planejamento Urbano. Por exemplo, existia “apenas o PIAPUR (Projeto Interamericano de Planejamento Urbano y Regional) sediado em Lima, Peru” (PROJETO, [1971], p. 8), argumentava o projeto de criação do PROPUR.

No que tange ao segundo aspecto, o desenvolvimento nacional, referia o projeto: “estando o Brasil inteiro a concentrar seus esforços no aceleração do processo desenvolvimentista, o Planejamento Territorial a qualquer nível” (PROJETO, [1971], p. 10) constituía-se como meta prioritária. Logo, era “do alto interesse nacional a existência de técnicos altamente

capacitados no setor do Planejamento” (PROJETO, [1971], p. 11).

Por fim, a carência de profissionais na área de Planejamento vinha “restringindo a expansão do processo, determinando, por vezes, retardamento aos planejamentos ou implantações incorretas atrasando e prejudicando o processo como um todo” (PROJETO, [1971], p. 11). Por esta razão, sua importância desde a formação profissional residia na necessidade de formar “técnicos que possam atuar de forma devida, criando ainda, através da pesquisa uma independência das tecnologias importadas, nem sempre apropriadas ao caso nacional” (PROJETO, [1971], p. 11-12).

Ainda segundo o mesmo documento, na pós-graduação em PUR seriam preparados, de um lado:

[...] recursos humanos com ampla capacitação para as atividades de pesquisa, de ensino e de compreensão dos fenômenos urbanos, regionais e locais, e para atuação individual ou em equipes multi-profissionais; por outro lado, poderá ser buscada, através de instrumentos apropriados e adaptados às condições brasileiras, a compreensão global do nosso ambiente para fixação de meios e processos para sua melhora (PROJETO, [1971], p. 11-12).

No processo de admissão ao PROPUR, os candidatos deveriam demonstrar conhecimentos mínimos em: a) Urbanismo; b) Economia; c) Sociologia; d) Administração; e) Geografia; f) Política; g) Inglês (PROJETO, [1971]). O programa do curso estava organizado em quatro áreas ou categorias de disciplinas: (i) instrumentais; (ii) básicas; (iii) profissionais; (iv) complementares (PROJETO, [1971], p. 19-20).

As disciplinas instrumentais seriam “aquelas que propiciam conhecimentos técnicos de caráter instrumental, permitindo maior compreensão e desenvolvimento das disciplinas básicas e profissionais do currículo” (PROJETO, [1971], p. 10). Seriam elas: *Matemática* (2cred.), *Estatística Aplicada* (2 cred.), *Metodologia de Pesquisa* (2 cred.), *Estudos de Sistemas e Programação Linear* (2 cred.). O aluno deveria cumprir no mínimo 4 destes créditos.

As disciplinas básicas forneceria “as bases científicas, necessárias às atividades interprofissionais do planejamento, sendo de caráter obrigatório” (PROJETO, [1971], p. 20). Seriam elas: *Teoria do Planejamento* (2cred.); *Análise do Espaço Urbano e Regional* (2 cred.); *Economia Urbana e Regional* (2 cred.); *Análise Sociológica Urbana e Rural* (2 cred.); *Estrutura Financeira e Administrativa Municipal* (2 cred.); *Estudos de Problemas Brasileiros* (2 cred.); *Equipamento básico da comunidade* (4 cred.). O aluno deveria cursar todas as disciplinas.

As disciplinas profissionais visavam desenvolver a “capacidade analítica e criadora dos alunos em áreas específicas de sua atividade profissional, através da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos e do desenvolvimento de processos metodológicos” (PROJETO, [1971], p. 21). Elas refletiriam “a opção dos alunos quanto à área específica de sua atuação profissional” (PROJETO, [1971], p. 21). Os pós-graduandos poderiam optar por uma entre duas ênfases em sua formação: em Planejamento Local ou em Planejamento Regional.

Se o estudante pretendesse se formar em Planejamento Local deveria cursar as seguintes disciplinas: *Pesquisa e Análise Municipal e Urbana* (3cred.), *Planejamento e Programação Municipal e Urbano* (3 cred.) e *Seminário em Planejamento Local* (3 cred.).

Se fosse atuar no Planejamento Regional deveria cursar: *Pesquisa e Análise Regional* (3cred.), *Planejamento e Programação Regional* (3 cred.) e *Seminário em Planejamento Regional* (3 cred.).

Havia ainda disciplinas complementares, oferecidas pelo próprio programa e por outros programas de pós-graduação da UFRGS. As ministradas pelo PROPUR seriam: *Habitação* (2cred.), *Teoria da Localização e Sistemas Regionais* (3 cred.), *Seminário em Planejamento Comparado* (3 cred.), *Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões* (2 cred.), *Sistema Político-Administrativo* (2 cred.), *Paisagismo e Espaço Urbano* (2 cred.), *Evolução Urbana* (3 cred.) e *Leitura e Pesquisa em Planejamento* (2 a 3 cred.).

Outras disciplinas complementares poderiam ser cursadas nos seguintes programas: de Pós-Graduação do Centro de Estudo e Pesquisa em Economia, nas áreas de Economia Rural, Sociologia Rural e Economia; de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas; de Pós-Graduação em Administração.

As disciplinas complementares da Economia eram: *Metodologia de Pesquisas*, *Técnica de Comunicação*, *Psicologia Social*, *Sociologia do Desenvolvimento*, *Desenvolvimento das Comunidades*, *Teoria Sociológica*, *Teoria Econômica – Macro*, *Administração Rural*. As da Hidráulica eram: *Planejamento de Recursos Hídricos*, *Análise de Sistemas* e *Simulação*. As disciplinas da Administração estavam sendo implantadas. Por esta razão não constam na lista.

Os alunos deveriam cumprir, obrigatoriamente, 07 créditos de disciplinas complementares. O Quadro 01 resume o currículo, disciplinas e alguns de seus professores, conforme o projeto do PROPUR. Mais adiante serão tratados os conteúdos de parte destas disciplinas.

Quadro 01: disciplinas e professores conforme o projeto de criação do PROPUR, 1971.

DISCIPLINAS INSTRUMENTAIS	PROFESSORES
Matemática	--
Estatística Aplicada [ao Planejamento]	Hebert Q. Calhau (sem titulação indicada)
Metodologia de Pesquisa	--
Estudo de Sistemas e Programação Linear	--
DISCIPLINAS BÁSICAS	PROFESSORES
Teoria do Planejamento	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Análise do Espaço Urbano e Regional	Osmar Jorge Lengler (urbanista)
Economia Urbana e Regional	Hamilton Tolosa (economista, professor convidado) e CelsusLodder (economista)
Análise Sociológica Urbana e Rural	--
Estrutura Financeira e Administrativa Municipal	--
Estudos de Problemas Brasileiros	--
Equipamento básico da comunidade	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista) e Antônio Chaves Barcellos (arquiteto, urbanista)
DISCIPLINAS PROFISSIONAIS	PROFESSORES
EM PLANEJAMENTO LOCAL	
Pesquisa e Análise Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Planejamento e Programação Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Seminário em Planejamento Local ¹ , [Seminário Planejamento Municipal Integrado]	Mario Laranjeira (engenheiro), Jorge Wilhelm (arquiteto), AdinaNera (urbanista), Eduardo Novais (sociólogo)

EM PLANEJAMENTO REGIONAL	
Pesquisa e Análise Regional	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Planejamento e Programação Regional, [Planos e Programas Regionais]	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Seminário em Planejamento Regional ² [Seminário em Planejamento Regional Integrado]	--
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	PROFESSORES
MINISTRADAS PELO PROPUR	
Habitação	Marcos David Heckman (arquiteto)
Teoria da Localização e Sistemas Regionais	Hamilton Tolosa (economista)
Seminário em Planejamento Comparado	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Sistema Político-Administrativo, [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]	Francisco Ferraz (sem titulação)
Paisagismo e Espaço Urbano	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista)
Evolução Urbana	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Leitura e Pesquisa em Planejamento	--
CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA EM ECONOMIA ³	
Metodologia de Pesquisas [Pesquisa Aplicada ao Planejamento]	--
Técnica de Comunicação	--
Psicologia Social	--
Sociologia do Desenvolvimento	--
Desenvolvimento das Comunidades	--
Teoria Sociológica	--
Teoria Econômica – Macro	--
Administração Rural	--

INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS	
Planejamento de Recursos Hídricos	--
Análise de Sistemas e Simulação	--

Fontes: PROJETO, [1971]; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [1972].

Dissemos, no início deste artigo, que o PROPUR representava a continuação do Curso de Urbanismo e que parte das disciplinas deste curso migraram para a graduação em Arquitetura e parte para o programa de Pós-Graduação. Destas disciplinas, as que migraram do extinto curso de Urbanismo para o PROPUR foram: *Teoria do Planejamento* (similar, em parte, à *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*); *Evolução Urbana* (como a de mesmo nome); *Estatística Aplicada ao Planejamento* (análoga a *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I*); *Paisagismo e Espaço Urbano* (semelhante a *Arquitetura Paisagista*); e *Estrutura Financeira e Administração Municipal* (similar a *Administração Municipal*). Elas representam pouco do currículo do PROPUR.

Sobre o corpo docente, o projeto referia que os professores designados para o curso reuniam “excelentes condições para levar a bom termo o empreendimento” (PROJETO, [1971], p. 42). Apesar de poucos terem “titulação de Mestre ou PhD (...), observa-se em seus Currículos uma larga experiência e um renome profissional que os capacita a coordenarem a implantação do Programa” (PROJETO, [1971], p. 42).

Os professores eram, como o corpo discente, de origens profissionais variadas (arquitetos, urbanistas, economistas, geógrafos, educadores, sociólogos, dentre outros) e viriam do Brasil e do exterior. Além do mais, a vinda de professores “de outros países e dos centros mais avançados do país permitem dotar o Curso de um alto nível qualitativo, de acordo com o que os órgãos superiores de Ensino exigem dos Programas de Pós-Graduação” (PROJETO, [1971], p. 42). Os professores e seu regime de contratação estão expostos no Quadro 02.

Quadro 02: Professores e regime de contratação conforme projeto do PROPUR, 1971.

SOLICITANDO APROVEITAMENTO EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL
Prof. Doris Maria Muller; Prof. Francisco Riopardense de Macedo; Prof. Jorge Guilherme de M. Francisconi; Prof. Osmar Jorge Lengler.

EM REGIME DE DEDICAÇÃO PARCIAL
Prof. Antônio Chaves Barcellos; Prof. Marcos David Hakmann; Prof. Roberto Felix Veronese.
PROFESSORES DE OUTROS DEPARTAMENTOS DA UFRGS.
Prof. Francisco Ferraz; Prof. Herbert Q. Calhau; Prof. Carlos Veríssimo do Amaral; Profa. Edi Madalena Fracasso; Prof. Rudi Braatz.
PROFESSORES LOCAIS A SEREM CONTRATADOS
Prof. Danilo Francisco M. Landó; profa. Maria Elizabeth Pereira Lago.
PROFESSORES NACIONAIS CONTRATADOS
Economista Hamilton Tolosa (Rio de Janeiro); Economista Celso Lodder (Rio de Janeiro); Geografa Maria Adelia de Souza (Rio de Janeiro).
PROFS. A CONTRATAR, CONTANDO PROJETO COM CARTA DE AQUIESCÊNCIA
Engenheira Adina Mera (Rio de Janeiro); Engenheiro Mario Laranjeira de Mendonça (São Paulo); Arq. Jorge Wilhelm (São Paulo); Arq. Brian Thompson (Argentina).
PROFESSOR ESTRANGEIRO CONTRATADO
David Hansen (Estados Unidos da América).
PROFESSORES ESTRANGEIROS A SEREM CONTRATADOS
Prof. John Donohne, USA; Corpo de Pesquisa e Docência da Fundação; TorquattodiTella, Buenos Aires (Convênio aprovado no Conselho Universitário); Jorge Villagran T.

Fonte: PROJETO, [1971].

O PROPUR, segundo reflexão retrospectiva de Jorge Guilherme Francisconi (2002, p. 74), reuniu “o pensamento dos antigos professores do curso de Urbanismo – formados no urbanismo francês – com aqueles mais recentemente chegados do exterior, alguns com a formação de *urban planner* saxônico”. Percebe-se, a partir dos dados expostos e desta afirmação, que as origens teóricas, profissionais e geográficas dos professores eram de fato variadas.

Mas, ainda segundo o mesmo autor, “o Atelier tinha como função ser o lócus de integração do saber e da experiência de alunos e dos professores” (FRANCISCONI, 2002, p. 79). O ateliê era, nesta última referência de Francisconi, o espaço de mediação multidisciplinar de conhecimentos variados (históricos, sociológicos, econômicos, etc.). Todavia, se reconhecermos que para os arquitetos a cidade é, finalmente, um artefato construído, como o é um objeto ou um edifício, algumas questões podem ser postas: Todos os conhecimentos instrumentais postos em confronto estariam submetidos à forma? Para o PROPUR o produto do Planejamento Urbano era a forma de uma cidade (assim como o produto final de um projeto)? A condução de processos sócio-espaciais complexos remeteria sempre, e finalmente, à dimensão física da cidade?

Para completar a compreensão sobre o início do funcionamento do PROPUR é necessário que passemos aos programas das disciplinas do currículo. É o que será exposto a seguir.

5 Os programas das disciplinas

O projeto do PROPUR não cita os programas de todas as disciplinas. Das 35, apresenta os programas de apenas 19 e, mesmo assim, de maneira bastante concisa. Eles estão expostos no Quadro 3. Mas, antes de passar a eles, é necessária uma ressalva. O documento apresenta contradição acerca do nome das disciplinas. A divergência de nomes está referida, no Quadro 3, entre colchetes, quando necessário.

Quadro 3: Disciplina do PROPUR e seus programas.

DISCIPLINA	PROGRAMA
Teoria do Planejamento	Conceitos e Origens do Planejamento. Planejamento Socialista e Planejamento Indicativo. Teorias do Planejamento Físico, Econômico e Social. Planejamento Integrado. Funções do Planejamento. Experiência Brasileira em Planejamento Nacional, Planejamento Setorial, Regional e Planejamento Municipal (PROJETO, [1971], p. 23).
Análise do Espaço Urbano e Regional	Conceito de Região e Cidade: Funções e características espaciais. Geografia Urbana. Teoria da Evolução Urbana. Funções das Diferentes Áreas da Cidade. Transportes e Sistema Viário. Localização e Integração das diferentes Funções Urbanas e Regionais (PROJETO, [1971], p. 24).

Equipamento Básico da Comunidade	Caracteriza, analisa e estuda os elementos essenciais ao funcionamento dos diversos setores públicos fundamentais para a comunidade, tais como educação, saúde, lazer, saneamento, limpeza pública e poluição (PROJETO, [1971], p. 25).
Economia Urbana e Regional	<u>Economia Intra-Urbana:</u> Estrutura Espacial Urbana: Estrutura da Cidade; Teoria do Mercado de Terra Urbano; Crescimento Urbano: Teoria dos lugares centrais; Teoria da Base Econômica; Abordagem ecológica do crescimento urbano; Teoria das comunicações e crescimento urbano; Problemas de Emprego da M/O urbana: Estrutura do emprego urbano; Fatores que determinam a capacidade de absorção de M/O urbana; Subemprego e desemprego nas cidades; Urbanização e formação de capital; Estrutura de investimentos. <u>Economia Inter-Urbana:</u> Teoria do Planejamento Econômico; O conceito de otimização; Estágio Regional e Dimensão Espacial; Sistemas de Cidades e localização terciária; Política Nacional do Desenvolvimento Urbano (PROJETO, [1971], p. 26).
Pesquisa e Análise Municipal e Urbana	Trabalho prático de pesquisa, análise e diagnóstico aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos aprendidos nos diferentes cursos. Sua função é a de preparar e aperfeiçoar o aluno para a prática profissional (PROJETO, [1971], p. 28).
Planejamento e Programação Municipal Urbana	Trabalho prático de atelier aplicando os elementos colhidos na disciplina anterior, contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional objetivando um trabalho integrado (PROJETO, [1971], p. 28).
Seminário em Planejamento Local [Seminário em Planejamento Municipal Integrado]	Programa: O problema de integração interdisciplinar existente no projeto de Pesquisa “Estudos Básicos para uma política de Desenvolvimento Urbano no Rio Grande do Sul” (...) será o tema de estudo, pesquisa e debate para esse Seminário (PROJETO, [1971], p. 29).

Pesquisa e Análise Regional	Estudo em atelier de exemplo do mundo real, onde serão efetuadas pesquisas, análises e diagnósticos, sintetizando as técnicas e os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas (PROJETO, [1971], p. 32).
Planejamento e Programação Regional [Planos e Programas Regionais]	Estudo em atelier [de] aspectos regionais, utilizando os dados colhidos na disciplina anterior para o Planejamento contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional, visando um trabalho integrado e multi-disciplinar (PROJETO, [1971], p. 32).
Seminário Planejamento Regional [Seminário em Planejamento Regional Integrado]	Integração interdisciplinar, utilizando um “estudo de caso” com participação de professores e conferencistas com formação profissional distintas (PROJETO, [1971], p. 33).
Habitação	Teorias e Modelos de Uso do Solo Urbano; Parks, Burgess, Von Thunen e outros. Economia do Solo Urbano. O Problema da Habitação. Teorias Econômicas, Sociais e Espaciais. Habitação e Desenvolvimento. Planejamento da habitação. Pré-Fabricação. Modelos e experiências na América Latina (PROJETO, [1971], p. 33).
Teoria da Localização e Sistemas Regionais	A teoria da localização: vonThunen, Weber, Isaard e outros. Modelos de Análise Gravitacional, Isotrópico, Gráficos e Polos de Desenvolvimento. Sistemas Regionais (PROJETO, [1971], p. 33).
Seminário em Planejamento Comparado [Planejamento Comparado]	Análise dos trabalhos práticos e teóricos em planejamento regional. Condições de implantação de planos. Análise comparativa (PROJETO, [1971], p. 34).
Evolução Urbana	Análise histórica da evolução das cidades nas diferentes civilizações. Características funcionais e espaciais, através dos tempos. Evolução urbana no Brasil (PROJETO, [1971], p. 36).

Seminário sobre Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões	Conceitos de áreas metropolitanas. Origens e Causas. Funções Regionais. Análise social, cultural, econômica e Administrativa de Área Metropolitana. Estudo Comparativo Experiência Brasileira e Política Governamental (PROJETO, [1971], p. 38).
Sistemas Político-Administrativos [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]	Análise das Estruturas de decisão administrativas e políticas do meio urbano. Sistemas decisórios formais e informais de decisões. Tecnologia e Estruturas Políticas (PROJETO, [1971], p. 38).
Paisagismo e Espaço Urbano	Análise da Evolução dos Espaços Urbanos. Relação entre Cultura, Sociedade e Estrutura das Cidades. Evolução das Formas: Fatores causais de ordem social, econômica e tecnológica. Metodologia de Análise. A cidade moderna: características espaciais e inter-relação funcional (PROJETO, [1971], p. 38-39).
Leitura e Pesquisa em Planejamento [Pesquisa e Leitura em Planejamento]	Leitura orientada em área restrita do setor de Planejamento dirigida e fiscalizada por Professor escolhido pelo aluno e com aprovação do Professor auxiliar (PROJETO, [1971], p. 39).
Estatística Aplicada [Estatística Aplicada ao Planejamento]	Estatística: Indutiva e Dedutiva, Noções Básicas, Variável Aleatória, Modelos Probabilísticos, Distribuições Empíricas; Amostragem: Ideias Fundamentais, Inferência Estatística, Teste de Significância, Distribuições Bivariadas e Multivariadas, Projeção (PROJETO, [1971], p. 39).

Fonte: PROJETO, [1971].

Percebe-se que os conteúdos trabalhados nas disciplinas eram variados. Iam desde aspectos como a infraestrutura urbana, equipamentos públicos, história da cidade, até questões geográficas, econômicas, administrativas, dentre diversos outros. Além disso, os estudantes estavam livres para, a partir de sua formação, contribuir nos trabalhos práticos.

É uma proposta de formação em PUR se o entendemos como um campo multidisciplinar, que aborda a cidade a partir de uma miríade de fenômenos sociais-econômicos-políticos-administrativos. Sua razão final

seria, enfim, a possibilidade de predição e orientação destes processos de maneira completa. Entretanto, como referido por Francisconi, a centralidade do ateliê no processo de ensino-aprendizagem associa uma dimensão física ao PUR. O ateliê seria uma espécie de momento de síntese de conhecimentos diversos. O fato do PROPUR ter sido criado numa Faculdade de Arquitetura e compreendido como continuador do curso de Urbanismo criou certa hesitação, indefinição e ambiguidade acerca de quais são os produtos e os conhecimentos associados à elaboração de um plano urbano e regional? Eles se confundiriam com os de um projeto de urbanismo? O produto final do PUR seria, neste momento, para o PROPUR, a “forma” de uma cidade?

CONCLUSÃO

Como foi possível perceber ao longo deste artigo, a criação do PROPUR, no início da década de 1970, se deu em um período de mudanças na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. A extinção do curso de Urbanismo e a migração de suas disciplinas para o PROPUR, em criação, e para a graduação em Arquitetura e Urbanismo, representam novos rumos para a instituição.

O surgimento do programa se insere também num contexto de afirmação das estruturas de planejamento e organização do território nacional. Justificou-se, assim, pela necessidade de formar quadros especializados e por responder à carência de formação no campo, o que contribuiria com o desenvolvimento nacional. Sua criação foi ainda um processo cheio de percalços e seu reconhecimento mereceu grande dedicação por parte dos professores da UFRGS.

A proposta do projeto do curso oferecia duas formações possíveis – Planejamento Local e Regional. A estrutura do curso era multidisciplinar (compreendia campos do conhecimento diversos), multiprofissional (seu corpo docente e discente deveria ter formação variada) e multi-institucional (além do PROPUR, outros programas de Pós-Graduação ofereceriam disciplinas aos estudantes). Mas algo na criação do PROPUR gera questionamentos.

De um lado, o currículo do curso, os programas das disciplinas e a composição do corpo docente expressam uma proposta de formação em PUR, compreendido como espaço de predição e orientação de processos sócio-espaciais complexos; de outro lado, há a referência à centralidade dada ao ateliê, o reconhecimento do PROPUR como substituto (e em certa medida, continuador) do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura

da UFRGS. Reside aí uma ambiguidade em relação ao emprego do termo Planejamento Urbano e Regional? Esta expressão era apenas uma nova forma de nomear o Urbanismo, ou representava efetivamente uma nova abordagem sobre a cidade e seus problemas? Qual era o “produto” do Planejamento Urbano e Regional? Que diferença havia entre um plano e um projeto em grande escala?

Recuperar o passado do PROPUR, percorrer seu processo de criação, suscita essas questões. Esse é apenas um exemplo da razão pela qual é necessário colocar em pauta, mais recorrentemente, nas pesquisas acadêmicas, o tema ensino de PUR.

REFERÊNCIAS

- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. *O ensino do planejamento territorial*. São Paulo: USP, 1967.
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos; RONCA, José Luiz Caruso; ZAHN, Carlos Eduardo. Ensino de planejamento territorial no grupo de disciplinas de planejamento, do departamento de projeto da FAUUSP, de 1948 a 1992. *Sinopses*, São Paulo, número especial, (1993).
- BLOCH, Marc. *Apologia da história - ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BUNGE, Mario. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970].
- FACULDADE de Arquitetura [proc. 554/69] 7 de julho de 1970, Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Porto Alegre. *Ofício enviado ao diretor executivo da CAPES informando sobre os cursos de urbanismo/planejamento urbano*. 1f.
- FACULDADE DE ARQUITETURA. *Ata da 86ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 01 de abril de 1970(a)*.
- FACULDADE DE ARQUITETURA. *Ata da 85ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 18 de março de 1970(b)*.
- FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. *Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional*. 5f. Porto Alegre: [s.n.], [1971].
- FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. *Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972*. [S.l]: [s.n.], [1971].
- FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. *No intuito de uma apreciação sobre...* 9f. [S.l]: [s.n.], [1973].

- FERRARI, Célson. *Curso de Planejamento Municipal Integrado – Urbanismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 3f. *Encaminha ao chefe do departamento de urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro*.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme [circular nº002/72] 6 de junho de 1972, Porto Alegre [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 1f. *Comunica que o reconhecimento do PROPUR junto ao CFE recebeu parecer favorável do relator Lauro Bastos Birkholz*.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme. PROPUR – vinte anos. In: LICHT, Flávia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- GONÇALVES, Tiago Cargni; LENZI, Maria Helena. O ensino de planejamento urbano e regional: uma revisão de literatura no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). In: SEMINÁRIO DE HISTORIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12, 2012. *Anais...* Porto Alegre: [s.n.], 2012.
- HEKMAN, Marcos David [ofício DU-01/70] 21 de janeiro de 1970(a), Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. *O departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi e Waldileia da Rosa para coordenarem os estudos necessários à implantação do programa de mestrado e doutorado em Urbanismo*.
- HEKMAN, Marcos David. [ofício U-02/70] 12 de março de 1970(b), Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. *Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo*.
- HEKMAN, Marcos David. [ofício DU-13/70] 4 de maio de 1970(c), Porto Alegre [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. *Departamento de urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR*.
- JAPIASSU, Hilton. *Dicionário Básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme [ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. 2f. *Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR*.
- LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M.; MULLER,

- Dóris Maria; VERONESE, Roberto Felix [ofício 103/72] 13 de junho de 1972, Porto Alegre [para] CIBYS, Walter Otto, Porto Alegre. *Coordenação do PROPUR expõe ao superintendente acadêmico da UFRGS a evolução do programa desde 1970 e solicita medidas por parte da reitoria.*
- LUNARDI, Fernando Petersen [carta] 3 de agosto de 1970(a), Porto Alegre [para] MOREIRA, Rafael Cezar, Porto Alegre. *Comunica ao secretário de coordenação e planejamento o processo de implantação do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional.*
- LUNARDI, Fernando Petersen. [carta] 1 de setembro de 1970(b), Porto Alegre [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. 4f. *Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller, sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR.*
- MACEDO, Francisco Riopardense de; MULLER, Doris Maria [carta] 1º de dezembro de 1971, Porto Alegre [para] BIRKHOLZ, Lauro Bastos, [s.l.]. *Encaminha via do projeto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS revisto de acordo com as recomendações de Birkholz.*
- MARASCHIN, Clarice; CAMPOS, Heleniza Ávila; PICCININI, Livia Teresinha Salomão. Arquitetura e urbanismo: os desafios ao ensino do planejamento urbano contemporâneo. *Arquisur Revista*, Argentina, n. 4, 2013.
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. *O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de; ROVATI, João Farias. Maurício Cravotto e o Urbanismo no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Do Sul*, v. 1, n. 154, p. 175-192, jul. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/79758/49039>>. Acesso em: 13 mar 2019.
- PEREIRA, Margareth da Silva. Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar. In. MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques da. *Urbanismo em Questão*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.
- PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, idéias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49, maio 2008. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/191>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

- PIQUET, Rosélia; VILANI, Rodrigo Machado. O papel dos mestrados profissionais na área de Planejamento Urbano e Regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 95, maio 2013. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4172>>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- PLANEJAMENTO urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (revisão). 55f. [Porto Alegre, 1971].
- RANDOLPH, R. Formação de planejadores subversivos no Brasil? Um pequeno confronto entre uma nova proposta do planejamento e a prática de formação de planejadores urbanos nos cursos de pós-graduação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do planejamento urbano e regional: propostas à ANPUR. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.4, n.1/2, maio/nov.2002.
- ROVATI, João Farias. Urbanismo versus Planejamento Urbano?. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 33, maio 2013. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4169>>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismo social*. São Paulo: UNESP, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. *Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional*. 5f. Porto Alegre, [1971].
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. *Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional*. 4f. Porto Alegre, [1972].

(Footnotes)

- 1 Esta disciplina, em 1972, era denominada “Seminário em Planejamento Urbano” e fez parte das disciplinas complementares. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [1972], p. 3).
- 2 Esta disciplina, em 1972, fez parte das disciplinas complementares. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [1972], p. 3).
- 3 As disciplinas complementares oferecidas pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Economia não constavam na lista de 1972.

METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: OS SUJEITOS, SEUS PROJETOS E ESPAÇOS DE LUTAS NO TERRITÓRIO

METHODOLOGY OF CLASSIFICATION AND ANALYSIS OF SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS: THE SUBJECTS, ITS DESIGNS AND SPACES OF STRUGGLES IN THE TERRITORY

Márcio Pereira Cabral¹

RESUMO

Este artigo se propõe a contribuir para o debate acerca dos movimentos socioterritoriais e o seu papel na disputa do espaço urbano. Para tal, será preciso revisitar conceitos-chave da geografia que estabelecem conexões e convergências com o que propõem aqueles que enxergam as cidades como espaço de disputa, em especial a partir da emergência da chamada *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a). O ponto de partida será uma breve revisão bibliográfica, tendo como centro os conceitos de *espaço urbano*, em diálogo com os objetivos da análise dos chamados *movimentos sociais urbanos* (GOHN, 2010). Ao final deste buscar-se-á apresentar um método para a análise e classificação dos movimentos socioterritoriais urbanos (FERNANDES, 2000) que possibilite identificar quem são os sujeitos, seus projetos e seus espaços de disputa *na e pela* cidade.

Palavras-chave: Cidade com espaço de politização. Movimentos socioterritoriais. Direito à cidade.

ABSTRACT

This article proposes to contribute to the debate about socio-territorial movements and their role in the dispute for urban space. To reach that goal, it will be necessary to revisit key concepts of geography that establish connections and convergences with what is proposed by those who see cities as a space for dispute, especially from the emergence of the so-called urban society (LEFEBVRE, 1999a). The starting point will be a brief bibliographical review, focusing on the concepts of urban space, in dialogue with the objectives of the analysis of the so-called urban social movements (GOHN, 2010). At the end of this one, a method will be presented for the analysis and classification of urban socio-territorial movements (FERNANDES, 2000), which allows to identify who are the subjects, their projects and their spaces of dispute in and by the city are.

Keywords: City with politization space. Socio-territorial movements. Right to the city.

1 Pedagogo licenciado pela UFRGS e Mestre em Geografia pela UFRGS

INTRODUÇÃO

Partimos a nossa análise de um conceito-chave para a geografia: o espaço geográfico. Ao abordar tal conceito, Ruy Moreira (2009) se apoia em Karl Marx para afirmar que, assim como o processo de trabalho², o espaço geográfico é uma “historicização da natureza e naturalização da história”, pois desde o surgimento da humanidade, a “história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e mesmo plano” (MOREIRA, 2009, p. 34).

Essas dimensões tornaram-se ainda mais complexas nas últimas décadas justamente pelo caminho acelerado que a sociedade capitalista tomou em busca de um desenvolvimento global. Pedon (2013) dialoga com essa concepção ao afirmar que:

Sob a égide do capitalismo, o espaço tornou-se mercadoria pela generalização do processo produtivo, que generaliza a propriedade privada e engloba espaços urbanos e rurais em diferentes articulações; manifestando práticas especulativas e monopolizadoras, permitindo a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico pela generalização da ‘mercadoria-espaço’ (PEDON, 2013, p. 68).

Esse fenômeno resultou no que muitos autores têm chamado de *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a), *fenômeno urbano* (DAVIS, 2006) ou *urbanização planetária* (BRENNER, 2014). Para esses autores, a forma urbana atual é a mais complexa já desenvolvida pela humanidade e é o resultado da ação da transformação da natureza através do trabalho humano, sob os interesses do capital que se apropria do espaço, transformando-o em “mercadoria-espaço” (CARLOS, 2013).

Ao problematizarmos a questão urbana, nos será exigido abarcarmos uma série de nuances, por justamente ser sobre o espaço urbano que se assentou a centralidade e a gestão do capital e da sociedade. Sob essa perspectiva, diversos estudos sobre a urbanização têm sido taxativos em afirmar que o espaço urbano atual é marcado por uma forte segregação espacial, resultante da sua fragmentação, a partir de diferentes usos, formas, tamanhos e conteúdo que o modo de produção capitalista lhe atribuiu (VASCONCELOS et al., 2013).

Ana Fani Alessandri Carlos (2013) vai mais além e apresenta tal

2 Marx (2014) trata sobre o processo de trabalho no Capítulo 5 do Livro 1 d'O Capital – “O processo de trabalho e o processo de valorização” (MARX, 2014, p. 255). Para o fundador do marxismo, de um modo geral, o trabalho é caracterizado pela interação homem e natureza e que resulta na transformação desta em bens necessários à sobrevivência do próprio homem.

fenômeno como a negação da cidade e da vida urbana, pois é sobre essa fragmentação que se organiza a sociedade de classes, onde, ao transformar o espaço em mercadoria (mercadoria-espaço), o capital acaba por privatizá-lo, criando assim diversos obstáculos para o seu livre uso. Dessa forma, a cidade, ao se fragmentar, torna-se profundamente desigual. Esse ponto de partida é fundamental para compreendermos o porquê de as cidades contemporâneas terem se transformado ao longo de dois séculos no espaço de produção e reprodução de relações sociais segregadoras, e, portanto, um espaço privilegiado de disputa e cobiça entre os donos do capital e aqueles que se julgam dela excluídos.

A cidade na condição de espaço de disputa não é um fenômeno contemporâneo. Na obra “A Cidade do Capital”, Lefebvre (1999a) já apontava os novos centros urbanos resultantes da industrialização capitalista nos séculos XIX e XX como os espaços onde o capital se apropria do solo e da renda fundiária para a formação, a realização e a distribuição da mais-valia. Por ser contraditória e fruto de uma apropriação, necessariamente essa ação acaba por resultar em conflitos de ordem econômica, política e social, pois não há como esse movimento sobre o espaço urbano não resultar na exclusão de uma imensa massa de trabalhadores.

Outro marco para esta análise parte das obras que abordam a realidade dos trabalhadores na nascente sociedade industrial do século XIX, escritas por Friedrich Engels – A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (ENGELS, 2010) e Sobre a Questão da Moradia (ENGELS, 2015). Nelas, o autor fundador do marxismo articula uma profunda análise das relações sociais advindas da formação das cidades urbanas e industriais com a denúncia do flagelo da massa de trabalhadores que migravam para os novos centros urbanos em busca de oportunidades.

Para Engels (2010), as cidades da nascente sociedade industrial apresentavam uma riqueza e uma pobreza justapostas, onde a *atomização* do espaço urbano era levada ao extremo. Nelas, emergiam uma *multidão solitária*, totalmente à margem de direitos. “É aí que a concentração de bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são mais radicalmente destruídos” (ENGELS, 2010, p. 58).

As *cidades do capital*, parafraseando Lefebvre (1999a), desde a sua origem, tornaram-se território de intensa disputa e cobiça, capaz de produzir e reproduzir desigualdades em múltiplas escalas. A riqueza que nelas circulava, fruto do processo produtivo, dos avanços tecnológicos e que geravam novos bens de consumo, era usufruída por uma única classe social. É a partir da exclusão social que a classe trabalhadora acaba por se constituir na

“[...] base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41).

Assim, ao ignorarmos a determinação dos conflitos sociais pelos interesses de classe, não será possível compreendermos as contradições resultantes da oposição entre classes sociais no espaço geográfico. É por isso que a contribuição do marxismo se torna fundamental para examinarmos o quanto esses conflitos acabaram assumindo uma dimensão urbana.

Feita essa digressão, aqui retomamos o conceito de segregação espacial como um capítulo atual do fenômeno urbano contemporâneo por justamente este ter suas raízes e origens na gênese do capitalismo do século XIX. O que Mike Davis (2006) tem insistido em convencionar como *favelização e empobrecimento das cidades em vários países* nada mais é do que a continuidade do processo histórico iniciado com o advento do capitalismo. A favelização e a precarização do espaço urbano das classes mais pobres seriam então a nova segregação espacial, que se tornou a tendência dominante nos países do chamado terceiro mundo.

É nesse sentido que, em escala global, uma série de movimentos anti-sistêmicos, que contestam a chamada hegemonia do capital, trazem para o interior do espaço urbano um debate mais profundo sobre questões como causalidade, possibilidades e estratégias para as lutas de resistência, por direitos e justiça social. Para esses movimentos, as cidades se constituíram em *plataformas de ação* que vão muito além dos problemas intraurbanos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Se as cidades são historicamente atravessadas por essas contradições, então serão nelas que se formarão *espaços para a contestação das relações de poder hegemônicas*.

Desde as décadas finais do século XX, quando o neoliberalismo se tornou “o caminho único”³, diversas reações a este se voltaram para a disputa urbana, onde os movimentos sociais passaram a ocupar o espaço das cidades para reivindicar direitos e justiça social, a partir de ações coletivas construídas e mobilizadas por meio de articulações locais e globais de combate e de solidariedade, tornando assim o urbano num lugar privilegiado de exercício da cidadania e de politização (MILLER; NICHOLLS, 2013). Portanto, é a partir da fragmentação e das desigualdades que marcam as cidades contemporâneas que emergem as lutas contra o processo de repro-

3 Emir Sader e Pablo Gentili (2007) organizaram um balanço crítico da via neoliberal que se organizou como modelo hegemônico em escala global após as sucessivas crises econômicas das últimas décadas. Para tal crítica, somente será possível a superação do neoliberalismo como “caminho único” se aqueles que a ele se contrapõem oferecerem alternativas de resistência para substituí-lo nos diversos espaços de disputa política.

dução do capital, “que faz com que as batalhas [no e pelo espaço urbano] se resolvam pelo jogo político das forças sociais” (CARLOS, 2015, 34).

Miller e Nicholls (2013) têm empenhado um esforço teórico para tratar o urbano como “espaço de politização” e citam a Primavera Árabe como um exemplo de movimento que ocupou diversas cidades do Norte da África em dezembro de 2010, tendo como objetivo central a luta contra os regimes autoritários e o combate à fome na região. Outro exemplo nesse mesmo contexto são os movimentos *Occupy*, que se colocaram contra a globalização capitalista de *Wall Street* em setembro de 2011, além de uma série de outros exemplos de movimentos que tomaram recentemente à cena mundial por meio das grandes cidades.

O conceito de cidade como “espaço de politização” parte da constatação de que o espaço urbano passou a configurar-se como produtor não somente de identidades coletivas, de lutas, resistências e de “utopias reativas”, mas também se tornou uma “incubadora de ideias revolucionárias”, que têm um papel crucial nos amplos movimentos de mudança (MILLER; NICHOLLS 2013, p. 453).

Os diversos exemplos que poderiam ser aqui citados, ou mesmo numa simples busca a partir dos noticiários de jornais locais, poderiam reforçar a ideia de que a exclusão social no espaço urbano é parte constitutiva do modo de produção capitalista. Sob essa orientação, o ambiente urbano tem se transformado, cada vez mais, no lugar de conflitos em múltiplas escalas. Ao disputar o espaço urbano, os indivíduos se organizam e estabelecem assim um ambiente de lutas urbanas, o que Lefebvre (2008) chamava de luta pelo “direito à cidade” como um contraponto à fragmentação e à desigualdade resultante de *transgressões cotidianas*. Para Carlos (2013), tais transgressões possibilitam irmos além da denúncia das desigualdades, pois produzem um *horizonte utópico*, que seria o chamado *direito à cidade*.

No livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, David Harvey (2013) busca fazer uma síntese do pensamento lefebvriano e afirma que tal direito [à cidade] não se realiza somente nos direitos individuais ou grupal a bens materiais, mas fundamentalmente na politização da produção social do espaço, na luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço (social). Ele vai mais além e nos afirma que, sob essa óptica, o espaço urbano se configura num infinito ambiente de produção de alternativas às desigualdades, onde não será preciso “esperar a grande revolução para que esses espaços venham se concretizar” (HARVEY, 2013, p. 22).

Sob essa perspectiva, Harvey (2013) vai mais além e apresenta o conceito de *utopia experimental* de Lefebvre (1999a). Para o autor francês, o direito à cidade parte dos desejos de mudanças, onde as *queixas*, o sentimento de

exclusão, se reconfiguram em *exigências*, daquilo que se reivindica para si enquanto *direito*. Essa luta pelo *direito à cidade* converte o espaço urbano em uma *incubadora de ideias, de ideais e de movimentos revolucionários* (HARVEY, 2013, p. 21).

Assim, o *horizonte utópico* nada mais é do que um exercício da forma como os movimentos sociais urbanos desejam para si a cidade, como esta deveria ser. Lefebvre (1999a) chamava isso de experimentação das utopias. Paul Singer (1999) assim traduziu tal conceito:

A utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser outro mundo. Nesse sentido é que essa expressão é também ambígua e contraditória: utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E esta coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante porque é um elemento fundamental de combate a desesperança (SINGER, 1999, p. 74).

Esses sentimentos, ora abstratos e subjetivos, ou até mesmo identificados com demandas concretas e objetivas, acabam se traduzindo em vontades coletivas, em ações e movimentos que disputam politicamente o espaço urbano. Não ter uma escola pública para os seus filhos ou filhas na proximidade de sua residência seria uma queixa. Reclamar o direito pleno à educação seria um *desejo* e, sob a perspectiva do *direito à cidade*, torna-se uma *exigência*, uma luta. Garantir que essa escola seja de qualidade através da pressão pública e da participação democrática, e assim transformá-la, seria a *experimentação da utopia*.

Essa seria a essência do *direito à cidade* em oposição à *cidade do capital*⁴. Portanto, sob essa concepção, a cidade passa a ser um espaço privilegiado de disputas, de embates e de lutas de classe em que atuam os mo-

4 O Instituto Polis realizou em 2015 uma série de debates para abordar a produção capitalista do espaço. O curso “A cidade do capital e o direito à cidade” debateu temas como: a produção capitalista no espaço urbano; as lutas pelo direito à cidade; as lutas pelo direito à moradia; a mercantilização dos serviços públicos; meio ambiente urbano: o desafio da sustentabilidade; o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a luta pelo direito à cidade; a segregação urbana e a gentrificação das cidades; a luta dos catadores e a formação de políticas públicas; mobilidade urbana; e o movimento de saúde e as políticas públicas. Tais debates podem ser acessados através da página do Observatório das Metrópoles: <http://polis.org.br/noticias/curso-a-cidade-do-capital-e-o-direito-a-cidade-tera-transmissao-online/http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/index.php?option=com_k2&view=item&id=1318%3Aa-cidade-do-capital-e-o-direito-%C3%AO-cidade&Itemid=164>. Acesso em: 21 jan. 2017.

vimentos que disputam o espaço urbano e assim produzem suas próprias territorialidades⁵.

1 Sujeitos, projetos e espaços de lutas no território urbano

Após apresentarmos a “cidade com espaço de politização”, de disputa e ação coletiva, onde o “direito à cidade como horizonte utópico” passa a ser um instrumento fundamental adotado pelos movimentos sociais urbanos que reivindicam para si tal direito, agora cabe observarmos quem são os sujeitos do “direito à cidade”, quais são seus projetos políticos e quais são os espaços de luta onde eles atuam no território urbano.

Para esse exercício será fundamental partirmos da crítica à dualidade presente em diversos estudos geográficos que separam a análise das estruturas socioespaciais dos atores sociais que atuam *no e pelo* espaço geográfico. Para tal, nos apoiaremos no conceito de movimentos socioterritoriais.

O termo movimentos socioterritoriais é resultante dos estudos que visam dar ao conceito de movimentos sociais um status de categoria geográfica. Autores como Bernardo Mançano Fernandes (2000), dentre outros, têm defendido que a geografia não pode somente se apoiar nas categorias de outras ciências para discutir os movimentos sociais. Ao tratá-los como uma categoria geográfica, a geografia estaria “iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam” (ibidem, p. 60).

É por isso que, ao longo das últimas décadas, há um esforço de imprimir ao tema um estatuto de categoria geográfica a partir da conceituação de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999; MARTIN, 1997). Para tais autores, seriam estes os movimentos que apresentam “o espaço e o território como trunfo” (MARTIN, 1997, p. 26). Essa análise envolve diversas dimensões do espaço – políticas, econômicas e sociais, etc. e, sob elas, os “movimentos sociais que têm o espaço e o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial” (FERNANDES, 2000, p. 61).

Portanto, essa visão defende que há nos movimentos sociais um conjunto de mobilizações, ações e objetivos que são essencialmente terri-

5 Diversos estudos têm buscado sistematizar quem são os grupos, atores e agentes que atuam no espaço urbano, dentre eles Pedro de Almeida Vasconcelos (2011) e Roberto Lobato Corrêa (1989). O conceito busca mapear quem são os operadores ativos na transformação urbana, como atuam e as suas intencionalidades na disputa da cidade.

toriais e que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais. Para tomarmos os movimentos socioterritoriais como atores, sujeitos e agentes de tal disputa, o caminho investigativo passa agora por abordar-mos quais são seus projetos e espaços de lutas *no e pelo* território urbano. Essa é uma necessidade para a superação do dualismo presente nos estudos que separam a análise socioespacial dos atores sociais que disputam seus territórios, pois é no espaço urbano o *locus* das desigualdades e o ambiente onde emergem as forças mobilizadoras que disputam *no e pelo* espaço as suas territorialidades (apropriação do território).

Para tal, o caminho investigativo necessariamente precisa adotar um enfoque “multi e transescalar” do espaço geográfico que nos é propiciado pelo materialismo histórico e dialético, método este que Lefebvre levou a cabo em seus estudos sobre o a urbanização, particularmente a partir da sua tese de doutoramento “Vale de Campan: estudo de sociologia rural” (LEFEBVRE, 2011). Mesmo que a tese de doutoramento de Lefebvre não tenha se dedicado aos estudos da problemática urbana, será nela que encontraremos o ponto de partida para o seu método de análise, que ele chamou de método regressivo-progressivo. Assim, o primeiro passo será superar o dualismo excludente entre tempo e espaço, natureza e sociedade e todas as dualidades resultantes destas. Essa superação necessariamente parte da abordagem “parte-todo”, oriunda do materialismo dialético, em que a totalidade está contida nas partes e uma mudança de qualidade nestas pode influenciar na mudança do todo.

Por fim, Lefebvre (2011) nos propõe pensarmos a partir do princípio da recursividade, em que é preciso observarmos que o espaço (social) é produtor e produto da sociedade, portanto, uma mudança no espaço pode influenciar nas mudanças mais profundas no que tange às relações sociais. O mesmo pode ser afirmado ao contrário, onde uma mudança na sociedade provoca alterações de qualidade no espaço (social)⁶.

Através do método regressivo-progressivo será possível analisarmos as particularidades presentes no cotidiano das relações sociais desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais nos espaços urbanos, a partir da recomposição do seu passado, e, ao fim, indicarmos as possibilidades de futuro. Ou seja, tal método parte do tempo presente, regressa ao seu passado para recompor as suas relações temporais e espaciais e assim retorna ao tempo presente, possibilitando, ao fim, criarmos hipóteses sobre o seu futuro.

6 Tal análise é semelhante a apresentada por Ruy Moreira (2009), explicitada no início deste artigo.

Esse será o exercício permanente, por meio do qual tentaremos recompor o presente espaço de disputa entre sujeitos *pelo* e *no* espaço geográfico. Como já explicitamos antes, é a partir da urbanização que grupos, atores e agentes identificam as possibilidades para construírem seus *campos de ação*, por meio de múltiplas dimensões – local de ação, objetivos e intencionalidades, por tipo de iniciativa, quanto à capacidade de efetivação da ação, por propósitos, por competência, dentre outros (VASCONCELOS, 2011). Esse é, portanto, o método e o campo de ação, “o espaço de disputa e de politização” no qual propomos observar o embate resultante entre os que detêm a propriedade do espaço urbano *versus* aqueles que reivindicam uma nova configuração das cidades e que aqui ganha também a óptica dos movimentos socioterritoriais.

O próximo passo será a análise dos sujeitos que reivindicam o espaço urbano. Manuel Castells (1983) categoriza os movimentos sociais urbanos como aqueles que colocam em questão a ordem estabelecida a partir dos conflitos sociais relacionados ao modo de vida urbano. Estes estudos têm chamado a atenção de geógrafos em todo o mundo pelo viés político, social e cultural dos movimentos sociais que atuam no espaço urbano. Mas as leituras territoriais da ação dos movimentos sociais ainda não foram devidamente exploradas pela própria geografia por justamente não ser até então os movimentos sociais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000). Foi somente a partir dos estudos do território, como conceito geográfico dotado de uma tridimensionalidade social-espacial-temporal, que o espaço urbano também passou a ser visto como o lugar de construção de territorialidades, onde sujeitos produzem seu senso de identidade espacial (RAFFESTIN, 1993). Assim, quando a geografia passa a compreender que o território também gera o sentido de pertencimento e de posse é que a análise territorial dos fenômenos sociais passa a ter um estatuto próprio. Portanto, para esta concepção, serão os movimentos socioterritoriais aqueles que colocam na ordem do dia a disputa pelo território e que tem o espaço geográfico como dimensão das suas lutas e reivindicações.

Jean Lojkin (1997) e Manuel Castells (1983) foram uns dos pioneiros na formulação do conceito de movimentos sociais urbanos sob a influência do marxismo. Por essa vertente de pensamento, a centralidade econômica e produtiva do capitalismo produz uma série de manifestações de diversas ordens que resultam na pobreza, desemprego, discriminações e conflitos por espaço e territórios.

Para Castells (1983), os movimentos sociais urbanos serão aqueles que atuam num quadro mais amplo de lutas políticas, dentro dos conflitos gerados pela incapacidade do capitalismo em garantir “a produção, distri-

buição e gestão dos meios de consumo coletivos necessários para a reprodução da força de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 325). Já Lojkin (1997) afirma que não é possível observarmos de forma homogênea tal fenômeno, pois os movimentos sociais urbanos exprimem a divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos (PEDON, 2013, p. 85).

Portanto, seria preciso irmos além da análise de que os movimentos sociais urbanos seriam aqueles que lutam por seus direitos e contra as exclusões resultantes da contradição capital e trabalho. Estes não seriam uma massa homogênea disputando o interior do espaço urbano apenas resultante da produção, mas também das relações de reprodução capitalista. Ou seja, os movimentos sociais urbanos são a expressão das diversas lutas de classe empreendidas a partir da relação social resultante de modos de vida. Assim, a visão de Lojkin (1997) dialoga com Kowarick (2000) quando este afirma que as relações sociais capitalistas estão *imbricadas* no espaço urbano.

Para tal afirmação não há somente um movimento social urbano e nem uma única questão urbana, mas sim vários movimentos sociais urbanos e várias lutas de classe que atuam no ambiente das cidades. Milton Santos (2000) falava que identificar corretamente os sujeitos é uma condição fundamental para a análise de qual será o espaço dos sujeitos na urbanidade:

[...] os cidadãos se atordoam em sua luta, frequentemente errando de alvo e, desse modo, despendem energias que, em outras condições, teriam resultados mais eficazes. Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito [...] (SANTOS, 2000, p. 132).

A partir dessa constatação, será preciso colocarmos em diálogo o conceito de movimentos sociais urbanos com o de movimentos socioterritoriais para desvelarmos quem são os sujeitos, os agentes e os atores urbanos que disputam a cidade para si na perspectiva do direito à sua territorialidade.

Aqui nos propomos a apresentar um método de classificação que parte do diálogo teórico e conceitual e que será fundamental para os passos

seguintes da pesquisa, onde buscar-se-á ir a campo para dialogar com os sujeitos que disputam o espaço urbano. Com esse intuito inicial, nos apoiaremos na classificação de movimentos sociais urbanos expressos por Maria da Glória Gohn (2010) em diálogo com o conceito de agentes e atores urbanos (VASCONCELOS, 2011), em especial na categoria dos habitantes, dos grupos, das associações, das cooperativas e dos movimentos sociais que disputam o espaço da cidade. Esse exercício é fundamental para os passos seguintes: identificar quais os seus projetos e quais os seus espaços de luta.

Para Gohn (2010), a questão urbana no Brasil é resultante das péssimas condições de vida e de direitos sociais nas cidades brasileiras, o que levou a uma retomada da ação política no espaço urbano nas últimas décadas (ibidem, p. 45). A autora aglutina seus estudos sobre os movimentos sociais urbanos a partir de frentes de luta, segundo suas pautas e reivindicações (inclusão social e condições de habitabilidade nas cidades). Assim, chegou a três subeixos temáticos de organização dos movimentos sociais urbanos:

- a) Movimentos de luta pela moradia – estariam aglutinados em três frentes de luta:
 - plano institucional;
 - luta pelo direito à moradia e;
 - movimentos de associações de moradores;
- b) Movimentos contra a violência urbana – organizados a partir das seguintes frentes de ação coletivas:
 - movimentos contra a violência aos cidadãos/ãs;
 - movimento contra a violência em áreas de periferias e favelas e;
 - ação de resistência aos ataques a civis nas ruas;
- c) Movimentos sociais em áreas sociais (educação, saúde, transportes, etc.):
 - movimentos educacionais (formal, de professores, de estudantes e de movimentos sociais pela educação e não formal);
 - movimentos ao redor da questão da saúde e;
 - movimentos na área dos transportes.

A estes ainda caberia incluir uma série de movimentos que a autora não identifica nos seus estudos, mas que podem ter o espaço e o território urbano com estratégia de luta ou de conquista: movimentos de resistência social, cultural e identitários (mulheres, negros e negras, LGBTs, artistas, população em situação de rua, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos empresários, economia solidária, artesãos, usuárias de espaços e

áreas públicas para esporte e lazer, dentre tantos outros).

Para identificarmos se estes movimentos atuam *pelo* ou *no* espaço propomos a identificação do campo de ação de tais movimentos. Para dar suporte a essa identificação, apoiamo-nos na sistematização dos campos de ação propostos por Furini (2014, p. 15) a partir dos conceitos de Vasconcelos (2011), que podem dar as dimensões de ação política dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais:

Agentes Urbanos e Campo de Ação

Campo de Ação	Definição
<i>Intraurbano ou interurbano</i>	<i>Quanto ao local a partir do qual age, a cidade, a rede urbana ou o sistema urbano, segundo a escala geográfica;</i>
<i>Individual ou social</i>	<i>Segundo o objetivo social e espacial que a ação do agente almeja, ou seja, quais as finalidades envolvidas;</i>
<i>Público ou privado</i>	<i>De acordo com o tipo de iniciativa político-administrativa e a capacidade financeira de que são dotados os empreendimentos;</i>
<i>Ativo ou potencial</i>	<i>Em relação à capacidade que os agentes possuem em tornar aplicável suas aspirações;</i>
<i>Intencional ou casual</i>	<i>De acordo com a presença ou não de propósitos na forma de programas, planejamentos e projetos nas tomadas de decisões;</i>
<i>Direto ou Indireto</i>	<i>Segundo a forma de participação nas atividades que estruturam ou reestruturam o espaço urbano;</i>
<i>Subjetivo e Objetivo</i>	<i>Quando se considera a gênese representacional a partir da qual as ações são formuladas enquanto saberes ou quando tomam a forma de práticas, a partir dos saberes gerados;</i>
<i>Regulamentado ou desregulamentado</i>	<i>De acordo com a competência legal da ação e a área de atuação, em que o perfil dos agentes pode ser traçado conforme a legislação em vigor e os quadros profissionais envolvidos.</i>

Tabela 1 – Agentes Urbanos e Campo de Ação.

Fonte: Furini (2014, p. 15).

Para a concepção de movimento socioterritorial, a ação política desses é que modifica a realidade, pois esta age “aumentando o fluxo das relações sociais” (PEDON, 2013, p. 62). Para tal, algumas questões são pertinentes para a classificação desses movimentos como socioterritorial: a questão de escala geográfica, em especial ao território intraurbano, deli-

mitada sobre qual espaço tal movimento age; também há a dimensão da finalidade do movimento e se esta envolve a conquista do espaço ou se ela gera territorialidades.

Para chegarmos a essa delimitação será fundamental perceber quais as ações o movimento empenha para gerar sentidos de pertença e de posse sobre o espaço e sobre territórios. Outras dimensões também são auxiliares, em especial as que atuam sobre a casualidade e a intencionalidade de determinado movimento. Acredita-se, assim, que, a partir desses instrumentos, é possível estabelecermos os sujeitos, os agentes e os atores dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais e assim cumprirmos o seguinte passo: identificarmos quais são os seus projetos na disputa *no e pelo* espaço urbano.

2 Movimentos socioterritoriais: questões de projeto político, alvos de ação, dimensões e objetivos perseguidos

Entendida qual a conformação e a composição dos movimentos socioterritoriais que disputam o espaço urbano então podemos desdobrar para a apresentação de um método que nos possibilite a identificação dos projetos políticos que estes almejam ou representam. Para tal, passam a ser analisadas as formas de intervenção, suas lutas sociais, confluentes com as lutas empreendidas pelos múltiplos agentes urbanos *no e pelo* espaço geográfico.

Para delimitarmos quais são os movimentos que atuam *no e pelo* espaço das cidades e quais são as suas *queixas* e as suas *exigências*, nos apoiaremos nas categorias expressas pelos autores marxistas que apostam nas lutas de classe como grande utilidade na identificação dos projetos em disputa e como estes modificam o espaço ao longo dos embates empreendidos no território urbano.

Castells (1983) afirmava que o alvo de demandas e pressões dos movimentos sociais urbanos seria o Estado, por ser o instrumento político e jurídico que garante as desigualdades sociais. Associados a esse alvo, também podemos recolocar os agentes urbanos que legitimam o Estado e que apoiam as ações coercitivas que geram a exclusão em múltiplas escalas. Para tal, retomamos a classificação segundo Vasconcelos (2011) de agentes urbanos: um primeiro nível seria o capital imobiliário e o capital financeiro; num segundo nível os agentes compostos por movimentos, coletividades e entidades empresariais, patronais e instituições públicas ou privadas; por fim estão as empresas ligadas ao setor imobiliário (promotores, construtores, incorporadores e financiadores) e os técnicos ligados ao planejamento

urbano, que auxiliam as tomadas de decisões.

Observa-se que a dimensão da ação será sempre econômica e política, tendo uma ação ora classista, ora atravessada por identidades sociais diversas (gênero, raça, sexo, etc.). Essas identidades particulares são expressas pelo programa de cada movimento social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 338). Mais do que a luta pela expropriação dos meios de produção, tais movimentos também adotam a luta por acesso ao consumo e a bens e serviços. Desse modo, a luta passa a reivindicar também objetivos reformistas, serviços e infraestruturas, a defesa de direitos humanos e difusos, de políticas sociais. Mesmo assim, muitos movimentos ainda permanecem centrados na transformação da ordem, com seus programas de forte caráter revolucionário e de profunda transformação social (ibidem, p. 339).

Aqui nos propomos a aproximar as lutas de classe empreendidas pelos movimentos socioterritoriais que atuam no espaço urbano, visando novas territorialidades e/ou espacialidades na aproximação dos objetivos tanto de superação da ordem capitalista quanto do viés reformista, pois julga-se que ambos operam, dentro dos seus limites, na transformação do espaço. Este será também um método que se julga capaz de identificar os objetivos perseguidos e os projetos políticos dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais que são objeto de análise da presente pesquisa.

Em seus estudos sobre Estado, classe e movimentos sociais, Montaña e Duriguetto (2011, p. 341) assim sistematizaram as características dos movimentos sociais:

Caracterização dos Movimentos Sociais

Características	MOVIMENTO SINDICAL	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS)		“TERCEIRO SETOR”
	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores nacionalistas</i>	<i>Autores pós-modernos</i>
1. Conformação e composição	<i>Classe social</i>	Desdobramento da “questão social” Contr. Capital-trabalho	<i>Identidades particulares</i> <i>Transclassistas</i> Não classistas	<i>Interclasses em parceria</i> (com o Estado e empresas)
2. Esfera de atuação principal	<i>Esfera da produção</i>	<i>Desdobramentos no mercado</i> (oriundos da <i>esfera produtiva</i>)	Desigualdades na esfera do mercado	<i>Esfera da Sociedade Civil</i>

3. Formas de intervenção	<i>Lutas de classes</i> Contradição capital-trabalho	<i>Lutas sociais, confluentes com lutas de classes</i>	<i>Lutas sociais, alternativas das lutas de classes</i>	<i>Ações sociais, entre parceiros</i>
4. Alvo de ação	Inimigo: <i>burguesia</i> Causa: <i>exploração</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>Estado</i> Causa: <i>desigualdade</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>a sociedade civil ao Estado</i> Causa: <i>carências</i>	Capitalista e Estado são <i>parceiros</i>
5. Dimensões da Ação	<i>Econômico-política</i>	<i>Econômico-política</i>	<i>Politicismo</i> <i>Deseconomização</i>	<i>Parceira</i> <i>Deseconomização</i> <i>Despolitização</i>
6. Objetivos perseguidos	<i>Reformista-sindical: limites na exploração</i> <i>Revolucionário: superação da ordem</i>	<i>Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços</i> <i>Revolucionário: superação da ordem</i>	<i>Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços</i> Demandas por reconhecimento de identidades e/ou emancipação social	<i>Ação social compensatória e focalizada</i> <i>Filantropia, voluntariado, ajuda</i>

Tabela 2 - Características dos Movimentos Sociais.

Fonte: Montañó & Duriguetto (2011, p. 341).

Ao identificarmos quem são os sujeitos que disputam o espaço urbano e quais são os seus projetos, um último passo será delimitarmos quais são os seus espaços de lutas e disputas no interior das cidades. Esse é um passo fundamental, pois será a partir da reivindicação desses espaços que tais movimentos socioterritoriais podem contribuir para transformá-los através das disputas territoriais empreendidas *no e pelo* espaço urbano.

Para este exercício, nos apoiaremos em alguns conceitos expressos por Roberto Lobato Correa (2013), quando este se propõe a analisar a produção do espaço urbano a partir de duas linhas: uma primeira, que enxerga o espaço como a ação resultante da intervenção de agentes sociais, e a segunda, que se refere à dimensão espacial onde ocorre a dimensão humana. Para o autor, tais dimensões são resultantes das escalas espacial e conceitual. Portanto, o primeiro passo é a delimitação da área urbana na qual ocorre a ação de um ou de diversos agentes sociais, tendo em vista sempre as ações estratégicas e as práticas empreendidas por tais movi-

mentos no espaço urbano; o segundo já é um desafio de relacionar tal ação numa espacialidade multiescalar, correlacionando a ação e o movimento compreendido com lutas gerais e de ação global.

Esse exercício nos permite correlacionar os movimentos socioterritoriais que lutam pelos seus espaços e territórios com as lutas mais gerais, que implicam em mudanças mais gerais, como, por exemplo, os movimentos de luta pelo direito à moradia, de resistência cultural e popular, de direitos sociais como saúde, educação, etc., em especial quando estão relacionados à chamada *questão social*, que parte da contradição entre capital *versus* trabalho, ou seja, implica na contradição central do modo capitalista de produção.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ao dialogar com essas afirmações, Ana Fani Alessandri Carlos (2013) afirma que a produção do espaço por uma determinada sociedade necessariamente é resultante da própria existência humana e resultará em espaços marcadamente identificados com esta. Se a marca atual da organização social é o modo de produção capitalista, então a marca fundamental do espaço humano segue a mesma lógica, o que seria a transformação de toda a produção espacial em mercadoria. Essa seria a marca (signo) que orienta a organização e a produção do espaço urbano das grandes cidades.

Portanto, quando os movimentos socioterritoriais atuam *no e pelo* espaço urbano terão de enfrentar a mercantilização deste, um fenômeno empenhado por quem já o ocupa dentro da lógica mercadológica – os agentes do mercado imobiliário e seus aliados. Nesse sentido, os espaços serão sempre de disputa, fundamentalmente de ordem econômica, pois partem da lógica que funda o espaço sob a orientação do capitalismo – a propriedade privada; tal orientação se desdobra em novos sentidos quando o pensamos na perspectiva social (quem são os sujeitos que a disputam), política (quais são os instrumentos legais e dos costumes que orientam a apropriação do espaço) e cultural (no campo das ideias, dos valores e da moral que conservam a organização social do espaço).

Assim, os espaços de disputa partem fundamentalmente da exclusão resultante da apropriação privada do espaço urbano que, necessariamente, forja uma massa crítica frente a tal contradição. Ao se articularem entre si, para questionar, denunciar, reivindicar e até mesmo organizar práticas de resistência à apropriação privada, grupos fortes acabam por reunir recursos e construir narrativas capazes de identificar quais são as fontes de opressão (MILLER; NICHOLLS, 2013, p. 459).

CONCLUSÃO

No trabalho investigativo geografia urbana é fundamental delimitarmos qual o lugar onde os movimentos socioterritoriais que disputam a cidade atuam. O conceito de lugar tem sido identificado por várias vertentes de pensamento e aqui nos apoiamos no defendido por Correa (1989), que o define como a porção do espaço geográfico que é atravessado por particularidades e singularidades identificadas com os agentes socioespaciais. Neste artigo, o nosso ponto de partida foi o espaço como o lugar de materialização da existência humana, como dimensão da realidade, o que Lefebvre (2013a) chamou de espaço social.

Esse pensamento também impõe novos desafios à geografia, em especial porque ela é a ciência que tem tal objeto como uma das suas principais categorias de análise e que a tensiona a dialogar com as outras ciências. Também tem sido comum os geógrafos, que assumem para si esse discurso, advertirem que essa concepção de espaço está contida dentro do espaço geográfico, para assim evitar distorções e falsas polêmicas no debate já presente na geografia sobre o uso do espaço. Grosso modo, poderíamos afirmar que o espaço social é a parte do espaço geográfico modificada pela ação humana, pelas relações sociais através do tempo. Para o autor francês, a totalidade dessa ação, construída ao longo do passado, do presente e do futuro no espaço (social) formam uma completude, possuindo qualidade de ser um todo mesmo sendo parte.

Essa complexidade e dinamismo espacial exigem um olhar multidimensional e multiescalar, que observa a totalidade do espaço a partir de suas conflitualidades e interações. Contudo, muitas vezes as leituras feitas sobre o espaço vão na direção contrária e acabam por fragmentá-lo de forma unidimensional, setorial, linear, uni escalar e incompletas e também resultam numa delimitação do espaço através de interesses privados, seja de ordem econômica, política, social ou cultural. São essas leituras fragmentadas que geram desigualdades **no e pelo** espaço e que provocam toda uma ação contrária por parte daqueles que não participam do seu uso unidimensional.

Mas todo o movimento sobre espaço esbarra nas suas contradições. O chamado fenômeno urbano identificado por Henri Lefebvre (1999b) nos apresenta outras possibilidades para o uso do espaço das cidades a partir da sua formação social, e isso pode abrir um contraponto ao uso empresarial a partir da criação de espaços desfragmentados, convergentes, focados na simultaneidade, no encontro dos diferentes e na “reunião de cidadãos”. Como dizia o autor francês, essa nova situação, aberta através do fenômeno urbano, é uma “abstração concreta”, feita de conteúdos sociais. São esses novos usos do espaço que criam as possibilidades para que movimentos sociais que têm o território como centro da sua disputa passem a operar na efetivação de contrapontos ao uso mercantil do espaço urbano.

É por isso que, ao concluirmos este artigo, queremos também chamar a atenção para o papel desempenhado por esses movimentos, que assumem o espaço e o território como tática de disputa – os movimentos socioterritoriais. Para tais, as questões que envolvem o espaço urbano assumem uma principalidade e assim formam um campo de disputa capaz de exercer influência na ação coletiva, dessa forma impulsionando mudanças de qualidade no espaço geográfico – o que, parafraseando Lefebvre (2013a), chamamos aqui nesta conclusão de *reinversão do mundo invertido*.

Há um esforço na geografia brasileira com o intuito de tornar o tema dos movimentos socioterritoriais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000). Essa ideia parte da necessidade de a geografia assumir que há uma série de movimentos que se apropriam do espaço geográfico através de ações coletivas que modificam a realidade e que operam em escalas intraurbanas. Este ato delimita o espaço de ação destes movimentos resultando em novas territorialidades.

Oferecer um método de análise para tais fins contribui para que a amadureçamos no interior do debate geográfico os estudos e análises que orientem uma maior atenção sobre a ação de movimentos socioterritoriais, para que a geografia não seja sempre dependente da análise produzida por outras áreas das ciências humanas, que debatem os movimentos sociais, porém nunca com a perspectiva primária na ação territorial ou espacial e, assim, incapaz de explorar na plenitude a potencialidade dos movimentos que têm o território como trunfo e objeto de disputa.

À geografia abre-se novas possibilidades quando traz para o seu interior o mapeamento e análise de movimentos que atuam sobre o espaço geográfico, modificando, desse modo, a sua paisagem e efetivando novos territórios. Este debate, sobre o papel dos movimentos socioterritoriais na disputa do espaço urbano, é decisivo para a afirmação de uma visão desfragmentadora do espaço social.

REFERÊNCIAS

- BRENNER, Neil. BRENNER, Neil. Teses sobre a Urbanização. *E-metropolis*, Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 5, p. 6-26, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o 'Direito à Cidade' como Horizonte Utópico." In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Reprodução do Espaço Urbano como Momento de Acumulação Capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Crise Urbana*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a Questão da Moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hicitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento Social como Categoria Geográfica*. São Paulo: Terra Livre, 2000.
- FURINI, Luciano Antônio. Os Agentes Urbanos: conceitos e características principais. *Revista Geografia e Pesquisa*, v. 8, n. 1, p. 15-24, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São

- Paulo: Cortez, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. São Paulo: DP&A Editora, 1999a.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*. São Paulo: Edusp, 2011.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTIN, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Sociais. *Caderno Prudentino de Geografia*, p. 26-41, nov. 1997.
- MILLER, Byron; NICHOLLS, Walter. *Social Movements in Urban Society: The City as a Space of Politicization*. [S.l.]: [s.n], 2013.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classes e Movimento Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: UNESP, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CONSERVATÓRIO MUNICIPAL DE MÚSICA DE BAGÉ (1904-1906): MARCO LEGAL E CONDIÇÕES DE ACESSO DO PRIMEIRO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO RIO GRANDE DO SUL

CONSERVATÓRIO MUNICIPAL DE MÚSICA DE BAGÉ (1904-1906): LEGAL FRAMEWORK AND ACCESS CONDITIONS IN THE FIRST MUSIC CONSERVATOIRE IN THE RIO GRANDE DO SUL STATE, BRAZIL

Rafael Rodrigues da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do marco legal e das condições de acesso do primeiro conservatório oficial da história do estado do Rio Grande do Sul e quarto do Brasil. A fonte documental consultada foi constituída de todas edições do jornal *O Dever* publicadas entre 1901 e 1907 disponíveis no acervo do Museu Dom Diogo de Souza de Bagé. O referencial teórico empregado se baseia na sociologia processual de Norbert Elias. Os resultados da pesquisa permitem compreender o referido conservatório como fruto da iniciativa de Enrique Calderón de la Barca, (imigrante espanhol que chega à cidade no ano da fundação do conservatório) em parceria com a Intendência Municipal da cidade. Operando através de uma gestão colegiada e com condições de acesso bastante excludentes para a época, o conservatório operou entre 1904 e 1906 oferecendo um ensino de música distinto daqueles oferecidos até então à elite bagéense.

Palavras-chave: Sociologia da Educação Musical. Conservatórios. Bagé.

Abstract

This work presents an analysis of the legal framework and access conditions of the first official conservatory in the history of the state of Rio Grande do Sul and fourth in Brazil. The documents consulted were formed by all editions of the newspaper O Dever published between 1901 and 1907 available in the collection of the Museum Dom Diogo de Souza from Bagé. The theoretical reference is based on the processual sociology of Norbert Elias. The results of the research makes possible to understand the aforementioned conservatory as a result of the initiative of Enrique Calderón de la Barca (spanish immigrant who arrives in the city in the year of the foundation of the conservatory) in a partnership with the local City Hall. Operating through a collegial management and with very exclusive access conditions

1 Professor no curso de Música - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Licenciado em Música pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Educação pela PUC-RS e Doutor em Música pela UFRGS, desenvolve pesquisas referentes à sociologia da educação musical, gestão de sala de aula na educação musical escolar e critérios de legitimidade musical em diferentes contextos.

for the time, the conservatory operated between 1904 and 1906 offering a music teaching that were distinct from those offered until then to the local elite.

Keywords: *Sociology of Music Education. Conservatoires. Bagé.*

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX que o Rio Grande do Sul presenciou a fundação de suas primeiras instituições conservatoriais oficiais. O Conservatório Municipal de Música de Bagé (CMMB, daqui em diante) em 1904 é apontado por autores como Corte Real (1980) e Lemieszek (1997) como o primeiro do estado. O segundo conservatório do estado foi o de Porto Alegre (1909) e o terceiro de Pelotas (1918). O quarto conservatório do estado, o Instituto de Música e Belas Artes de Bagé¹ (conhecido como IMBA), também teve sede em Bagé e surgiu com base no movimento de interiorização da cultura artística que, coordenado pelo Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul, promoveu a fundação de nove conservatórios pelo interior do estado entre 1921 e 1922 (NOGUEIRA; GOLDBERG, 2011). No Brasil, os conservatórios que o antecederam foram o Conservatório Imperial e Música do Rio de Janeiro (1845), o atual Conservatório Carlos Gomes de Belém-PA (1895) e o Conservatório de Música de Salvador – BA (1897). Dessa forma, o CMMB foi o quarto conservatório do país.

Frequentemente associados a práticas tradicionais e conservadoras de educação musical, os conservatórios mostram-se, ainda hoje, uma forte referência na maneira como se organizam as práticas de ensino de música no Brasil e no mundo. Muitos deles foram incorporados a universidades constituindo na atualidade base para os cursos de ensino superior em Música (PEREIRA, 2012), como é o caso do Instituto de Artes de Porto Alegre, hoje incorporado à UFRGS. Associado à sua origem europeia e, portanto, à modernização almejada por grande parcela da sociedade brasileira no período da Primeira República, os conservatórios instalam-se em diferentes regiões do país promovendo a ideia de uma pedagogia racionalizada em oposição a práticas tradicionais, domésticas e/ou iletradas de ensino de música. Em vários dos estados brasileiros essas instituições tiveram um papel importante não só na formação de músicos, mas também na formação de professores de música, inclusive para o contexto da educação básica.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de doutorado sobre os processos sociais em torno da consolidação de uma instituição pública de ensino de música na vida de Bagé (RS)². Aqui, me ocupo do Conservatório Municipal de Música de Bagé,

2 A pesquisa foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da Profa. Dra. Jusamara Souza. No momento

primeiro conservatório de música do estado que, até então, não havia sido objeto de pesquisa acadêmica, e busco apresentar uma análise de sua organização (tal como prevista no regulamento da instituição) e das condições de acesso aos diferentes setores da sociedade bagéense da época. Para tanto, me apoio em resultados de pesquisa documental realizada com base nas edições do jornal *O Dever* entre 1901 e 1907. A abordagem aqui empregada se situa no campo da sociologia da educação musical (SOUZA, 1996) tendo como suporte teórico a sociologia processual de Norbert Elias (2001; 1995; 1994; 1990a; 1990b; 1978).

O recorte temporal aqui definido, situado no período da Primeira República, abarca o período correspondente à imprensa de opinião. O jornal escolhido como fonte para a presente pesquisa não deixa dúvidas em relação a essa característica, já que em todas as edições, logo abaixo da logomarca do jornal *O Dever*, lê-se como subtítulo “Orgam do Partido Republicano e dos interesses do commercio e indústria do estado”. O jornal atuou desde sua fundação, em 15 de novembro de 1901, até meados da década de 1930 e cultivava uma rivalidade com outro grande jornal da época, o *Correio do Sul*, ligado ao Partido Federalista (BICA; CORSETI, 2014; BICA et. al., 2008).

A escolha pelo jornal *O Dever* se dá pelo fato de esse ser o jornal cujo acervo se encontra quase completo no Museu Dom Diogo de Souza em Bagé e não por seu posicionamento político. O fato de ser o jornal ligado ao Partido Republicano, no entanto, dá acesso privilegiado às questões levantadas pelos castilhistas, grande parte delas relacionadas às condições da educação primária, da educação artística e da vida artística da cidade. Como jornal filiado ao programa partidário do PRR, *O Dever* trazia em seus comentários sobre o contexto político a marca do culto à imagem de Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros. Segundo Bica e Corseti:

[...] a própria configuração do jornal também buscava a construção do mito do “líder carismático” em torno da figura de Júlio de Castilhos, fato este essencial para a continuidade do poder político-ideológico para a nascente República no Rio Grande do Sul... A constituição deste mito-herói era necessária para a hegemonia dos republicanos no Estado, pois com um fundo profundamente positivista, quando de sua morte, Castilhos foi transformado quase em divindade, um apóstolo republicano, sendo tratado pelos seus seguidores pelo pronome “Ele” (BICA; CORSETI, 2014, p. 324).

Por essa filiação ao PRR, *O Dever* com frequência replicava ou comentava notícias do jornal *A Federação* de Porto Alegre, também ligado ao partido. No contexto local, *O Dever* só passará a ter um jornal politicamente concorrente em 1914 com a fundação do jornal *Correio do Sul*, periódico ligado ao Partido Federalista.

1 Metodologia

Foi realizada a leitura das edições do jornal *O Dever* correspondentes ao período em que o conservatório estava em atividade: de 1904 até 1906. Por ter sido o jornal *O Dever* criado em novembro de 1901, decidi iniciar a produção de dados desde o ano de 1901 para compreender o contexto de criação do jornal *O Dever* e do conservatório. Dessa forma, *corpus* da pesquisa é constituído de todas as edições do jornal *O Dever* disponíveis no Museu Dom Diogo de Souza de Bagé referentes aos períodos que vão de 15 de novembro de 1901 até 31 de dezembro de 1907. Foram lidas todas as edições do jornal referentes ao período descrito e delas foi transcrito todo o conteúdo referente aos conservatórios. Também foi transcrito ou resenhado o conteúdo referente ao cenário musical, educativo e político em nível local, regional e nacional que julguei, no momento, ter um potencial de vir a contribuir para uma análise contextualizada das práticas de ensino de música em Bagé. Tal procedimento se mostrou fundamental para a análise aqui apresentada, como ilustra Cavalcante (2002):

O pesquisador de jornais, ao concluir o processo de seleção das notícias desejadas naquele período que definiu como chave para a sua investigação, estará diante de um outro desafio. Deve estar claro, desde o começo da pesquisa, que o valor documental de uma notícia é dado pela sua transcrição literal. Sem este procedimento, a notícia ou matéria de jornal perde o seu valor documental. O texto tomado em seu conteúdo original é o elemento empírico primordial, que legitimará o trabalho analítico ou interpretativo do pesquisador. Quando resumida, uma notícia ou uma sequência delas terá valor de elemento de composição analítica, servindo para ligar acontecimentos considerados de maior relevância no interior de uma dada pesquisa social (CAVALCANTE, 2002, p. 5).

Ao todo, no período entre 1903 e 1906 foram selecionadas 197 matérias do jornal. O conteúdo selecionado foi transcrito e/ou resenhado e organizado em uma tabela dividida em sete indicadores: data de publicação, página, número de identificação (o número pelo qual eu, pesquisador,

identifiquei as matérias selecionadas), tipo (se anúncio, matéria ou artigo de opinião), manchete/ seção, transcrição e observações (minhas). Tal tabela compôs o *corpus* principal da pesquisa. Em um segundo momento, já durante a análise, outros documentos como revistas, fotos e outros jornais foram consultados como forma buscar dados que contribuíssem para compreender mais sobre os sujeitos citados na cobertura d'O *Dever*.

2 Resultados

No dia 6 de fevereiro de 1904, o jornal *O Dever* apresentou matéria que anunciava novidades no campo da educação musical da cidade com a chegada de Enrique Calderón de la Barca, músico espanhol que dirigiu um conservatório a cidade de Melo (Uruguai) antes de se mudar para Bagé:

Henrique Calderón de la Barca, que ali dirigia um instituto musical frequentado por grande numero de alumnos de ambos os sexos, pertencentes á melhor sociedade melense.

O sr. Calderón de la Barca, que é um musico de reconhecida competência, ha muito que pensava vir estabelecer nesta cidade um estabelecimento dessa ordem, aproveitando agora a actual revolução uruguaya para realiza-lo.

Contando já com alguns discípulos, é de se esperar que em breve Bagé contará entre seus estabelecimentos de educação mais esse importante melhoramento, o que sinceramente desejamos (O DEVER, 06 fev. 1904, p. 2).

O instituto que Calderón la Barca pretendia fundar ainda é, na apresentação d'O *Dever*, apenas uma ideia, mas essa ideia ganha considerável espaço no periódico por seu caráter de novidade. O relato acerca da experiência anterior desse senhor em dirigir um instituto musical na cidade de Melo, no Uruguai, se encarrega de sugerir que essa ideia é digna de credibilidade. Há, em outras palavras, razões suficientes para acreditar que algo novo no cenário do ensino de música em Bagé poderá surgir em breve.

De fato, a escalada de La Barca em direção à fundação de um instituto de ensino de música em Bagé se mostra bastante acelerada e amplamente apoiada pelo jornal. Apesar de a história do primeiro Conservatório de Música de Bagé e do estado do Rio Grande do Sul envolver de forma mais ou menos direta muitos atores, não resta dúvidas de que Calderón de la Barca é uma figura central concentrando em si, de certo modo, a imagem da instituição. Em poucos meses, Calderón de la Barca passa de um *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000) fugido de uma guerra no Uruguai para o diretor

artístico de um conservatório financiado e dirigido pelo município e um dos principais regentes no cenário musical bageense³. Dada a centralidade atribuída pelo jornal a Calderón de la Barca, creio que uma breve biografia ajude a situar esse sujeito no processo aqui analisado.

A literatura traz informações contraditórias quanto à biografia de Enrique G. Calderón de la Barca. Rodrigues (2000) o apresenta como natural de Bagé, o que a cobertura d'O *Dever*, como já visto, não sustenta. Quanto à formação, o jornal *Correio do Povo* de 21/03/1918, conforme citado por Brum (2009), afirma que se formou no Real Conservatório D. Isabel II de Barcelona (Espanha), já Conedera (2017), além dessa formação em Barcelona, afirma ter sido estudado também no Conservatório de Milão (Itália). Em momento algum da cobertura d'O *Dever* a origem e a formação de Calderón de la Barca foi mencionada. O que o jornal enfatiza, ao apresentar o músico recém-chegado a Bagé, é a sua atuação profissional no Conservatório de Melo.

Foi possível, durante o levantamento de dados, ter acesso a dois documentos que permitem ampliar o entendimento acerca da origem desse que foi o diretor do primeiro conservatório do Rio Grande do Sul: o registro de Calderón de la Barca junto à Sociedade Espanhola de Bagé e a revista do Conservatório La Lira de Montevideu (LOS MAESTROS, 1909). Conforme o Livro de Matrículas da Sociedade Espanhola de Bagé (p. 241), Calderón de la Barca é natural de Saragoça e se filiou à entidade em novembro de 1904, com 35 anos de idade. Em 1906, foi eleito para a comissão responsável por organizar e imprimir o novo estatuto da sociedade e em 1907 pede exoneração da mesma.

Já a Revista do Conservatório La Lira de Montevideu traça uma biografia mais completa. Afirma que Calderón de la Barca nasceu no dia 15 de setembro de 1871 em Teruel, na Espanha. Seu pai (nome desconhecido) ocupou cargos políticos em diferentes cidades da Espanha. Em 1883, Enrique morava em Pamplona e lá frequentou pela primeira vez uma escola de música onde estudou solfejo e piano. Entre seus professores estavam Fidel Maya, diretor *Ateneo Orfeón Pamplonés*, importante entidade orfeônica da cidade (FERRER, 2006). Em 1886 passa a ter aulas de Harmonia e Composi-

3 A frequência com que espetáculos realizados em Bagé dispoñdo de acompanhamento de orquestra foram noticiados n'O *Dever* teve um aumento que salta aos olhos. Entre novembro de 1901 até dezembro de 1903 foram noticiados quatro espetáculos no teatro 28 de setembro que dispunham de orquestra sem repetir nenhuma vez o regente. Por outro lado, só no ano de 1904, no mesmo teatro, foram cinco apresentações em que o nome de Calderón de la Barca aparece citado como regente (sem contar as apresentações promovidas pelo CMMB) e, ainda assim, é possível que outras apresentações tenham ocorrido porque houveram apresentações semelhantes onde o nome do regente não foi mencionado.

ção com Joaquim Maya (pai de Fidel e fundador da escola), ainda na mesma escola, e em 1888 muda-se para Madri onde estuda piano e composição com Dámaso Zalbaza e Emilio Arrieta. Após essa passagem por Madri, estuda canto no Real Conservatório D. Isabel II de Barcelona com Juan Cuyás (LOS MAESTROS, 1909). A naturalidade de Calderón de la Barca segue carecendo de outras fontes. Sua inscrição na Sociedade Espanhola de Bagé afirma ser natural de Saragoça enquanto a biografia na revista do Conservatório La Lira afirma que nasceu em Teruel. As informações sobre sua data de nascimento também são conflitantes. Enquanto o registro na Sociedade espanhola aponta que em 1904, Enrique tinha 35 anos, se a data divulgada pela revista estivesse correta, o músico teria 33 anos no mesmo ano.

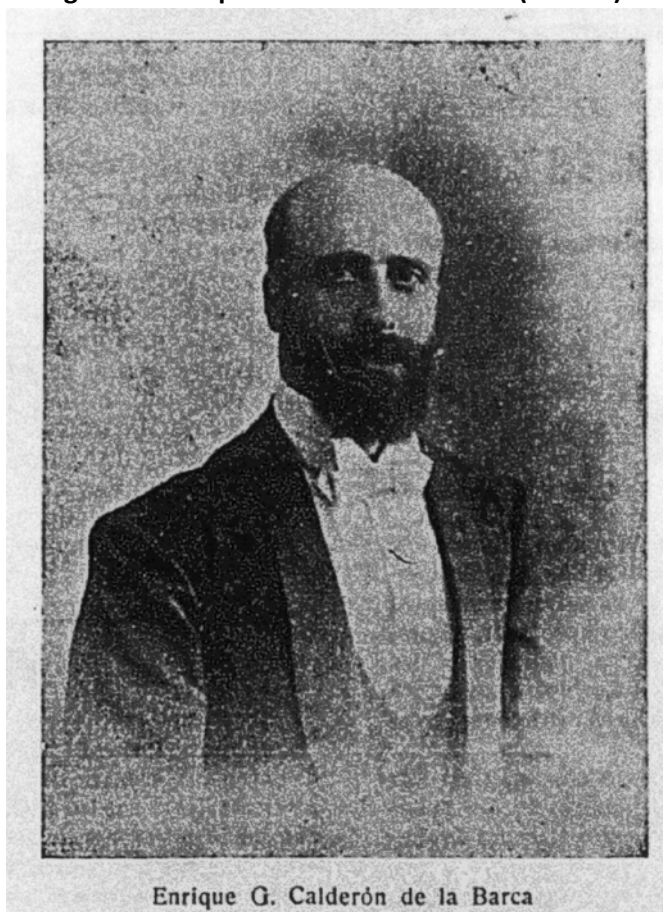
Ainda segundo a revista do conservatório de Montevideu, Calderón de la Barca atuou como cantor e se apresentou em diversos palcos europeus até desembarcar em 1903 na América. No mesmo ano ganhou medalha de ouro em um “certame musical” em Porto Alegre -RS. Logo depois fundou a escola de música em Melo, a que *O Dever* se refere. Depois desse empreendimento em Melo, a revista cita sua passagem pelo Conservatório de Bagé em 1904 que afirma ter dirigido por três anos (LOS MAESTROS, 1909). A triangulação dos documentos confirma essa afirmação. Como visto, o registro de Calderón de la Barca no Livro de Matrículas da Sociedade Espanhola de Bagé aponta que sua exoneração aconteceu em 1907 e *O Dever* já em março de 1907 replica matéria do jornal *La Tribuna Popular* de Montevideo de 07/03/1907 que afirma que o “maestro” já se encontrava naquela data lecionando no Conservatório La Lira de Montevideu. Assim, é certo que Calderón de la Barca esteve em Bagé atuando como professor do CMMB nos anos de 1904, 1905 e 1906, no entanto, o momento em que o conservatório deixou de receber alunos e a razão para isso segue uma incógnita.

Depois de Bagé, Calderón se mudou para Montevideu onde passou a lecionar canto no Conservatório La Lira, ocasião em que a revista do Conservatório publica sua biografia. Não foi possível identificar outras atividades em Montevideu ou saber o tempo que permaneceu como professor no referido conservatório. O fato é que em algum momento dessa trajetória, se mudou para Porto Alegre onde permaneceu por um período que compreende, pelo menos, de 1917 até 1923, segundo o levantamento realizado junto às edições do jornal *A Federação*.

Os registros encontrados sobre a atuação de Enrique G. Calderón de la Barca na primeira década do século XX já apontam para uma mentalidade mais alinhada àquilo que é comumente caracterizado como o “músico barroco”, que executa vários instrumentos e se dedica tanto à composição quanto à performance (SILVA, 2007). A atuação de Calderón de la Barca ilustra

bem essa versatilidade: professor de canto, piano e solfejo, compositor de tangos, zarzuelas e outros gêneros, regente de grupos instrumentais e vocais e escritor de livros sobre história da música e teoria musical. Essa é uma característica comum entre os músicos da época. Poucos foram os campos da música em que Calderón de la Barca não atuou e, praticamente, não se percebe nele uma disposição para se especializar em um ou outro desses ramos. Essa característica se manteve também nos períodos subsequentes em sua atuação em Porto Alegre onde permaneceu por um período que compreende, pelo menos, de 1917 até 1923, como se pode concluir pela busca realizada no jornal *A Federação*⁴.

Figura 1 - Enrique Calderón de la Barca (c. 1909).



Fonte: LOS MAESTROS, 1909.

4 O jornal *A Federação* foi consultado utilizando o mecanismo de busca disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

O processo de surgimento do CMMB inicia, portanto, nesses primeiros meses de 1904, nos quais Calderón de la Barca divide-se entre a busca por se manter na cidade e as articulações em favor do estabelecimento do conservatório de Bagé. No mesmo ano de sua chegada, antes da confirmação da inauguração do conservatório e do início das suas atividades, usou o espaço da seção de anúncios, como outros professores de música, para oferecer aulas particulares:

E. Calderón la Barca

Professor de musica;

Dá lições de solfejo, canto e piano em casa dos discípulos.

A sua residência provisória é no Hotel do Comércio (O DEVER, 10 fev. 1904, p. 1).

Para se ter uma ideia da dimensão que o jornal deu às intenções de Calderón de la Barca, vale apontar que *O Dever* usa a primeira página da mesma edição para dar ênfase ao anúncio:

Na secção competente publicamos hoje um annuncio do professor de musica sr. E. Calderón de La Barca, que, precedente de Melo, aqui veio fixar a sua residencia.

Sabemos que o sr. Calderón de La Barca cogita da fundação nesta cidade de um instituto musical, projecto que merece o mais franco acolhimento por parte da nossa população e que, a realizar-se muito contribuirá para o levantamento do nível intelectual da nossa população (O DEVER, 10 fev. 1904, p. 1).

Uma leitura do contexto da época ajuda a situar os movimentos e os atores em cena e entender a cobertura dada ao projeto de Calderón la Barca. Vale apontar que, pela notícia aqui transcrita, ainda não é possível saber que se trata de uma instituição que poderíamos chamar pública, portanto, não é essa a razão do destaque. Não há razões significativas para entender que a ideia de um instituto de ensino de música em si seria uma novidade completa. À época, o Brasil já contava com o Imperial Conservatório do Rio de Janeiro (desde 1841), o Conservatório de Belém do Pará (futuro Conservatório Carlos Gomes desde 1895) e o Conservatório de Música da Bahia (desde 1897). Na Europa, onde surgiram os conservatórios modernos no fim do século XVIII, Hugo Riemann já afirmava em artigo publicado em 1895 que conservatórios e escolas de música vinham “surgindo do chão como cogumelos” (RIEMANN; BOMBERGER, 1994, p. 226. Tradução minha). A julgar pelo constante trânsito de migrantes e companhias de espetáculo

europeus, a frequência com que *O Dever* noticia bageenses indo ou voltando de viagens a passeio ou para estudo na Europa bem como a frequente cobertura das questões europeias nos jornais da época em Bagé, a hipótese da ignorância sobre a existência de instituições conservatoriais de ensino de música é muito improvável. É certo que se tratava de algo novo naquela cidade, mas o que há de novo sobre essa instituição? Em que sentido essa instituição configura uma novidade na Bagé do início do século XX?

O fato de Bagé receber um “estabelecimento dessa ordem” e visto como um “importante melhoramento” (*O DEVER*, 6 fev. 1904, p. 2) não significa que não havia práticas de ensino de música anteriores a ele. A frequência dos anúncios e matérias de jornais presentes n’*O Dever* entre os anos de 1903 e 1904, sugerem que a formação musical era comumente associada a professores autônomos ou instituições cuja finalidade não estava unicamente relacionada à instrução musical, como as igrejas, o exército e as escolas. Ao que parece, as condições para a instalação de um “instituto musical” ainda não estavam acertadas, pelo menos não plenamente. Como se percebe, Calderón de la Barca chega a Bagé ainda sem residência para se hospedar ou residir, mas a intenção de permanecer é clara e, como já visto, o apoio do jornal para essa permanência é explícita. Calderón de la Barca, de alguma forma, fez suas intenções virarem notícia, mas, ao chegar na cidade, lançou mão da forma mais tradicional de se oferecer serviços de ensino de música: a aula particular. E ofereceu seus serviços de professor de piano, canto e solfejo indo à casa dos eventuais “discípulos”, provavelmente, por não ter ainda o instrumento em Bagé. Essa residência de caráter provisório não durou muito tempo. O movimento de fixação na cidade também foi bastante rápido. Onze dias depois de publicar seu anúncio como professor particular, La Barca usou novamente a seção de anúncios d’*O Dever* para informar que já fixara seu endereço à Rua Sete de Setembro, n. 238 (*O DEVER*, 21 fev. 1904, p. 2). A rua (hoje avenida) Sete de Setembro é, ao menos durante as primeiras décadas de urbanização de Bagé, a via mais valorizada da cidade. Nela, já nessa época, se encontrava a sede urbana dos dois principais clubes da cidade (o Clube Caixeral e o Clube Commercial), além de ser a via que leva à igreja Matriz da cidade. Não é possível saber quais as condições financeiras de La Barca no momento em que decide se mudar para Bagé, mas a escolha por residir em uma rua tão central e, por isso, mais cara, provavelmente estava amparada em economias que trouxe do Uruguai ou na certeza de que não lhe faltaria trabalho em Bagé.

Como vimos, a justificativa apresentada por Calderón la Barca para mudar-se de Melo para Bagé era de que “ha muito” já considerava abrir uma instituição de ensino de música na cidade e que “aproveitava” a revolução em curso no Uruguai para fazê-lo. A revolução a que o jornal se refere é a

revolução de 1904 na qual Melo foi o centro de operações do exército nacionalista. Havia motivos suficientes para Calderón de La Barca se afastar de Melo exatamente no período que abarca aquela que seria a última e mais sangrenta guerra civil da história do Uruguai.

Já em solo brasileiro em contexto de paz, de fato não faltou trabalho. Pouco mais de um mês após o anúncio de sua chegada na cidade, o jornal noticiou a realização da reunião que tratou do estabelecimento de um conservatório na cidade cuja direção coube a Calderón de la Barca:

Hontem, ás 3 horas da tarde, realizou se na Intendencia Municipal a reunião em que deviam ser estabelecidas as bases para a instalação do Conservatorio de musica, nesta cidade.

Ficou resolvido abrir-se a matrícula que será encerrada no dia 31, podendo os interessados dirigir-se á Secretaria do Municipio, onde serão atendidos Amanhã, com mais vagar, nos occuparemos deste assumpto, que muito contribuirá para o engrandecimento intellectual de Bagé (O DEVER, 19 mar. 1904, p. 2).

Como prometido, a edição seguinte se ocupa um pouco mais da instalação do conservatório e informa um pouco mais sobre o tipo de participação que o município teria na criação e manutenção do estabelecimento:

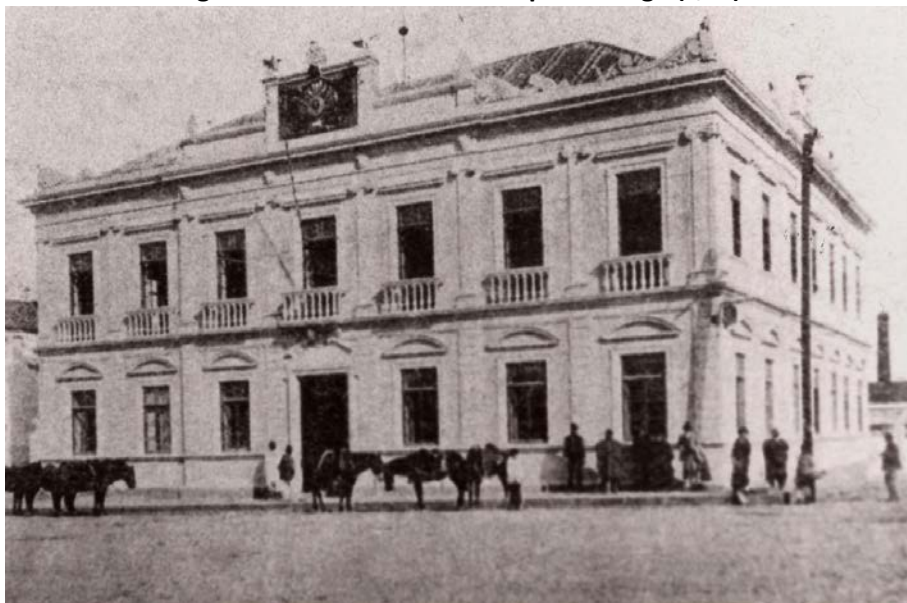
Sabbado ultimo, abriu-se a matricula para a admissão de alumnos no Conservatorio Musical que, sob os auspicios do governo municipal, será installado nesta cidade.

Sabemos que é grande o entusiasmo, sendo regular o numero de alumnos que se matricularão nos differentes cursos do Conservatorio (O DEVER, 22 mar. 1904, p. 1).

Aos poucos, as razões de a reunião sobre a inauguração de um conservatório de música ser realizada no espaço mais importante da política bageense, a intendência municipal, vão se esclarecendo. Entre as “bases para a instalação” do conservatório discutidas na reunião do dia 18 de março, está a fonte e a utilização de recursos financeiros e o espaço que serviria de sede a esse estabelecimento. A palavra “auspícios”, nesse contexto, faz referência a um apoio que é também material. Como será possível saber a partir da publicação do “Acto n. 64” de 4 de abril de 1904 no qual a Intendencia Municipal define o regimento interno do conservatório, as atividades de ensino seriam realizadas em uma das salas da sede da Intendencia Municipal de Bagé (artigo 1º) e os professores seriam nomeados (artigo 22),

entrando, assim, na folha de pagamento do município. O regimento não deixa dúvidas sobre a relação institucional entre Conservatório e Intendência. De acordo com o artigo 20, “a suprema direcção do Conservatorio pertence ao intendente” sendo que o exercício dessa direcção seria exercida “por intermedio do secretario do municipio” (O DEVER, 05 abr. 1904, p. 1).

Figura 2 - Intendência Municipal de Bagé (s/d.)



Fonte: Autor desconhecido.

Apesar de reservar a si mesma a “suprema direcção”, a Intendência Municipal em seu decreto previa uma estrutura colegiada criada para ser “o guarda dos destinos” do conservatório. O Conselho diretor do conservatório era formado por cinco membros que, entre si, elegiam o presidente do mesmo. O modo pelo qual este conselho seria composto não é regulado pelo documento, no entanto, já que entre suas atribuições está a de “ser o intermediario entre o instituto de sua direcção e a administração municipal, para todos os assumptos de fiscalisação e economia não previstos neste regulamento” (artigo 5) é provável que havia, ao menos, um representante da administração municipal. Suas duas outras atribuições eram as de “fazer a necessaria propaganda para o amplo desenvolvimento do ensino da muzica e manutenção dos bons créditos do Conservatorio, cuja inspecção lhe é especialmente confiada” e “regular a remuneração dos professores”. Por essa última atribuição, é possível considerar que a composição do conselho não era majoritariamente formada por professores do conservatório,

ainda que pese a “suprema direção” exercida pelo intendente municipal.

É claro que o Conselho Diretor foi previsto como uma espécie de ponto de contato entre a administração municipal e o conservatório. Mesmo compartilhando o mesmo espaço, o Conservatório não era a Intendência Municipal e a relação entre essas entidades com propósitos diferentes era mediada pelo Conselho Diretor. A composição desse conselho não foi jamais divulgada na cobertura do jornal *O Dever* e não foram encontradas outras documentações sobre esse período nos arquivos consultados.

Hierarquicamente abaixo desse conselho, vinha outro órgão colegiado, a Congregação, composta pelos professores da instituição e presidida pelo diretor artístico da mesma, nesse caso, o próprio Calderón de La Barca. À congregação cabia “regular a pratica do ensino de accôrdo com o methodo estabelecido, resolvendo todas as duvidas occorrentes”, “julgar as faltas graves dos professores ou alumnos, não previstas no Regimento” (Artigo 11) e, finalmente, deliberar sobre “a forma de realizar os exames e concursos” para professores (Artigo 12). Assim, cabia ao conselho regular e fiscalizar aspectos metodológicos e disciplinares na interação entre professores e alunos e o processo de recrutamento de novos professores. Como se vê, as atribuições da Congregação se limitavam ao espaço simbólico ocupado pelo conservatório (já que o espaço físico era compartilhado com outra instituição). Enquanto o Conselho Diretor se ocupava de regular as interações entre conservatório e a Intendência, a Congregação se ocupava de regular as interações entre docentes, discentes dentro do conservatório. e o diretor artístico da instituição.

Se a Congregação constituía uma espécie de poder legislativo, o executivo estava a cargo do diretor artístico, ocupado por Calderón de la Barca. O título referente ao diretor artístico no Regimento Interno do conservatório aponta suas atribuições:

Do director artistico

Art. 8. É da principal competencia do director artistico dirigir e fiscalizar internamente o Conservatorio, velar pelo regular funcionamento das aulas e manter sem discrepancia alguma o methodo d’ensino nas mesmas adoptado.

Art. 9. Compete ainda ao director artistico:

- a) reunir a Congregação sempre que julgar necessario, e, ordinariamente, n’abertura das aulas e no fim do anno lectivo – para fixar a epocha dos exames e realisal-os;
- b) Organisar o programma d’ensino e regimen-

to interno, que deverão ser aprovados pelo Conselho Diretor, á vista do parecer da Congregação; c) Manter a mais rigorosa disciplina entre professores e alunos; empregando todos os esforços e cuidados para que estes tenham real aproveitamento; d) Organizar a orchestra municipal, de accordo com o Conselho Diretor.

Além de presidir a Congregação, cabia, então, ao diretor artístico dirigir e fiscalizar as atividades do conservatório tendo como referência o Regimento Interno e o programa de ensino. O trâmite institucional para aprovação de alterações no Regimento Interno e no Programa de ensino dos diferentes cursos deixa evidente a estrutura colegiada prevista para a instituição bem como a hierarquia entre elas: diretor artístico remete à Congregação que remete ao Conselho Diretor para deliberação final. Em pouco menos de quinze anos da proclamação da República no Brasil, vê-se que a concepção administrativa do conservatório já se mostra alinhada ao novo regime. Cabe apontar a semelhança entre a estrutura vigente no conservatório de Bagé e a proposta na reforma levada a cabo por Alberto Nepomuceno em 1902 no Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro. Quando Nepomuceno, assumiu a direção do Instituto naquele mesmo ano, propõe uma reforma que tornasse a estrutura administrativa do instituto mais condizente com o regime republicano. Dando fim à chamada “ditadura Miguéz” (em referência à administração do ex-diretor Leopoldo Miguéz) Nepomuceno transformou o antigo Conselho (órgão consultivo presidido pelo diretor e composto por cinco professores eleitos por seus pares e três membros honorários escolhidos pelo diretor) na Congregação (órgão deliberativo e consultivo formado por todos os professores do Instituto). Na concepção democrática de Nepomuceno, o poder estava centralizado em um órgão colegiado, em oposição ao período anterior quando estava centralizada na figura do diretor (PEREIRA, 2007). Na época em que o Conservatório de Música de Bagé foi estabelecido, essa estrutura centrada na Congregação já não estava mais em vigência no Instituto Nacional de Música, já sob a direção de Henrique Oswald. Assim, não se sabe se por influência da reforma de Nepomuceno, se por influência de concepções republicanas diferentes da política centralizadora castilhistas implementada pelo Partido Republicano Rio-Grandense que governava o estado, ou por sugestão do próprio Calderón de la Barca, o Conservatório foi regido por toda sua curta existência centralizando seu projeto pedagógico na Congregação, tal como na proposta de Nepomuceno para o Instituto Nacional de Música.

A atuação do diretor artístico, tal como regulada pelo regimento, no

entanto, não era limitava ao espaço simbólico ocupado pelo conservatório, já que, além de suas atribuições no conservatório, estava previsto organizar a Orquestra Municipal. Essa é a única atribuição que liga o diretor diretamente ao Conselho Diretor, sem necessária relação com a Congregação, o que sugere que esta pode ter sido uma possível forma de Calderón de la Barca garantir que fosse registrada uma intenção de dirigir uma orquestra em Bagé, o que, certamente, era de seu interesse, ou uma espécie de “contrapartida” posta em pauta pela Intendência Municipal durante os debates sobre o futuro conservatório. Em qualquer uma das hipóteses, é certo que a constituição de uma orquestra municipal esteve presente entre as justificativas para a constituição de um conservatório público na cidade como algo que reforçava as razões para tal empreendimento como mencionado no item “d” do Art. 9 do Regimento Interno do Conservatório. A ideia de uma orquestra municipal, no entanto, parece ter se limitado à demanda registrada no Regimento Interno. Não há qualquer nova referência a essa ideia na cobertura que *O Dever* fará nos anos subsequentes.

Nessa hierarquia dentro do espaço institucional do conservatório ainda faltam dois atores: professores e alunos. Como rege o artigo 13º, os professores “são admitidos mediante concurso, e nomeados pelo Conselho Diretor”. Assim, de forma também consonante com os princípios que vinham sendo pautados no contexto do debate em torno do regime republicano, o processo de recrutamento de professores se dava por concurso, ou seja, uma prova ou um conjunto de provas destinadas a preencher uma vaga para a qual os candidatos interessados se submetiam concorrendo livremente. Nessa época, o simples fato de se prever concurso para o ingresso no quadro de professores em si já não era um procedimento comum. Para efeito de ilustração, vale lembrar que o Instituto Nacional de Música, na gestão de Leopoldo Miguéz (ou seja, até 1902), os professores eram indicados pelo diretor. É somente a partir da reforma impetrada por Nepomuceno em 1903 que se instituirá o concurso (PEREIRA, 2007). Claro é que o Instituto Nacional de Música, antigo Conservatório Imperial de Música, é uma instituição inaugurada em 1848 e, como o nome antigo sugere, ainda oriundo do período imperial. Treze anos se passaram desde a proclamação da República para que o modo de seleção de novos professores fosse realizado por uma forma mais condizente a um regime republicano: o concurso. No Rio Grande do Sul, o forte ideal positivista do partido de situação, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), contribuiu para instituir desde o primeiro conservatório do estado um dispositivo de recrutamento de professores que ainda não se encontrava plenamente difundido pelo Brasil (SAVIANI, 2014).

Definido o ingresso dos professores da instituição, suas atribuições

foram apresentadas em cinco pontos:

- a) Manter a effectividade do ensino em suas respectivas aulas, seguindo fielmente o methodo adoptado no Conservatorio;
- b) Cumprir e fazer cumprir o Reg. Int.;
- c) Communicar mensalmente ao director todo o que fôr relativo à conducta e aproveitamento dos alumnos que tiverem a seu cargo;
- d) Satisfazer as requisições do director artistico relativas á ordem e trabalhos escolares;
- e) Tomar parte nas reuniões da Congregação e dar a sua opinião sobre os assumptos sujeitos a deliberação.

Vale salientar a ênfase na palavra “método” que foi dada ao longo do Regimento Interno do Conservatório de 1904. Em uma peça legislativa relativamente curta, contendo 23 artigos que regulam uma grande variedade de práticas no conservatório, quatro fazem referência à ideia de método, em consonância com a perspectiva modernista da época de valorização das ciências e do trabalho racionalmente orientado em termos de eficiência. Apesar da ênfase, em nenhum momento do documento esse método é descrito e não houve na cobertura d’*O Dever* qualquer indício da formulação de princípios pedagógicos para a instituição. Perdidos ao longo do tempo, os documentos que poderiam contribuir para compreender os processos de ensino e aprendizagem que o CMMB comportou (cadernos com anotações, livros, anotações e outros documentos) não estão disponíveis nos arquivos históricos do Museu Dom Diogo de Souza ou do Arquivo Histórico Municipal de Bagé. A documentação oficial do conservatório também não se encontra disponível, de forma que não foram encontrados registros dos comunicados mensais dos professores ao diretor e de eventuais atas das reuniões da Congregação.

Quanto aos alunos, o regulamento previa a matrícula através de requerimento na Secretaria do Município. Para tanto, o/a candidato/a deveria exhibir “attestado medico, certidão de idade, e provas de saber lêr ou, sendo menor, de que está matriculado em alguma das escolas publicas ou particulares, desta cidade, cuja frequencia não deve soffrer em virtude desta matricula”. Além disso só seriam admitidos alunos entre 10 e 25 anos desde que manifestassem «conducta recommendavel a juizo do Conselho Director». Chama a atenção na leitura certa barreira baseada em julgamentos subjetivos, como é o caso da «conduta recomendável» esperada

do aluno da instituição, mas as barreiras objetivas representavam o grande desafio do jovem disposto a estudar música no CMMB. Se tomado como referência o censo de 1900, o estado do Rio Grande do Sul possuía pouco mais de um milhão e cento e quarenta e nove mil habitantes. Nesse censo, não foram detalhados os números correspondentes a cada cidade, mas a cidade de Bagé foi identificada entre as cidades que possuíam entre 25.001 e 50 mil habitantes à época. A confiar no relatório do inspetor Manoel Pinto da Costa Brandão Junior, ao visitar o Collegio Districtal e as aulas publicas de Bagé, haviam na cidade 492 matriculados em escolas, sendo 211 do sexo masculino e 281 do sexo feminino. Desses, a frequência constatada pelo inspetor no dia da visita era de 138 meninos (65% dos matriculados) e 203 meninas (75% das matriculadas) (O DEVER, 13 abr. 1905, p. 2).

Considerando os números da educação escolar pública em Bagé (as únicas escolas regulares da cidade na época), se percebe que o público em potencial de menores de idade (entre 10 e 18 anos) do CMMB era bastante restrito se limitando a exatas 492 pessoas, sendo que se tomada as presenças no dia da visita como um referência da evasão escolar da cidade na época, apenas 69% (339 alunos) podiam, naquele momento, demonstrar a frequência escolar exigida pela instituição. Considerando que até 1970, a maior parte da população gaúcha reside na área rural (COPSTEIN; COPS-TEIN, 1973), a predominância da produção econômica advinda da pecuária, a grande extensão territorial e que um número considerável dessas escolas se situavam na região rural (O DEVER, 15 fev. 1906, p. 1), é possível imaginar que uma parte significativa dessas 492 pessoas menores de idade, ao decidirem estudar música no CMMB, deveriam considerar dificuldades de acesso à região urbana da cidade em um período que a possibilidade de locomoção através de automóveis podia ser praticamente descartada devido ao custo extremamente alto. Assim, creio ser possível considerar que o público-alvo do CMMB com idade entre 10 e 18 anos e que cumpria os requisitos estabelecidos pelo regimento residia na região urbana da cidade, e que estes requisitos excluía a enorme maioria da população em idade escolar da possibilidade de estudar no conservatório. Ainda restava a população entre 18 e 25 anos (idade limite para estudar o conservatório), cujos dados demográficos disponíveis não permitem fazer maiores considerações sobre suas condições de acesso à instituição, mas essas não foram as únicas condições que representaram uma barreira social para o ingresso na instituição.

Atendidos os requisitos previstos no regulamento, a matrícula no conservatório estava condicionada ao pagamento da matrícula de cerca de

40 US\$⁵e uma mensalidade “nunca maior” do que 133 US\$⁶a ser fixada pelo Conselho Director. Não havia no regulamento qualquer previsão de bolsas de estudo, o que reduz ainda mais o público-alvo do Conservatório, limitando-o através de diversas e importantes barreiras sociais da época (alfabetização, frequência à escola e condições financeiras). Dadas as condições de acesso aos cursos de música do CMMB previstos em seu regulamento e considerando o contexto econômico da época, é possível concluir que o estudo de música na instituição estava restrita a uma parcela muito pequena da população.

Mesmo assim, houveram inscritos e o conservatório foi inaugurado no dia cinco de abril de 1904 em um evento à uma hora da tarde (O DEVER, 05 abr. 1904, p. 2). A solenidade aconteceu no mesmo espaço onde as aulas seriam realizadas: o salão de eventos da Intendência Municipal (hoje Prefeitura Municipal de Bagé). Dois dias após publicar o regulamento do conservatório, *O Dever* publica o nome dos professores e os cursos que foram ofertados, seguidos dos respectivos horários:

Compõem o corpo docente deste instituto os srs.:

1. Calderón la Barca
2. Borda y Pagola
3. José Regina
4. Braulio Louzada...

- O horario das diversas aulas e classes é o seguinte:

Das 4 às 5 da tarde, segundas e quintas-feiras, violino professor B. Louzada; às mesmas horas terças e sextas bandolim e violino, professor Borda y Pagola; das 5 às 6 horas, segundas e quintas, flauta e oboé, professor José Regina; das 5 às 6 da tarde, terças e sextas, piano e canto, professor Calderón la Barca; das 5 às 6 horas, solfejo, quartas e sábados, professor Calderón la Barca (O Dever, 07 abr. 1904, p. 2).

Sobre como as aulas estavam organizadas, pouco se pode afirmar com base na documentação consultada. A cobertura d'*O Dever* sobre o exame realizado no dia quatro de dezembro de 1904 é o texto que melhor dá acesso ao modo pelo qual o CMMB organizou suas práticas pedagógicas.

5 Na moeda da época, 3 contos de réis. No momento em que escrevo (janeiro de 2019), aproximadamente R\$ 150.

6 Na moeda da época, 10 contos de réis. No momento em que escrevo (janeiro de 2019), aproximadamente R\$ 500.

Nesse dia, diversas autoridades compuseram a mesa que avaliou os alunos matriculados em Solfejo, Piano e Canto em uma prova aberta ao público. As notas de cada aluno foram publicadas no jornal, o que permite compreender em parte os instrumentos e critérios de avaliação empregados na instituição (O DEVER, 06 dez. 1904).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas até aqui (regulamento, lista de professores e de cursos) contempla a totalidade das informações oficiais sobre como o CMMB funcionou. Todos eles só são acessíveis por terem sido publicados no *O Dever*, não tendo restado nenhum documento oficial sobre o conservatório no Museu Dom Diogo de Souza, no Arquivo Público Municipal ou na Prefeitura de Bagé. Portanto, uma série de informações importantes sobre o conservatório seguem sendo incógnitas que pesquisas posteriores a partir de outras fontes documentais poderão eventualmente vir a dar novas respostas.

O presente trabalho representa um avanço em termos de compreensão do funcionamento do referido conservatório cuja existência já havia sido apontada por Lemieszec (1997), ainda que de forma sucinta e sem indicar o ano em que conservatório deixou de funcionar. É possível afirmar que o referido conservatório, como já sabido, iniciou suas atividades no início de 1904. Com base na pesquisa realizada, é possível afirmar que suas atividades se estenderam até o ano de 1906. Ao dar acesso a documentos oficiais publicados pelo jornal *O Dever*, os resultados da pesquisa permitem caracterizar o conservatório como uma instituição gerenciada através de estruturas colegiadas em uma época que esse tipo de organização não era usual. Idealizado e dirigido por um imigrante espanhol que havia dirigido instituição semelhante na cidade de Melo (Uruguai), como já apontado por Lemieszec (1997), a instituição reuniu sob a sede da Intendência Municipal quatro professores de música: dois provenientes do Uruguai (Calderón de la Barca e Martín Borda y Pagola) e dois músicos locais (José Regina e Braulio Louzada). Assim se constituiu o primeiro conservatório do estado que operou até o ano de 1906.

Tão rápida como sua ascensão, no entanto, foi seu desaparecimento da cobertura do *O Dever*. Na metade do ano de 1906, a imprensa praticamente silencia sobre Calderón de la Barca e o conservatório que ajudou a fundar. Calderón de la Barca voltou a fazer parte da história do ensino de música na década de 1920 através de sua participação no Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul, entidade que promoverá a fundação do IMBA em Bagé em 1921. *O Dever*, durante toda a cobertura que fez sobre a

inauguração e consolidação do IMBA desde 1921 até 1927, não fez nenhuma referência ao conservatório dirigido por Calderón de la Barca entre 1904 e 1906 nem sobre sua participação no Centro de Cultura Artística. Mesmo tendo José Corsi e Guilherme Fontainha (idealizadores do Centro de Cultura Artística e professores de música do Instituto Musical e do Conservatório de Música de Porto Alegre, respectivamente) conhecido e trabalhado com Calderón de la Barca, não parece ter sido feita qualquer referência ao trabalho do segundo no conservatório que precedeu o IMBA em Bagé. No entanto, se existem pontos de contato entre a trajetória do primeiro conservatório (CMMB) e a do segundo (IMBA), é bem provável que boa parte desses elos podem ser encontrados buscando compreender melhor a figura de Enrique Calderón de la Barca.

A carreira de Calderón de la Barca é representativa das condições de trabalho de grande parte dos músicos no período da Primeira República. Assim como em diversas biografias realizadas sobre compositores brasileiros, a trajetória de Calderón de la Barca ilustra um período em que a ideia de especialização em um instrumento ou em um tipo de atuação (compositor, regente, performance de um instrumento específico) ainda não tinha ganhado força suficiente no campo musical. Ao que parece, a docência tomou grande parte de seus esforços em sua carreira atuando em diferentes conservatórios, mas vê-se, mesmo nesses espaços, uma intenção de divulgar suas composições entre seus alunos e o público que frequentava as apresentações públicas. Creio ser possível considerar que, para grande parte dos músicos e professores de música no Brasil do início do século XX, essa concomitância não representava uma sobreposição de diferentes subáreas dentro da área da música, mas, sim, reflexo de um modo mais integrado de pensar a prática musical. Não há, até o momento, dados empíricos que sustentem essa hipótese, mas penso já serem suficientes para justificar novas pesquisas sobre o modo como músicos-professores (talvez, na concepção da época, apenas professores ou apenas músicos) viam a abrangência de seu ofício. De qualquer forma, é notável como Calderón de la Barca conquista considerável respeito nas sociedades bagéense e porto alegrense no período em que residiu no rio Grande do Sul, mas não é possível saber o quanto desse trânsito e legitimidade não se deve também a fatores como sua origem social.

REFERÊNCIAS

- BICA, A. C.; CORSETTI, B. O jornal como fonte de pesquisa para a história política: os discursos republicanos do O Dever e as concepções federalistas do Correio do Sul. *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 1-25, 2014.

- BICA, A. C.; et. al. O Jornal Dever - Um espaço de múltiplos olhares para a História da Educação na cidade de Bagé. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA EM EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju: [s.n.], 2008.
- BRUM, Rosemary Fritsch. *Caderno de Pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal, 2002. *Anais...* Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 28 set. 2008.
- CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *Músicos no novo mundo: a presença de musicistas italianos na Banda Municipal de Porto Alegre (1925-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017
- CORTE REAL, Antônio. *Subsídios para a História da Música no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- COPSTEIN, Raphael; COPSTEIN, Gisela. População urbana gaucha: subsídios para um estudo geográfico. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 16, 1973.
- ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 89-116, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. *What is sociology?* New York: Columbia Press University, 1978.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder em uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERRER, María Nagora. *La Escuela Municipal de Música de Pamplona: una institución pionera en el siglo XIX: Príncipe de Viana*. Disponível em: <http://www.navarra.es/appsext/bnd/GN_Ficheros_PDF_Binadi.aspx?-Fichero=RPVIANAnro-0238-pagina0537.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

- LEMIESZEK, C. L. *Bagé: relatos de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- LOS MAESTROS. Enrique G. Calderón de la Barca. *La Lira Revista del Conservatorio Musical La Lira*. Montevideo, n. 9, mayo, p. 5 - 6, 1909.
- NOGUEIRA, Isabel Porto; GOLDBERG, L. G. D. O ensino musical no RS da Primeira República: o Rio Grande dos Conservatórios. In: NOGUEIRA, Isabel Porto; MICHELON, Francisca Ferreira; SILVEIRA JUNIOR, Walter Premazzi. (Orgs.). *Música, memória e sociedade ao sul: retrospectiva do Grupo de Pesquisa em Musicologia da UFPel (2001-2011)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2011.
- PEREIRA, Avelino R. *Música, sociedade e política: Alberto Nepomuceno e a República Musical*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- PEREIRA, Marcos Vinícius Medeiros. *Ensino Superior e as Licenciaturas em Música: um retrato do habitus conservatorial nos documentos curriculares*. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- REIMANN, Hugo; BOMBERGERE, Douglass B. "Our Conservatories" from "Präludien und Studien". *The Bulletin of Historical Research in Music*, v. 15, n. 3, 1994.
- RODRIGUES, Cláudia Maria Leal. *Institucionalizando o ofício de ensinar: um estudo histórico sobre a educação musical em Porto Alegre (1877-1918)*. 236 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; et. al. (Orgs.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014.
- SOUZA, Jusamara. Contribuições teóricas e metodológicas da Sociologia para a pesquisa em Educação Musical. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 5., 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: ABEM, 1996.

**PAISAGEM CULTURAL:
UM ESTUDO DA ESTRUTURA VISUAL DO ESPAÇO ABERTO NO
INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA - RS**

*CULTURAL LANDSCAPE:
A STUDY OF THE OPEN SPACE VISUAL STRUCTURE IN
THE COLONIAL AREA OF FLORES DA CUNHA - RS*

Sandra Maria Favaro Barella¹

Aline Duarte²

RESUMO

Este trabalho está inserido na temática da Paisagem Cultural, cujo conceito se conecta aqui com um sistema físico de espaços abertos relacionados com as permanências edificadas de valor patrimonial. A metodologia de caracterização desta categoria de paisagem é fundamentada em três dimensões essenciais: A evolução urbana, a estrutura configuracional subjacente aos assentamentos urbanos e a estrutura visual dos espaços abertos, sendo esta última abordada neste artigo. O objetivo é identificar os potenciais estéticos da paisagem para um recorte que abrange parte da área rural de Flores da Cunha e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, visando compreender seus valores e sua capacidade de orientação e identificabilidade quanto à estrutura visual do espaço aberto. Também busca aprofundar o estudo das relações de visibilidade e acessibilidade nos espaços adjacentes às construções com valor patrimonial para melhor compreender sua relação com o entorno e seu significado na construção identitária dos lugares. A região estudada se encontra dentro da área de abrangência do projeto de pesquisa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS) do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul, ao qual vincula-se o presente estudo. O desenvolvimento da pesquisa de caráter exploratório se deu através da abordagem da fundamentação teórica, tendo como base autores como Ribeiro, Kohlsdorf, Barella, Saboya et al, entre outros; trabalho de campo e a compilação e análise dos resultados, através de quadros de análise da

1 É professora titular da Universidade de Caxias do Sul e pesquisadora do Instituto de Memória Histórica Cultural/IMHC-Projeto ECIRS (Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul) da Universidade de Caxias do Sul. Possui Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2010), Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos pela Universidade Federal da Bahia- UFBA (1988), Especialização em Intervenção, Pesquisa e Ensino em Arquitetura pela Universidade de Caxias do Sul-UCS (1997) e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS (1980).

2 Acadêmica do curso de bacharelado de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul. Foi bolsista FAPERGS de iniciação científica no Projeto de capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul, vinculado a prefeitura de Caxias do Sul e a Universidade de Caxias do Sul.

paisagem e um mapa síntese final.

Palavras-Chave: Paisagem Cultural. Estrutura visual do espaço aberto. Patrimônio.

ABSTRACT

This work is inserted in the theme of Cultural Landscape, whose concept connects in this work with a physical system of open spaces related to buildings of heritage value. The characterization methodology of this landscape category is based on three essential dimensions: urban evolution, the configurational structure underlying urban settlements and visual structure of open spaces, the latter being discussed in this article. The objective is to identify the landscape aesthetic potential for an area that covers part of the rural area of Flores da Cunha and Caxias do Sul in Rio Grande do Sul, in order to understand its values and its ability to orient and identify visual structures of the open space. Also, it seeks to deepen the study of relations of visibility and accessibility in the spaces adjacent to buildings with heritage value in order to better understand their relation with the environment and its meaning in the construction of the identity of the places. The studied region is within the scope of the research project Cultural Elements of Italian Immigration in the Northeast of Rio Grande do Sul (ECIRS) of the Institute of Historical and Cultural Memory (IMHC) of the University of Caxias do Sul, to which the present study is vinculated. The development of this exploratory nature research was based on the theoretical basis approach based on authors such as Ribeiro, Kohlsdorf, Barella, Saboya et al., among others; fieldwork and the compilation and analysis of results, through landscape analysis tables and a final synthesis map.

Keywords: Cultural Landscape. The open space visual structure. Heritage.

INTRODUÇÃO

O presente estudo está vinculado ao projeto de pesquisa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS) do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul. O Instituto desenvolve dentro do projeto ECIRS uma parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo, cuja temática de trabalho é a Paisagem Cultural. Assim, contribui com a premissa do projeto de atuar com a preservação da cultura regional através da preservação da memória, do patrimônio e da dinâmica histórico-social. O projeto realiza sua pesquisa nas zonas rurais da região nordeste do Rio Grande do Sul partindo do pressuposto da existência de um sistema cultural nesta área produzidodurante o período da colonizaçãoda imigração italiana, de 1875 a 1950. Portanto, cabe à equipe de Arquitetura e Urbanismo abordar o estudo, tanto das permanências edificadas deste período quanto dos aspectos formais doseu entorno, buscando descrever tais aspectos enquanto Paisagem Cultural.

O trabalho busca aprofundar os estudos referentes à temática, cuja metodologia de diagnóstico, consolidada ao longo do tempo dentro do

ECIRS, aborda três dimensões fundamentais: a evolução urbana dos eixos de formação do território, a configuração da estrutura subjacente dos assentamentos urbanos e os aspectos visuais do espaço aberto como enfoque principal do presente estudo.

O conceito chave abordado, de Paisagem Cultural, tem sua importância aumentada para compreender como essa categoria de paisagem pode ser utilizada na identificação e preservação do patrimônio cultural regional. Esse conceito está relacionado com diversas áreas de estudo, dentre elas, principalmente, a Geografia, e pode ser entendido como um sistema físico de espaços abertos conectados pela noção de significado a permanências edificadas de determinados contextos.

A paisagem é compreendida e assimilada a partir da percepção visual e afetada pela morfologia do espaço, sua composição, forma, relação com o contexto e até as condições em que o observador apreende o espaço, ou seja, sua posição e o seu movimento, que também é influenciado pelas características do espaço.

Os estudos sobre este processo têm se mostrado pertinentes para o planejamento urbano, na medida em que os resultados obtidos fortalecem a percepção da identidade cultural dos lugares e possibilitam o incentivo à preservação do patrimônio paisagístico e arquitetônico territorialmente delimitado. O estudo buscou, através da análise visual de um recorte da área rural de Flores da Cunha e sua intersecção ao território de Caxias do Sul, identificar os potenciais da paisagem, seus valores e seus aspectos identitários predominantes.

Para atingir o objetivo do trabalho alguns processos metodológicos foram necessários. Primeiro, foi realizada uma revisão bibliográfica que abordou o conceito de Paisagem Cultural segundo autores como Ribeiro, Sauer e Castriota, sua importância e abrangência dentre diversos campos de estudos e sua relação quanto à preservação patrimonial, buscando analisar brevemente as políticas e experiências no âmbito internacional, nacional e regional. Para a região se tratou de focar o importante papel do projeto ECIRS e da Universidade de Caxias do Sul no resgate e valorização do perfil cultural regional. Em seguida, foram analisadas as metodologias e procedimentos de caracterização e valoração da paisagem, considerando a visibilidade do espaço aberto com vistas a identificar os potenciais paisagísticos e as características identitárias locais associadas a valores universais, tendo como base autores como Kohlsdorf, Lynch, Barella e Saboya et al. Também foi necessário realizar uma breve caracterização da área de estudo visando justificar a escolha do recorte territorial a ser analisado.

O trabalho de campo consistiu em visita geral a área delimitada com

vistas a realizar um primeiro reconhecimento, a verificação dos objetos de valor patrimonial identificando os ainda remanescentes e constantes dos registros do acervo primitivo da pesquisa e realizando novo registro fotográfico das principais conexões visuais do espaço aberto considerando o observador em movimento, sendo estes processos necessários segundo a metodologia empregada.

Por fim, executou-se análise em gabinete do material coletado em campo, a fim de elaborar quadros de análise dos atributos visuais das conexões registradas visando realizar a sua valoração e posterior construção de um quadro e mapa síntese como produto final.

1 Fundamentação Teórica

Paisagem é um conceito com múltiplos significados abordado por diferentes disciplinas. Há, no entanto, concordância entre elas de que é essencialmente resultado do agenciamento do homem sobre o seu espaço. Ela pode ser definida por aspectos naturais e culturais, em que este último agrega aspectos históricos, ecológicos, econômicos, simbólicos e sociais (RIBEIRO, 2007).

É de interesse, portanto, a categoria de paisagem que pode ser aplicada na identificação e preservação do patrimônio cultural, cuja vinculação não é recente, porém, ganhou força nas últimas décadas através da noção de Paisagem Cultural (RIBEIRO, 2007).

O conceito, segundo Barella (2010), depende da definição de identidade e de bem patrimonial estabelecidos e pode ser entendido como um sistema físico de espaços abertos que está relacionado com as permanências edificadas e que atuam como aspectos estruturantes como usos e significados estético-históricos em que podem atribuir identidade ao sistema. Segundo Sauer (1998), Paisagem Cultural é compreendida como um sistema que resulta da evolução histórica e das transformações naturais e edificadas no meio urbano e rural. Em síntese, é modelada a partir de uma paisagem natural e por um grupo cultural que a transforma.

Ribeiro (2007), afirma que existem dois pontos principais a serem considerados na discussão dentro da temática. Primeiro, a interdisciplinaridade da abordagem do conceito, que enriquece e torna um campo abrangente para as reflexões teóricas. Nesse sentido, está a importância da escolha da concepção de paisagem e da metodologia para abordá-la, que orientará os resultados do processo de identificação e preservação da paisagem, na atribuição de valores. O segundo ponto considera as políticas existentes de preservação, as estratégias adotadas para a inclusão de Paisagem Cultural nos processos de identificação, preservação do patrimônio e na gestão do território.

Assim, serão analisadas brevemente algumas das instituições importantes dentro do tema, que a partir de 1992 foi apresentado pela UNESCO como categoria passível de inclusão na lista mundial de bens. Em 1995, essa discussão se aprofundou através do conselho da Europa e assim a paisagem passou a ser considerada segundo um triplo significado cultural, ou seja, definida e caracterizada segundo o modo que determinado território é percebido por um indivíduo ou uma comunidade, que a ela fornece um testemunho do passado e presente quanto a relação dos indivíduos com seu meio ambiente e que ela auxilia a identificar culturas, sensibilidades, práticas e crenças locais (CURY apud BARELLA, 2010).

Castriota (2009) também discute sobre a ampliação dos conceitos de patrimônio, onde ideias como a de “patrimônio cultural” e “patrimônio arquitetônico” se tornam mais abrangentes. Sendo que o conceito de patrimônio arquitetônico passa a abranger também a gestão do espaço, ao longo do século XX foram incorporados, no campo do patrimônio, conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a vernacular, entre outras. Os critérios estilísticos e históricos se integram a outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado (CASTRIOTA, 2009).

No Brasil, a discussão sobre paisagem como patrimônio cultural existe de certo modo desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, embora nem sempre houve clareza quanto a essa categoria. Foi no final da década de 1970 que passam a surgir estudos referindo-se à “ambiência” histórica e sociocultural do bem tombado. A partir daquela época uma série de estudos denominados “estudos do entorno” abordam a noção de visibilidade do bem tombado (RIBEIRO, 2007).

A forma como a paisagem foi tratada como patrimônio cultural no Brasil variou consideravelmente ao longo do tempo. Sobre isso, Ribeiro salienta que:

A categoria de paisagem cultural hoje mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem [...] devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio. [...] Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existam. [...] É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem natural e é esse o aspecto que merece ser valorizado. (RIBEIRO, 2007, p. 111).

No âmbito regional está o projeto ECIRS, *Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Rio Grande do Sul*, que conquistou sua identidade ao contribuir fortemente com essa discussão no cenário nacional desde os meados da década de 70, junto ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul.

A proposta do projeto de pesquisa é, a partir da hipótese da existência de um sistema cultural na região de interesse, as zonas rurais da região nordeste do Rio Grande do Sul, durante um determinado período de tempo, nos anos 1875 a 1950, pesquisar os elementos culturais da imigração italiana em sua forma sistêmica, ou seja, em sua articulação interna e com outros possíveis sistemas culturais (PIAZZA, 2004).

O ECIRS desenvolveu a partir destes pressupostos teóricos uma metodologia de trabalho para a abordagem da cultura, onde são contempladas duas linhas de identificação e de registro: os signos materiais e o discurso. Os signos materiais são relacionados principalmente à tecnologia e ao saber-fazer, além de serem sinais da organização social e da representação coletiva (PIAZZA, 2004).

Interessam a este estudo os registros materiais referentes ao segmento da arquitetura, cujos signos estão expostos ao olhar coletivo, com relação ao caráter de monumento que estes possuem e da capacidade de representarem uma ordem tecnológica, social e ideológica de um determinado momento cultural.

O projeto VICTUR, *Valorização do Turismo integrado à Identidade Cultural dos Territórios*, desenvolvido nos anos de 2006 e 2007, através de uma iniciativa da prefeitura municipal de Caxias do Sul e a União Europeia em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, dentro do Projeto ECIRS, aplicou a metodologia de pesquisa de descrição da Paisagem Cultural para o município de Caxias do Sul. O objetivo principal foi a caracterização do território, descrevendo, localizando e categorizando os cenários rurais ou urbanos merecedores de preservação em algum grau de permanência. O diagnóstico buscou compreender os espaços abertos que estão associados à certas permanências edificadas (BARELLA; GARCIA, 2007).

Com o fim de contribuir para a valorização do patrimônio, os registros feitos compreenderam a arquitetura religiosa, os percursos, a arquitetura civil além de uma análise das formas de viver e fazer, também de alguns ofícios e artesanatos (TONUS, 2007). O inventário deixado foi denominado de Inventário do Patrimônio Histórico Rural do Município De Caxias Do Sul e, segundo Tonus:

[...] os estudos deste inventário do patrimônio histórico

rural abrangem um amplo espectro de manifestações e relações culturais expressas na paisagem, nos costumes e modos de vida, nas edificações, nas marcas evidentes ou indiciais da presença humana e de sua relação com o ambiente, o espaço e o tempo [...] (TONUS, 2007, p. 53).

Igualmente, é de interesse do presente estudo a análise dos percursos e dos espaços abertos relacionados às permanências edificadas e aos aspectos visuais da paisagem. Portanto, é considerada a dimensão topoceptiva dos lugares, ou seja, as características configurativas dos espaços incidentes na noção de localização dos indivíduos, em termos de orientação e identificação. Segundo Barella, a partir de Kohlsdorf (1996), é possível afirmar que:

[...] a dimensão topoceptiva dos lugares, diz respeito aos aspectos de desempenho da forma perceptiva, explicada a partir de estímulos visuais, dependentes de equilíbrio, quanto ao nível de orientação e da clareza, portanto, a partir da sua capacidade de informar identidade, enquanto níveis informativos inerentes a esse desempenho. (BARELLA, 2010, p. 78).

Essas características configurativas são definidas a partir da percepção humana e fazem referência ao atendimento de expectativas por meio do movimento do observador no espaço físico, sendo a visão a principal envolvida na percepção (BARELLA, 2010).

Saboya (2014), levando em conta movimento e visibilidade, estuda as relações entre o espaço e comportamentos sociais através das interações existentes entre níveis de visibilidade e relações de permeabilidade dos espaços abertos e a apropriação destes pela população. O ato de mover-se pelo espaço estaria diretamente relacionado com “ver” o espaço, ou seja, a visibilidade do espaço influencia o modo como as pessoas se locomovem sobre ele, as decisões de direção de movimento, de permanência e as prováveis sensações de segurança e conforto. Se presume que as áreas que podem ser vistas com mais facilidade tendem a ser utilizadas com mais frequência do que áreas com pouca visibilidade (SABOYA, 2014).

Segundo o estudo são necessários outros elementos que relacionados ao nível de visibilidade, possam influenciar a percepção e apropriação do espaço. Entre eles estão a forma, o tamanho, o contexto cultural, a história do local e das pessoas que vivem nele, as cores, o modo de inserção e relação com os elementos ao seu redor, entre outros. Além destes elementos também está o nível de acessibilidade que o espaço proporciona, entendido

como a facilidade de alcançá-lo fisicamente (SABOYA, 2014).

Espaços com maior visibilidade e acessibilidade possuem um maior nível de orientação e de clareza quanto à capacidade de informar identidade. As relações entre estes elementos implicam o entendimento do que seriam barreiras e permeabilidades. Pode-se compreender barreiras segundo dois tipos, as visuais e as físicas, sendo as primeiras as que afetam a visibilidade apenas, e as físicas as que impedem o livre movimento, ou influenciam o mesmo. É necessário identificar essas barreiras antes de iniciar a análise dos níveis da visibilidade e acessibilidade (SABOYA, 2014).

Kohlsdorf (1996) indica que a seleção e transformação de informações apreendidas pelo observador em movimento constituirão a técnica de análise sequencial, empregada ao analisar a paisagem. Neste método de descrição a escolha das estações, onde serão colhidas as cenas e imagens pregnantes, se dá a partir de campos visuais privilegiados e está diretamente relacionada às mudanças dos elementos topoceptivos, caracterizando o todo com suas partes, portadores de valores culturais, de paisagens construídas e naturais, carregadas de valores históricos para a região estudada (KOHLSDORF, 1996).

Quanto aos campos visuais, Saboya faz referência a técnicas derivadas da teoria sintática do espaço, em especial e de relevância para este trabalho são as isovistas que são as representações poligonais da área visível a partir de um determinado ponto no espaço, em duas dimensões (SABOYA, 2014).

As isovistas são de grande importância para a definição de posição de mirantes e identificação de locais com visuais amplos, ou seja, de maior visibilidade. São classificadas quanto a análise da paisagem em muitas/poucas (campos visuais), contínuas/descontínuas (barreiras e permeabilidades), e amplas/estreitas (tamanho dos campos visuais). Dependem inteiramente da posição do observador, oferecendo assim uma visão segundo seu ponto de vista, sua forma de percepção, interação e locomoção no espaço, enfim, se configuram como uma importante ferramenta de avaliação arquitetônica (SIMONETO, 2014).

Todas essas metodologias propostas, de avaliação topoceptiva, visam a qualificação das imagens dos espaços. Para Kohlsdorf (1996), essa avaliação conclusiva apresenta-se em graus diferentes de orientabilidade ou identificabilidade fortes ou fracas.

Também aparece aqui como relevante a noção basilar quanto aos pontos nodais, ou conexões, que são os lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar e se locomover e desde onde é possível reconhecer os marcos, que são elementos pontuais onde o

observador não tem acesso, mas se utiliza como referencial para facilitar sua localização e circulação (LYNCH, 1960).

Os parâmetros avaliativos de orientabilidade e identificabilidade são organizados segundo Kohlsdorf em três grupos. O primeiro grupo se refere à forma dos lugares como um sistema de signos, onde a principal qualidade é a legibilidade, que assim pressupõe a pregnância, no sentido de registrar um objeto de modo permanente; a individualidade, ou seja, o modo singular e inconfundível de como uma forma é apresentada e a continuidade, que é um arranjo das partes de um sistema de elementos interdependentes fornecida por um sistema estrutural invariável (KOHLSDORF, 1996). Barella exemplifica: “a legibilidade forma-se pela pregnância, individualidade e continuidade; a pregnância pelo contraste; a continuidade pela associatividade” (BARELLA, 2010, p. 82).

O segundo grupo se refere aos seguintes elementos: de unidade e diversidade, que estabelece o grau de semelhança e diferença entre elementos relacionados aos atributos das composições plásticas; o comum e especial, que mostra o grau de contraste; o tipo e metamorfose, que apresenta o grau de distanciamento e a continuidade e mudança, que estabelece o grau de transformação dos elementos (KOHLSDORF, 1996).

O terceiro grupo se refere às leis de organização das formas que examinam a natureza e as relações entre seus componentes, partindo do princípio de que toda configuração é uma totalidade produzida pela articulação de elementos morfológicos entre si (KOHLSDORF, 1996).

Se estabelece assim um vínculo entre os elementos da imagem mental indicados por Lynch e os efeitos perceptivos que afetam o usuário do espaço de Kohlsdorf:

A metodologia de análise evidencia o conceito de cena ou paisagem em que os caminhos não apenas adquirem identidade e ritmo através de sua própria forma ou de seus pontos de conexão, mas também como dos bairros pelos quais passam, os limites que percorrem e os marcos visuais colocados ao longo de seu trajeto, o que vale dizer, coloca os caminhos em uso como protagonistas das cenas apreendidas na forma das cidades (BARELLA, 2010, p. 85).

A síntese se dá pela vinculação dos elementos da estrutura visual aos efeitos e sensações humanas por eles provocadas nas cenas sequenciadas dos percursos em suas tipologias de composições formais (BARELLA, 2010).

A metodologia empregada neste estudo implica a análise sequencial

de um percurso, considerando o observador em movimento e identificando as principais conexões visuais dentro do recorte territorial delimitado. Posteriormente, a análise e a valoração destas cenas através das premissas metodológicas apresentadas na fundamentação teórica com base em um quadro de valoração adaptado de Barella (2010) a partir de Kohlsdorf (1996) que irá fornecer os dados para classificar segundo forte ou fraca orientabilidade e identificabilidade das paisagens.

2 Caracterização do Recorte Territorial Analisado

A área de estudo abrange parte da zona rural do município de Flores da Cunha e sua intersecção com o território de Caxias do Sul, em sua área de periferia (figura 01). A escolha deste recorte partiu da premissa de dar continuidade aos estudos anteriores já realizados no IMHC, também coincidente com a dita área de expansão urbana que tende a se modificar muito rapidamente sem planos e normatização urbanística de específicos que busquem respeitar os valores paisagísticos remanescentes.

Figura 01 - Mapa da Área de estudo



□ Área de Estudo 2 km —

Fonte: Google Maps, marcação das autoras.

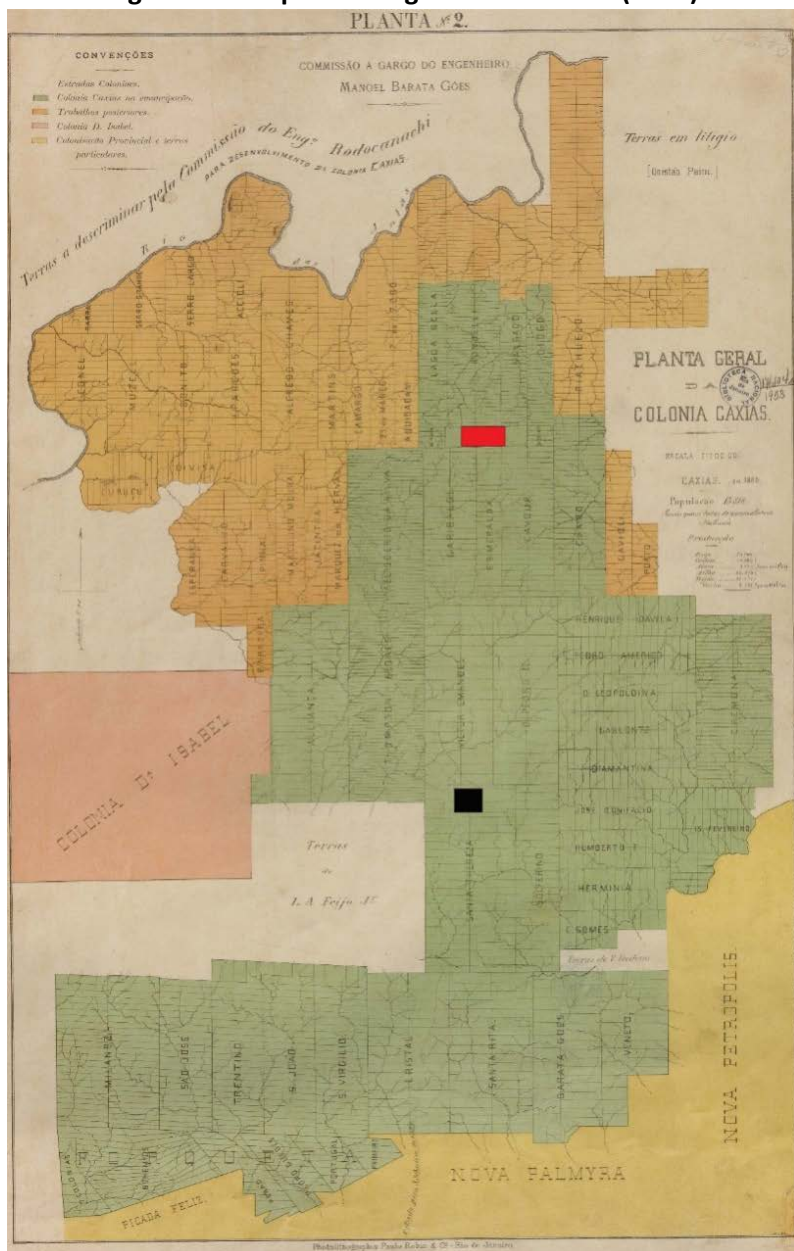
A área está inserida na região de atuação do projeto ECIRS, a região das colônias de imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul, processo iniciado a partir de 1875. A paisagem da área rural regional é de grande riqueza para as investigações sobre os aspectos visuais, principalmente devido à sua extensão territorial, variedade do relevo, configuração dos núcleos centrais das comunidades, da vegetação, da paisagem cultivada, entre outros fatores. É importante frisar que as comunidades localizadas na área rural de Flores da Cunha ainda somam cerca de 30% da população total, e, o modo de viver encontrado nestes locais permite uma aproximação mais direta com o modo de viver que ocorria durante a época da colonização, ainda voltada ao cultivo das videiras e a exploração da madeira, inclusive produção de móveis e metalurgia. É possível, portanto, a identificação de traços culturais identitários que são relevantes à temática deste trabalho.

Desde 1875 o território que compõe atualmente o município de Flores da Cunha passou a ser colonizado por imigrantes oriundos especialmente do Norte da Itália. A maior parte dos colonizadores se estabeleceu entre os anos de 1878 e 1890, época em que foi fundado o povoado de São Pedro e São José, que reunidos, por volta de 1885, formaram a Vila de Nova Trento dentro da Colônia de Caxias (VAILATTI; MAZZAROTTO apud GUARESI, 2017)³.

A área compreendida pela Colônia de Caxias (figura 02) possuía quatro léguas quadradas, ou 174.200.000 metros quadrados, e dividia-se em lotes rurais e urbanos. Estes situavam-se dentro das Linhas ou Travesões, conhecidas como caminhos traçados no meio da mata, atuando como divisores dos lotes (VAILATTI; MAZZAROTTO apud GUARESI, 2017).

3 VAILATTI, Gissely Lovatto; MAZZAROTTO Graziela (Orgs.). *Nossa história de Nova Trento a Flores da Cunha*. Porto Alegre: Evangraf, 2006

Figura 02 - Mapa da Antiga Colônia Caxias (1885)



Fonte: ArquivoHistórico Municipal João Spadari Adami. Nota-se na legenda original, em verde o território da colônia, em amarelo a colonização provincial e terras particulares, em laranja trabalhos posteriores e em rosa a Colônia D. Isabel. Marcação da autora: Em quadrado preto a antiga Sede Dante, atual núcleo de Caxias do Sul e em vermelho a antiga Vila Nova Trento atual Flores da Cunha.

Em 1876, Nova Trento abrangia 22 travessões em torno dos povoados de São Pedro e São José, e, como característica comum aos ocupantes imigrantes do período, existia a forte presença religiosa, traduzida na importância da construção do templo religioso (VAILATTI; MAZZAROTTO apud GUARESI, 2017). Tendo em vista a importância da religião, a arquitetura deste segmento tem maior relevância quanto à análise do espaço aberto de entorno destas construções, principalmente das capelas, que se relacionam diretamente com o modo de viver das comunidades e representam na maioria dos casos centralidades importantes.

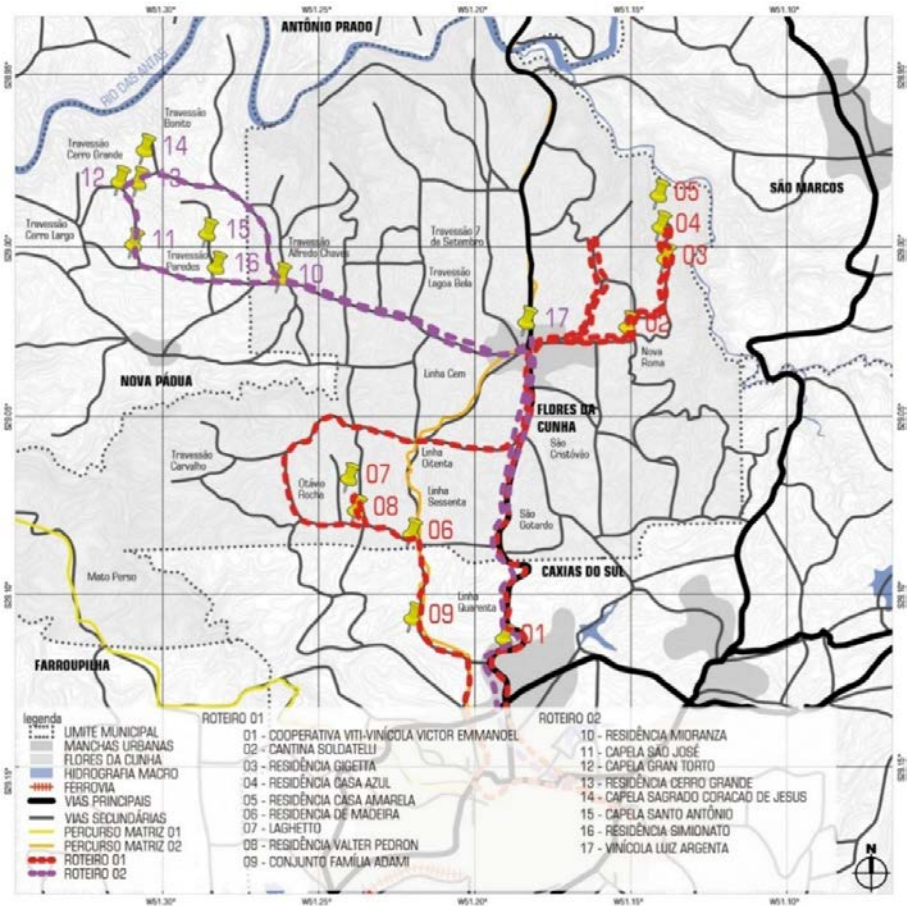
Em 1924 ocorreu a emancipação e separação do território de Caxias do Sul, através do Decreto Estadual nº 3.320. E em 1935, através do decreto municipal 12 de 21 de dezembro, se modificou o nome de Nova Trento para Flores da Cunha, apenas em 1939 a vila foi elevada à categoria de cidade. A partir deste ponto a cidade passa a crescer, a se industrializar e se relacionar mais diretamente com o núcleo de Caxias do Sul, que atua como uma cidade polo para a região.

Flores da Cunha é considerado o município maior produtor de vinhos e uva do país, o segundo polo moveleiro e o primeiro produtor de bebidas alcoólicas do estado⁴. Esses fatores produtivos afetam diretamente a paisagem, principalmente na zona rural, onde as plantações de parreirais são de grande importância e estão em evidência em quase todas as cenas. Além das parreiras a produção de madeira e das indústrias de móveis também se sobressai. É importante considerar que estas atividades representam uma forte influência para a identidade cultural local.

O recorte territorial a ser trabalhado abrange apenas parte da área rural de Flores da Cunha, especialmente ao longo de antigas estradas como as de Otávio Rocha, São Francisco e a Travessa Felisberto da Silva que, posteriormente, se torna Estrada Municipal Vicente Menezes já no território de Caxias do Sul, respectivamente as linhas 60 e 40, antigos travessões (figura 04). Esta área foi definida a partir de três procedimentos, primeiro, a partir da análise das rotas realizadas em estudos anteriores (figura 03) visando complementar os trabalhos. Como segundo procedimento a verificação dos objetos de valor patrimonial levantados e fichados, nestes estudos prévios, com vistas a compreender áreas de entorno que poderiam possuir nelas potenciais cênicos.

4 Informações da Prefeitura Municipal de Flores da Cunha. Disponível em: <<https://www.floresdacunha.rs.gov.br/secao.php?id=2>>. Acesso em: fev. 2019.

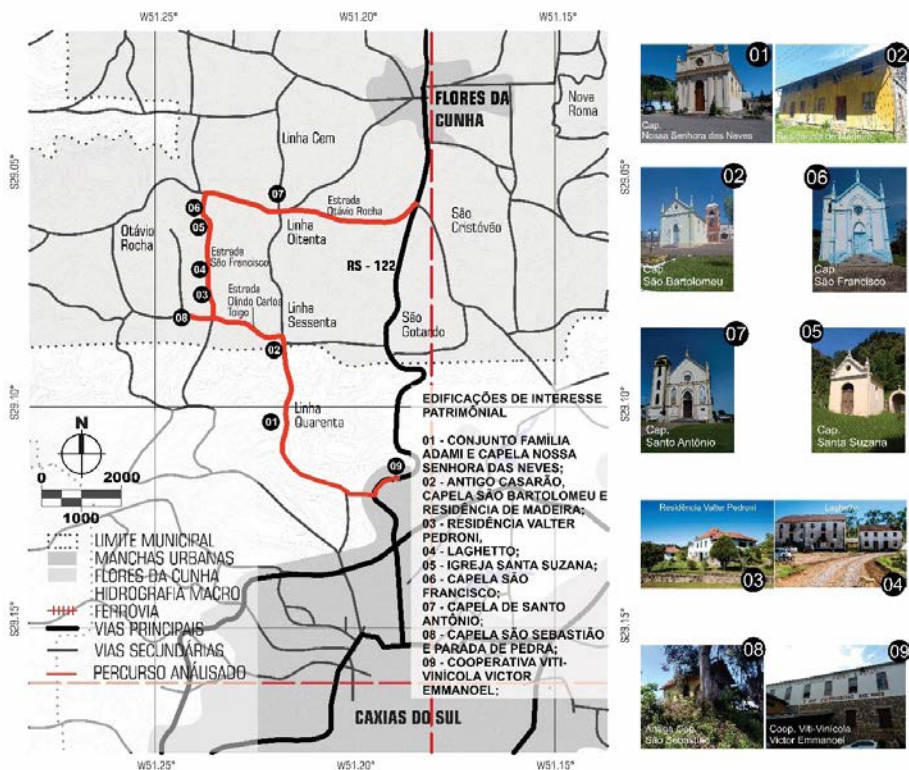
Figura 03 - Mapa do percurso realizado nos primeiros estudos do IMHC em Flores da Cunha.



Fonte: LESSA, 2018

Por fim, identificou-se um recorte que complementaria as áreas não verificadas, bem como se aproximaria de roteiros turísticos e objetos de valor patrimonial no segmento da arquitetura religiosa. Essa identificação ocorreu de modo prévio com base na caracterização realizada e de modo final através da atividade de campo denominada varredura, onde foram verificados os potenciais das conexões visuais do recorte pré-estabelecido e após delimitação final do território o registro das conexões visuais relevantes. O recorte propriamente dito pode ser observado na figura 04.

Figura 04 - Mapa do recorte territorial final



Fonte: As autoras.

Foi levado em conta nesta definição final o importante papel que as estradas desempenharam na ligação das colônias com outros centros. Quanto aos bens arquitetônicos, se buscou referenciais tipológicos que se relacionassem à produção arquitetônica dos colonizadores, e foram identificadas importantes construções religiosas e outras construções de interesse patrimonial na área que serão apresentadas nos resultados deste trabalho.

3 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho envolveu diversos procedimentos que visaram a instrumentalização metodológica, a aplicação desta em campo e a análise e discussão dos resultados, onde se obteve a identificação dos potenciais paisagísticos para o recorte territorial delimitado.

A primeira etapa se caracterizou pela abordagem da fundamentação teórica e apropriação das metodologias de caracterização da Paisagem Cultural já apresentadas.

A segunda etapa envolveu o trabalho de campo, que consistiu em duas visitas à área de estudo, sendo a primeira realizada no dia 02 de outubro de 2018 e a segunda no dia 27 de novembro de 2018, quando foi abordado, segundo a metodologia, a varredura da área de estudo e a identificação e registro das estações e conexões de valor cênico.

É importante ressaltar as condições de execução desta etapa exploratória. A equipe consistiu em três pesquisadores na primeira visita e seis na segunda. O deslocamento foi através de um automóvel, assim, algumas estações precisaram ser registradas posteriormente na ferramenta *street view* do Google, nos trechos considerados inseguros.

Outra questão importante diz respeito ao registro propriamente dito. Ele foi realizado sob as seguintes premissas: registrar a cena ou conexão de forma em que a paisagem seja perceptível em todas as direções, ou seja, diferente de um olhar artístico, se buscou simular a apreensão do espaço para o observador *in loco*.

Na etapa final foi realizado o trabalho em gabinete. Primeiro foram elaborados os quadros de valoração da paisagem e o quadro síntese. Para a elaboração dos quadros, foi necessário dividir o recorte em percursos distintos, segundo as características predominantes identificadas.

O primeiro quadro diz respeito à valoração de cada estação e conexão, onde os cenários avaliados recebem atributos de valores cênicos entendidos como fundamentais para futuras discussões acerca da temática de Paisagem Cultural com base nos autores já citados.

O segundo quadro trata da síntese dos atributos avaliados com o intuito de identificar os percursos como forte, média ou fraca influência na identidade da paisagem. Os atributos avaliados são a identidade configuracional das estações e conexões visuais considerando suas composições quanto à contribuição para caracterização dos percursos analisados.

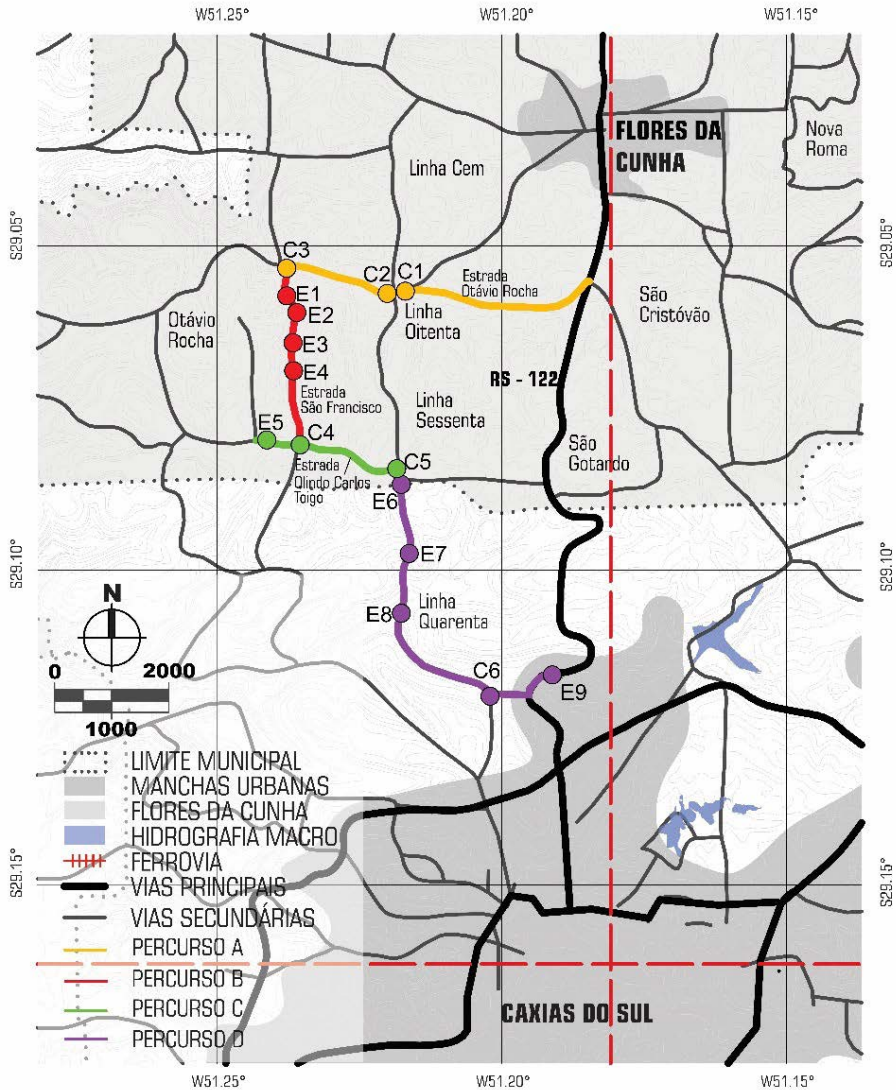
As estações são avaliadas conforme a morfologia existente, e, em seguida, qualificadas como forte, média ou fraca contribuição exercida na caracterização das estações, ou seja, qual o reforço na imaginabilidade espacial que aquela estação representa para o percurso analisado (quadro 01). Por fim o percurso é qualificado como forte, médio ou fraco referente a sua contribuição para o recorte total trabalhado (quadro 02).

A síntese se dá através de um mapa com a identificação das áreas de maior potencial paisagístico, com vistas à valorização e preservação das características culturais presentes.

4 Resultados

Como citado anteriormente, o recorte foi dividido em percursos distintos que serão apresentados brevemente e que podem ser verificados no mapa da figura 05.

Figura 05 - Mapa dos Percursos e das Estações e Conexões visuais



Fonte:As autoras.

4.1 Percurso A: Da Indústria

O primeiro percurso possui de modo geral uma característica industrial, no trecho mais próximo a uma via principal de caráter regional (RS-122) existem grandes intervenções industriais na paisagem, tais como áreas de mineração e grandes complexos industriais.

A conexão mais importante se refere ao cruzamento da Estrada Otávio Rocha com as Linhas 60 e 80, estradas de caráter rural. Esta conexão, além de possuir características plásticas interessantes e um objeto de valor patrimonial digno de preservação (Capela de Santo Antônio), realiza uma importante ligação para a economia regional, bem como, para a comunidade local. Acima de tudo, este local possui forte pregnância e alta visibilidade. Existem, neste pequeno nó viário, a capela, uma praça, um cemitério e uma indústria de grande porte.

Figura 06 - Foto Panorâmica da conexão C1. Em primeiro plano a Indústria de móveis Treboll e ao fundo a Capela de Santo Antônio.



Fonte: As autoras.

4.2 Percurso B: Da Estrada São Francisco

O segundo percurso abrange a estrada São Francisco, desde sua conexão com a Estrada Otávio Rocha até a Estrada Olindo Carlos Toigo. De modo geral, ao longo da estrada São Francisco a paisagem natural e a cultivada predominam, quanto à segunda, se caracteriza principalmente através das plantações de parreirais. A paisagem cultivada ganha ainda mais pregnância devido ao relevo em aclive ao longo da maior parte da estrada e às poucas edificações.

O campo visual fica mais abrangente na segunda estação registrada, a principal do percurso, e diz respeito ao entorno da Capela São Francisco, situada em uma cota elevada. Estão em evidência no entorno a paisagem cultivada de parreirais, um cemitério e o salão de festas da comunidade.

Figura 6 - Foto Panorâmica da conexão E2, da Capela São Francisco



Fonte: As autoras.

4.3 Percurso C: Da Indústria e do Parreiral

O terceiro percurso registrado é um pequeno trecho da Estrada Olindo Carlos Toigo, desde a estação da capela São Sebastião (E5), passando pela intersecção com a Estrada São Francisco até a conexão com a linha 40 e a Rua Bolzano. Este pequeno trecho foi separado dos demais percursos por não se enquadrar nas características predominantes identificadas neles. Devido à sua pequena extensão é difícil reconhecer uma identidade predominante.

A imagem mais pregnante deste percurso se refere ao contraste de indústrias de grande e médio porte, ou residências de grande porte, com a paisagem cultivada ou natural.

Figura 7 - Fotos da conexão C4.



Fonte: As autoras.

4.4 Percurso D: Da Descida, de Flores a Caxias

O último percurso realizado se refere a conexão dos territórios dos municípios de Flores da Cunha e Caxias do Sul. As características gerais deste percurso dizem respeito principalmente ao relevo em aclive, as tipologias residenciais encontradas ao longo do caminho e a vegetação, que apresenta um importante papel na identidade do lugar. Além destes elementos as duas capelas encontradas no percurso apresentam em seu entorno grande visibilidade e acessibilidade, além de valores cênicos, econômicos, sociais, entre outros.

Figura 8 – Foto panorâmica da conexão E8, da Capela Nossa Senhora das Neves, à direita a sede do clube Palmeiras e ao fundo à esquerda uma das edificações históricas do conjunto Adami.



Fonte: As autoras.

A última estação registrada se refere ao acesso para a Cooperativa Vitivinícola Victor Emmanoel na Vila Maestra, uma importante edificação com valor patrimonial cujo acesso principal é a partir da rodovia estadual RS-122 e devido ao relevo e às edificações do entorno a construção torna-se pouco perceptível. Neste ponto é fácil identificar fatores da morfologia que desvalorizam a percepção da edificação, embora os campos visuais sejam relativamente amplos existem diversas barreiras e modificações viárias agressivas ao traçado original.

De modo geral é notável no percurso uma transição na paisagem. A paisagem natural e cultivada, com poucas residências e edificações institucionais ou industriais de pequeno porte, passa a dar lugar a um maior número de indústrias de médio e grande porte à medida que se aproximam da mancha urbana de Caxias do Sul.

5 Discussão dos Resultados

Para a análise dos resultados foram elaborados os quadros de valores para cada estação e conexão, indicados por ICOMOS (1994)⁵ e Kohlsdorf (1996) adaptados por Barella (2010). Esses receberam uma breve descrição, a identificação dos usos predominantes e a atribuição dos valores propriamente ditos, conforme exemplificado no quadro do percurso A (Da Indústria).

⁵ ICOMOS – *Internacional Council on Monuments and Sites*. Resolução sobre os Itinerários culturais do Conselho da Europa, 1994.

Quadro 01a - Quadro de Valores do Percurso A, Da Indústria

Estação/Conexão	Descrição	Uso	Valores Culturais / Cênicos				Visual
C01	Cruzamento entre as Estradas Otávio Rocha, Rota da Integração (linha 100), Travessa Felisberto da Silva (linha 60 e 80). Presença de uma indústria de grande porte, JA Madeiras	industrial	ECONÔMICO utilidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade	ECONÔMICO utilidade	
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/legibilidade proeminência/continuidade circunscução/legibilidade pregnância	POLÍTICO simbolismo	POLÍTICO simbolismo	
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade	HISTÓRICO autenticidade	
C02	Praça Rui Barbosa, cemitério e Capela Santo Antônio	institucional, residencial	ECONÔMICO utilidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade	ECONÔMICO utilidade	
C03	Conexão estrada Otávio Rocha e Estrada São Francisco. Presença da Vinícola Casa Rodrigues como forte referência deste cruzamento	industrial	ECONÔMICO utilidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade	ECONÔMICO utilidade	
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/legibilidade proeminência/continuidade circunscução/legibilidade pregnância	POLÍTICO simbolismo	POLÍTICO simbolismo	
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade	HISTÓRICO autenticidade	

Fonte: As autoras adaptado de Barella (2010).

Quadro 01b - Destaque para a Conexão C02

ESTAÇÃO OU CONEXÃO	DESCRIÇÃO	USO	VALORES CULTURAIS / CÊNICOS		
C01	Cruzamento entre as Estradas Otávio Rocha, Rota da Integração (linha 100), Travessa Felisberto da Silva (linha 60 e 80). Presença de uma indústria de grande porte, JA Madeiras	industrial	ECOLÓGICO continuidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/legibilidade proeminência/continuidade circunscução/legibilidade pregnância	POLÍTICO simbolismo
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade
C02	Praça Rui Barbosa, cemitério e Capela Santo Antônio	institucional, residencial	ECOLÓGICO continuidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/legibilidade proeminência/continuidade circunscução/legibilidade pregnância	POLÍTICO simbolismo
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade
C03	Conexão estrada Otávio Rocha e Estrada São Francisco. Presença da Vinícola Casa Rodrigues como forte referência deste cruzamento	industrial	ECOLÓGICO continuidade	Social identidade	ECONÔMICO utilidade centralidade
			ANTIGUIDADE memória	CÊNICO acessibilidade/legibilidade proeminência/continuidade circunscução/legibilidade pregnância	POLÍTICO simbolismo
			CIENTÍFICO raridade	ESTÉTICO unidade/integralidade originalidade	HISTÓRICO autenticidade

Fonte: As autoras adaptado de Barella (2010).

Neste percurso foram analisadas as conexões C1, C2 e C3, sendo a Conexão 2 a que recebeu destaque por possuir todos os valores, sendo estes apresentados a seguir: *Valor Ecológico*, pois, existe uma continuidade morfológica na paisagem, tanto quanto à vegetação quanto às edificações presentes, sendo a capela Santo Antônio marco integrador de toda cena. *Social*, graças à forte contribuição que a igreja e a praça representam como elementos que criam identidade ao lugar. *Econômico*, por se tratar de uma conexão viária importante e devido à presença de indústrias que movimentam a economia da região. *Antiguidade*, principalmente devido à capela

Santo Antônio que representa uma importante memória para a comunidade local da linha 80, desde sua construção até os dias de hoje. *Político*, pois a capela possui forte valor simbólico para a comunidade e representa uma instituição de grande influência para os moradores, ao longo da história e ainda nos dias atuais. *Científico*, no sentido de raridade devido ao agrupamento do conjunto. *Estético*, devido a harmonia do conjunto em sua unidade e originalidade. *Histórico*, devido sua autenticidade quanto aos elementos construídos, a praça, a capela, as casas do entorno, apresentando assim valores de memória e arquitetônicos. *Valor cênico*, quanto a facilidade de apreensão do todo, a facilidade de orientação e a forte característica identitária presente, nesse sentido, o valor de pregnância. Assim a conexão 2 é classificada como forte contribuição para a caracterização das conexões no percurso.

A partir dos quadros de valores de cada percurso, seguindo o mesmo processo, foi possível elaborar o quadro síntese (quadro 02) conforme o indicado por Kohlstdorf (2001)⁶ na elaboração do Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU).

Quadro 02 - Quadro Síntese

REGISTROS				AVALIAÇÃO IDENTIDADE CONFIGURACIONAL		
Conexão Visual	Classe na Hierarquia de Acesso	Tipo de Unidade Morfológica	Tipos de Isovistas			
Percuso A - Da Indústria					Predominância de composições HOMOGÊNEAS	
C1	principal	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias		Predominância de composições HETEROGÊNEAS	
C2	principal	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
C3	secundário	rua/caminho	poucas/contínuas/ampias			
Percuso B - Da Estrada São Francisco "Culudo"					Equilíbrio entre composições	
E1	local	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E2	local	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E3	local	caminho	muitas/descontínuas/ampias			
E4	local	caminho	muitas/contínuas/estreitas			
Percuso C - Da Metalurgia e do Parreiral				FORTE	MÉDIA	FRACA
C4	secundário	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E5	secundário	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
C5	secundário	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
Percuso D - Da descida, de Flores a Caxias				Contribuição da composição para a caracterização do sítio estudado		
E6	secundário	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E7	secundário	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E8	secundário	rua/caminho	muitas/descontínuas/ampias			
C6	principal	rua/caminho	muitas/contínuas/ampias			
E9	secundário	rua/caminho	poucas/descontínuas/ampias			

Fonte: As autoras, adaptado de Kohlstdorf (2001) e Inventário de Configurações de Espaços Urbanos (INCEU) (2001) em Barella (2010).

A partir deste quadro é possível concluir qual percurso mais contribuiu para as relações visuais responsáveis pela formação da identidade do recorte analisado neste estudo. O percurso B, da Estrada de São Francisco demonstrou possuir uma estrutura visual mais definida e com maior força identitária. Além deste, os percursos A e D representam importante papel

6 KOHLSDORF, Maria Elaine. Inventário de Configurações de Espaços Urbanos. In: INCEU. *Manual de Aplicação*. Brasília: IPHAN/MIN, 2001.

na formação da identidade, porém possuem um caráter de transformação da paisagem maior. O percurso C é o que menos contribuiu, principalmente por sua pequena extensão e poucas características encontradas que poderiam presumir uma forte identidade.

Outro atributo avaliado no quadro se refere às isovistas, cuja importância já foi vista anteriormente. Na maioria dos percursos analisados as isovistas foram classificadas como muitas, contínuas e amplas, essa configuração está relacionada principalmente ao relevo (mais evidente no percurso B), a pouca densificação construtiva, e as relações de barreiras e permeabilidades.

A última etapa deste estudo consiste na construção de uma síntese do recorte em análise, concluindo quais áreas possuem maior potencial paisagístico e quais são mais influentes na identidade dos percursos, além disso são identificadas as isovistas predominantes de cada estação.

Em adição, buscou-se contribuir com a demarcação das áreas consideradas de maior visibilidade e acessibilidade, observadas a relação de barreiras e permeabilidades e a abrangência e qualidade das isovistas, sempre considerando a posição do observador.

Estes itens conclusivos partiram das informações dos quadros de valores de cada percurso, principalmente do quadro síntese realizado, e são representados no mapa síntese da figura 10.

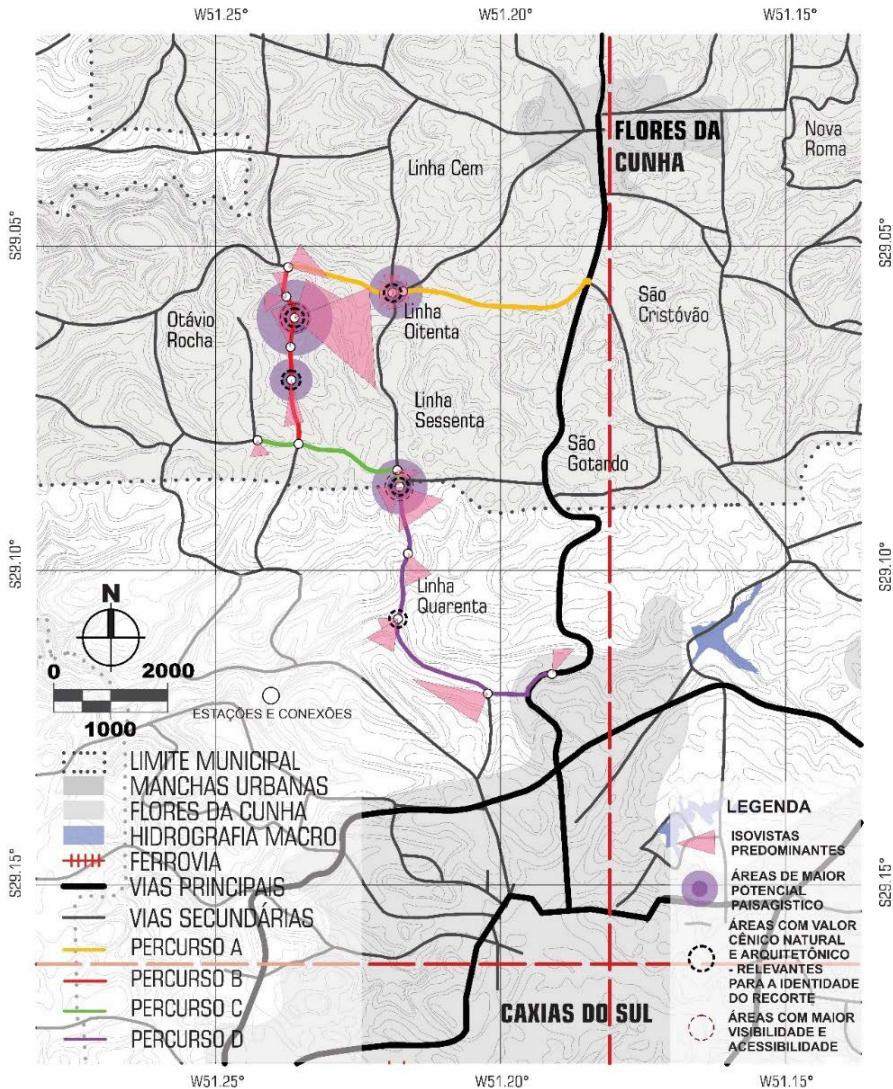
O percurso que mais se destaca é o B, Da Estrada São Francisco. Este percurso possui grande potencial paisagístico, com características únicas e locais com forte pregnância. Dois locais foram entendidos como áreas de maior potencial paisagístico. O primeiro ponto é o entorno da Capela São Francisco (E2), onde existe um grande nível de visibilidade e acessibilidade. Este ponto possui isovistas de maior abrangência dentro do recorte analisado e elas são contínuas e amplas, destacando principalmente os parreirais.

Outro fator importante é a valorização da Capela, o objeto com maior valor patrimonial da área, que se encontra em um platô elevado. Além disso, os outros elementos construídos não possuem morfologia agressiva que poderia desvalorizar a percepção desta construção. Esta área também pode ser entendida como o núcleo da comunidade São Francisco, sendo representado pelos elementos construídos da capela, do salão de festas e do cemitério.

O segundo ponto relevante dentro do percurso B se encontra onde o relevo começa a ficar plano (E4). Este local possui um interessante visual em perspectiva para uma edificação de grande importância patrimonial (Casarão Laghetto). Se encontram no local uma residência bastante icônica

pertencente à família Tibolla, onde nas proximidades existe uma madeireira com o mesmo nome. Assim, este local abriga valores que fazem com que a paisagem possua forte identidade, mesmo que a visibilidade e acessibilidade não sejam tão grandes quanto ao ponto anterior.

Figura 10 - Mapa Síntese



Fonte: As autoras.

Além do percurso B, outros dois pontos de grande potencial paisagístico foram identificados, um no percurso A, Da Indústria e outro no percurso D, Da Descida. Estes pontos possuem em comum diversos fato-

res, desde a alta visibilidade, a configuração dos elementos construídos, tendo uma capela como elemento protagonista e organizador. A via como importante meio econômico, sendo os dois pontos próximos a interseções viárias de grande relevância para o local, a integração das linhas 40, 60, 80 e 100, que são estradas históricas que existem desde a colonização. Estas duas áreas possuem, graças a essas configurações, forte identidade e pregnância.

CONCLUSÃO

Como conclusão deste recorte analisado e da própria experiência de estudo dentro da temática dos aspectos da visibilidade da Paisagem Cultural, se compreende a importância da configuração dos elementos que influenciam a percepção e apropriação da imagem, nesse sentido, possibilitando a sensação de pregnância, orientabilidade e legibilidade dos locais. Estes elementos são influentes tanto em sua forma quanto em sua composição, são as características dos campos visuais, a relação de barreiras e permeabilidades, os elementos construídos com valor patrimonial e usos de valor social, cultural, entre outros, e a relação destes com o entorno, com a característica do relevo, da vegetação, enfim, entre tantos outros. Além disso, a posição do observador e o seu movimento também influenciam a percepção (assim como o movimento é influenciado pela percepção), assim, é importante considerar que os resultados obtidos estão relacionados com estas condições.

O recorte analisado, embora não abranja a totalidade da área rural entre Flores da Cunha e Caxias do Sul, se concentra em uma relevante área, que apresentou mesmo em sua pouca extensão diversas e distintas características onde diferentes pontos foram descobertos como potenciais. Ficam em evidência as cenas das paisagens cultivadas dos parreirais e das comunidades com seus pequenos núcleos representados pela capela, cemitério, escola, praça e comércio, que de certa forma se mantiveram existindo desde a época da colonização, ou seja, não apenas as permanências edificadas, mas o seu entorno, a configuração do espaço aberto.

O percurso B representa com maior força essas paisagens. Os pontos com maior potencial apresentam as condições em que a metodologia prevê como forte orientabilidade e identificabilidade, onde se possibilita a aplicação em futuros planos locais de desenvolvimento e regimes urbanísticos específicos de valorização de paisagem, como mecanismos de planejamento urbano que atuem nestes pontos de modo a evidenciarem e preservarem as características identitárias destes locais.

É indicada a continuidade da pesquisa visto que, os percursos abordados foram descritos conforme a metodologia proposta e demonstram potencialidades, porém, ainda existem caminhos e áreas que não foram analisadas, tanto no âmbito da estrutura visual do espaço aberto quanto nas outras dimensões previstas na metodologia de caracterização da Paisagem Cultural.

É necessário agradecer a equipe de pesquisadores que colaborou para a construção deste estudo e cujas trocas de conhecimento são de imensurável valia. A experiência de realizar este estudo está principalmente no aprendizado da metodologia, que possibilita maiores aprofundamentos e aperfeiçoamentos, além da aplicação em outras áreas. Nesse sentido, o trabalho de campo foi essencial para a construção deste conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BARELLA, Sandra Maria Favaro. *Paisagem Cultural: Elementos de configuração morfológica e valores de preservação*. 2010. 366f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BARELLA, S.; GARCIA, A. Diagnóstico de Paisagem Cultural de Caxias do Sul: Estrutura e percepções de um olhar. In: TONUS, João Wianey (Org.) *Victur: Valorização do turismo Integrado à Identidade dos territórios*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- GUARESI, Aline. *Levantamento de patrimônio cultural edificado em área rural da rota turística caminho das colônias, no município de Flores da Cunha*. 2017. Relatório de Estágio Curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, 2017.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Universidade de Brasília, UNB, 1996
- LESSA, Ismael. *Relatório de atividades da disciplina de estágio em Arquitetura e Urbanismo*. 2018. Relatório de Estágio Curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, 2018.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.
- PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio; POZENATO, José Clemente. *Cultura, Imigração e Memória: Percursos e Horizontes: 25 do ECIRS*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Brasília: Iphan, 2007.
- SABOYA, Renato T. de; BITTENCOURT, Sofia; STELZNER, Mariana; SABBAGH, Caio; MORO BINS ELY, Vera H. *Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos: um estudo sintático*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 164. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>>.
- SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUerJ, 1998.
- SIMONETO, Elisa Bavaresco. *Paisagem Cultural: Análise Visual da Paisagem de Veranópolis*. 2014. Relatório de Estágio Curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, 2014.
- TONUS, João Wianet. Olhares sobre o Território. In: TONUS, João Wianey (Org.) *Victur: Valorização do turismo Integrado à Identidade dos territórios*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2007.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

PODER MODERADOR: ENTRE O PENSAMENTO DE BENJAMIN CONSTANT E O ANTEPROJETO DE BORGES DE MEDEIROS^{1*}

Wagner Feloniuk^{2**}

Introdução

O doutor Miguel Frederico do Espírito Santo fez, no final do ano de 2018, o convite para essa palestra em homenagem ao lançamento da 4ª edição do Poder Moderador de Borges de Medeiros, uma honra. Para preparar ela, eu me deparei com duas preocupações principais: a primeira é o próprio livro do Borges de Medeiros agora relançado, escrito com clareza; e, em segundo lugar, o grande prefácio escrito pelo ministro Paulo Brossard na ocasião da segunda edição (BROSSARD, 1993). Procurei estruturar uma palestra que não repetisse nem o conteúdo do livro e nem o do prefácio - tivesse conteúdos novos, mesmo que discutidos em um espaço de tempo curto.

Tratam-se, portanto, de assuntos de Direito Constitucional do Borges de Medeiros, constantes nesse livro, mas que não foram abordados nas duas obras com o mesmo enfoque. Minha proposta hoje é falar sobre o pensamento do francês Benjamin Constant e depois mostrar onde, tanto no projeto, quanto socialmente, a obra de Borges de Medeiros se mante-

1 * Esta é uma palestra apresentada em 18 de março de 2019, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no lançamento da quarta edição da obra O Poder Moderador na República Presidencial de Borges de Medeiros pela Editora Gen (Grupo Editorial Nacional). Agradeço ao convite do doutor Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do Instituto Histórico e promotor de tantas iniciativas para a pesquisa e a conservação da cultura e ciências do Rio Grande do Sul nas mais diversas áreas.

2 ** Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2019-atual). Doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2016), Mestrado Acadêmico (2012), Especialização em Direito do Estado (2011) e Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais com láurea acadêmica (2010) na mesma instituição. Professor de Direito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2018-2019) e outras instituições. Editor-Executivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, membro do Conselho Editorial da Revista E-Civitas, da Revista Brasileira de Direitos Humanos da Lex Magister, das editoras científicas DM e RJR. Ex-editor das revistas Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS (2012-2016) e Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (2015-2019). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa CAPES: A formação de ordens normativas no plano internacional (FURG), A metodologia jurídica na Pós-Modernidade (UFRGS), Direito e Filosofia (UFRGS) e Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social (IFRS). Membro da Associação Nacional de História, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Associação Brasileira de Editores Científicos, e Membro Pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Áreas de Pesquisa: Direito Constitucional, História do Direito, Teoria do Estado.

ve próxima ou distante do Poder Moderador que ele recebeu de influência original. Então, mostrarei o que aconteceu entre 1815, quando sai o livro *Princípios de Direito Público* do Benjamin Constant e como era a proposta em 1930, quando muito já havia acontecido no Brasil.

Em alguns locais, inseri imagens - essa é a primeira, do Raul Pila, à esquerda, o Borges, no centro, e Flores da Cunha à direita:

Imagem 1: Raul Pila, Borges de Medeiros e Flores da Cunha



Fonte: NUPERGS - UFRGS

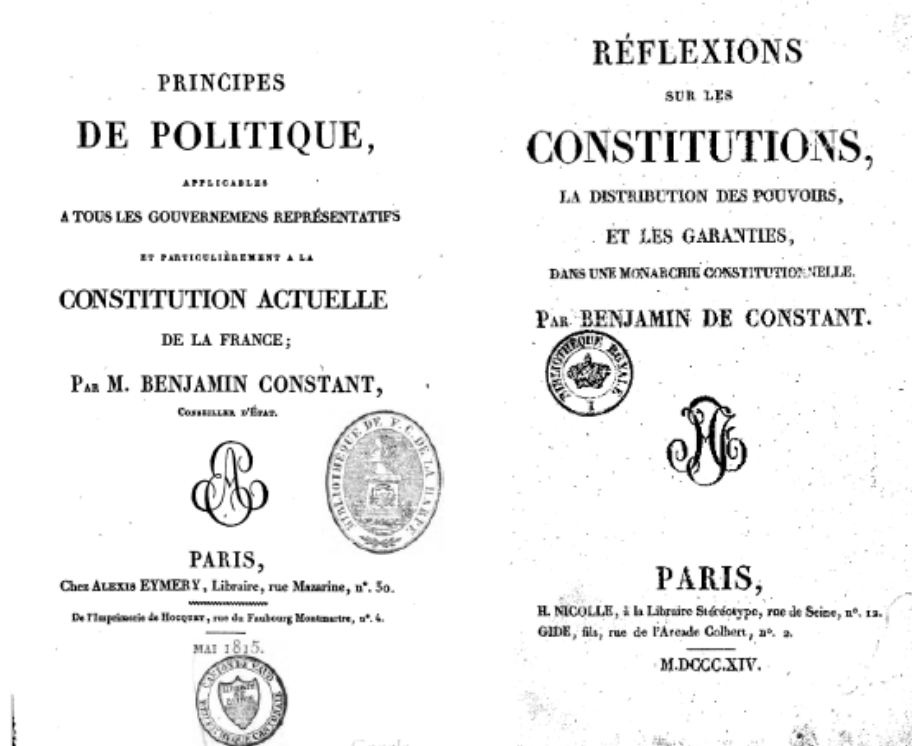
São todas imagens do centro de documentação da UFRGS, do NUPERGS - Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense. Veremos algumas dessas, é material aberto, colocado à disposição da comunidade científica.

1 O Poder Real de Benjamin Constant

1.1 Breves fundamentos ao Poder Real

A palestra vai ter duas partes, a primeira vai ser falar sobre o francês Benjamin Constant. Abaixo estão os dois principais locais em que ele falou no Poder Real (no Brasil, adaptado para Poder Moderador, e será assim chamado na palestra):

Imagem 2: Capas dos livros de Benjamin Constant



Fonte: capas do original digitalizado.

O primeiro deles é um livro muito relevante no Brasil, ainda que curto, e o segundo um pouco menos central para a doutrina brasileira, mas mesmo assim de grande importância para o pensamento do Poder Moderador do autor. No Princípios de Política, Constant apresenta de uma maneira sistematizada o que devia ser o Poder Moderador para ele. E o que é Poder Moderador? A base é um sistema filosófico típico do liberalismo francês, ainda que tardio e com alterações. Assim, ele é próximo do jusnaturalismo racionalista, que cria um sistema de direitos e do que é “pessoa” e, depois, constrói - cada autor criando um sistema - quais direitos as pessoas têm e como elas podem exercer em uma sociedade. Hobbes estabeleceu um sistema, Montesquieu, Locke, Rousseau, diversos deles. Benjamin Constant, tardiamente, em 1815, também estrutura seu pensamento dessa forma, dialogando, inclusive, com esses autores (CONSTANT, 1815, p. 20-24).

Ele escreveu que as pessoas têm direitos: direito de ir e vir; direito de movimentação pessoal; liberdade de imprensa; liberdade de opinião; li-

berdade de profissão. E esses direitos não poderiam ser suprimidos pela lei. Eles também não poderiam ser suprimidos pelo rei, caso houvesse um, mesmo que o rei detivesse a soberania. Sobretudo, no entanto, esses direitos não poderiam ser suprimidos, na base da teoria de Constant, nem pelo próprio povo. A soberania estava no povo, mas se isso não fosse organizado de maneira precisa, *“le trimpe de la théorie pourrait devenir une calamité dans l’application”* (CONSTANT, 1815, p. 15).

Ele defende, de maneira expressa, que se o povo quiser ir além de sua liberdade e afetar os direitos que as pessoas devem ter, ele deve ser contido. *“La souveraineté du peuple n’est pas illimitée, elle est circonscrite dans les bornes que lui tracent la justice et les droits des individus”* (CONSTANT, 1815, p. 28). O Poder Moderador é uma tentativa de fazer isso. Então, o Poder Moderador era uma tentativa com base liberal de manter a democracia, mas de limitar a sociedade ao mesmo tempo. E por que isso? Por que criar uma teoria preocupada em conter a sociedade mesmo nas suas premissas mais basilares? Porque, como a data de lançamento pode sugerir, em 1815, havia se passado apenas 26 anos de 1789, havíamos saído da Revolução Francesa e Benjamin Constant ainda estava próximo de todas as dificuldades sociais decorrentes. A ideia dele é de que, às vezes, a própria população passa dos limites desejáveis ao criar leis ou, ainda, assembleias que acatam as vontades da sociedade geram abusos contra os indivíduos. Ele estava próximo de acontecimentos profundamente marcantes.

Uma crítica feita por Constant, antes de adentrar a sua proposta, é sobre Montesquieu (CONSTANT, 1815, p. 58). Ela ajuda a entender melhor suas bases de pensamento. Ele faz o comentário à teoria da tripartição de poderes. Afirma que Montesquieu pode ter sido muito adequado em compreender a Inglaterra, mas que em uma situação como a francesa não adiantaria dividir em três poderes e criar freios e contrapesos teóricos. Ele afirma que, na França, a teoria não funcionava e não iria funcionar. Era preciso uma instituição concreta, capaz de conter a sociedade e todos os poderes constituídos. Esse seria o começo do Poder Moderador.

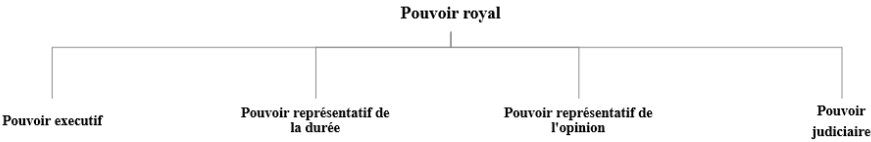
1.2 O Poder Real de Benjamin Constant

O Poder Moderador se baseia na ideia de um poder neutro, afastado na política, como havia se desenvolvido na Inglaterra com o passar dos séculos. É um poder voltado à autoridade, nem tanto físico, de coerção, mas do respeito que a instituição real tinha. Seu pensamento nesse momento talvez apresente um dos momentos que mais o diferencie de outras teorias assemelhadas e elaboradas nos anos antecedentes: esse tipo de poder em uma monarquia absoluta seria a própria repressão se mostrando aberta-

mente, é o rei que decide como poderes e como a burocracia vão agir, é absolutismo; mas, em uma república, esse tipo de poder também seria um problema, porque ele seria um poder inimigo dos outros poderes constituídos.

Para ele, no entanto, em uma monarquia constitucional, seria possível transformar esse poder não em um inimigo (como nas repúblicas), e nem em um poder absoluto (como nas monarquias do antigo regime), mas em um árbitro (CONSTANT, 1815, p. 33-57)! Alguém que cobraria os poderes ativos, alguém que julgaria e eventualmente declararia que se está diante de um ponto de crise grave. Na crise, ele poderia pedir que outros poderes fossem eleitos novamente. Mas não iria atuar, não constantemente, não como um poder ativo. Assim veio a ideia de um magistrado, palavra usada no Brasil, palavra usada por Borges de Medeiros também. Constant chama ele de Poder Real, um poder afastado, um poder que se manifesta raramente, só em momento de crise e do qual se espera uma moralidade, no sentido de ter o respeito da sociedade, de ser uma fonte de estabilidade quando os poderes ativos estão agindo de maneira equivocada ou quando estão em conflito entre si.

Imagem 3: Esquemas do Poder Real de Benjamin Constant



Fonte: produção original para apresentação.

Esse é o esquema, muito conhecido, em que Benjamin Constant não cria quatro poderes, mas cinco, dividindo o poder legislativo em dois. O Poder Moderador fica um pouco acima dos demais poderes, com as características recém narradas. Há o Poder Executivo, formado por ministros escolhidos pelo Poder Real. O “Poder Representativo da Duração” que era um colegiado hereditário, concebido à imagem do que deveria acontecer na Inglaterra, não tinha um limite máximo de membros. E por que? Porque se o Poder Real notasse que havia uma fonte de conflito vindo desse poder, ele deveria inserir mais membros até formar uma maioria estável e de acordo com a vontade popular (CONSTANT, 1815, p. 72). O “Poder Representativo da Opinião” seria um poder muito ativo, que emanaria do povo diretamente, seria eleito a cada poucos anos, semelhante a Câmara dos Deputados do Brasil atualmente. Por fim, com moldes semelhantes aos de outros esquemas de sua época na Europa, sem um Tribunal Constitucional defensor da

Constituição, havia o Poder Judiciário, responsável por aplicar as leis aos casos individuais.

Perto de finalizar esse curtíssimo apanhado de partes da teoria de Benjamin Constant, há um local em que é possível ver uma concentração maior das ideias do Borges de Medeiros. A referência é à primeira nota de rodapé do livro “Princípios” (CONSTANT, 1815, p. 57) e, apesar de sua posição em parte avançada do livro, é uma nota de rodapé mais importante que páginas inteiras. Depois de um sexto do livro escrito, Constant cria uma nota para falar sobre o que acontece se o Poder Moderador abusa de seus poderes - quais seriam as consequências para sociedade de um tal acontecimento.

Ele apresenta sua conclusão: “abusar” seria o Poder Moderador atuar como se fosse o Executivo, tomar decisões diárias, e os ministros, que são o Executivo naquele esquema, aceitarem e deixarem o poder neutro se manifestar com frequência. A opinião de Constant é que nesse contexto não há nenhuma esperança de liberdade na sociedade. Porque o poder neutro, o Poder Moderador, juntaria todo poder pessoal, a imunidade e a irresponsabilidade política dele com a atuação ativa no Executivo. Se isso ocorresse, o Poder Moderador teria um poder amplo sobre todo o resto da política, portanto, um poder muito grande. Ele deveria ser um poder de atuação rara, sem responsabilidade política exatamente porque não teria meios de abusar, pois não teria poderes para serem abusados.

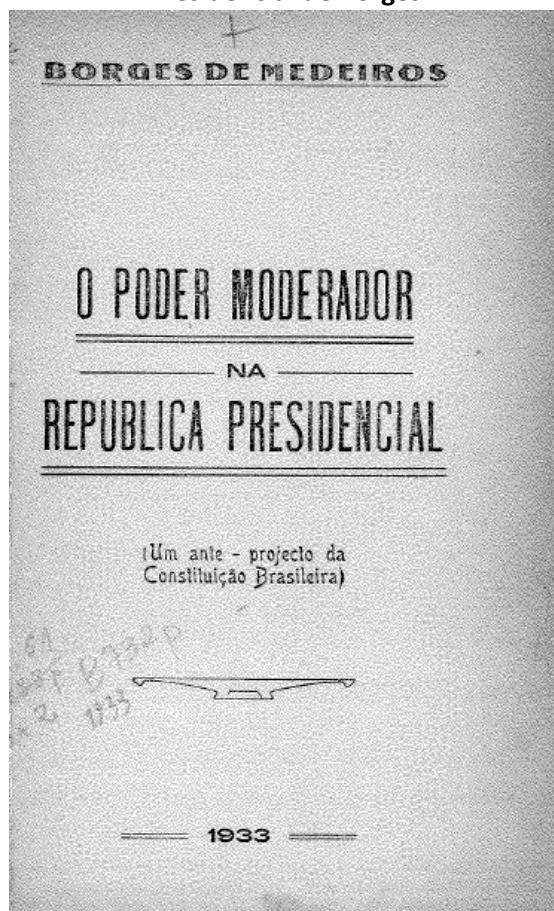
Não falei nessa primeira parte nas competências diretas do Poder Moderador visto que vou mostrá-las junto com o esquema de Borges, uma maneira de não repetir falas, eventualmente criando uma confusão.

2 O Poder Moderador de Borges de Medeiros

2.1 Contexto de elaboração do “Poder Moderador na República Presidencial”

Início a segunda parte, sobre Borges de Medeiros, um pouco mais longa. Esta é uma capa da primeira edição:

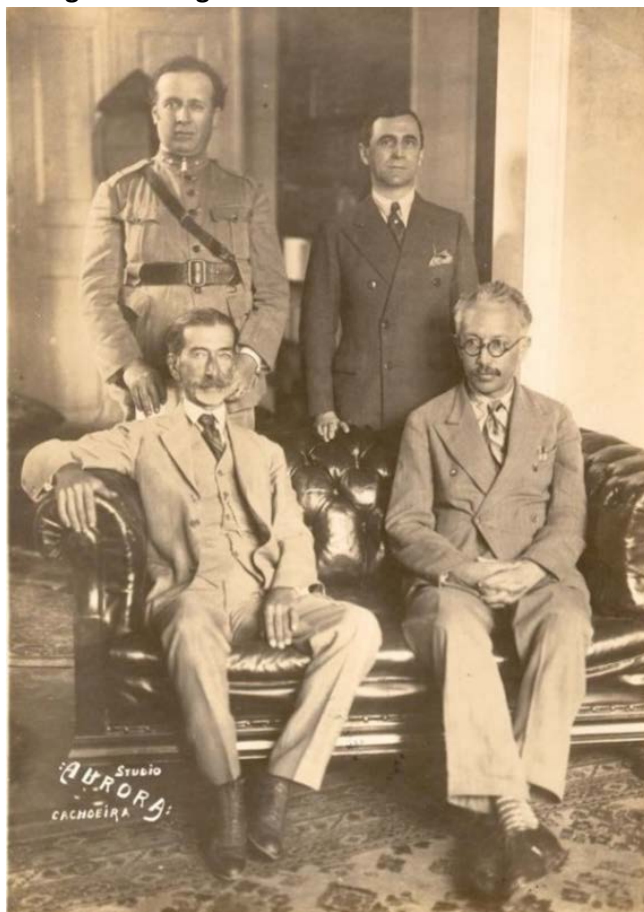
**Imagem 4: Capa do Poder Moderador na República
Presidencial de Borges**



Fonte: capa do original digitalizado.

E, também, outra foto do NUPERGS - o Borges, à esquerda; o Raul Pila, à direita.

Imagem 5: Borges de Medeiros e Raul Pila a frente.



Fonte: NUPERGS - UFRGS

Sobre Borges de Medeiros, a primeira consideração a fazer é sobre o Brasil que existia em 1930, nas voltas do momento em que ele escreve o livro. Quando a teoria foi utilizada inicialmente, em 1824, o Brasil praticamente não possuía uma população que, muito mais tarde, poderia ser chamada de classe média, e a capacidade de formar e expressar opinião pública era muito mal desenvolvida.

O ambiente em 1930 era bastante afastado dos posicionamentos liberais que serviram, de alguma forma, em 1824, para escrever uma Constituição que adotava o Poder Moderador adaptado de Constant, e também era afastado do ambiente que culminara em 1889. O Brasil era bastante diferente, por exemplo, ele começou a ter núcleos urbanos maiores, mais representativos, esses núcleos tinham um impacto econômico maior, ain-

da que o café fosse o principal. A sociedade havia recebido a cultura dos imigrantes que haviam vindo ao Brasil e, como afirmou o professor Christian Lynch, que escreveu sobre Borges e o Poder Moderador, estávamos em um Brasil que já tinha passado pela Revolução Russa e tinha acompanhado tudo que aconteceu na Europa, tinha visto, também, pelo fascismo italiano e estava naquele momento vendo um novo ambiente conturbado no continente europeu, que em tão pouco tempo iria presenciar mais uma guerra mundial (LYNCH, 2010). Por outro lado, era também um momento em que o pensamento social havia se desenvolvido em terras locais, em especial, a proteção de trabalhadores.

Por tantos acontecimentos, o Poder Moderador original era uma instituição distante, que já não ressonava no que se tornara a sociedade brasileira em qualquer sentido próximo do que fora no início do século XIX. Pensar nesse sentido é uma das partes mais interessantes da obra de Borges de Medeiros, porque ele faz um livro muito preocupado com o seu tempo e não com a fidelidade ao autor da referência distante. Ele adapta o pensamento do Poder Moderador em vários assuntos, na linguagem, nas fontes, no uso de conceitos modernos de Direito Constitucional e Teoria do Estado. As preocupações do Borges são da década de 1930, no Brasil, não é uma adaptação simples da obra de Constant de 1815 e também não é uma adaptação da Constituição brasileira de 1824. É um livro feito para o seu tempo.

E qual é o contexto da escrita desse livro? Borges de Medeiros havia apoiado a Revolução Constitucionalista de 1932 e ela foi malsucedida. Muitos políticos, alguns de grande renome, ou tinham sido afastados do Brasil ou tinham sido levados a centros urbanos pequenos, distantes de locais centrais. Borges de Medeiros era uma figura respeitada, tanto no Brasil, como um todo, quanto por Getúlio Vargas, então a ele coube um afastamento bem menos gravoso: ele foi para Recife, foi aceito que ele fosse desterrado, palavras do ministro Paulo Brossard (1993, p. XXXVIII), mas desterrado para um grande centro, para um local de produção de conhecimento, e tratado ainda com deferência, mesmo naquele momento de crise.

Mais tarde ele voltaria à política, mas é nesse afastamento em que escreve. Ele inicia a obra advertindo que está escrevendo como forma de desengargo de uma obrigação a que havia espontaneamente se obrigado diante dos então dirigentes do Partido Republicano Sul-Rio-Grandense, uma pequena contribuição, que não sabia se seria efetiva, uma ideia para o Brasil. Se não uma para ser implantada, no mínimo, uma para reflexão (BORGES, 1933, p. 9). Ele tinha conhecimento da exatidão de suas palavras a respeito. Naquele momento em que Getúlio Vargas era tão poderoso, ima-

ginar um sistema que enfraquece muito o Poder Executivo e propõe um em que o Poder Moderador também não era forte - pois a ideia era que ele tivesse apenas um poder acentuado de moderação -, era um sistema com realmente poucas chances de ser efetivado, a despeito de sua eventual recepção.

Como segundo elemento contextual e, talvez, a contribuição mais perene do Borges nesta obra, ele apresenta sua visão sobre a queda do Império e faz uma espécie de conta final sobre o que fora aquele período de quarenta anos da Primeira República. Vem de alguém muito relevante para tanto, porque altamente legitimado. Ele não era um doutrinador escrevendo sobre a república com seu conhecimento - o que já seria impactante. Novamente, utilizando as palavras do ministro Paulo Brossard (1993, p. XL-XLVI), ele era um autor da república, ele era do estado com a terceira maior economia, e fora governador o mais longo de todo o período neste estado. Tinha sido um dos que implantaram, na prática, esse modelo sobre o qual agora escrevia. E ele pensava como muitos, como Ruy Barbosa, como Joaquim Nabuco (este último tão precocemente), ele era bastante crítico sobre que havia se tornado o regime republicano após queda da monarquia.

No livro, ele afirma que fez parte desse grupo que formou a república, e era parte desse grupo ainda, mas precisava-se de mudanças, porque os planos que eles tinham no começo não lograram ser realizados. Ele escreve: o Poder Executivo no Brasil, no presidente, que ficava na corte, centralizado no Rio de Janeiro, se tornou grande demais. Ele não deu a liberdade que os Estados precisaram. Seu grupo adotara o modelo norte-americano com muita ênfase e o resultado foi que lá, nos Estados Unidos, havia uma opinião pública formada, capaz de manter o presidente limitado e de criar uma imprensa livre. No Brasil, o presidente tinha uma grande influência sobre os estados, apenas em três locais ele ressaltava esse contexto: em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, pois estes tinham partidos organizados e economias bastante desenvolvidas. Escreve ele:

A que ficava então reduzida a autonomia do Estado? A um mero simulacro, em meio a realidades que só refletiam as marcas da onipotência presidencial (MEDEIROS, 1933, p. 49).

No resto dos estados o presidente era excessivamente forte. Isso fez com que a ideia de federalismo descentralizado, tão forte em teoria, quase não fosse aplicada na prática - uma crítica comum naquele período final da Primeira República entre os políticos dos estados afastados. O segundo ponto que ele critica é que o Brasil ainda não tinha partidos nacionais orga-

nizados. Não tinha mesmo, os partidos eram estaduais e as grandes forças nacionais estavam principalmente nos partidos estaduais de Minas Gerais e São Paulo. Essa falta de organização partidária, e se passaram quarenta anos sem ela surgir, também era um motivo para que esse sistema precisasse de mudanças em sua opinião.

Assim, Borges apresenta o livro como uma proposta de mudança do cenário. Mas ele abre o livro apresentando essas ideias sobre o passado, mostrando e resolvendo problemas - o que é de grande importância para entender uma das pessoas que moldaram a Primeira República brasileira e a opinião de parte da elite política do país.

2.2 Características e dados relevantes da obra

Sobre a própria obra, o primeiro comentário a ser feito é a respeito da capacidade de apresentar conceitos modernos na estruturação de ideias. Borges se mostra uma pessoa que se manteve lendo e aprendendo novos conceitos ao longo da vida. Esse livro foi escrito quando ele estava com quase 70 anos, e foi um livro avançado e atualizado considerando ter sido escrito nos anos 1930.

Dentre vários, cita com grande frequência dois autores que a academia do Direito Constitucional conhece bem. O primeiro deles, um jurista de grande relevo, Hans Kelsen. Borges não cita o Kelsen como uma doutrina dentre várias, como algum autor importante - Kelsen é mais relevante que isso. A própria construção do Poder Moderador de Borges de Medeiros utiliza estruturas centrais de Kelsen. Duas em especial valem ser ressaltadas como exemplo: ele trata a Constituição como o topo do ordenamento jurídico, apresentando-a como a norma jurídica fundamental que determina como o restante das normas devem ser feitas. E, a segunda estrutura, apresentando partes do pensamento de Kelsen menos discutidas atualmente no Brasil, ele adere ao Kelsen que mostra confiança na democracia para formação de normas adequadas à sociedade, ele cria um Poder Moderador dependente da vontade popular.

O segundo autor que ele utiliza é Boris Mirkine-Guetzevitch. O russo radicado na França que, por sua vez, também citava Kelsen. Um autor clássico daquele período, que escreve livros comparando as instituições criadas pela Europa no início do século XX e procura tendências para explicar o Direito Constitucional. Borges não apenas cita Guetzevitch, mas nas escolhas dele, de como formar o Poder Moderador, está bem clara a adesão às ideias defendidas pelo autor. A adesão não significaria que Guetzevitch foi quem convenceu Borges sobre esses posicionamentos, mas essa afir-

mação ajuda a compreender muito sobre que conteúdo a ser encontrado ao longo da obra. Borges de Medeiros escreve sobre espaço social que os trabalhadores deveriam ter, a importância que as corporações profissionais deveriam possuir, fala na função social da propriedade. A constituição do México é uma marca da função social da propriedade, uma modernidade naquele momento. Borges cita a Constituição, afirmando que é irretocável no seu conteúdo:

A Constituição do México, porém, é a que, com alguma antecedência, melhor legou a respeito, e tão completamente, que não me resta outra coisa a fazer senão transladar os seus dispositivos integralmente, sem mesmo alterar-lhe a redação (MEDEIROS, 1933, p. 33).

Outra marca de modernidade da obra de Borges é que Benjamin Constant ainda estava em um processo de tratar os textos constitucionais de uma maneira muito política, voltada a encontrar valores para guiar a sociedade, a reger a comunidade. Na obra de Borges, há uma transição muito avançada para o Direito Constitucional. Há um uso semelhante ao atual para termos como “soberania”, “federalismo”, quando ele usa normas estrangeiras ele usa a palavra “transplante” de normas.

Mais tarde, ele escreve também que a Constituição tem um sentido histórico, ligado ao liberalismo, mas que também deveria ser estudada sob um viés técnico-jurídico. Ele afirma que há uma Ciência do Direito, mas no caso do Direito Constitucional, essa ciência vinha associada à ciência política. Escreve inclusive sobre o controle de constitucionalidade nos Estados Unidos com termos recentes, que são utilizados atualmente nos cursos de Direito.

Em outro sinal de atualização, de contato do Borges com acontecimentos recentes, ele usa muito constituições estrangeiras simbólicas até hoje, mas recentes durante a elaboração do livro. Sobretudo, usa a constituição de Weimar, inclusive ele cita o federalismo de cooperação, tema até hoje debatido e moderno. Ele afirma: “[no] século XX, a doutrina não é mais uma escola jurídica, é a própria vida” (BORGES, p. 30). E cita a Constituição do México, da Áustria, dos Estados Unidos, de Danzig, mas ele não traz as normas da maneira como as norte-americanas foram interpretadas em 1891. Borges parece ter parte das inquietações de Alberto Torres: não tenta trazer um ordenamento integralmente e aplica ele no Brasil como se fosse funcional. Afirma que busca pontualmente quais normas são adaptáveis ao Brasil e sugere mais adaptações conforme o necessário, para então in-

introduzir elas no ordenamento moderno. O parágrafo a frente mostra essa realidade, tanto no uso dos termos quanto na preocupação de fazer adaptações socialmente adequadas:

Não bastava, porém, assimilar, imitar e transplantar o que de melhor nelas se encerra, em realidades positivas e em soluções futuras. Era preciso também vencer outra dificuldade maior, a de joeirar e coordenar o que fosse mais conveniente às condições e peculiaridades do nosso viver nacional (MEDEIROS, 1933, p. 7).

Ao longo do livro ele fala na necessidade de proteger o trabalhador, por exemplo. Sobre a educação, tema também abordado, Borges afirma que o Brasil tinha um déficit tão severo que, junto da iniciativa privada, livre, atuando como preferisse, o Estado deveria oferecer educação quando necessário. É condizente com o que ele fez no Rio Grande do Sul e elevou os índices para alguns dos melhores do Brasil por décadas após seu governo. Ele trata também da função da sociedade organizada, na limitação de direitos pessoais quando fosse necessário ao bem da comunidade e na ideia de democracia corporativa.

2.3 Comparações entre Constant e o Poder Moderador de Borges de Medeiros

Estamos nos encaminhando para a parte principal da palestra. Afinal, o que foi o Poder Moderador de Borges de Medeiros? Uma parte substancial, introduzindo essa ideia, é que ele via na América Latina uma tendência a ter presidentes fortes demais. Nos Estados Unidos, por causa do Judiciário e da sociedade livre, havia meios de conter ideias excessivas. Aqui, no entanto, não havia Judiciário funcionando dessa forma e tampouco uma sociedade capaz de limitar o Executivo por outras vias. Então, era um continente inteiro sob a regra geral de Executivos excessivamente potentes. Eis suas palavras:

Os elementos do centralismo nos Estados Unidos são os juizes conservadores, hostis às reformas ousadas, penetrados da tradição centralista. Na America Latina, ao contrário, é o presidente da Republica que é o elemento mais poderoso... (MEDEIROS, 1933, p. 41 e ss, e 59 a 65)

Ele propõe um Poder Moderador que iria sustentar um Estado Social e retirar poder do Executivo. Ele defende que não adiantaria recriar um

parlamentarismo no Brasil, seria apenas entregar todo poder ao Legislativo, o que não serviria para resolver os problemas existentes, e, de qualquer sorte, não funcionava bem na maior parte da Europa:

[...] é necessário que ela esteja fora, que seja neutra de alguma sorte, para que sua ação se aplique por toda a parte onde é necessário que seja aplicada, e para que seja preservadora e reparadora sem ser hostil (MEDEIROS, 1933, p. 72).

A ideia dele é um projeto de Estado Social sustentado por meio de um magistrado eleito, detentor das capacidades de moderação, que controlaria os demais poderes para evitar a tendência latino-americana de Poder Executivo com excesso de poder político.

E como mostrar as semelhanças e diferenças em relação a Benjamin Constant em sua obra de 1815? Vou explicar o método que estabeleci para ser menos repetitivo e mais claro. Atrás de mim há letras azuis [itálico] e letras vermelhas [negrito]. O que está azul [itálico], Borges manteve muito semelhante no seu Poder Moderador, guardando as estruturas de Benjamin Constant. E, por sua vez, o que está em vermelho [negrito]³, Borges alterou. Portanto, vou tratar brevemente tudo que está igual e, quando acabar, vou tratar exclusivamente das partes alteradas, que tem novidades em relação ao sistema de Constant. Assim se podem ver as diferenças sem ter uma repetição excessiva de informações e comparar melhor. Vejamos o original de Constant tratado sob esse método, que depois será acrescido de comentários específicos que não aparecem no trecho abaixo:

Il reste aux monarques, sous une constitution libre, de nobles, belles, sublimes prérogatives. A eux appartient ce *droit de faire grâce*, droit d'une nature presque divine, qui répare les erreurs de la justice humaine, ou ses sévérités trop inflexibles qui sont aussi des erreurs : à eux appartient **le droit d'investir les citoyens distingués d'une illustration durable**, en les plaçant dans cette magistrature **héréditaire**, qui réunit l'éclat du passé à la solennité des plus hautes fonctions politiques : à eux appartient le *droit de nommer les organes des lois*, et d'assurer à la société la jouissance de l'ordre public, et à l'innocence la sécurité : à eux appartient **le droit de dissoudre les assemblées représentatives**, et de préserver ainsi la nation des égarements de ses mandataires, en l'appelant à de nouveaux

3 Altero o azul para itálico; e vermelho para negrito, exclusivamente para fins de impressão da palestra.

choix : **à eux appartient la nomination des ministres**, nomination qui dirige vers le monarque la reconnaissance nationale, quand les ministres s'acquittent dignement de la mission qu'il leur a confiée : à eux appartient enfin la **distribution des grâces, des faveurs, des récompenses, la prérogative de payer d'un regard ou d'un mot les services rendus à l'état**, prérogative qui donne à la monarchie un trésor d'opinion inépuisable, qui fait de tous les amours-propres autant de serviteurs, de toutes les ambitions autant de tributaires (CONSTANT, 1815, p. 54-56).

Então, primeira das igualdades: o direito de alterar decisões judiciais que fossem consideradas excessivas - anistia, graça, indulto. Tanto Benjamin Constant quanto Borges disseram que o Poder Moderador poderia alterar as decisões dos juízes nesse sentido. Detalhes diferem, a competência permanece. Essa competência medieval de rever punições estatais, uma parte central do poder dos reis do antigo regime permanece até hoje nas constituições e foi mantida por ambos.

Próxima semelhança, quanto ao Poder Judiciário. Tanto Constant quanto Borges concordam que o Judiciário deve ser todo nomeado pelo Poder Moderador - e Borges tinha plena ciência das circunstâncias criadas em decorrência disso. É interessante porque, no Brasil, a nomeação no Executivo não serviu como um avanço ao Judiciário na Primeira República, que fora duramente criticada por ele, inclusive quanto à capacidade do Judiciário conter o Executivo quando comparado com os Estados Unidos. Pelo contrário, salvo alguns órgãos federais, os juízes tiveram dificuldades profundas no quesito independência. Mas ele propõe e foi o que ele aplicou no Rio Grande do Sul durante seu governo.

Próximo ponto de união dos projetos, o poder de dissolver as assembleias representativas. É um aspecto muito importante para o Benjamin Constant e também para Borges, ainda que no projeto de Borges, o presidente apenas pudesse convocar o refendo no qual a população poderia decidir pela dissolução da assembleia, conforme o artigo 89 de seu projeto (MEDEIROS, 1933, p. 137). O principal meio de conter o Legislativo eleito não é o veto a uma lei pelo Executivo ou o controle de constitucionalidade do Poder Judiciário. Quando há uma instabilidade maior, dissolve-se o corpo completamente e convocam-se novas eleições. É o poder de superação de crises, que até tão recentemente, 2011, a monarquia inglesa teve. É um poder político muito grande, o poder de alterar o Legislativo quando o Poder Moderador quisesse.

Por fim, a última grande semelhança de sistemas: a nomeação dos ministros, formadores do Poder Executivo. Iriam ser vários ministros, cada

um em sua pasta, cada um em suas funções, sem um Primeiro Ministro. Os dois projetos previam que o Poder Moderador iria escolher esses ministros. No caso do Borges, com aceitação da assembleia, mas uma fonte de grande poder político para o Poder Moderador (MEDEIROS, 1933, p. 135 a 137).

Quanto às diferenças relevantes, veremos diversas, a maioria reforçando o Poder Moderador de Borges em relação ao de Constant. Começo pelas diferenças menos importantes para que, na medida em que as mais importantes forem tratadas, um fechamento da palestra seja encaminhado.

Inicialmente, como é típico na cultura francesa, Benjamin Constant previu que o Poder Moderador pudesse dar valores e prêmios para pessoas que fizessem contribuições sociais e atos de heroísmo. É algo que ocorre atualmente, um imigrante que salva alguém em incêndios, que realiza um ato de grande bravura, ser premiado com a cidadania em um processo sumário. Tal prática não é comum na cultura brasileira, não é frequente. Essa função aparece no texto do Benjamin Constant, mas não aparece no projeto do Borges. É a menos importante das diferenças.

Segunda diferença: o Borges amplia o rol de nomeados pelo Poder Moderador. Não são apenas os ministros de Estados e membros do Judiciário, também incluído o Tribunal de Contas e o Tribunal Eleitoral. A diferença é pequena enquanto sistema, mas que mostra um Estado maior, com mais funções complexas, e que a atribuição desses cargos continuaria no Poder Moderador - artigo 88, §4º.

Terceira, os ministros eram escolhidos nos dois projetos pelo Poder Moderador, mas a demissão era relativamente diferente. Os ministros poderiam ser demitidos com liberdade no projeto de Constant; no de Borges, nem tanto (MEDEIROS, 1933, p. 148 a 153). Havia três previsões pelas quais ministros que formavam o Executivo podiam ser demitidos: primeiro se o Poder Moderador julgasse que eles não estavam auxiliando no cumprimento de suas tarefas. Segundo, os ministros deveriam assinar todos os atos do Poder Moderador e se um ministro se recusasse a assinar isso era motivo para saída dele. A assinatura significava que o ministro estava se responsabilizando conjuntamente pelo ato, então, no momento em que não houvesse uma harmonia entre a vontade do Poder Moderador e a do ministro, caberia ao Moderador escolher um novo. Por fim, sempre que os ministros entrassem em conflito com o Legislativo, caso o Presidente decidisse dessa forma. Em conclusão, havia esses motivos, bastante amplos, mas sem liberdade plena. Uma diferença igualmente pequena, ainda que em assunto importante.

Próxima diferença, e uma que muda muito o Poder Moderador

de Borges de Medeiros, ampliando seu poder em relação ao de Benjamin Constant e o aproximando do Presidente da República da tripartição típica. A iniciativa das leis e o poder de promover referendos de leis já aprovadas estavam previstas para o Poder Moderador (artigo 88, §21). Consequentemente, ele é um poder muito mais ativo, pode sugerir leis diretamente, algo que Benjamin Constant não prevê e não faz parte da ideia central dele, a ideia de um poder neutro e afastado. Qualquer fato social conflituoso passa a ter, potencialmente, um a atuação direta do Poder Moderador e mesmo sua omissão pode ser considerada como eloquente durante a discussão.

Quinto elemento relevante que distancia o Poder Moderador de Borges do de Constant: o presidente, que exerce o Poder Moderador, tem poder regulamentar (artigo 88, §2º). Ele faz decretos dando execução às leis. Os decretos devem ser apresentados por propostas dos ministros, o Poder Moderador apenas outorga sua assinatura, mas sua competência de demitir ministros que se recusem a concordar com ele reforça o seu papel de controle sobre essa atividade. Esse poder dá efetividade às leis, é muito relevante na prática, é outra expansão profunda na capacidade de exercer poder político ativos por parte do Poder Moderador, que cada vez menos parece neutro, como proposto por Constant mais de um século antes.

Sexta diferença. No Direito Internacional, o Poder Moderador “era o Chefe de Estado” para Borges de Medeiros. Fazia representação diplomática, guerra e paz e negociação de tratado - são todos assuntos que no Benjamin Constant pertencem ao Poder Legislativo, algo incomum na organização moderna, ligado, em Constant, à importância das decisões. Borges trouxe essas competências para o Poder Moderador, em semelhança a um Executivo típico, e afastado do Poder Moderador original, ainda que, em alguns momentos, com referendo da assembleia (artigo 88, §§6º, 7º, 17, 18, 19).

Sétima e penúltima diferença: Borges de Medeiros afirma que a chefia das Forças Armadas é competência do Poder Moderador (artigo 88, §§8º, 9º, 20), tanto como por ser o militar de maior hierarquia, quanto na relevante tarefa de distribuição das tropas no território. Benjamin Constant, no livro *Princípios*, tem uma parte extensa (CONSTANT, 1815, p. 205-219) falando sobre o papel do exército, comparando-o, até certo ponto, a um poder político (ao menos na prática), ainda que não reconhecido nas divisões de poderes. Constant afirma que quando uma crise se instala, a decisão do exército de atuar ou não a seu respeito faz muita diferença nos acontecimentos e, portanto, o autor estabelece uma série de requisitos e questões sobre o exército e uma delas é que o exército é regulamentado pelo Poder Legislativo - *“Le seule garantie possible contre les guerres inutiles ou injustes, c’est*

l'énergie des assemblées représentatives. ... C'est donc à elles et au sentiment national qui doit les diriger, qu'il faut s'en remettre..." (CONSTANT, 1815, p. 206). De outra forma, para Constant, o poder neutro teria a chefia e distribuição de uma força política de grande dimensão social - algo previsto por Borges de Medeiros.

Por fim, encerrando as comparações, a forma de escolha. O poder do Benjamin Constant é um poder hereditário, o chefe da dinastia, o herdeiro da coroa, com olhos para a Inglaterra e seus séculos de história, interpretada como muito bem-sucedida em seu governo e instituições (CONSTANT, 1815, p. vii, 36, 43).

Isso não ocorreria para Borges de Medeiros: o Poder Moderador de Borges seria eleito por voto direto da população dentre políticos que gozassem de seus direitos e com mais de 35 anos. Ele era um Poder Moderador com semelhança ao Presidente da República - esse é inclusive o nome do cargo (artigo 82 do projeto de Borges). O Poder Executivo era delegado a um conselho de ministros escolhidos pelo presidente e aprovados pelo Legislativo (artigo 109). Na escolha do chefe do Poder Moderador, caso ninguém alcançasse a maioria dos votos diretos da população, os dois mais bem votados seriam escolhidos pelo Legislativo. Borges, inclusive, previa uma reeleição por três quartos dos votos (artigos 85 a 87), portanto muito difícil de acontecer, mas possível. Assim, no Brasil, ele seria eleito, o que impõe mais uma diferença substancial, porque quando há um rei hereditário, um dos aspectos mais importantes a seu respeito é que ele não vai ter feito campanha defendendo sua pessoa em atrito com outras e não vai ter se posicionado sobre diversos temas sociais e políticos polêmicos - ele é o poder neutro. No Brasil surgiria a necessidade de mostrar para a sociedade porque aquele político deveria ser eleito e não seus concorrentes, isso exige mais posicionamento político, um contexto muito afastado pensamento de Constant e próximo de um presidencialismo.

Talvez por reconhecer no seu projeto uma grande expansão de poderes desse árbitro - que não era tão neutro quanto o de Constant -, Borges cria duas medidas para a retirada do cargo do eleito. Primeiramente, o Legislativo pode, por 2/3 dos votos, fazer um plesbício e a maioria da população pode então, a qualquer tempo, retirá-lo do cargo. Borges afirma ser uma espada pendendo sobre a cabeça do Poder Moderador, se ele passar dos limites, a população tem meios para agir. E, em segundo lugar, há um sistema bem desenvolvido de *impeachment* do Poder Moderador. A responsabilidade política bem semelhante ao impedimento dos chefes do Poder Executivo. Se o processo fosse iniciado, seria formado um colegiado especial para julgamento, não tão diferente do sistema brasileiro atual (ar-

tigos 91 e 92).

Essa possibilidade de impedimento faz um contraste muito severo com a ideia de um poder neutro, politicamente irresponsável, como defendido por Constant. É uma ida ao outro campo de papéis políticos, uma afirmação clara de que, além das competências ampliadas, há também a responsabilidade política decorrente de seu papel:

Essa arma sempre impendente, como a espada de Damocles, valendo como uma ameaça, forçará o presidente a conter-se invariavelmente dentro dos justos limites do seu cargo... (MEDEIROS, 1933, p. 87).

É muito diferente, inclusive, do regrado na Constituição de 1824, mais fiel a Constant. No artigo 126, o monarca pode ser retirado de seu cargo por duas razões: se ele é incapaz física ou moralmente - quando, então, o príncipe regente iria governar se já tivesse mais de 18 anos. Em outras palavras, ele não ia ter responsabilidade em nenhum caso, como diz o artigo 99: *“A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma”* (BRASIL, 1824). Ele poderia ser retirado do cargo em decorrência dos seus atos, mas nem nessa hipótese ele seria responsabilizado formalmente.

Em conclusão, Borges de Medeiros estabelece um Poder Moderador bem mais amplo, ativo, responsável por nomear cargos, controlar as forças armadas e tomar iniciativas importantes de política diária. Por um lado, ele pode ter desenvolvido tal proposta vendo um cenário de Getúlio Vargas com grande poder, imaginando uma institucionalização da situação de então, adaptando o Poder Moderador ao momento em que o Brasil vivia e o aproximando de um Poder Executivo. Apesar dessa possibilidade, sua apresentação afirma ser no sentido de moderar o sistema, melhorando a capacidade de autocontenção dos poderes e aumentando o papel da sociedade nas escolhas de representantes (ou suas retiradas), resolvendo questões que afetavam o Brasil e a América Latina.

Considerações finais

Borges de Medeiros criou uma proposta em que o Poder Moderador teria uma posição de mais atividade e muito mais meios para influenciar a política. A diferença, quando constatado ao lado dos planos de Constant, é muito significativa.

Como foi recebido esse projeto na prática? Era uma proposta que retiraria poder de Vargas, permitiria plebiscitos e a manifestação popular

sobre sua continuidade no cargo. Ele recebeu o livro com respeito, mas sem perspectiva de que a obra pudesse ser um projeto aplicável. Vargas continuou o plano de elaborar uma constituição, que seria a de 1934. Ele adaptou a ideia de Alberto Torres de ter uma coordenação dos poderes, bem leve se comparada à de Borges, feita pelo Senado. Na prática, em grande parte, quem coordenava a política era o próprio Vargas.

Como última imagem, uma imagem de Borges de Medeiros e Flores da Cunha, durante discurso no início dos anos 1900 em Porto Alegre. Um dos grandes líderes políticos da Primeira República falando à população de seu Estado.

Imagem 6: Discurso em Porto Alegre, início dos 1900.



Fonte: NUPERGS - UFRGS

Portanto, o projeto de Borges de Medeiros foi recebido com deferência. A imprensa, quando se manifestou, afirmou que era um livro importante; autores comentaram seu conteúdo. Um projeto de um político experiente, mas insatisfeito com a Primeira República que ele mesmo havia ajudado a implementar. Ainda naquele ano, foi aceito que o Borges de Medeiros se opusesse ao Vargas na eleição presidencial. Não era difícil prever o resultado. Borges de Medeiros teve 59 votos, Getúlio teve 175 e, portanto, o veterano gaúcho não ganhou as eleições. O projeto permaneceu ideia, como ele previra nas primeiras páginas da obra.

Referências

- BRASIL. *Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Colleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891. Partes I e II de 24 de Fevereiro a 30 de junho. Volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
- BRASIL. *Constituição Politica do Imperio do Brazil*. Coleção das Leis do Imperio do Brazil de 1824. Parte 1ª. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- CONSTANT, Benjamin. *Principes de Politique*. Paris: Chez Alexis Eymery, 1815.
- CONSTANT, Benjamin. *Réflexions sur les Constitutions*. Paris: H. Nicolle, 1814.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O poder moderador na constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933: um estudo de direito comparado. *Revista de Informação Legislativa*, v. 47, n. 188, p. 93-111, out./dez. 2010.
- MEDEIROS, Borges de. *O Poder Moderador na República Presidencial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1993. Edição utilizada: S. A. Diário de Pernambuco, 1933.
- PINTO, Paulo Brossard de Souza. *Prefácio de Paulo Brossard*. In: MEDEIROS, Borges de. *O Poder Moderador na República Presidencial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1993.
- UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul. Arquivo do NUPERGS - Núcleo de Pesquisa e Documentação Política Rio-Grandense. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/nupergs/> >. Acesso em: 16 jun. 2019.

DOCUMENTAÇÃO

Comentários à aplicação do art. 1.276 do Código Civil em âmbito municipal

Wagner Feloniuk^{1*}

Introdução

Este texto trata do abandono de bens imóveis e, uma vez caracterizado, da possibilidade de os bens passarem à propriedade dos municípios caso cumpram uma série de requisitos legais, conforme previsto no Código Civil (art. 1.276) e na Lei Federal 13.465/2017 (arts. 64 e 65). O foco são imóveis que tenham valor cultural reconhecido e que, concomitantemente, estejam a longo tempo desocupados, permitindo que a prefeitura percorra um caminho para encontrar o proprietário e, caso não encontre ou não haja vontade de permanecer proprietário, arrecade o bem.

A seguir, há um texto dividido em três partes. Inicialmente, com aspecto dogmático, há um guia de aplicação do projeto em anexo, mostrando os momentos principais e sugerindo práticas para que a proposta seja aplicada com sucesso, respeitando o devido processo administrativo e os direitos dos proprietários. Não é um detalhamento exaustivo, é um complemento e comentário ao projeto. A segunda fundamenta a lei, explicando quais preocupações estiveram presentes na sua revisão. A terceira parte, igualmente curta, apresenta as demais normas que autorizam e dão os marcos para a elaboração desse projeto.

1 * Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2019-atual). Doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2016), Mestrado Acadêmico (2012), Especialização em Direito do Estado (2011) e Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais com láurea acadêmica (2010) na mesma instituição. Professor de Direito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2018-2019) e outras instituições. Editor-Executivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, membro do Conselho Editorial da Revista E-Civitas, da Revista Brasileira de Direitos Humanos da Lex Magister, das editoras científicas DM e RJR. Ex-editor das revistas Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS (2012-2016) e Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (2015-2019). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa CAPES: A metodologia jurídica na Pós-Modernidade (UFRGS), Direito e Filosofia (UFRGS) e Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico e Social (IFRS). Membro da Associação Nacional de História, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Associação Brasileira de Editores Científicos, e Membro Pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Áreas de Pesquisa: Direito Constitucional, História do Direito, Teoria do Estado.

1 Aplicação da norma

1.1 Primeira fase - Procedimento Administrativo de Declaração de Vacância

1.1.1 Consideração inicial

A arrecadação de um bem é formada por duas fases distintas. A primeira é um procedimento administrativo feito pelo município, ela serve para verificar se o imóvel é passível de ser arrecadado. Nessa fase, o município dispõe de tempo para juntar documentos, fazer reuniões para discutir o interesse em realizar a arrecadação, verificar a situação do imóvel e decidir se parecem estar cumpridos os requisitos legais. É uma fase inicial, anterior à notificação do proprietário, que pode ser encerrada sem a segunda fase ocorrer, caso se conclua que não se trata da situação de abandono prevista.

Uma adequada instrução de documentos na primeira fase, com a juntada dos itens elencados e a verificação da existência dos requisitos legais do abandono é o principal cuidado. O mero arquivamento do procedimento, caso se conclua que a lei não é aplicável, terá um custo mínimo ao município, então essa possibilidade deve permear a avaliação.

A hipótese normativa descrita pela palavra “abandono” remete, seguindo o Código Civil e o restante do projeto, a três fatores², todos indispensáveis à arrecadação do bem:

a) um imóvel urbano que não esteja na posse do proprietário ou de outrem. Não esteja, em suma, ocupado por ninguém. Há, como forte indício dessa situação, o não pagamento de tributos do imóvel nos últimos cinco anos, conforme descreveu a Lei Federal 13.465, art. 64, §1º, mas esse inadimplemento não é obrigatório, apenas cria a presunção legal;

b) o imóvel não esteja cumprindo os fins econômicos e sociais da propriedade, e não esteja conservado. A lei, nesse sentido, deve ser lida como excluindo do abandono os imóveis desocupados que são partes de projetos futuros e os que, apesar de desocupados, estão sendo mantidos em condições de conservação adequadas pelo proprietário, indicando sua intenção de manter o patrimônio ou de se desfazer em condições por ele escolhidas;

c) esteja tombado ou sujeito à medida protetiva como bem do patrimônio cultural do país, estado ou município, considerando em especial o texto do artigo 216, §1º da Constituição. Assim, só são passíveis de arre-

2 Corresponde ao artigo 1º do projeto.

cadação, neste projeto, os bens que forem conhecidos como culturalmente relevantes. Excluída a possibilidade de a arrecadação com a finalidade de aumentar o patrimônio municipal ou, de qualquer outra forma, criar efeitos sobre patrimônios de indivíduos sem estar presente um evidente interesse público.

O imóvel que tenha as três características pode ser considerado para arrecadação. Caso falte alguma delas, não estarão cumpridos os requisitos básicos para aplicação do restante do projeto. Dessas, as duas primeiras dependem do proprietário e a última, da prefeitura. No caso da última, portanto, o tombamento ou instauração de medida protetiva municipal é um passo importante, que deve ser tomado em ato administrativo prévio à primeira fase caso não tenha ocorrido ainda.

1.1.2 Abertura do Procedimento de Declaração de Vacância

O procedimento inicial tramita no órgão da prefeitura indicado pela lei, no projeto, a Secretaria de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Econômico³. A escolha do órgão deve se dar de acordo com a estrutura existente em cada município. O início do procedimento pode se dar por duas vias. Uma é a notícia formal de terceiros, abrindo espaço para que qualquer pessoa indique a possibilidade da arrecadação, que vai ser, então, estudada pela Administração.

Alternativamente, caso a própria Administração do município tenha interesse em avaliar a arrecadação, a lei prevê que um memorando seja elaborado. Ele deve verificar as condições em caráter inicial e fazer a recomendação adequada. O memorando deve ser elaborado por um agente público que tenha recebido designação de inspecionar e fazer vistoria de bens abandonados. Nesse caso, é importante a prefeitura fazer a designação administrativa de um ou mais agentes, e estes farão o memorando inicial após verificarem as condições. O termo escolhido para esses responsáveis é agente público, não servidores, permitindo que todos os agentes, como agentes políticos eleitos (vereadores), empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão sejam igualmente habilitados.

Recebida a notícia ou o memorando, o documento irá à consideração do órgão designado e seu chefe pode decidir iniciar o procedimento administrativo. Se for decidido pelo arquivamento, o procedimento não é aberto. Caso a decisão seja pela continuidade, uma portaria declara a aber-

3 Corresponde ao artigo 2º do projeto.

tura do Procedimento de Declaração de Vacância.

1.1.3 Tramitação do procedimento

A tramitação após a portaria é formada, principalmente, pela juntada dos documentos previstos⁴. Esses documentos são a parte principal dessa primeira fase e embasarão, mais tarde, a segunda fase, motivo pelo que a juntada e qualidade de sua produção é importante para todo o restante da arrecadação.

Esses documentos deverão ser juntados na medida em que existirem, alguns não serão acessíveis ou passíveis de serem elaborados - por exemplo, pode não haver obrigações fiscais, ou pode não haver memorial descritivo do bem à disposição.

A juntada dos documentos pode ser um processo alongado. A prefeitura não tem prazos nessa fase, cabendo a ela verificar a conveniência da continuidade.

1.1.4 Fim do procedimento

Uma vez terminada a coleta dos documentos previstos no projeto, o procedimento deve voltar ao chefe do órgão onde tramita o processo.

Haverá uma nova decisão⁵. Ela pode ir em dois sentidos. O primeiro é o de declarar a vacância e ordenar a abertura da segunda fase - o processo administrativo. A segunda possibilidade é um documento fundamentando o fim do procedimento sem declaração de vacância, levando ao mero arquivamento do ato e não continuidade para a segunda fase. Os documentos colhidos e a caracterização do abandono são o fundamento principal para essa decisão.

1.2 Segunda fase - Processo Administrativo de Arrecadação

1.2.1 Consideração inicial

Caso a decisão do responsável pelo procedimento seja pela declaração de vacância, o procedimento é encerrado e um processo administrativo é criado para esse fim - é o Processo Administrativo de Arrecadação. Esse processo deve conter todos os documentos do procedimento, incluindo notícias de terceiros, memorandos, portarias de abertura e encerramento, bem como todos os dados relativos ao imóvel colhidos anteriormente.

⁴ Corresponde ao artigo 3º do projeto.

⁵ Corresponde ao artigo 4º do projeto.

Por ser um processo, devem ser observados os princípios de Direito Administrativo relevantes e, quando houver omissões, é preferível adotar os procedimentos conforme previstos na Lei de Processo Administrativo. Os atos realizados nessa fase, especialmente os que criarem efeitos jurídicos relevantes, poderão vir a ser rediscutidos pelo Poder Judiciário caso o proprietário decida dessa forma.

Importa ressaltar que a mudança de propriedade sem ato de vontade do proprietário perante Oficial de Registro ou decisão de juiz em processo, apesar de estar expressamente prevista no Código Civil, é uma previsão pouco comum na tradição jurídica brasileira. Todos os atos devem ser realizados com grande atenção, garantindo-se a legalidade e moralidade, permitindo acesso às partes aos atos, a apresentação de novas provas e todas as oportunidades de apresentar contraditório solicitadas.

1.2.2 Notificação do proprietário

Depois da formação do processo e juntada de documentos, deve haver a notificação do proprietário para que ele apresente, se quiser, impugnação. O seu prazo é de trinta dias, contado do primeiro dia útil após a notificação.

Quando é aberto o processo, ainda não há posse provisória do município. Consequentemente, se o proprietário apresentar impugnação expressando a vontade de permanecer proprietário, a transmissão da propriedade é inviabilizada. Nesse caso, o proprietário permanecerá proprietário e continuará, eventualmente, devedor dos tributos relacionados ao imóvel. Se, em uma execução, um magistrado determinar a alienação desse imóvel para o pagamento de eventuais tributos, ele poderá perder a propriedade - mas essa hipótese só é possível em âmbito judicial.

A notificação poderá ser feita por três vias⁶.

a) antes de procedimentos formais, a notificação pode ser feita por mensagem eletrônica (*e-mail* e outros softwares e aplicativos). Caso o proprietário apareça espontaneamente mediante pedido para fazê-lo e uma secretaria colha assinatura, o prazo de trinta dias começa a contar e a notificação está suprida. Igualmente, ele pode receber o conteúdo do processo por mensagem e comparecer já com sua defesa e, mesmo operada a preclusão, é prudente esperar os trinta dias. A mera resposta a uma mensagem eletrônica, pela dificuldade em garantir a identificação de quem a elabora, não é suficiente. Nada impede que a prefeitura troque mensagens, instrua

6 Corresponde ao artigo 5º do projeto.

o proprietário, mas se ele não comparecer ao processo devidamente, é necessário seguir para os passos formais de notificação;

b) a primeira via de notificação é por correspondência. Foram utilizadas as regras do Código de Processo Civil, na qual se pede que o carteiro tome a assinatura do notificando ao fazer a entrega;

c) a segunda via só é utilizada caso o envio da correspondência seja frustrado. Isso pode ocorrer, por exemplo, se não havia endereço conhecido, se o proprietário não reside mais no local ou se ele se recusa a assinar. A via do edital é utilizada publicando o ato em imprensa local e meio eletrônico. A notificação será considerada realizada após quinze dias da publicação nesses meios e, com isso, começam a contar o prazo dos trinta dias.

Após o prazo de trinta dias, caso não sejam pagos os créditos apurados e nem apresentada uma manifestação do titular do bem, presume-se que ele concorda com a arrecadação. Caso ele compareça apresentando concordância, igualmente, a arrecadação pode ocorrer.

1.2.3 Decreto de Arrecadação de Bem Imóvel Declarado Vago

Uma vez que haja concordância com a arrecadação ou inexistir manifestação em contrário, o processo administrativo deve ser enviado à consideração do Prefeito Municipal. Ele tem a prerrogativa de elaborar o Decreto de Arrecadação de Bem Imóvel Declarado Vago e promover sua publicação em jornal de circulação local e meio eletrônico.

A partir desse decreto, a prefeitura pode tomar a posse provisória do bem e iniciar atos voltados à sua utilização para os fins permitidos em lei⁷: serviços públicos, programas habitacionais ao fomento da Reurb-S ou objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins culturais, filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município. Não há previsão, no projeto, de que a prefeitura arrecade bens para sua alienação, nos termos da Lei Federal nº 13.465, então a venda do imóvel não é uma opção prevista. O projeto foi estruturado para resguardar bens de importância cultural e, em especial, ensinar que áreas possam ser utilizadas para fins culturais e de defesa de patrimônio histórico.

7 Corresponde ao artigo 5º, §§ 5º a 7º do projeto.

1.2.4 Prazo de três anos

Durante três anos, a prefeitura pode exercer a posse provisória⁸. Se o proprietário se manifestar no processo administrativo nesse período, conforme previsão expressa Lei Federal nº 13.465, o município tem direito a permanecer na posse provisória enquanto não for cumprido o requisito de devolução prévia de todos os valores dispendidos durante a posse. Ela não é desfeita antes disso.

No projeto foi acrescentado ainda dois requisitos que podem ser cumpridos ao longo dos três anos do prazo do Código Civil. Se o proprietário tiver feito o pagamento dos custos da posse provisória, isso ocorre, inclusive, com o proprietário novamente na posse de seu imóvel. Um é apresentar um plano de restauração a ser executado em até doze meses; o segundo, o pagamento - ou negociação de um plano viável - de todos os encargos e responsabilidades que aquele imóvel tenha com o município. Esses dois requisitos não aparecem na legislação federal, mas parece estar dentro da discricionariedade legislativa estendida pela Lei Federal nº 13.465, e é um meio relevante de defender o patrimônio cultural do bem nessa situação.

Caso o proprietário compareça ao processo e cumpra os requisitos, ele retoma a propriedade e posse de seus bens. Se ele não comparecer ou se ele frustrar os planos e prazos que ele mesmo estabelecer com a prefeitura em eventuais planos de pagamento, ao final dos três anos, o Código Civil permite a sucessão do imóvel em favor da prefeitura⁹.

1.2.5 Fim do processo e mudança de propriedade

O processo administrativo deverá ser levado ao oficial de registro responsável pela circunscrição onde estiver registrado o imóvel, pedindo a alteração da propriedade.

Após a passagem da propriedade, a Lei Federal nº 13.465 prevê que o município pode realizar, diretamente ou mediante terceiros, investimentos para que o imóvel atinja os objetivos econômicos, sociais e culturais a que se destina. Conforme o artigo 65 da referida lei, esses imóveis devem “ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município ou do Distrito Federal”.

8 Corresponde ao artigo 6º do projeto.

9 Corresponde ao artigo 7º do projeto.

2 Proteção do direito de propriedade e o abandono de bens

A Constituição de 1988 garantiu o direito de propriedade e o dever de atender sua função social no artigo 5º, incisos XXII e XXIII¹⁰. São normas de profundo impacto, organizadoras de relações sociais e que representam um modelo social e cultural adotado e desenvolvido há séculos no continente europeu e, posteriormente, no americano. Essas normas consolidam e operacionalizam a liberdade de iniciativa e a proteção perante o Estado. É um modelo de sociedade que vem se desenvolvendo principalmente dentro da doutrina do liberalismo político, no qual, em resumo alusivo à Declaração de Direito do Homem e do Cidadão de 1789, deve se encontrar uma declaração de direitos e uma separação de poderes estatais voltados à sua autolimitação¹¹.

Além dessas normas centrais para a organização social, a proposta teve o objetivo de proteger o patrimônio cultural. Em ações com esse objetivo, a Constituição expressamente prevê uma série de ações no artigo 216, §1º, citando expressamente a desapropriação como uma medida constitucionalmente adequada: *“Art. 216, §1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”*. Este projeto não trata de um caso de desapropriação, pois está seguindo expressamente o regramento da arrecadação previsto no Código Civil, mas esta previsão mostra o respeito do projeto ao sistema constitucional. Ele é adequado e proporcional ao patamar de proteção que o patrimônio cultural encontra na norma constitucional.

O contexto inicial, portanto, é o de criar uma lei que garanta o direito de propriedade e mantenha claro, a cada momento, que todo o ato estatal que modifique as relações entre indivíduos e seus bens sejam elaborados sob a luz da Constituição. Busca-se respeitar o direito de propriedade, mas não apenas, também está presente o intuito de que o devido processo legal seja seguido, a ampla defesa e o contraditório estejam presentes tanto nos momentos iniciais, quanto em todos os atos seguintes. Dentro dos atos

10 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

11 Tradução livre: “Toda sociedade em que a garantia de direitos não é assegurada, nem a separação de poderes determinada, não tem constituição”. Original: “Toute société dans laquelle la garantie des droits n’est pas assurée, ni la séparation des pouvoirs déterminée, n’a point de Constitution”. FRANÇA. Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen de 1789. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/laconstitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

que forem tomados, a Constituição está em vista também por autorizar a defesa da cultura, inclusive alterando a propriedade de bens. Mas verificar o que significa, nesse contexto, respeitar a propriedade, depende de relembrar brevemente de fatos anteriores.

Houve momentos em que o direito de propriedade foi defendido com poucas limitações. Um dos auge nesse viés foi com o Código Civil francês de 1804, o *Code civil napoléonien*, que previa a propriedade como sendo o direito de utilizar e dispor das coisas da maneira mais absoluta¹². No entanto, mesmo naquele momento, ressalvas estavam presentes: o uso não poderia ser feito desrespeitando leis e regulamentos; a propriedade poderia ser desapropriada para utilidade pública mediante condições¹³; as propriedades sem um dono que a reivindicassem seriam do Estado¹⁴.

Em relação ao auge, a liberdade no uso da propriedade seria restringida conforme demandas políticas e sociais novas surgiram no final do século XIX e ao longo do XX. O século passado foi de reflexão sobre os limites da propriedade quando o seu uso é inapropriado. Os marcos de maior atenção dos juristas são a Constituição do México de 1917 e, com grande importância sobre ordenamentos jurídicos de diversos países, a Constituição alemã de Weimar de 1919. Ambas foram escritas em momentos de gravidade na política e inauguraram um novo momento, no qual a ideia de propriedade absoluta é substituída pela de direito de propriedade acrescido do dever de cumprir os fins sociais estabelecidos em lei. Essa compreensão é a atualmente adotada no Brasil e, portanto, deve balizar a produção legislativa.

12 Artigo 544 do Código Civil Francês. Tradução livre: “544. A propriedade é o direito de gozar e dispor das coisas da maneira mais absoluta, desde que não se faça um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos”. Original: “544. La propriété est le droit de jouir et disposer des choses de la manière la plus absolue, pourvu qu'on n'en fasse pas un usage prohibé par les lois ou par les réglemens”. FRANÇA. Code Civil des Français. Édition originale et seule officielle. Paris: De l'imprimerie de la république, 1804, p. 134

13 Artigo 545 do Código Civil Francês. Tradução livre: “545. Ninguém pode ser obrigado a ceder sua propriedade, exceto para uma causa de utilidade pública, mediante uma justa e prévia indenização”. Original: “545. Nul ne peut être contraint de céder sa propriété, si ce n'est pour cause d'utilité publique, et moyennant une juste et préalable indemnité”. FRANÇA. Code Civil des Français. Édition originale et seule officielle. Paris: De l'imprimerie de la république, 1804, p. 134

14 Artigo 539 do Código Civil Francês. Tradução livre: “539. Todos os bens vagos e sem senhor, e aqueles das pessoas que falecem sem herdeiros, ou cujas sucessões são abandonadas, pertencem à nação”. Original: “539. Tous les biens vacans et sans maître, et ceux des personnes qui décèdent sans héritiers, ou dont les successions sont abandonnées, appartiennent à la nation”. FRANÇA. Code Civil des Français. Édition originale et seule officielle. Paris: De l'imprimerie de la république, 1804, 133.

No modo como ela se desenvolveu no Brasil¹⁵, as restrições à propriedade encontraram guarida principalmente no desenvolvimento de uma doutrina da função social da propriedade. As limitações brasileiras têm principalmente o papel de instruir o uso dos bens - pouco se alterou na noção de que a propriedade privada existe - as alterações se deram sobre uso considerado inadequado e as consequências disso. As limitações não são no sentido de detalhar de maneira pormenorizada esse uso, e nem proibir que um único indivíduo tenha diversas propriedades ou detenha um patrimônio de valor elevado. As limitações são no sentido de que algumas decisões, aparentemente abertas a todos os proprietários, serem sancionadas negativamente pela lei brasileiras se forem nocivas a algum valor importante para a sociedade.

O mais central é que foram criadas hipóteses de penalizações para a decisão do dono de não utilizar sua propriedade ou dar um uso considerado aquém do legalmente desejado e estabelecido. Assim, o Estatuto das Cidades não chega a perguntar quantos imóveis tem um proprietário, nem quantos moradores há em uma residência, e tampouco explica como devem ser as casas, mas permite tributação progressiva e até a desapropriação se não houver uso algum de um terreno urbano. Da mesma forma, algumas propriedades rurais, caso tenham produtividade abaixo de um patamar estabelecido em lei, podem ser alvo de desapropriações.

A lei explicada a seguir, no entanto, trata de um caso em que o comportamento do proprietário vai além de não utilizar ou subutilizar. No caso previsto para esta proposta, o dono dá sinais de não a querer mais um bem imóvel em seu patrimônio. É uma situação que não foi prevista apenas a partir das limitações da propriedade no século passado e, sim, desde o Direito Romano, como consequência do abandono de um bem. É uma situação em que o proprietário de um imóvel não utilizado é chamado a se manifestar sobre o interesse em continuar proprietário. Ele pode, nesse momento, afirmar que é proprietário e deseja permanecer como tal, interrompendo a aplicação da lei completamente, sem gerar novos ônus para si, mantendo seu direito de propriedade (e suas obrigações inerentes, inclusive tributárias). A expressão de vontade do dono, feito dentro do prazo estabelecido pelo Código Civil, descaracteriza o abandono.

Caso não haja uso, e caso não haja declaração de interesse na manutenção da propriedade, o abandono pode ser caracterizado nos estritos termos do Código Civil em vigor. Depois de um período de alguns anos - em que a qualquer momento ele pode se manifestar e alterar o curso dos acon-

15 Para mais, ver: FACHIN, Luiz Edson. *A Função Social da Posse e da Propriedade Contemporânea*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 13 a 21.

tecimentos - haverá a passagem da propriedade ao município.

Portanto, ainda que respeitado o direito de propriedade e considerada sua função social, a construção desta lei levou em conta um fenômeno mais antigo do que as considerações sociais recentes, o do abandono do bem. Aqui, ideia de abandono foi adaptada culturalmente para a situação brasileira, passou a respeitar as normas e princípios jurídicos em vigor e previu procedimentos adequados ao processo administrativo.

A ideia de que bens abandonados podem ter uma mudança de proprietário em função do uso aparece desde primeiras bases que o Direito Civil tem para teorizar a propriedade¹⁶. O fenômeno aparece já com profundas reflexões nas institutas do *Corpus Juris Civilis*, textos do ano de 533 e que sumariavam e explicavam decisões que já vinham sendo tomadas antes de sua organização.

Pela consequência grave envolvida, mesmo para os romanos o abandono de bens é um ato cercado de atenção e de preocupações com a caracterização. Concluir que ele ocorreu significa criar o contexto em que alguém deixará de ser proprietário, gerando alterações importantes no seu patrimônio, e permitindo que outro, porventura sem nenhuma ligação anterior com o bem, passe à condição de dono.

Assim, as leis brasileiras prevendo essa declaração de abandono não propõe uma novidade. Elas seguem a tradição romana, que foi mantida mesmo quando a propriedade esteve no auge de sua proteção. Neste projeto, o conceito de abandono do Código Civil é seguido sem alteração e guarda as preocupações que existiam desde os romanos, especialmente a com verificar se houve intenção de abandonar e o respeito aos que manifestam seu desejo de permanecer na posição de senhor do bem. Caso caracterizado, no entanto, o bem nessa condição pode ser arrecado ao município.

3 Fundamento na Constituição e Legislação infraconstitucional

A Constituição estabelece o direito de propriedade nos seguintes termos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos

16 “[*Quod enim ante nullius est, id naturalí ratione occupanti conceditur*”. JUSTINIAN’S Institutes. Trad: Peter Birks; Grant McLeod. New York: Cornell University Press, 1987, p. 54. *Corpus Juris Civilis*, Institutas de Justiniano, Liber Secundus, I, 12.

termos seguintes:

[...]

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social¹⁷;

A Constituição, nos incisos seguintes (incisos XXIV a XXXI) e em diversos artigos (art. 22, II; art. 153, §4º; art. 182 a 191; art. 216, §1º) estabelecem regras sobre a propriedade e limitações relacionadas ao seu fim social e outras preocupações relevantes. No entanto, não há nenhum regramento sobre o abandono ou arrecadação de bens imóveis.

Além dessa norma, é relevante o artigo 216, sobre a defesa do patrimônio cultural, que trata de diversas ações, algumas envolvendo o direito de propriedade, ao citar a desapropriação. Segue:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

17 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados [grifo nosso]¹⁸.

O assunto é normatizado pelo Código Civil de 2002, norma introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo uso da competência privativa da União de legislar sobre os assuntos de Direito Civil, previsto no art. 22, I da Constituição. Importa notar que, portanto, as regras sobre abandono precisam respeitar a Constituição, pois são de hierarquia inferior e, a qualquer momento, esses dispositivos poderão ser levados à julgamento perante o Poder Judiciário para verificar sua constitucionalidade. Nenhum dos direitos da Constituição é um valor absoluto, eles podem ser limitados em sua concretização. Cabe ao Poder Judiciário, especialmente ao Supremo Tribunal Federal, defender a Constituição e diferenciar o que é uma mera limitação, uma criação permitida ao legislador e útil à sociedade, e o que seria uma limitação que desrespeita a Constituição. Em todo o caso, a constitucionalidade das leis é presumida e, neste momento, o Código Civil tem eficácia no que tange às normas criadas por esses artigos.

No Código Civil, está estabelecido o seguinte:

Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

§ 10 O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize.

§ 20 Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se

18 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais¹⁹.

Além da autorização principal trazida no Código Civil, entrou em vigor em 11 de julho de 2017, a Lei Federal 13.465, que dispõe sobre a regularização fundiária rural, urbana e altera diversas outras normas sobre a alienação de bens imóveis da União, regularização fundiária na Amazônia Legal e outros assuntos.

Nesta lei, foram criados institutos jurídicos para serem empregados na realização da Regularização Fundiária Urbana (Reurb), um dos aspectos centrais da lei. Em resumo, são «medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes» (artigo 15). Um dos instrumentos é a arrecadação de bens vagos, regradada nos artigos 64 e 65 e que retoma o artigo 1.276 do Código Civil:

CAPÍTULO IX

DA ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS ABANDONADOS

Art. 64. Os imóveis urbanos privados abandonados cujos proprietários não possuam a intenção de conservá-los em seu patrimônio ficam sujeitos à arrecadação pelo Município ou pelo Distrito Federal na condição de bem vago.

§ 1º A intenção referida no caput deste artigo será presumida quando o proprietário, cessados os atos de posse sobre o imóvel, não adimplir os ônus fiscais instituídos sobre a propriedade predial e territorial urbana, por cinco anos.

§ 2º O procedimento de arrecadação de imóveis urbanos abandonados obedecerá ao disposto em ato do Poder Executivo municipal ou distrital e observará, no mínimo:

I - abertura de processo administrativo para tratar da arrecadação;

II - comprovação do tempo de abandono e de inadimplência fiscal;

III - notificação ao titular do domínio para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

19 BRASIL. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

§ 3º A ausência de manifestação do titular do domínio será interpretada como concordância com a arrecadação.

§ 4º Respeitado o procedimento de arrecadação, o Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel urbano arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

§ 5º Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel declarado abandonado, no transcorrer do triênio a que alude o art. 1.276 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), fica assegurado ao Poder Executivo municipal ou distrital o direito ao ressarcimento prévio, e em valor atualizado, de todas as despesas em que eventualmente houver incorrido, inclusive tributárias, em razão do exercício da posse provisória.

Art. 65. Os imóveis arrecadados pelos Municípios ou pelo Distrito Federal poderão ser destinados aos programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município ou do Distrito Federal.

É relevante, também, notar o art. 64, §2º, que expressamente atribui aos municípios a condução dos atos que levam à arrecadação e consequente mudança de propriedade dos bens abandonados. Assim, a existência de leis e regulamentos municipais, além de atender à cláusula genérica de legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da Constituição), recebe uma autorização expressa da lei federal.

Além do fundamento material, o projeto de lei também tem diversos aspectos procedimentais. Inicialmente, foram genericamente consideradas as normas da Lei de Processo Administrativo da União, a Lei Federal 9.784, de 1999, que tem sido utilizada subsidiariamente e servido de importante guia para a tomada de decisões judiciais.

No entanto, a respeito da citação, foram consideradas principalmente as normas do Código de Processo Civil, que contém normas mais adequadas para um procedimento que pode ter como consequência a retirada de um bem imóvel do patrimônio de um indivíduo. Nesse sentido, as regras de citação presentes entre o artigo 238 e 259 devem ser consideradas subsidiariamente. Aqui, apresenta-se o artigo 246, que guarda grande semelhança com o projeto:

Art. 246. A citação será feita:

I - pelo correio;

II - por oficial de justiça;

III - pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório;

IV - por edital;

V - por meio eletrônico, conforme regulado em lei.

§ 1º Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração indireta.

§ 3º Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

A projeto, portanto, está embasado na legislação pertinente para a sua produção e busca respeitar o ordenamento jurídico que fundamenta sua existência.

Considerações Finais

A transmissão de propriedade por meio de ato administrativo, sem utilizar as duas vias típicas de transmissão, que são o ato de vontade do proprietário ou a decisão judicial, é uma novidade. Esse projeto de lei é viável porque o Código Civil fez essa previsão, uma circunstância autorizada.

Ainda assim, é um processo que guarda preocupações importantes. As relações sociais só são estáveis quando determinados elementos estão presentes. A segurança jurídica é um dos principais deles. Haver segurança sobre um dos elementos que normalmente compõe parte relevante do patrimônio das pessoas - seus bens imóveis - é algo pouco discutido porque o Brasil alcançou, mas é importante para a pacificação social e novas leis não devem criar instabilidades.

Este projeto foi escrito no intuito de aplicar as leis vigentes e criar uma nova, operacionalizando um instituto jurídico permitido. Foi feita dentro do marco de interpretação aceito para a Constituição. É preciso, depois disso, que qualquer projeto aprovado seja aplicado com cuidado, respeitando a propriedade e o fato de que a organização estatal deve estar à disposição dos cidadãos.

Referências

- BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- FACHIN, Luiz Edson. *A Função Social da Posse e da Propriedade Contemporânea*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.
- FRANÇA. *Code Civil des Français*. Édition originale et seule officielle. Paris: De l'imprimerie de la république, 1804.
- FRANÇA. *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen de 1789*. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/laconstitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- JUSTINIAN'S *Institutes*. Trad: Peter Birks; Grant McLeod. New York: Cornell University Press, 1987.

Anexo I - Projeto de Lei

Bens Vagos

Dispõe sobre declaração de vacância e arrecadação de bens vagos e dá outras providências.

Projeto de Lei nº [...] / 2019 - Executivo Municipal

Art. 1º O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três

anos depois, à propriedade do Município conforme o art. 1.276 do Código Civil e do art. 64 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, aplicando-se, nos casos de omissão, o Código de Processo Civil.

§ 1º É considerado abandonado o imóvel cujo proprietário se enquadre na hipótese do caput, não satisfaça os fins econômicos e sociais da propriedade e não cumpra a obrigação de preservá-lo, sendo este tombado ou sujeito à medida protetiva, como bem do patrimônio cultural do país, estado ou município.

§ 2º Presumir-se-á a intenção, quando, cessados os atos de posse sobre o bem imóvel, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais por cinco anos.

Art. 2º O procedimento administrativo de declaração de vacância será instaurado pelo Secretário do Planejamento, tramitará na respectiva Secretaria, e terá início nos seguintes casos:

I - De ofício, por recomendação de agente designado para inspeção e vistoria de bens abandonados no Município e;

II - Por notícia formal de terceiros.

Art. 3º O procedimento administrativo, instaurado por meio de portaria do Secretário do Planejamento, será instruído com os seguintes documentos:

I - recomendação de instauração do procedimento por agente designado para inspeção e vistoria de imóveis abandonados ou notícia formal de terceiros de existência de imóvel em situação de abandono;

II - auto de infração às posturas municipais, lavrado pela fiscalização municipal, com base em relatório circunstanciado das condições do bem;

III - certidão imobiliária atualizada;

IV - memorial descritivo do bem, individualizando-o;

V - declaração dos confinantes, quando houver, tomada por termo;

VI - certidão positiva de ônus fiscais;

VII - decreto de tombamento ou certidão de outra medida de acautelamento do imóvel, quando se tratar de bem que integre o patrimônio cultural do país, do estado ou do município;

VIII - instrumentos que comprovem o estado de abandono, como laudos, vistorias, registros fotográficos, declarações testemunhais tomadas por termo ou outros, quando houver.

Art. 4º A vacância do bem imóvel abandonado será declarada por meio de ato administrativo que encerra o procedimento administrativo

de declaração de vacância e instrui a instauração processo administrativo de arrecadação, que dará sequência aos atos de arrecadação e, passados 3 (três) anos, à passagem da propriedade ao município.

Art. 5º Devidamente instruído e com parecer do Secretário do Planejamento favorável à arrecadação, o titular do domínio será notificado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à notificação.

§ 1º A notificação será enviada pelo correio para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Municipal e, caso frustrada, será feita por edital.

§ 2º Está suprida a notificação ainda não realizada se for enviada comunicação eletrônica ao proprietário e ele comparecer espontaneamente ao processo, iniciando-se o prazo do caput a partir do comparecimento.

§ 3º Pelo correio, a carta será registrada para entrega ao notificando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.

§ 4º O edital será publicado em jornal de circulação local e em meio eletrônico, e a notificação será considerada feita decorridos 15 (quinze) dias da publicação.

§ 5º Transcorrido o prazo sem manifestação do titular do domínio e não pago o débito apurado, presume-se a concordância com a arrecadação do bem e o Secretário do Planejamento submeterá o processo administrativo à consideração do Prefeito Municipal para decretar a arrecadação do bem imóvel declarado vago.

§ 6º O Decreto de Arrecadação do bem imóvel vago será publicado em jornal de circulação local e em meio eletrônico

§ 7º O bem imóvel arrecadado ficará sob a posse provisória e administração da Secretaria do Planejamento.

Art. 6º Decorridos 3 (três) anos da data da publicação do decreto, sem manifestação do titular do domínio, o bem passará à propriedade do Município, na forma do art. 1.276 do Código Civil.

Art. 7º Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel arrecadado, no transcorrer do triênio a que se refere o art. 1.276, do Código Civil, a devolução da posse fica condicionada à satisfação dos seguintes requisitos:

I - o pagamento integral, em valor atualizado, dos tributos, juros, multas, custas, emolumentos processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais incidentes sobre o imóvel;

II - o ressarcimento prévio, em valor atualizado, de despesas reali-

zadas pelo Município em razão da posse provisória;

III - a apresentação de plano de restauração do imóvel, a ser executado no prazo máximo de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Mediante cumprimento do requisito do inciso II, poderá ser negociado plano viável de cumprimento das obrigações dos incisos I, III e despesas supervenientes, dentro do prazo dos 3 (três anos) referido no caput, com previsão, em caso de inadimplemento, de aplicação do artigo anterior.

Art. 8º. O Município poderá realizar diretamente ou por meio de terceiros os investimentos necessários para que o imóvel arrecadado atinja prontamente os objetivos econômicos, sociais e culturais a que se destina.

§ 1º Os imóveis arrecadados pelo Município poderão ser destinados à prestação de serviços públicos, aos programas habitacionais ao fomento da Reurb-S ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins culturais, filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros, no interesse do Município.

DE ANDRADINA DE OLIVEIRA A BORGES DE MEDEIROS (BARRETOS, 1921)

ACERVO DO IHGRGS

Para dar sequência ao documento apresentado no número anterior da Revista, trazemos outro importante registro que se encontra no Arquivo de Borges de Medeiros. Trata-se da carta remetida por Andradina de Oliveira desde Barretos (SP), aos 23 de novembro de 1921.¹

O documento, composto por 36 páginas (e mais dois anexos²), é uma espetacular narrativa de viagens, ideias, sentimentos e relações. O tom esfuizante da interlocutora é como um “retrato falado” daquele momento de sua vida: viajar pelo Rio Grande do Sul, pelos países vizinhos (Uruguai, norte da Argentina e Paraguai), passar pelo Mato Grosso e seguir para o interior de São Paulo, palestrando e realizando conferências. Todo esse percurso lhe oportunizou não só conhecer as belezas naturais, as transformações da paisagem pelo homem, mas, acima de tudo, a forma de emitir suas opiniões.

Certamente, Andradina de Oliveira foi uma mulher além de seu tempo, defendendo uma postura feminina livre de convenções e modelos, baseada em uma educação sólida e na prática política. No entanto, Andradina *também foi uma mulher de seu tempo*, sustentando a importância de um Brasil unificado, que fosse conhecido pelos brasileiros. Preocupava-se com a inserção sul-rio-grandense no imenso território e em toda a carta percebe-se a necessidade de ter subsídios para mostrar e contar sobre sua terra (tal como fotos e imagens).

Diversos elementos chamam a atenção em sua narrativa. Além dos que já foram citados, destacam-se outros dois: a lista de “obras inéditas” que carregava consigo (claramente elaboradas na medida em que ia viajando) e o material que compunha durante seu trajeto, ou seja, os “Álbuns de Viagem”, com as “opiniões da imprensa, autógrafos dos mais ilustres intelectuais, flores, cartões, lembranças caras e até os recibos dos primeiros hotéis”, além das “centenas de fotos”³.

1 IHGRGS. *Arquivo Borges de Medeiros*, nº 11960.

2 Um é a lista mencionada na carta, em que elenca as relações comerciais do “milionário Cel. Geremias Lunardelli”, prefeito de Olímpia (SP) e grande produtor de café. Inclusive, Andradina remete a Borges de Medeiros uma saca do “melhor café”. Além da lista, um artigo do jornal de Barretos (*Combate*, 18/09/1921) narrando a solenidade que ela participou naquela localidade.

3 Arquivo pessoal inestimável, sem dúvida. O que teria acontecido com toda essa memória material?

A pluralidade de nuances presente na missiva é uma amostra das potencialidades que o acervo permite. As ações do patrício e chefe político Dr. Borges de Medeiros inseridas no extenso universo das cartas que recebeu confere sentido e explora as relações que manteve. Nesse sentido, é importante trazer sempre presente que toda correspondência tem um movimento pendular: quem recebe e quem escreve.

4
Intima

11960

Barretos, 23 de Novembro
de 1921.

Ilmo Sr. Dr.
Borges de Medeiros.

Saudações.

Faço votos pela vossa
préciosa saúde e a de vossa
querida Esposa, D. Carlui-
da.

Depois de percorrer qua-
si todo o Rio Grande do Sul,
onde as minhas Costadoanas
me cobriram de flores e os
meus Costadoanos me ferri-

ram muitas as vocações, em
todas as Conferencias realiza-
das, atravessando parte do Uruguay, sendo, também, deli-
rantemente aplaudida,
e igualmente p. Norte da
Argentina, onde os nossos
hospitalares vizinhos le-
ram a sua fidelidade a fronte
de nos proporcionarem uma
dispendiosa e excurião ás ma-
ravilhosas Cataratas de Igua-
su.

De lá, da Villa de Igua-
su, as dignas autoridades
me levaram ás Sete Que

das su Guayra, a mais gigantes-
ca e formidável catadupa
do mundo, que ruge a 12
leguas de distancia e tem a
força assombrosa de 40 mi-
lhões de cavallos. Nem des-
lumbramente.

Depois, a Curitiba, visitei o
bello paiz que é o Paraguay,
onde realicei conferencias em
Portuguez e em Hespanhol,
e escrevi; em ambos pridi-
mas, em toda a adiantada
Imprensa de Asunción.
Obtendo total successo na
quella capital, como prado.

ra e escriptura, me vi cerca-
da pelo mundo official,
pela brilhante intellectualida-
de daquella ^{Republica,} pelas mais illus-
tras familias.

O Theatro Nacional, enorme, on-
de realises as Conferencias, ficou re-
pleto. O Presidente, o Vice-presidente,
os senadores, ministros, deputados,
consules, jornalistas, intellectuaes,
a alta sociedade compareceram
a' festa litteraria.

O governo mandou duas ban-
das de musica para, que to-

2

cassem peças brasileiras e
uma orquestra para
que interpretasse o Guara-
ny.

Naquella república, sem Gerni
na Argentina e Uruguay não
sei de outro escritor e orador
mais homenageado.

Atravessi, também, o ma-
gnotoso Estado de Matto Gros-
so de V. a Sul, de Foz de Iguazú.
Fiquei adorada daquelle
povo encantador que sa-
be per verdadeiramente
brasileiro. Lá estive dois
anos, na Capital, a preba,

a bicentenária Cidade do
bandeirante, a cidade de
ouro, das lendas, da hospi-
talidade, a cidade verde
de Dr. Aquino, o bispo poe-
ta e Presidente, Cidade
antiga com um povo no-
vo, bello, intelligente, pa-
ciota, e que marcha, ga-
lhardamente, para o fu-
turo.

Dr. Aquino Correia, é meu
distinctissimus amigo. Quan-
do o vice-presidente, Dr. An-
tonio Teixeira lhe enviou,
do Rio, o Album de Rio Gran-

de, elle m'o mandou para
 que ficasse num mez com-
 migo, a matar Xandás
 da minha Serra... Senti-
 deras, que aquelle Album
 não dissesse q' que o Rio Gran-
 de é realmente.
 Soube, bem, do valor de Monte
 Douco, no Paraguay,
 quando lá estive. In-
 tellectualmente é mediocre.
 Mas tem porte para fazer
 album commercaes,
 num portuguez delicioso.
 Com D. Aquino, muita
 vez, conversei sobre o

Liv Grande, e o instigui
a fazer um governo com
o roso, para Labras Matt
Grosso. Assisti, na qualidade
de jornalista, a posse de D.
Aguino. Nas copes nasce
havia... Mas, em dois annos,
apenas, sem innumeros me-
lhoramentos, foram recolhidos
2000 Contas!

Matt Grosso é maravilhosamente rico, e extraordinariamente. Sem rix inegottavos de diamantes e bilhoes e bilhoes de materias primas para innume

~~raes industriais.~~

D. Aquino é um grande admirador das pessoas excelsas qualidades.

Agora um paranthesis.

Santi nas republicas de Uruguai, Paraguay, Alto Paraná, Mato Grosso, S. Paulo, que estão percorrendo, agora, he feito, unicamente pelo nobre e santo patriotismo, unicamente pelo mais honesto espirito de justiça — uma forte e extraordinaria propaganda, pela nossa grandio-

sa Pátria e pelo nosso i-
dolatrado Rio Grande do
Sul, a ponto de muita
gente suppor que eu seja
Comissionada pelo go-
verno Federal e pelo
governo riograndense.

E a minha propagação
não se limita às Conferen-
cias e aos artigos feitos por
nós. Vai muito além. Vai
de Cidade a Cidade, de
Estado a Estado, vai
de pessoa a pessoa,
e a cada passo a ca-
da momento, sem per-

der ensejo, a minha
oportunidade.

Por onde passei, Rio Gran-
de ficou conhecido. Um pos-
sui, é uma sem fronte verda-
de, afirmar: O Brasil
não é conhecido dos brasi-
leiros.

Enthusiasticamente hei
dito de Rio Grande, das
suas bellzas e riquezas, do
seu passado, do seu presente,
da sua gloriosa historia,
da sua civilização, das suas
costumes, do seu Commer-
cio, industria, favelas,

do ensino superior e primario,
agricola e profissional, do seu
assombroso progresso actual.
Tenho relatado a milhares
o vosso governo honrado e
benfazejo, o vosso admi-
nistrativo, o vosso administrativo,
a vossa honestidade, a vossa
Coragem herculea, a vossa
supremacia bondade - bonda-
de que e' a vossa grande
força, alliada a' justiça,
a vossa grande guilhotina.

4

Quanto hei falado das vossas
 virtudes domesticas, da Es-
 posa exemplar que sois e
 do irmão carinhosissimo
 que sempre fostes, e do
 real amigo, na conti-
 nuacão da obra de Julio
 de Castilhos.
 E Crede-me. Não o digo pa-
 ra que m'o agradeças.
 Eu cumpri o meu de-
 ver, apenas, alcanço
 pouco do meu Rio
 Grande e os seus ho-
 mens de real valor.

 *

Estou percorrendo, Comen-
te, o Estado de S. Paulo;
A minha passagem pelas
esplendidas Cidades pau-
listas, tem sido verdadei-
ramente triumphal. Hei
recebido estrondosas prae-
leções, e tido, em algumas
Conferencias, gru-
pas a 500,000, e ca-
deiras a 100,000 e 200,000.
Os jornaes Classificam-
me de Conferencista
genial e notavel e insi-
gnificatoria.
De toda parte, por onde

passo, reunir, em Album
de viagem, todas as opi-
niões da imprensa, anti-
graphos dos mais illustres
intellectuales, flôres, Car-
tas, lembranças caras,
e até os recibos dos prin-
cipaes hotéis, onde sempre
me hospedei.
Estes Albums são os mais
brilhantes attestados do
meu indiscutível prim-
phot, nesta languissima
escuridão, em que, nobre-
mente, tenho honrado o
nome de Graciliano.

Em quasi todo o percur-
so desta viagem hei fei-
to frente as grandes des-
peras quasi que, exclu-
sivamente, com o resul-
tado das minhas confe-
rências.

Em Matto Grosso fui au-
xiliada, nas viagens, por
D. Aquino e pelo Dr. Felin-
do Luz, director da Noroeste,
e meu excellente amigo
Da cidade de Campo Grande,

5

uma das mais importan-
 tes de Mato Grosso, foi a
 Ponta Porã, limite com
 o Paraguay, a fronteira da
 Colônia ingrandecida que
 formou o Sul do grande
 Estado, e que é em
 numero de cem mil, já,
 toda entregue a lindas
 pastoreis, em terras mara-
 vilhosas, em Campinas
 soberbas que lembram
 o nosso Xanxanã.
 Esta viagem, 160 le-
 quas, foi feita pelos
 nossos gaúchos, os des-

despesas todas. A rescus-
são do. Alto Paraná
não me custou um peso.
foi feita pelos argenti-
nos. O deputado estadual
do Paraná, Sr. Jorge Schim-
melpeng, Prefeito de Gua-
su, hospedei-me, durante
dois meses, naquelle esplên-
dida villa.

Torram estes os auxilios
que tive. O mais hei
feito por mim. E sinto
orgulho em mostrar
todas as meus receitas, a
que prova a minha

honestidade, o meu tra-
balho, a minha coragem
e, também, o sucesso das
minhas conferências.
Em S. Paulo me têm fei-
to justiça.
As minhas conferências, ou-
vidas pela escola da socie-
dade, em todas as cidades
por onde passo, têm sido
applaudidas unanimen-
te.
E por ser eu gaúcho, e de-
scendente de paulista, da
histórica família An-
drada, pois que meu pai,

6

a pessoa figura Curica,
a pessoa individualidade
republicana, serena
e magestosa, orgulho
dos verdadeiros rio gran-
denses.

Depois de percorrer todo
o Estado de S. Paulo, fixa-
rei residência na capi-
tal, podendo continuar a
minha propaganda, isto
é, aproximar, ainda
mais, os dois grandes re-
inos.

Intendo fundar uma revist-
a S. Paulo Rio Grande.

*

Junto vai um conhecimento
to para que mandeis reti-
rar uma sacca de Café,
que é millionario, E'el
Jeremias Leonardelli, di-
gustissimo Prefeito Muni-
cipal da cidade de Olympia
e dono de dois milhes de
caféiers, e uma alta per-
sonagem da Lavura e Com-
mercio, vos envia o meu
pedido. E' o milhes Ca-
fé de S. Paulo, e desta
sacca. E' coehido na
immensa fazenda Pau
de Alho, do E. Jeremias,

no município de Olímpia,
onde a terra produz melhores
café que a da afamada zona
de Ribeirão Preto, a maior
região cafeeira do mun-
do.

O Cel. Geremias é de ori-
gem italiana. Era pobre e,
só pela sua honestidade e
rara capacidade de tra-
balho, tornou-se milho-
nário. Em breve será
um segundo rei do Café,
um segundo Schmitt.
Segue uma lista das
relações comerciais

deste honrado Caralheiro que
conheceu, a quinze annos, a
Rio Grande do Sul, a região
occupada pela colônia
italiana, e que lá quasi
ficou. Elle é, sim, um dos
poços admiráveis.
Está em Olympia, zona
de uma riqueza maravilhosa.
A cidade, enorme, foi feita, em
dois annos, pelo Cel. Lunardelli.
É uma cidade moderníssima.
Passa até uma energia as-
sim, a movimentar milhares

7

de energias. Mas ha he-
men, assim, extraordinarios.
E foi elle, em pessoa, e
nao p' illustre Chefe po-
litico, Sr. Francisco Ro-
guiera, que me passaram
a casa para a Conferen-
cia. O theatro, enorme,
ficao repleto e o resultado
excedeu ao de muitas outras
cidades.

O Prefeito Jeremias levou-
me, em visita, as admi-
rais cachoeiras do Varibau-
do e as granche e bella-
simas fazendas de Café.

de opulente município.
Vinda Jossa assombrosa, a
lavoura cafeeira, !
E por entre as intermina-
veis paralelas de Cafei-
ras, surge o milharal, o
arrozal, o Canamaral, o
feijoad, o algodoad, o man-
chread. Vão se perder uma
sua de terra.
A Prefeitura fez todas as
despesas dos minha hos-
pedagem e o Prefeito e
sua família, bem como
o povo de Chymperia, Cer-
co-me e a minha,

felha, Lola, hoje uma poe-
tisa e pintora distin-
tissima, - das maiores fôrças
de apuro e de garbo.

*

Na Capital de S. Paulo
vem entrar com a Con-
ferencia "Terra Gaúcha -
em que falei do Torrão
idolatrado e dos seus
grandes homens.

Devo demorar-me nes-
sa cidade de Barretos -
o maior Centro da in-
dustria Têxtil de S. Paulo -
talvez um mês.

Aqui ponho todos os meus pos-
tinhos em prol do Rio Grande.
Podéis dispor, certo de que
saberei ser gaúcha e brasi-
leira.
Antes de mais tenho o pra-
zer de vos affirmar que
sendo no povo paulista
innumeros admiradores.
Mais tarde vos enviarei mui-
ta coisa sobre instituições
primaria e estradas de
rodagem e de tudo de que
se possa tirar proveito para
a nossa terra tam bem.

É uma necessidade que
os Estados se aproximem
como irmãos, que se conhe-
çam e que se amem e
juntos trabalhem para
a felicidade e engran-
decimento da Pátria.
Eu penso muito neste
ideal: a unificação do
Brasil.

Os brasileiros não se
conhecem, é uma ver-
dade.

Em vez das relações fort
ballistas, outras seriam
mais úteis e interessantes.

Rio Grande do Sul
precisa ser conhecido.
Eu já tenho trabalha-
do bastante e espero
trabalhar muitissi-
mo mais. E melhor
meu não haverá do
que uma revista lit-
teraria, científica, artis-
ta, Commercial, indus-
trial, dos ^{dois} Estados para os Estados.
E houver na federa-
ção espaço para uma
'Chronica', fiducial Com-
municar-me que envia-
rei algumas, se quando

De toda parte tenho centenas
de photographias.

Do Rio Grande do Sul, aqui;
Commingo, tenho pouca coisa,
porque deixei em Porto Alegre,
Pelotas e Uruguayana varias
caixões com photographias, da-
dos, livros e etc.

Não imaginava que se havia
de prolongar tanto esta via-
gem, e que outras circumstan-
cias imprevistas me impossibi-
litariam de volver logo á
minha terra.

9

Si fosse possível eu fe-
 der-por-ia que me
 mandasses do Rio Gran-
 de, tudo que fosse útil
 para a tua propaganda,
 e mesmo para illustar
 a minha Conferencia
 sobre a nossa terra.
 Jacintho Ferrari, tão meu
 amigo, Virgilio Caligari,
 Luis Lamm (Lunara), e
 Luiz, e tantos outros, ama-
 dros, meus admiradores,
 attenderiam um pouco
 pedido, e, certamente,

nas Confiançiam photographias de homens illustres, e de paisagens bellissimas, aspectos variis, da Campesinha, costumes, bellezas naturaes das nossas pagas, que aqui Causariam forte impressão. Um Album de Porto Alegre que Virgilio Callegari me mandou, quando eu estava em excursão, em Pelotas, e que está atrozado em 16 annos! Causou successo aqui, assim co-

me numerosos antigos da
Guia Loe.
Ha tanta coisa ahi
que me serviria para
o fim que almejo.
Minha filha Lola, ti-
nha desejos de formar
uma galeria de rugan-
duses illustes, faze uma
das suas exposicoes de
pintura. Poremte nos
facteram os retratos.
Poreta' prompto e ja
fai esposto, Com Lucas
p, o do excessos ex-
tadista, Julio e Cas-

tiços
 Não pedia da linguagem des-
 ta Carta.

Mas eu não podia dizer tan-
 ta coisa em duas palavras.

De envolta com as minhas
 saudações a D. Carlinda, aqui
 ponho os meus mais affectos
 protestos de estima e
 admiração.

1
 Patricia e a d^{ra} Maria.

Andradinha de Andrada
 e Oliveira

Lista das relações commerciaes do Cel. Ge-
rmas Lundardelli.

11960

E. Johnston & Comp. Lt.; Brazilian Warrant Comp.
Lt.; Toledo, Assumpção & Comp.; Sociedade N. Commis-
saria de Santos; Moraes & Filho; Augusto Silva &
Comp. em Santos.
Whately & Comp.; Companhia Industrial e Mer-
cantil Renato Dias; Brazilian Warrant; Banco
Commercio e Industria; Banco Commercio e In-
dustria; Banco Francês e Italiano; Banco Com-
mercial de S. Paulo, em S. Paulo.

ACERVO, HISTÓRIA E MEMÓRIAS: O PRIMEIRO LIVRO COPIADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO NO ACERVO DO IHPF

Alex Antônio Vanin

Djiovan Vinícius Carvalho

Fernando Severo de Miranda

Fundado em 15 de abril de 1954, o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) é a instituição de guarda e preservação histórica mais antiga do município de Passo Fundo, além de ser o Instituto com maior idade ainda em funcionamento no interior do estado. Como destaca Welci Nascimento, após a fundação e a consolidação do IHPF, a população, especialmente as pessoas que procuravam cultivar a história da cidade e do Município, vendo que o Instituto, realmente, procurava desempenhar o seu papel, conforme seus propósitos, começa a transferir [...] obras literárias e históricas, objetos relacionados com a vida do povo de Passo Fundo (2014, p. 18).

Com o intuito claro de pensar a história de Passo Fundo, o IHPF tornou-se um polo atrativo de acervos que lhes foram (e continuam sendo) confiados.

Ao longo de sua trajetória, o IHPF reuniu mais de 15 mil páginas de documentação¹. São documentos, livros, objetos, etc., com as mais diversas proveniências. A tipologia de materiais que forma o acervo do IHPF é diversa, o que o acaba tornando um verdadeiro centro de preservação de bens culturais².

Dentre os itens preservados pelo Instituto encontra-se o primeiro livro do *Copiador de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857 – 1867)*. Composto por 205 páginas rubricadas pelo vereador presidente, o primeiro livro copiadador de cartas do município de Passo Fundo foi produzido como instrumento da burocracia administrativa do Brasil Imperial, sendo utilizado para manter organizados ordens e as correspondências oficiais da Câmara Municipal.

1 Dados anteriores à inauguração da Sede Dr. Carlos e Celina Madalosso, ocorrida em 15 de abril de 2017.

2 Sobre essa questão ver: CAMPOS, Vanessa Gomes de. *Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul*: de guardiões da memória à custódia do patrimônio. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.

De acordo com Faria e Pericão (1988), o copiador de cartas, por definição, é um livro em que se copiam cartas ou outros documentos, sendo a guarda da correspondência expedida uma prática recorrente na esfera pública. De acordo com o *Programa Nacional de Archivos Escolares da Biblioteca Nacional de Maestro*, na Argentina, os livros copiadores são herdeiros de uma tradição escrita que remonta à Antiguidade, com o trabalho exercido por escribas e, posteriormente, por copistas na Idade Média. Nas palavras de Cristiële Santos de Souza, os livros copiadores são “um espaço para o registro de documentos provenientes do exercício de determinada função e de acordo como um sistema de cópia, o qual pode ser cópia manuscrita, cópia com tinta copiadora, papel químico ou cópia direta” (2014, p. 26).

Em Passo Fundo, assim como em diferentes pontos do Brasil, o livro do Copiador de Ofícios e Ordens foi o responsável por salvaguardar um número expressivo de correspondências expedidas pela Câmara Municipal. Assim, o livro hoje assume “um lugar fundamental na preservação de fragmentos do cotidiano [em nosso caso, no de Passo Fundo] expressos com tinta e papel nas idas e vindas do pacto epistolar” (SOUZA, 2014, p. 26). Isto porque, “embora tenha sido pensado como um instrumento administrativo”, os copiadores eram parte do cotidiano dos profissionais que o utilizavam, inevitavelmente, portanto, o livro copiador serviu como um repositório de informações, as quais estão além das correspondências expedidas, podendo hoje ser considerado como um *suporte de memória*.

De acordo com Fernanda Pereira, “a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais.” (PEREIRA, 2011, p. 20).

Deste modo, cabe refletir sobre a trajetória do primeiro livro do Copiador de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal do Passo Fundo. Produzido entre 1857 e 1867, o livro foi aberto pelo Capitão Manoel José d’Araujo, então vereador presidente da Câmara Municipal, no dia 8 de agosto de 1857, após a instalação do município. Durante dez anos ele serviu como espaço para o registro e controle das correspondências expedidas pela Câmara Municipal, sendo manuseado por pelo menos três secretários do órgão.

Após o seu preenchimento, acredita-se, o livro passou a compor o arquivo da Câmara Municipal, resistindo, pelo menos, duas mudanças de endereço e ao fechamento das Câmaras de Vereadores por dois períodos³.

A Câmara Municipal de Passo Fundo entre 1857 e 1889 funcionou

3 Em 1889, após a Proclamação da República, a Câmara foi dissolvida pelo Governo Provisório de Estado, Visconde de Pelotas que, ao mesmo tempo nomeou uma Junta Governativa para o Município. Em 1937, com a instituição do Estado Novo, a Câmara Municipal de Passo Fundo foi dissolvida.

em casas alugadas na *Rua do Commercio*. E depois, até 1976 no prédio construído para ser a sede do Clube Amor à Instrução, hoje Teatro Municipal Múcio de Castro. Ao longo do século XX, o Paço Municipal, formado pela Biblioteca Pública Municipal, antigo Clube Pinheiro Machado, pela Câmara de Vereadores, antigo Clube Amor à Instrução, e pela Prefeitura Municipal, antiga Intendência, ficava localizado na Avenida Brasil, defronte a Faculdade de Direito de Passo Fundo. É nesse espaço que o Instituto Histórico de Passo Fundo é criado, em 1954.



Vista da Avenida Brasil. Ao fundo as instalações da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores e do Grêmio Passo-Fundense de Letras, em 1957. Foto Tupi. Acervo Igor Schneider Calza.

Desde sua criação, em 1940, a Biblioteca Pública Municipal funcionava sob os auspícios do Grêmio Passo-Fundense de Letras⁴, que ocupava o mesmo edifício. O Instituto Histórico de Passo Fundo que realizava suas sessões na sede do Grêmio de Letras, em 1971, solicitou, ao prefeito Guaracy Barroso Marinho, a utilização dos porões do prédio para ali manter um acervo.⁵ Entretanto, durante a década de 1960, na gestão do prefeito Mário Menegaz (1964-1969), seu chefe de gabinete e presidente do IHPF, Jorge Cafruni, realizou um trabalho de levantamento e transcrições de manuscritos existentes no acervo municipal, alocados em diferentes espaços dos três

4 A partir de 1961, com novos estatutos, a entidade passou a ser chamada de Academia Passo-Fundense de Letras.

5 Ofício de Antonio Carlos Machado ao prefeito Guaracy Barroso Marinho. Acervo IHPF.

edifícios: Câmara, Prefeitura e Biblioteca, que dividiam um pátio comum⁶.

Na gestão do prefeito Tenente-Coronel Edú Villa de Azambuja (1973-1976), foi iniciada a desativação desse espaço, com a construção de um novo Centro Municipal. Os modernos blocos de edifícios foram construídos no antigo parque de exposições municipal e inaugurados, em maio de 1976, ao lado do Passo do rio Passo Fundo, espaço ocupado até os dias de hoje. Em 1977, na gestão do prefeito Wolmar Salton foram inauguradas as novas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, dentro do novo Centro Municipal.

No mesmo ano da inauguração do novo Centro Municipal, 1976, a Biblioteca Pública Municipal “foi obrigada a interromper, temporariamente, o atendimento ao público, tendo em vista a interdição do prédio”. Seu retorno ao espaço se deu após a construção de um novo edifício, localizado no mesmo pátio, mas agora com acesso pela rua Moron.

Com a desativação do prédio da Academia de Letras e a transferência da Câmara de Vereadores e da Prefeitura, muitos objetos, livros e informações foram perdidos. O IHPF encontrava-se em uma fase de “dormência”, com o recente falecimento de seu idealizador – Jorge Cafruni e a ausência de um espaço para suas reuniões. Com a transferência da Prefeitura para as novas instalações, o prédio passou a sediar o Museu Histórico-Cultural de Passo Fundo, vinculado à secretaria Municipal de Educação e Cultura, além de outras secretarias municipais e órgãos públicos.

Em meio a tantas mudanças, os documentos custodiados pelo Instituto passaram a ser guardados nas residências de seus associados. Em 1982, o membro Antônio Donin, por ocasião da reestruturação do IHPF, “fez entrega da documentação do Instituto que ficou sob a guarda de Arlindo Postal, que a depositou em sua residência” (2014, p. 43). Após a reestruturação do Instituto, em 2007, o presidente Pedro Ari Veríssimo da Fonseca entregou o acervo do qual era custodiador em sua residência para a Fundação Universidade de Passo Fundo, que organizou a documentação e a disponibilizou para pesquisas junto ao Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF), pertencente àquela Fundação.

Existem duas possibilidades para a presença do *Livro Copiador* no acervo do Instituto. A primeira delas é a de que o livro tenha passado para a custódia do Instituto durante a gestão do prefeito Mário Menegaz (1964-1968), momento em que Jorge Cafruni era, ao mesmo tempo, presidente

6 Atualmente, o conjunto dessas edificações forma o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto. Inaugurado em 2003, o Espaço Cultural compreende o Teatro Municipal Múcio de Castro, a Academia Passo-Fundense de Letras, a Biblioteca Municipal Arno Viuniski, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Museu Histórico Regional e o Instituto Histórico de Passo Fundo.

do sodalício e chefe do gabinete do prefeito. A segunda possibilidade é a de que no período da desativação dos prédios, os acervos tenham sido misturados e preservados pelos membros do IHPF em suas residências, até o ponto de ser reunido pelo presidente da entidade, já no século XXI.

Passando da historicidade que envolve a trajetória do documento, atenhamo-nos à historicidade presente no *Livro do Copiador* enquanto fonte para a pesquisa histórica. Como supracitado, a referida documentação possui um amplo escopo de possibilidades de abordagens, justamente por ter registrado, ao longo da primeira década da administração municipal, os mais diversos assuntos que perpassaram à ordem do dia da Câmara de Vereadores.

Nesse sentido, pensando em uma abordagem acerca da constituição do território passo-fundense em meados do século XIX, a abertura, a conservação e o estado das estradas e vias de comunicação em diversos pontos do recém-criado município, compõem uma constante nas correspondências trocadas entre a Câmara, os presidentes de província e moradores dos diversos distritos. Isso pode ser visto no ofício nº18, encaminhado, em 6 de outubro de 1864, ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga.

Nº 18 [Consta na margem] *Pede autorização para compor a Estrada do Mato Castelhano Ilmo. e Exmo. Sr. = Se em todos os países o melhoramento das vias de comunicação é um estímulo do progresso, no nosso principalmente é não só um estímulo mas também uma necessidade, que deve ser satisfeita com presteza e diligência, sob pena de vermos nossa riqueza natural, o produto do nosso trabalho, o comércio enfim condenados a normalidade por falta de meios de transporte, a inércia pela ausência ou quase invencível dificuldade de locomoção. Este município, como todos os que estejam em estado análogo ao seu, jamais poderá prosperar enquanto boas estradas não deem fácil saída aos produtos que constituem sua exportação; em péssimo estado essas estradas já existem, são elas da do mato Castelhano e a da serra do Rio Pardo.*

[...]

Concerto de Estradas:

A estrada geral que desta Vila conduz a cidade do Rio Pardo tem suma precisão de urgente concerto na calçada de aquém do Passa-sete, junto ao Rio Pardo, pois consta ter desabado em parte a mesma calçada, expondo os tropeiros que por ali passam em número considerável a perigo eminente. Este mal não se remediando quanto antes há de trazer graves males ao comércio. [...] Também a estrada que atravessa o mato Castelhano necessita além de nova roçada para desbastar o mato que vegetou depois da última abertura dos

seguintes concertos: ser aplanada a estrada logo abaixo na serra d'aquém e d'além da Estiva; fazer-se uma estiva de madeira de lei no dito lugar, para substituir a atual que se acha em deterioração; fazer-se um sangradouro no lagoão do tijuco; um outro no lagoão denominado = Lagoa Vermelha; desviar a estrada ao Ocidente ao do Passo de Pedra, arredando do trilho no cavar uma pedra que ali existe servindo de obstáculo ao livre trânsito; [...] Estes concertos ainda não foram feitos nem mesmo autorizados, é por isso que a câmara vem pedir a V. Ex.^a faculdade para fazer os reparos e concertos, que necessitar a estrada do mato Castellhano, única situada em seu município, pois por lei moderníssima a estrada da serra do Rio Pardo ficou situada e pertencendo ao município da Cidade do mesmo nome, devendo portanto as despesas com o melhoramento dela serem por conta do respectivo Cofre, ou do Cofre Provincial, em vista da natureza da estrada. É certo, porém, que em todo o caso o melhoramento deve ser efetuado, e efetuado com urgência, para cessar as repetidas queixas que se levantam. Deus Guarde a V. Ex.^a. Paço da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo em 6 de outubro de 1864 = Ilmo. Exmo. Sr. Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga Digníssimo Presidente desta Província = José Joaquim Marques e Souza Junior, José P. Guimarães, Cesario Antonio Lopes, Francisco Antonio Baptista Rozas, Benedito Pinto de Moraes.

Esse extrato do *Livro Copiador* registra as preocupações econômicas e cotidianas do novo município. Passo Fundo era rota de passagem, inserido diretamente no comércio de muares, ligando diversos pontos da Província, estando sua formação intimamente ligada a esse comércio. O caminho utilizado oficialmente para a entrada e saída da Província de São Pedro até então era o que ligava o território à Província de Santa Catarina, através do Passo de Santa Vitória, às margens do rio Uruguai. De lá seguindo para Lages, na Província de Santa Catarina, e depois para Sorocaba, Província de São Paulo, onde ocorria a feira de negociações e comercialização do gado (RODERJAN, 1991).

O pesquisador Wachowicz relata algumas atividades que foram sendo desenvolvidas justamente para atender as necessidades que foram surgindo, a partir do trânsito das tropas. Segundo ele:

Nos locais destinados ao pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construíam algum cercado, para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de se extraviarem. Com o decorrer do tempo, estes pousos vão aumentando e recebendo sempre novos moradores, como ferreiros, arreadores, simples empregados, etc. (1988, p. 102).

Segundo Borges (2016), as mulas eram a força motriz do sistema de transporte de várias regiões do Brasil, sobretudo para o escoamento da produção interna. Para Luís Augusto Farinatti, em meados

do século XIX, o principal destino dos muares produzidos no Rio Grande do Sul seguia sendo a Feira de Sorocaba, de onde eram encaminhados, principalmente, para as regiões cafeeicultoras do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo. [...]. [...] ainda que a principal produção de muares se fizesse no norte da província, nos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo, a Campanha não estava fora desse circuito (2007, p. 142).

Junto a isso, a necessidade da abertura e conservação de estradas fazia parte do conjunto de fatores ligados à ocupação do Brasil Meridional a partir da metade do século XVIII. As crescentes ondas de circulação e ocupação populacional passaram a exigir o empenho do governo imperial na defesa e integração do território em decorrência de múltiplas disputas, sobretudo na Província de São Pedro. Conforme Tedesco e Vanin “na manutenção dos domínios e da integridade, tornou-se necessário traçar novas rotas de ligação entre as províncias, garantindo a passagem, o deslocamento, a comunicação, o comércio e o escoamento da produção” (2018, p. 51).

No território sul-rio-grandense na primeira metade do século XIX, esteve em consonância com a necessidade de ocupação do território, a instalação das frentes de expansão⁷, aqui entendidas como as populações que se instalam por posse, por ocupação, nas “terras devolutas” do Império, na figura do ocupante ou posseiro (MARTINS, 1975, p. 46). Na concepção do governo, promover o povoamento nas regiões consideradas inabitadas, em especial a região Norte, era de fundamental importância, pois realizava a ligação com o oeste missioneiro, protagonista do comércio de muares, de onde as tropas seguiam em direção à Província de São Paulo, (RODERJAN, 1991). Por serem áreas consideradas inabitadas, as grandes extensões de mata e campos detinham vasta população de indígenas, a maioria de etnia *Kaingang*, que acirravam e tornavam frequentes conflitos com as frentes de expansão (TEDESCO; VANIN, 2018).

Posteriormente, novas rotas foram abertas em razão da centralidade do comércio de muares, o encurtamento das distâncias, melhores con-

7 Não se instaura ali a propriedade privada da terra, mas tão somente “o uso privado das terras comuns” ou a “posse, por ocupação, das terras devolutas”; em outras palavras, as terras não assumem a condição de mercadoria – de modo que, na frente de expansão, a “figura central” é o “ocupante ou posseiro” (MARTINS, 1975, p. 46).

dições de travessia e possibilidade de burlar o fisco das coletorias de impostos. Diversas expedições de exploração foram organizadas a fim de abrir, reabrir e legitimar esses caminhos. Ao longo ou por causa desses caminhos, foram criadas novas estruturas de ocupação, tendo em vista o oferecimento de condições para o assentamento de luso-brasileiros envolvidos na prática do tropeirismo e desenvolver uma dinâmica de relações econômicas, e ao mesmo tempo permitir a instalação de estancieiros.

Portando, o ofício encaminhado pela Câmara Municipal de Passo Fundo, acerca das condições das estradas municipais, é uma das tantas correspondências registradas pelo Livro do Copiador, que revelam as preocupações dos administradores municipais em torno das questões relacionadas à ocupação, mobilidade e comércio intermunicipal e interprovincial. Deste modo, a leitura e análise dos registros contidos no Livro Copiador mostram-se essenciais para a compreensão da história da região norte da Província de São Pedro e do próprio desenvolvimento socioeconômico daquela, para além da conformação territorial ou cotidiana de Passo Fundo.

[illegible]

De esta sorte se houve transito, fazeu um doo-
radouro na sabida do manto, destinado do
lactacionante castanho, e com a a sermão
de pueras para os cascos, e os mantes os
Camarões tendos, fazeu se por ultimo um
altos de mantes de lei no 2º passo ja no
campo: a Camara oca em 500 p. e p. e
depois com os camantos desta ultima ste-
da, incluiu a nova abertura, se reade-
qui, como em, como se effectua.

Da. m. h. m. "esta camantos munda na fazeu
feito, nem mesmo mantes de, e q. m. e
a camara um fazeu a V. m. fazeu de
q. fazeu os mantes e camantos, em m. m.
litas a mantes do manto castanho, com
situada em os mantes, q. m. m. m. m.
mismo a entrada da mantes do Rio Bardo
fazeu situada e pertencendo ao mantes
da mantes de m. m. m. m. m. m. m.
as despesas com o mantes d'ella ser
q. m. m. m. m. m. m. m. m. m. m.
Provincial, em mantes da mantes da
trada. E este, fazeu, q. m. m. m. m. m.
o mantes mantes d'ella ser effectuada e
effectuada com mantes, q. m. m. m. m.
mantes. fazeu. fazeu mantes. fazeu. fazeu.
Da. m. m. m. m. m. m. m. m. m. m. m.
Ed. m. m. m. m. m. m. m. m. m. m. m.
João mantes mantes de mantes a mantes.
Provincial d'ella mantes. fazeu. fazeu.
mantes. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu.
mantes. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu.
mantes. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu. fazeu.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Luiz A. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: Famílias de Elite e Sociedade Agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo no Brasil: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, p. 43-50, 1975.
- NASCIMENTO, Welci. *Um sonho (1954-2014)*. Passo Fundo: Projeto Psso Fundo, 2014.
- PEREIRA, Fernanda Cheiran. Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- RODERJAN, R. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: UPF Editora, 1991.
- SOUZA, Cristiéle Santos de. *Escrever, guardar, lembrar: os copiadore de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social e Patrimônio Cultural). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2014.
- SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha: O mercado de Animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: Allprint Varella, 2018.
- WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 6. ed., 1988.